

# Diálogos sobre Discurso arte(s), mídias e práticas sociais

Alan Silus  
Aline Saddi Chaves  
Maria Leda Pinto



Pedro & João  
editores

# DIÁLOGOS SOBRE DISCURSO

**arte(s), mídias e práticas sociais**



Esta obra recebeu apoio do Núcleo de Ensino de Línguas da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Esta obra está vinculada ao Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/UEMS/CNPq)

[www.nebauems.com.br](http://www.nebauems.com.br)

**Alan Silus**  
**Aline Saddi Chaves**  
**Maria Leda Pinto**  
(Organizadores)

**DIÁLOGOS SOBRE DISCURSO**  
**arte(s), mídias e práticas sociais**

## Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Alan Silus; Aline Saddi Chaves; Maria Leda Pinto [Orgs.]**

**Diálogos sobre Discurso: arte(s), mídias e práticas sociais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 265p.

**ISBN: 978-65-5869-377-2 [Impresso]**  
**978-65-5869-378-9 [Digital]**

1. Diálogo. 2. Discurso. 3. Artes. 4. Mídias. 5. Práticas Sociais. 6. Estudos Bakhtinianos. I. Título.

---

CDD – 410

**Capa:** Petricor Design

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

### **Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2021

## APRESENTAÇÃO

Não existe a primeira nem a última palavra, e não há limites para o contexto dialógico (este se estende ao passado sem limites e ao futuro sem limites).

Mikhail Bakhtin

Para apresentar a obra *Diálogos sobre discurso: arte(s), mídias e práticas sociais*, nada mais apropriado do que citar Bakhtin, para lembrar que o caráter inconcluso do *diálogo* remete tanto à sua forma material, o texto/enunciado, quanto aos outros discursos, produzidos em diferentes campos da atividade humana, e sob variados pontos de vista. Refletindo esse pensamento, a obra que ora se apresenta ao leitor introduz diferentes perspectivas teóricas e analíticas, manifestando a produtividade do conceito de discurso para pensar a relação entre linguagem e sentido.

O termo “diálogos”, no título da obra, manifesta a influência do pensamento e obra do Círculo de Bakhtin nas variadas abordagens do discurso. Como explica Branca-Rosoff, no número 56 do periódico francês *Linx*, “Com a translinguística, que ele opunha ao objetivismo abstrato da linguística, Bakhtin atribuía amplo espaço ao discurso, não como fala individual, mas como troca social”. O contexto científico é inconfundível: no final dos anos 1960, a análise do discurso francesa inaugura uma teoria sobre as formas materiais da ideologia, ao mesmo tempo em que as correntes enunciativas começavam a se firmar em solo europeu. Esse capítulo da história das ciências da linguagem sofreu inúmeras rupturas, reformulações e desdobramentos, de que dão prova as diferentes perspectivas adotadas pelos autores dos capítulos que compõem a presente obra, dividida em três seções.

Em **DISCURSO E ARTE(S)**, iniciamos nossas reflexões com o texto “**Arte aqui é texto: uma leitura das telas de Humberto Espíndola sob a ótica semiodiscursiva**”, desenvolvido por Alan

Silus e Gicelma da Fonseca Chacarosqui-Torchi. O capítulo reflete questões acerca do estudo semiótico-discursivo de telas do pintor sul-mato-grossense Humberto Espíndola (1943- ) a partir de pressupostos teóricos pautados em Iuri Lotman (1922-1993) e Mikhail Bakhtin (1895-1975).

No capítulo **“Um diálogo entre a análise do discurso e a teoria do romance bakhtiniana: a autoconsciência feminina, em Ensaio sobre a Cegueira, de José Saramago”**, Tatiana Emediato Corrêa, Glaucia Muniz Proença Lara e Ida Lucia Machado articulam a análise do discurso francesa à teoria bakhtiniana do romance para analisar a construção da personagem feminina na obra do renomado escritor português. A reflexão das autoras sobre a construção da autoconsciência da heroína no romance de Saramago, em que uma epidemia de cegueira assola as personagens, mostra-se mais do que nunca pertinente em tempos de pandemia.

Em **“Ela(s) por eles, nós e Bakhtin: uma análise discursiva de Notas sobre Elas”**, Natália Aparecida Tiezzi Martins dos Santos e Maria Leda Pinto tratam do conceito de dialogicidade do discurso, analisando duas obras: *Notas sobre ela*, de Zack Magiezi, e *As Verdadeiras notas sobre ela*, de Edimilson Filho. A obra parodística de Filho traz uma personagem que se apropria não só do discurso da personagem magieziana, mas de muitos outros; ambas expõem assim o seus ‘eus’ e ‘outros eus’, de seus muitos autores, meu e seu.

Em **DISCURSO E MÍDIAS**, estão reunidos os capítulos que se inscrevem na análise do discurso de linha enunciativa, manifestando a influência determinante dos escritos do Círculo de Bakhtin para o estudo das formas da alteridade linguística, mais especificamente nos variados mecanismos do discurso relatado.

Nesta seção, destacamos o capítulo de Sophie Moirand, pesquisadora da Universidade de Paris 3, Sorbonne Nouvelle, cujas publicações a consagraram na Didática de Línguas e na Análise do Discurso Francesa, com numerosos estudos sobre os discursos de transmissão das ciências. Fundadora do *Centro de pesquisa sobre os discursos ordinários e especializados* (CEDISCOR) e

do periódico *Les Carnets du Cediscor*, a autora se dedica, desde o final dos anos 1990, a articular a teoria do dialogismo à semântica discursiva, produzindo farta bibliografia a esse respeito. Grande incentivadora de analistas do discurso da nova geração, Sophie Moirand cedeu gentilmente um de seus artigos, publicado em 2011 no periódico *Cahiers de Praxématique*, disponível em língua portuguesa na presente obra.

Em **“O Dialogismo: da recepção do conceito a sua apropriação na análise do discurso”**, Moirand brinda o leitor com uma abordagem histórica e epistemológica do conceito de dialogismo desde sua entrada em solo europeu, em uma época marcada pelo estruturalismo linguístico, o funcionalismo e as análises transformacionais, ao mesmo tempo em que começavam a se afirmar as vertentes que estudam a língua em seus usos reais, nas comunidades de fala (sociolinguística), nas interações verbais (abordagens pragmáticas). O texto de Moirand introduz, sobretudo, um princípio de precaução a respeito do uso do termo “dialogismo”, defendendo que o conceito seja “re-trabalhado” para se acomodar, no melhor sentido do termo, às problemáticas envolvidas na construção de sentido. De forma generosa e instrutiva, a estudiosa reverencia pesquisas que, sem abandonarem a tradição francesa da *langue*, mostram a produtividade do dialogismo para “identificar novos lugares de emergência de discursos transversos”.

No capítulo **“Polifonia e ponto de vista na notícia: uma abordagem dialógica do discurso da imprensa”**, Marcelo Eduardo da Silva e Aline Saddi Chaves relatam um episódio do cotidiano que adquiriu ampla repercussão na grande imprensa brasileira durante a campanha presidencial de 2018: a denúncia de agressão sofrida por uma jovem que teria sido marcada na barriga pelo símbolo da suástica nazista. Na análise de quatro notícias sobre o mesmo fato, os autores articulam os fundamentos da análise do discurso à abordagem dialógica do Círculo de Bakhtin e à perspectiva enunciativa de Rabatel e Authier-Revuz, o que lhes permite descrever e interpretar o discurso da imprensa com



base nas variadas formas do discurso relatado, deixando à mostra a “sinfonia polifônica” dos textos e a subjetividade da instância enunciativa do discurso jornalístico.

Em **“Uma análise do discurso citado em textos de circulação social sob a perspectiva da linguística enunciativa bakhtiniana”**, Natália Schausst Lima, Clemilton Pereira dos Santos e Geraldo José da Silva analisam notícias e reportagens publicadas em duas revistas digitais de circulação nacional, em torno de um fato social que também derivou para um acontecimento discursivo: a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro em 2018. Fundamentando-se na linguística enunciativa sob a ótica dos estudos bakhtinianos, os autores descrevem o acontecimento com base nas diferentes formas do discurso citado: direto e indireto, como estratégias de isenção do ponto de vista jornalístico, a despeito dos efeitos de sentido de toda “enunciação sobre a enunciação”, nos dizeres de Bakhtin/Volochínov.

Em **DISCURSO E PRÁTICAS SOCIAIS**, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros e Nara Hiroko Takaki tecem reflexões acerca **“(d)A linguagem sob a perspectiva bakhtiniana”**. Inicialmente, as autoras apresentam alguns conceitos basilares da perspectiva dialógica dos estudos da língua/linguagem, para, em seguida, articulá-los a questões relevantes e atuais sobre a formação continuada de professores-pesquisadores e de desenhistas de currículos de línguas/linguagens.

Marta Luzzi e Maria Leda Pinto, as autoras do capítulo seguinte, relatam **“A importância dos gêneros discursivos para o processo de ensino/ aprendizagem”**. O trabalho parte da análise de material produzido por aprendizes do 1º ano do Ensino Fundamental I da Escola Estadual Dr. Fernando Corrêa da Costa, no Município de Amambai, MS. Foram elencadas narrativas orais, tendo como fundamentação a literatura infantil.

No capítulo intitulado **“Dialogismos na rede de práticas sociais: o caso da sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher”**, Vanessa Arlésia de Souza Ferretti aborda alguns conceitos teóricos sobre a Análise Crítica de

Gênero e faz uma descrição de parte da rede de práticas da qual a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher participa. Além disso, a autora discute os efeitos dessas relações na constituição de identidades dos participantes da sessão para, por fim, tecer algumas considerações acerca dos efeitos sociais dos fenômenos abordados para o problema da violência contra as mulheres.

Ainda em tempo, mencionamos que esta obra está vinculada como uma publicação do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/UEMS – Campo Grande/ CNPq) e recebeu apoio do Núcleo de Ensino de Línguas da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Externamos também nossos sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. João Wanderley Geraldi (IEL/UNICAMP) que não mediu esforços para desenvolver a crítica e rica leitura deste livro e tecer considerações pertinentes, que muito contribuíram para a construção da obra.

Desejamos a todos uma excelente leitura, e que os textos apresentados nesta obra possam provocar inúmeras reflexões sobre o discurso em diferentes objetos e pontos de vista. Boas Leituras!

**Alan Silus**  
**Aline Saddi Chaves**  
**Maria Leda Pinto**

Os organizadores



# SUMÁRIO

## DISCURSO E ARTE(S)

- Arte aqui é texto: uma leitura das telas de Humberto Espíndola sob a ótica semiodiscursiva** 15

Alan Silus Silva

Gicelma da Fonseca Chacarosqui-Torchi

- Um diálogo entre a análise do discurso e a teoria do romance bakhtiniana: a autoconsciência feminina, em *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago** 43

Tatiana Emediato Corrêa

Glaucia Muniz Lara Proença

Ida Lucia Machado

- Ela(s) por eles, nós e Bakhtin: uma análise discursiva de *Notas sobre Elas*** 63

Natália Aparecida Tiezzi Martins dos Santos

Maria Leda Pinto

## DISCURSO E MÍDIAS

- O Dialogismo: da recepção do conceito a sua apropriação na análise do discurso** 87

Sophie Moirand

- Polifonia e ponto de vista na notícia: uma abordagem dialógica do discurso da imprensa** 125

Marcelo Eduardo da Silva

Aline Saddi Chaves

<b>Uma análise do discurso citado em textos de circulação social sob a perspectiva da linguística enunciativa Bakhtiniana</b>	<b>163</b>
Natália Schausst Lima	
Clemilton Pereira dos Santos	
Geraldo José da Silva	

## **DISCURSO E PRÁTICAS SOCIAIS**

<b>A linguagem sob a perspectiva Bakhtiniana</b>	<b>189</b>
Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros	
Nara Hiroko Takaki	
<b>A importância dos gêneros discursivos para o processo ensino/aprendizagem</b>	<b>211</b>
Marta Luzzi	
Maria Leda Pinto	
<b>Dialogismos na rede de práticas sociais: o caso da sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher</b>	<b>231</b>
Vanessa Arlésia de Souza Ferretti	
<b>SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES</b>	<b>261</b>

# **DISCURSO E ARTE(S)**



# ARTE AQUI É TEXTO: UMA LEITURA DAS TELAS DE HUMBERTO ESPÍNDOLA SOB A ÓTICA SEMIODISCURSIVA

Alan Silus  
Gicelma da Fonseca Chacarosqui-Torchi

## INTRODUÇÃO

O que é cultura? Para a Semiótica Russa<sup>1</sup> Cultura é “informação codificada” e seu trabalho fundamental consiste em organizar de forma estrutural o mundo que rodeia o homem. As informações da natureza e dos fenômenos históricos e ambientais vão determinando consciência no grupo social e se transformam de “Não-cultura” (informação não processada) em “cultura” (dados em sistema com organização). Cultura é “geradora de estruturalidade, que cria à nossa volta uma sociosfera”<sup>2</sup>, que torna possível a vida relacional.

Pensar culturalmente dentro de uma semiosfera<sup>3</sup> específica é pensar uma zona de liminaridade, pensar o espaço de trânsito, de

---

<sup>1</sup> A Semiótica da Cultura (SC) possui correntes de estudos diversas. Uma delas é de origem russa. Desenvolveu-se a partir de um grupo significativo de pesquisadores e ficou conhecida como a Escola de Tártu-Moscou (ETM). A proposta da semiótica de extração russa é descrever, no sentido de demarcar, os elementos inerentes às diferentes manifestações da cultura, às quais chamam de textos. Como esses elementos se relacionam nos movimento de formação de sentido. (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 29).

<sup>2</sup> “O ‘trabalho’ fundamental da cultura [...] consiste em organizar estruturalmente o mundo que rodeia o homem. A cultura é um gerador de estruturalidade: cria à volta do homem uma sociosfera que, da mesma maneira que a biosfera, torna possível a vida, não orgânica, é óbvio, mas de relação” (LOTMAN & USPENSKI, 1981, p. 39).

<sup>3</sup> O conceito de semiosfera para Lotman, define a relação entre aquilo que está dentro e aquilo que está fora do espaço semiótico: “*la frontera es un mecanismo bilingüe que traduce los mensajes externos al lenguaje interno de la semiosfera y a la inversa*” (LOTMAN, 1996, p. 27).



fluidez, de contato. É pensar processos semióticos. A Semiótica da Cultura estuda os sistemas culturais em seu núcleo duro figura o conceito da semiosfera em que “os sistemas modelizantes de signos são focalizados através das relações dinâmicas entre códigos culturais responsáveis pela geração das linguagens da cultura” (MACHADO, 2007, p. 15). E não menos importante, temos o conceito de modelização que está relacionado ao processo de semiose, no qual uma linguagem ressignifica um modelo.

Desta forma, a Semiótica da Cultura introduz uma nova concepção de “texto” no campo do conhecimento científico, no viés proposto por Lotman (1978) ao se pensar o texto, como sendo constituído por inúmeros subtópicos e em permanente diálogo com vários outros – melhor seria falar de um “hibridismo”, como designação de uma constituição multivocal e complexa, avessa ao monolinguismo. É na linha desse pensamento (sob a ótica dos pensadores Russos) que faremos uma leitura das telas de Humberto Espíndola.

Em sintonia com as discussões mais recentes sobre a integração do conhecimento científico, a semiótica, uma ciência naturalmente transdisciplinar, está impregnada com a necessidade de se construir saberes em conformidade com a totalidade de nossa experiência no mundo. Portanto nosso capítulo pretende desenvolver um estudo de semiótica em diálogo com suas áreas de intermediação e interlocução, como por exemplo, a análise dialógica do discurso, os estudos culturais e as reflexões no que se refere à formulação de problemas da cultura em sua área de atuação

## **A SEMIÓTICA DA CULTURA: UM DIÁLOGO**

Antes de falarmos do artista e vertermos nosso olhar para sua obra, é importante conceituarmos texto, na visão da Semiótica Russa. Para os Russos a noção de texto é repleta de diferentes extratos de significação fazendo com que a demanda da referencialidade seja mediada por distintos níveis textuais, pois

um texto convida sempre a participação de um outro texto, formando intersecções de séries textuais que constroem o dialogismo de (inter/intra) textos.

Aliás, a multivocalidade, como um traço capital do texto é, talvez, o aspecto que mais distingue o enfoque da Semiótica da Cultura e que a diferencia das demais disciplinas. Tal distinção de abordagens pode ser apreendida na exposição que Lotman (1998) faz sobre as três funções do texto. São elas: 1) função comunicativa; e 2) função geradora de sentidos; 3) função mnemônica.

Na função comunicativa, o trabalho da linguagem estaria na transmissão da mensagem que o emissor tencionou passar ao receptor. E toda transformação da mensagem, no texto, é então considerada como um ruído, uma desfiguração, um resultado de um mau trabalho do sistema. Conceito que reconhece a importância de que “a estrutura ótima da linguagem está representada pelas linguagens artificiais e as metalinguagens, porque somente elas garantem a integridade absoluta do sentido inicial.” (LOTMAN, 1998, p. 86-87, tradução nossa).

Esse ponto de vista vai ao encontro da Análise Dialógica do Discurso que floresce em diferentes escritos do Círculo de Bakhtin. Desenvolvida na Rússia do início do século XX, essa perspectiva científica concebe o dialogismo como relações entre índices sociais de valores que constituem o enunciado, compreendido como unidade da interação social desta forma “o enunciado/texto artístico como produto das interações humanas mediadas pela linguagem, originadas a partir da ideologia do cotidiano”. (MACHADO, 1996, p. 91).

O texto cumpre também a função de gerador de sentidos. Nesse caso, ele é heterogêneo e heteroestrutural, constituído como a manifestação de diversas linguagens. Por isso, como adverte Lotman, “a esta função podemos chamá-la de criadora”. Em **A Estrutura do Texto Artístico** (1978), Lotman descreve a arte como sistema semiótico complexo e o fazer artístico como construção de textos imbricados, possuidores de estrutura, expressão e limites próprios.

Dessa maneira, o texto como função criadora tem o ruído, enquanto decorrência das complexas relações inerentes ao poliglotismo interno do texto, tornando-se responsável pela criação de novos sentidos, ou seja: “A mudança de sentido no processo de transmissão é um erro e uma desfiguração, no segundo ela se converte em um mecanismo de geração de novos sentidos” (LOTMAN, 1998, p. 88, tradução nossa). A terceira função do texto está ligada à memória da cultura. O pensador russo afirma que poderíamos comparar o texto a uma semente, capaz de conservar e reproduzir a lembrança de estruturas anteriores.

Nessa acepção constata-se no texto uma tendência à simbolização e a sua conversão em símbolos integrais e autônomos de sua conjuntura cultural. Assim, na expressão do autor, “o símbolo separado atua como um texto separado que se transporta livremente no campo cronológico da cultura e que cada vez mais se correlaciona de uma maneira complexa com os cortes sincrônicos da cultura, mas também na diacronia desta” (LOTMAN, 1998, p. 89, tradução nossa). Assevera, ainda Lotman, quanto aos textos artísticos

a última instância dos textos artísticos está orientada a aumentar a unidade interna e a clausura imanente dos mesmos, a sublinhar a importância dos textos e, por outro lado, a incrementar a heterogeneidade, a contraditoriedade semiótica interna da obra, o desenvolvimento de subtópicos internos estruturalmente contrastantes, que tendem a uma autonomia cada vez maior. (LOTMAN, 1998, p. 79, tradução nossa)

Mais uma vez é importante citar a integração da noção de texto que aproxima Lotman de Bakhtin. A natureza semiótica constitutiva da noção de texto para Bakhtin nos leva a acreditar que “em nenhum momento texto é tão-somente produção verbal. Texto é signo que se constitui nas fronteiras do dito e do não-dito; do verbal e do extra-verbal onde se desenrola a situação comunicativa”. (MACHADO, 1996, p. 90).

Lotman (1978) nos informa ainda que um texto pode ser caracterizado por possuir: a) expressão (ou conteúdo) – o que

compõe internamente o sistema textual, dando-lhe encarnação material; b) delimitação (ou fronteiras) - limites que circunscrevem o texto, criando oposições com outros textos cujos signos não entram no seu conjunto, e c) estrutura (ou forma) - uma organização (gramática) interna que o transforma, ao nível sintagmático, num todo estrutural.

Desta forma, a compreensão do funcionamento de todos esses elementos que constituem a organização do texto, no sentido que lhe confere a Semiótica da Cultura, é imprescindível para que possamos entender, a obra, em análise, como um texto que deve ser pensado como uma referência que transgride o limiar da fronteira viabilizando o rompimento, para além dos limites.

Lotman afirma ainda que “os textos tendem à simbolização e se convertem em símbolos integrais. Os símbolos adquirem uma grande autonomia de seu contexto cultural e funcionam não somente no corte sincrônico da cultura, mas também na diacronia desta”. (LOTMAN, 1996, p. 89, tradução nossa).

Os pressupostos lotmanianos avançam rumo a uma Semiótica da Cultura em que a comunicação é, sobretudo, tarefa de encontro entre diferentes códigos, linguagens, sistemas culturais. Afinal, é a cultura o espaço privilegiado da produção de signos “fora do qual nem a comunicação nem a semiose são possíveis” (LOTMAN, 1996, p. 24, tradução nossa).

Por sua vez, o conceito de semiosfera - que acompanha a maturidade do pensamento semiótico russo, fundamentado na teoria da biosfera do químico V. I. Vernádski e do dialogismo de M. Bakhtin, foi formulado por Lotman, para exprimir a cultura como um organismo que não separa aspectos biológicos de aspectos culturais.

Lotman (1996) criou o termo semiosfera, por analogia ao termo biosfera, para designar o funcionamento dos sistemas de significações de diversos tipos e níveis de organização. Trata-se de um espaço semiótico, dentro do qual se realizam os processos comunicativos e a produção de novas informações. É impossível haver semiose fora da semiosfera. O conceito de semiosfera

corresponde, portanto, a conexão de sistemas e geração de novos textos. Trata-se de um espaço que possibilita a realização dos processos comunicativos e a produção de novas informações, funcionando como um conjunto de diferentes textos e linguagens. Podemos afirmar então que

estudar a semiosfera é investigar o fenômeno da semiose cultural, ou seja, [...] assim como biosfera designa a esfera de vida do planeta [...] a semiosfera designa o espaço cultural habitado pelos signos. Fora dele, no entender de Lotman, nem os processos de comunicação, nem o desenvolvimento de códigos e de linguagens em diferentes domínios da cultura seriam possíveis. Nesse sentido, semiosfera é o conceito que se constituiu para nomear e definir a dinâmica dos encontros entre diferentes culturas [...]. (MACHADO, 2007, p. 16)

A semiosfera é, portanto, “o espaço que possibilita a realização de processos comunicativos e a produção de novas informações, funcionando como um conjunto de diferentes textos e linguagens” (PÍCOLO, 2010, p. 06). Além de propor a percepção das relações entre sistemas sógnicos, a semiosfera norteia a reflexão a respeito da imprevisibilidade das conexões entre os diversos sistemas de signos compartilhados ou em permanente interação que podem se aproximar ou se distanciar em um dado espaço cultural:

A ideia de que os encontros culturais são dialógicos e geradores de renovação dos sistemas de signos foi a principal responsável pelo questionamento que levou Iúri Lotman a investigar as relações entre sistemas de signos no espaço da semiosfera (...). Lotman investiu na compreensão da dinâmica de encontros culturais no sentido de explicitar como duas culturas se encontram, que tipo de diálogo elas travam entre si e como elas criam experiências capazes de reconfigurar o campo de forças culturais. (MACHADO, 2007, p. 16)

Da complexificação do texto artístico – entendida ainda na capacidade dele se relacionar com outros textos da cultura – decorre o seu caráter gestacional, dinâmico e mnemônico, sendo

assim é a “memória não hereditária, que garante o mecanismo de transmissão e conservação” (MACHADO, 2003, p. 38).

## **HUMBERTO ESPÍNDOLA: O BOI (RE)CRIA A ARTE**

Humberto nasceu em Campo Grande no dia 04 de abril de 1943. Era o primeiro filho de Francisco Espíndola Neto e Alba Miranda Espíndola, cujo lado materno da família sempre fora afluído para o campo das artes. Humberto tinha tios trigêmeos que eram exímios pianistas e a mãe, desde cedo também despontou uma vocação pelas artes.

Minha mãe, Alba, sempre teve vontade de ser artista, mas casou-se cedo com meu pai, à revelia de meus avós que, na esperança de que ela não se casasse, ofereceram-lhe de última hora, pagar a Escola de Belas Artes. Ela não aceitou mais. Eu digo a isso “Graças a Deus”, porque ser filho de uma pintora, pintora mesmo, já não ia ter o mesmo sabor, a mesma glória. Sobrou pra mim o pioneirismo todo, ao menos na família, em termos de fazer arte, de elaborar mais a expressão... (ESPÍNDOLA, 1992, p. 242)

O desejo de Alba em ser artista não desapareceu com o casamento, ele foi afluído em seu primogênito que desde pequeno, despontaria o interesse pela plástica, música, teatro e outras manifestações culturais.

Humberto conta que inicialmente seu contato com a arte foi por meio da música: conheceu as sonoridades de Debussy, Ravel, Mozart, Bach dentre outros. Sabia muito bem sobre as músicas, fez aulas com o notável Maestro Frederico Liebermann, que o iniciara nos estudos de piano. (ESPÍNDOLA, 1992).

Sua primeira experiência visual é relatada como uma lembrança inesquecível:

Minha avó tinha no fundo do quintal um galpão com uma enorme parede ensolarada, mas de um reboco meio frouxo. Eu pegava a mangueira de água e fazia desenhos nessa parede que o sol logo enxugava. Desenhava e, quando chegava o final do desenho, ele começava a desaparecer. Esperava

um pouco e fazia outro desenho. Eram como páginas de um caderno. E a família assistia. (ESPÍNDOLA, 1992, p. 244)

Espíndola relata ainda que no período escolar utilizava-se dos cadernos para produzir seus desenhos e gostava das aulas de Geografia, pois conhecera os dados estatísticos das cidades. Campo-grandense nato, tinha um amor imenso pela sua terra natal e declara que “sempre esperei que a cidade crescesse, que ela melhorasse. [...] Então, nos meus cadernos, eu desenhava aos poucos, a cidade: uma rua, algumas casas... Depois apagava e desenhava um edifício no lugar das casas e assim por diante...”. (ESPÍNDOLA, 1992, p. 244).

Entre idas e vindas, a família mudara de endereço diversas vezes, certa vez migraram para São Paulo, onde o tio Erasmo Miranda, pagou para Humberto aulas de pintura com o professor Bassi. Espíndola (1992, p. 245) relata que no primeiro dia de aula, ficara admirado com a quantidade de quadros presentes na casa do professor. “Eram pinturas românticas, com muito espaço, muitas flores brilhantes, paisagens com aquelas árvores frondosas, cheias de cipós e parasitas, aquele clima todo do romantismo, de luz, de sol no chão, nas folhas...”.

Nos anos 1960, instala-se em Curitiba para cursar a Faculdade de Jornalismo e as aulas de História da Arte, ministradas pelo professor Carlo Barontini, abriram em Humberto uma nova visão para o universo da pintura. Foi nas aulas de Barontini que o pintor conheceu as obras clássicas da arte moderna de Gauguin, Cézanne, Renoir, Kandinsky e Van Gogh.

De volta a Campo Grande, conhece Aline Figueiredo, com quem foi parceiro em muitas ações que promoveram a arte no Estado. A pesquisadora e animadora cultural

estava procurando todos os pintores que havia no Estado, para organizar a primeira exposição de pintura de artistas de Mato Grosso. Ela pintava também, usava uma técnica chamada texturismo, mas agia como animadora, estava procurando um grupo. Essa ideia de Aline surgiu em Cuiabá, onde havia feito uma exposição na qual não houve público.

Horrorizada com a situação, resolveu trabalhar para as artes no Estado. (ESPÍNDOLA, 1992, p. 247)

Dessa parceria, surge em 1967 a Associação Mato-Grossense de Artes (AMA) que promoveu a “Primeira Exposição de Pinturas dos Artistas Mato-Grossenses” além de propiciar uma espécie de mentoria aos pintores, escultores e outros artistas do Estado ainda indiviso. Além disso, Figueiredo (1979) menciona que a AMA além de levar as obras desses artistas para o conhecimento dos críticos radicados no eixo Rio-São Paulo, promovera cursos de Criatividade e História da Arte, sendo este último ofertado como disciplina aos 3<sup>os</sup> e 4<sup>os</sup> anos do Curso Ginásial da Escola Estadual Lúcia Martins Coelho em 1971.

Ainda a cumprir seu programa, a AMA, com a cooperação do jornal associado **Diário da Serra**, fundou uma galeria, onde passou a realizar exposições mensais. A ideia de chamar o local de galeria foi motivada pela intenção somente de fazer entender ao público que se tratava de artes plásticas, pois, não apelava ao sentido comercial que caracteriza o termo. (FIGUEIREDO, 1979, p. 173, grifos da autora)

Figueiredo (1979) menciona ainda que, graças à AMA, os artistas mato-grossenses compuseram catálogos, promoveram exposições, e fizeram-se conhecer nas cidades de Cuiabá e nas duas maiores capitais do país na época: Rio e São Paulo. Como Campo Grande ainda não tinha o status de centro social, político e econômico do Estado, Espíndola e Figueiredo mudam-se para Cuiabá, levando consigo a gestão da AMA para a então capital mato-grossense. Lá receberam apoio do Secretário de Educação, professor Joaquim Viana e do Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Gabriel Novis Neves.

Com menos de 10 anos de criação na época, a UFMT nos anos 1970 era uma “universidade jovem, mas atenta ao objetivo de congregar professores, cientistas e artistas para o reconhecimento e desenvolvimento da cultura local” (FIGUEIREDO, 1979, p. 174). A instituição assume para si a AMA, transferindo-a para o seu



campus, a fim de que todo suporte lhe pudesse ser dado para a realização dos trabalhos artísticos da associação.

Em 1973 é criado o Ateliê Livre de Artes da UFMT, que possibilitou aos interessados pela arte desenvolverem melhor ou inicialmente suas técnicas de composição e, no ano seguinte, acontece a “implantação do Museu de Arte e Cultura Popular da Universidade Federal de Mato Grosso, [...] que deslocou e ampliou movimento das artes plásticas, posteriormente reforçado com a atuação da Fundação Cultural, a partir de 1976” (FIGUEIREDO, 1979, p. 175).

As ações do Museu congregavam o trabalho dos artistas plásticos do Estado, das manifestações populares dos povos pantaneiros, bem como o envolvimento dos estudantes dos cursos de Graduação da UFMT. Em uma passagem dessa integração, Marta Catunda aponta que: “como estudante do curso de Pedagogia, eu atuava no Museu de Arte e de Cultura Popular/MACP/UFMT como estagiária, desenvolvendo atividades didáticas e artísticas nas mostras, exposições e colóquios (CATUNDA, 2016, p. 23-30).

Humberto dirigiu o MACP de sua fundação até o seu retorno a Campo Grande no começo dos anos 1980. Neste período, a cidade já era a capital de Mato Grosso do Sul, o mais novo Estado da federação e Espíndola fora convidado por Maria da Glória Sá Rosa a trabalhar na Secretaria Estadual de Cultura. Nesse período, Humberto já se consolidara no campo das artes: havia participado de uma Bienal em Veneza e outra em São Paulo, sua pintura já estava carimbada nos catálogos dos grandes centros e já possuía algumas avaliações de críticos do país.

Espíndola instaurou a Bovinocultura nas artes plásticas, pintou e ainda pinta o boi nos mais diversos cenários, vertentes e contextos. “O poder mágico da bovinocultura explodiu em 1971, na Bienal de São Paulo, quando o artista preparou uma festa pagã para homenagear o deus-boi. [...] Em 1977, [...] criou a série Divisão de Mato Grosso em cujas estruturas profundas pode ser

apreendida a problemática de um tempo” (ROSA; DUNCAN; PENTEADO, 2005, p. 53).

Para Maria da Glória Sá Rosa (2013, p. 192), “diante dos quadros de Espíndola, estabelece-se empatia entre o código do autor e o do espectador, que, atraído pela força da imagem, pela envolvimento da cor, torna-se parte dela como colaborador”. A autora ressalta ainda que

Espíndola é o excesso, o paradoxo, a ambivalência. Só lhe cabem adjetivos no superlativo, comparação com forças explosivas da natureza: vulcão, enchente, trovão, abalo sísmico. É o ser não sendo, o nada que é tudo, descida aos infernos, subida ao paraíso. (ROSA, 2013, p. 192)

Dessa forma, aportamos em Figueiredo (1994) ao dizer que Espíndola transmitiu, também, com a imagem do boi, a capacidade dual que o homem lhe impõe, isto é, o terno animal dos pastos também será besta satânica. Com as patas expressa o massacre, com os chifres a opressão, e com o corpo o poder. Humaniza o boi para traduzir a força sociopolítica e econômica.

Humberto pintou e pinta o boi. O gado é ainda hoje uma das atividades econômicas que movem Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os dois Estados-irmãos, que mesmo separados, comungam de uma singularidade no campo da arte e da cultura: têm em comum a congregação de artistas que construíram a história da arte de ambas as unidades da federação, colocando-nos no panorama dos grandes centros e mostrando-nos como elementos da formação cultural do oeste do país. Para maiores informações sobre o pintor dos bois, conforme foi titulado por Aline Figueiredo, Humberto mantém em seu site ([www.humbertoespindola.com.br](http://www.humbertoespindola.com.br)) uma coletânea de imagens, vídeos e textos feitos sobre sua carreira por críticos de arte e estudiosos acerca das suas obras.

## UMA LEITURA DE ALGUMAS DAS OBRAS DE HUMBERTO ESPÍNDOLA

As telas de Humberto Espíndola, que analisaremos a seguir, foram escolhidas/ selecionadas de momentos aleatórios de sua trajetória artística, mas todas possuem um vínculo comum: o boi. Em diferentes fases, a bovinocultura sempre foi tema da arte de Espíndola. Para Figueiredo (1994) a temática da bovinocultura participa da ascensão artística do Brasil desde os anos 1960; para a autora, o boi enraizou-se na sociedade, o boi é assunto, o boi puxa a arte, o boi avança. Nossa leitura é ímpar e parte do pressuposto de que a significação artística resulta de um encadeamento particular dos elementos semióticos, um encadeamento que é próprio das artes.

**Figura 01:** Boi-Bandeira



1968, óleo sobre tela, 152 X 172cm | Coleção do Artista  
Fonte: <<https://bit.ly/2VEOU7r>>. Acesso: jul-2020.

Na primeira figura, **Boi-Bandeira**, exibimos uma tela comprometida com as cores do país. Pintada no fim dos anos 1960, o Brasil passava pela efervescência de grandes acontecimentos no mundo como a Guerra Fria, o mês de maio de 1968 em que jovens franceses promoveram uma mudança nas questões sociopolíticas do momento, reverberando tais ações para outras nacionalidades, inclusive a nossa.

Além disso, no conjunto argumentativo da espacialidade, a presença do animal, e a questão ecológica são pontos fundamentais nas obras do artista (FIGUEIREDO, 1990). A contraposição do boi com a representação da bandeira do país une as cores ao animal a partir do traço de Espíndola, que por sua vez transmite a imagem bovina com a ideia de transcrever a força social, política e econômica do homem para humanizá-lo.

As linhas curvas adotadas representam a dinâmica do movimento, da ideia de delineamento, de territorialização, busca incessante que o sul do Estado de Mato Grosso sempre buscou e que fica evidente ao dividir-se territorialmente do norte para ter emancipação e autonomia política.

O grande entrave era: havia um governo “puramente brasileiro” que discordava das propostas do sul, com vistas a não “multifacetar a imagem nacional” de um país em desenvolvimento. Dessa forma usamos o pensamento de Lotman (2012a, p. 172) que ressalta que “o texto não existe por si só, ele inevitavelmente faz parte de um contexto (determinado historicamente ou convencional)”.

Essa obra, atemporal, se ressignifica nos dias atuais, quando enfrentamos uma profunda crise na economia do país e o boi volta a ser avultado pelos altos preços da carne bovina e a ascensão da agropecuária que leva o boi a ser destaque em um momento em que as cores da bandeira brasileira também significam uma brasilidade fundamentalista, retrógada, com forte conotações fascistas.

Ou seja, a potencialidade do artista em expressar o mundo através da imagem do real transformada em metáfora. “O artista, através de

sua arte tem a função de trazer à tona o que percebe de fantástico e desconhecido na realidade, incitando o espectador a questionar a ordem aparente” (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 39).

**Figura 02:** Coroa de Chifres



1971, óleo sobre tela com montagem, 172 X 152cm | Coleção do Artista  
Fonte: <<https://bit.ly/2NRHidn>>. Acesso: jul-2020.

A figura 02, **Coroa de Chifres**, apresenta uma visão emblemática da arte de Espíndola. O boi aqui ainda é ressaltado numa perspectiva em que os elementos nacionais mais uma vez aparecem em destaque: o verde, o azul e a estrela são ícones marcantes para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, são elementos constitutivos de suas bandeiras.

A ideia dada por Iuri Lotman (2012b), em que numa obra de arte o artista concentra a força desta nos momentos da vida em que ele apreende a realidade e a liberdade, é título de exemplo em

**Coroa de Chifres.** Uma vez que Humberto nasceu num Estado uno e participou de todo o processo de divisão, e ainda participa da emancipação das duas unidades federativas do país com o provimento de sua pintura.

Além da pintura da tela, muito vanguardista à época em que foi confeccionada, o pintor agrega as formas dos chifres, e as aos elementos da bandeira, o vermelho, a cor do sangue e insere também seis faixas de arames farpados podendo sinalizar semioticamente a demarcação territorial do poder latifundiário ainda muito presente na atividade constitutiva da economia local.

A obra nos mostra que “não há diferença entre situações em que a atenção se focaliza na possibilidade de violar as leis da família, da sociedade e do bom senso, leis de costume e tradições ou até mesmo leis do tempo e espaço” (LOTMAN, 2012b, p. 214). Ela alerta ao apreciador sobre a vivacidade dos elementos visuais significativos ali presentes.

**Figura 03:** O Sopro



1978, óleo sobre tela, 130 X 170cm | Acervo MARCO Campo Grande  
Fonte: <<https://bit.ly/2VCz1Ow>>. Acesso: jul-2020.

Na Figura 03, encontramos um momento da vida de Humberto Espíndola em que a divisão de Mato Grosso em dois Estados influenciara sua produção artística. Escolhemos **O Sopro** pois entendemos que esta é um marco da série de obras intituladas “Divisão de Mato Grosso” criadas entre 1978 e 1979. Para Maria Adélia Menegazzo:

A linguagem de Humberto Espíndola se enraíza na problemática do homem e sua relação com a terra, com um espaço regional universalizado, pois que transcende o próprio chão, posicionando-nos frente a um universo imagético onde a liberdade de criação fundamenta o percurso existencial do artista. (MENEGAZZO, 1991, p. 227)

Em **O Sopro**, temos, mais uma vez o elemento “boi” como centro da representatividade da obra, dividida em dois lados (direito e esquerdo). À esquerda, percebemos uma figura que a priori parece ser humana (dada pela visão da cabeça), mas que pode também ser traduzida como o boi, uma vez que a constituição desta nas cores em verde lembra o corpo do animal, num ato de sopro. Junto a este, percebemos a multiplicidade de chifres que formam a composição do propulsor do “sopro”, dando a compreensão de que este ser é o próprio boi.

No lado direito, temos Mato Grosso, ainda uno, sendo dividido pelas chamadas do sopro em dois novos Estados. Aqui, as estrelas já estão separadas por um espaço, representando o norte e o sul. Ao lado do mapa, encontra-se o que poderíamos inferir como o círculo da bandeira nacional, representando o céu estrelado entrecortado pelas letras “D”, “I” e “V” o que poderia ser considerado como a palavra divisão.

Na perspectiva vigotskiana de arte, afirmamos que “os processos psicológicos da percepção e da criação da obra de arte coincidem com os processos similares na percepção e na criação de determinada palavra” (VIGOTSKI, 1999, p. 34). Dessa maneira, entendemos que o universo criador do artista, mistura-se ao universo cotidiano do indivíduo Humberto Espíndola, que presenciou e participou do processo de divisionismo do Estado.

As telas incitam assim o diálogo de um texto, o texto artístico, com outros textos, o cultural e o político, ou com vários outros textos, num jogo de máscaras ou papéis, teorizados por Bakhtin (1988), como vozes que se entrecruzam num mesmo discurso, pois o diálogo não é meramente troca de falas entre interlocutores; na polifonia, própria da linguagem poética, a verdade surge como possibilidade discursiva em diálogo com a multiplicidade de vozes textuais.

**Figura 04:** Da Série Mapas de Ocupação



1979, couro de boi pirogravado e acrílica sobre madeira, 240 X 241cm | Coleção do Artista

Fonte: <<https://bit.ly/38otArC>>. Acesso: jul-2020.



Entretanto, o processo criativo do artista não parou na temática da separação de MS e MT. Ele dá prosseguimento em sua pintura utilizando-se de outras formas de composição, como é o caso da figura a seguir, em que Humberto cria a série **Mapas de Ocupação**, retratando sob a forma geográfica a expressão do boi, os sinais da pintura indígena sul-mato-grossense e dos brasões dos fazendeiros que imprimiam em seus lotes de gado, suas marcas e timbres.

É notória a preocupação com as marcas culturais do espaço sul-mato-grossense, prova disto é inferirmos que a figura anterior possui uma proximidade visual com o mapa do Estado de Mato Grosso ainda indiviso, no qual os aspectos da cultura e da economia mais difundidos nos Estrados irmãos se presentificam no Brasil: a bovinocultura de corte típica do agronegócio e arte indígena, elemento de vislumbre pelos turistas que pelo Estado passam.

A estudiosa Maria da Glória Sá Rosa (2013, p. 195) afirma que “a arte de Humberto Espíndola está ligada ao momento histórico como resultado da identificação com o Estado em que nasceu e no qual decidiu viver”. Em seus estudos, a autora ressalta:

Primeiro artista a refletir sobre Mato Grosso do Sul e a projetá-lo no cenário internacional das artes plásticas, ele está presente em todos os acontecimentos importantes do Estado como agente de mudança, estimulador de novos talentos. (ROSA, 2013, p. 195)

Numa obra artística (literária ou não), os traços da cor local e as circunstâncias históricas, geográficas e sociais são inevitáveis, pois “o escritor está sempre rondando suas origens; às vezes, sem se dar conta, são sempre essas origens que o seguem de perto, como uma sombra, ou mesmo de longe, como um sonho ou um pesadelo” (HATOUM, 1989, p. 11).

Desta forma, fica claro o processo intertextual através da arte. O termo intertextualidade foi introduzido por Júlia Kristeva, na França, ao fazer uma leitura da obra de Mikhail Bakhtin, a partir de ideias de dialogismo e ambivalência, assim, a intertextualidade corrobora com a possibilidade de intercâmbio de sentidos entre

obra e espectadores e ainda propicia um espaço de reescrita, pois ilumina manifestações de pontos de vistas inúmeros. Kristeva escreve que Bakhtin é:

[...] o primeiro a introduzir na teoria literária [que] todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de subjetividade instala-se a intertextualidade e a linguagem poética lê-se pelo menos como dupla. (KRISTEVA, 1974, p. 64)

A repercussão dessas manifestações no discurso plástico de Espíndola efetiva um campo associativo de combinações de ideias variadas, ao evidenciar a extrapolação de aspectos distintos que dialogam e se contaminam. Fica então evidente o aspecto que se destaca na obra ao apontarmos o processo intertextual na experimentação dos vários efeitos de sentido, num processo mosaico.

Os cruzamentos de passagens intertextuais apresentam-se através do saturamento de fragmentos retalhosos, dentro de uma lógica que lida como suporte da manutenção da narrativa plástica, de um pensamento não assentado e distante de uma lógica formal, ou seja: a narrativa não linear, a narrativa mosaica, intelectualizada, e formalmente livre, impregnada de sugestividade, figurativismo e semantização desses elementos.

O discurso intertextual e suas propriedades expressivas ancoram a estruturação de um *corpus* complexo, cujo alicerce se molda conforme a necessidade de uma semantização, num amplo efeito de sentidos processuais diversos. As artes plásticas são uma estrutura complexa de sentidos, feito através de imagens, formas, cores, texturas, etc.

Contudo, agrupa em sua linguagem um grande número de relações extratextuais que se ramificam em esqueletos de sentidos variados. Para Lotman, “todas essas camadas semióticas formam uma montagem complexa, e as suas relações mútuas, produzem também efeitos de sentido...” (LOTMAN, 1978, p. 163).

As constituições de algumas das telas de Humberto mostram o quanto o artista foi/é vanguardista em seu tempo. Nesta (figura

04), ele utiliza o próprio couro do boi para construir a representação de sua arte, unindo elementos que *a priori* não teriam função artística às tintas e à tela.

**Figura 05:** Cabeças de Mandala



2001, grafia eletrônica sobre papel vergê 180g, 17 X 50cm | Coleção do Artista  
Fonte: < <https://bit.ly/3dSuFJD> >. Acesso: jul-2020.

O fazer artístico é uma batalha das mais árduas entre o autor e a matéria da criação. Espíndola questiona até mesmo os limites da tela, da moldura, a qualidade das tintas na procura da expressividade da obra e não mais eventual relacionamento com o referente. A pintura torna-se reflexiva, metalinguística. O artista toma consciência de cada fase do fazer criador, desce à essência da obra, para descobrir tesouros submersos nas linhas que se pretendem: boi, nuvem, pasto, amplidão. Antes, durante e depois, Espíndola passa em revista todos os elementos que se juntaram para a composição do quadro, de tal forma que a tela passa a ser o lugar onde fluem novos textos, um discurso gerando seu próprio discurso (ROSA, 2013, p. 192).

Só o trabalho de memória do espectador é que pode realizar a fusão das imagens. E o que vem sustentar essa nossa análise “é – além de nos remeter aqui, ao conceito de policromia, que recobre o trabalho de interpretação de uma imagem por remissão a outra imagem (e não apenas a palavras) – a referência à noção de efeito metafórico” (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 45), segundo o qual os sentidos são produzidos por deslizamentos, por transferência. Ao se interpretar a imagem pelo olhar – e não

através da palavra – apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos.

O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não-verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 45)

Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem, produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita. Ou como pensa Eisenstein:

Uma obra de arte, entendida dinamicamente, é apenas este processo de organizar imagens no sentido e na mente do espectador. É isto que constitui a peculiaridade de uma obra de arte realmente vital e a distingue da inanimada, na qual o espectador recebe o resultado consumado de um determinado processo de criação, em vez de ser absorvido no processo à medida em que este se verifica. (EISENSTEIN, 1990, p. 20)

No entanto, não podemos desconsiderar o título da obra “Cabeças de mandala”, e ao considerarmos o signo mandala enquanto símbolo de, vemos sopesar que a mandala foi usada como expressão artística e religiosa, através de pinturas rupestres, no símbolo chinês do *Yin e Yang*, nos yantras indianos, nas *thangkas* tibetanas, nos rituais de cura e arte indígenas e na arte sacra de vários séculos (SIGNIFICADOS, 2014, Online). A passagem de um sistema significante a outro, da palavra à tela o sentido simbólico nos leva ao interpretante do signo imagético icônico, ou seja, as cores e formas indígenas. Para a cultura Kadiwéu<sup>4</sup>:

---

<sup>4</sup> Os índios **Cadiuéu** ou **Kadiuéu** (grifo nosso) são descendentes dos famosos Mbaya-Guaicurus, “Índios Cavalheiros do Pantanal”, famosos no passado por terem sido excelentes guerreiros. Nos conflitos escondiam-se no dorso dos cavalos para iludir os inimigos, fazendo-os crer que os animais estavam sem montaria. Destacaram-se pela tenaz resistência, imposta aos espanhóis e portugueses, em conflitos na bacia do rio Paraguai quando da colonização do Brasil. (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 135).

[...] os motivos são usados nas pinturas corpóreas e nas cerâmicas, são relativamente simples, tais como espirais, “esses”, cruces, losangos, gregas e volutas, mas combinados de tal forma que cada obra possui um caráter original Transvestindo-se de formas diversas através da pintura - seja pássaro, bicho ou peixe - o homem kadiwéu busca abstratamente uma chave para que, entre cultos e cerimônias, possa ficar semelhante aos animais ou pássaros que ele tanto respeita e também inveja, o corpo constitui-se como suporte para a arte (aliás são as mulheres as artistas do corpo). Ao se transmutar, através do grafismo o índio torna-se, assim, parte do meio, fundindo-se com o reino animal e vegetal. (CHACAROSQUITORCHI, 2008, p. 136)

Desta forma, é claro o processo de transmutação do código verbal para o da imagem feito por Humberto ao determinar um título que representa e garante a produção cultural de dispositivos intersemióticos, sobretudo na configuração de uma discursividade plástica. Ou seja, a Tradução Intersemiótica se pauta, então, pelo uso material dos suportes, cujas qualidades e estruturas são os interpretantes dos signos que absorvem, servindo como interfaces. Sendo assim, o operador tradutor, para nós, é mais do que a “interpretação dos signos linguísticos por outros não-linguísticos”. (PLAZA, 2001, p.67).

É a expressão da imagem que inscreve a perspectiva enunciativa do objeto, redimensionando a possibilidade das manifestações socioculturais e artísticas. Tais procedimentos tornam a densidade do enunciado provisória e criam processos mosaicos de construção de sentidos. Na esteira deste pensamento, afirma Alberto Manguel:

As imagens assim como as histórias nos informam [...] As imagens que formam nosso mundo são símbolos, sinais mensagens ou alegorias. Ou talvez sejam apenas presenças vazias, que completamos com nosso desejo, experiência, questionamento ou remorso. Qualquer que seja o nosso caso, as imagens, assim como as palavras, são matérias de que somos feitos. (MANGUEL, 2001, p. 21)

Por sua vez, o conceito de semiosfera – que acompanha a maturidade do pensamento semiótico russo, fundamentado na

teoria da biosfera do químico V. I. Vernádski e do dialogismo de M. Bakhtin – foi formulado por Lotman, para exprimir a cultura como um organismo que não separa aspectos biológicos de aspectos culturais. Lotman (1996) criou o termo semiosfera, por analogia ao termo biosfera, para designar o funcionamento dos sistemas de significações de diversos tipos e níveis de organização.

Trata-se de um espaço semiótico, dentro do qual se realizam os processos comunicativos e a produção de novas informações. É impossível haver semiose fora da semiosfera. O conceito de semiosfera corresponde portanto, a conexão de sistemas e geração de novos textos. Trata-se de um espaço que possibilita a realização dos processos comunicativos e a produção de novas informações, funcionando como um conjunto de diferentes textos e linguagens.

É sob esta perspectiva que Espíndola edifica sua arte plástica, dentro da semiosfera mato-grossense, num processo que lemos enquanto texto semiótico e de cultura, fazendo aproximações que são possíveis devido às afinidades do gesto, do prazer, do corpo, da arte e de história, pois, como afirma Barthes: “a escritura/leitura se expande ao infinito, compromete o homem, seu corpo e sua história; é um ato pânico, cuja única definição certamente é o que não para em lugar nenhum” (BARTHES, 1970, apud CHACAROSQUI-TORCHI, 2010, p. 68).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser aberta a sentidos vários e interpretações diversas, a obra de Espíndola transcende a totalidade unitária e harmoniosa e assim assume a lógica de uma composição que conserva os traços da fissura. Portanto, ponderamos que este artista, consegue arquitetar uma obra, assim como nosso poeta maior Manoel de Barros, que “contaminada pelos princípios inseridos na dinâmica da mestiçagem, que defende a premissa de que o devir não se adivinha já que sua alteração é uma constante” (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008 p. 147).

As pinturas artísticas de Espíndola operam “através da lógica da desintegração de formas e da recuperação de fragmentos” (SANTOS, 2006, p. 208), construindo assim uma nova lógica que nos lembra Bakhtin (1988) ao falar de um texto amalgamado, porém embebido em alteridade, em que convergem dois discursos diversamente orientados.

Para Boaventura de Souza Santos (2006), este tipo de procedimento “produtivo-destrutivo tende a refletir as relações de poder entre as formas culturais originais (ou seja, os grupos culturais que as sustentam)”. Por isto a mestiçagem, no caso de Espíndola, favorecida pela subjetividade barroca substitui essas relações de poder por “uma autoridade do partilhamento, uma autoridade mestiça” (SANTOS, 2006, p. 208).

Espíndola, portanto, ao materializar suas telas, imprime um texto de cultura “como intersecção de linguagens uma vez que não podemos considerá-la como uma estrutura fechada e estática. Seu dinamismo requer um olhar que perceba a interferência” (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 107), em um diálogo entre vários sistemas de linguagens que no processo de interação agem como interpretantes da cultura. Desta forma, a cultura:

[...] apresenta-se, assim, como um mecanismo dinâmico que traduz mensagens em novos textos ou sistemas de signos. Por isso “a própria existência da cultura pressupõe a construção dum sistema de regras para a tradução da experiência imediata em texto”. (LOTMAN; USPENSKI, 1981, p. 41)

Desta forma, acreditamos que a obra de Humberto Espíndola é mestiça, pois “a obra de arte mestiça não responde a uma intenção de significação do artista, ou do leitor, mas abre-se a todas as interpretações possíveis”. (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 157). Por isto, nossa leitura é uma das possibilidades de análise, colhida no fulgor de uma visão, que permanece disponível e atenta ao outro, através de lógicas singulares, “de realização e variação, flutuantes e mestiças, que se inscrevem nos modos de organização do pensamento e da leitura” (CHACAROSQUI-TORCHI, 2008, p. 157).

Como toda observação tem por trás de si um referencial teórico, fica claro que a obra em estudo só pode ser descrita por conceitos flutuantes. Por isto o alicerçamento deste estudo em teorias que fogem do ensimesmamento e que, por sua vez, tendem a excluir o entorno da cultura. Pois, como diz Martín-Barbero (2002, p. 16) “os tempos não estão para a síntese (...)”. Isto posto, chegamos a um rejunte possível, mas não definitivo, que em um processo de análise em mosaico, procedimento artístico híbrido/ mestiço em que a construção se faz pela desconstrução, nos leva a pensar que cada caco, cada pedaço, cada cor, se transformará a cada leitura, alterando a imagem e a textura do mesmo.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (VOLÓCHINOV, V.). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michél Lahud e Yara Frateschi. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

CATUNDA, Marta. **A B C de Encontros Sonoros**: entre os cotidianos da educação ambiental. São Paulo: Edições Hipótese, 2016.

CHACAROSQUI-TORCHI, Gicelma da F. **Por um Cinema de Poesia Mestiço**: o filme Caramujo-flor de Joel Pizzini e a obra poética de Manoel de Barros. 2008. 178f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHACAROSQUI-TORCHI, Gicelma da F. Faces Semióticas e Cinchos de Intermediação, o Caso Manoel de Barros na Cultura Mosaico e Mestiça Sul-Mato-Grossense. **Raído**, Dourados, MS, v. 4, n. 8, p. 43-62, jul./dez. 2010.



EISENSTEIN, Sergei. **A Forma do Filme**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2002.

ESPÍNDOLA, Humberto. Humberto Espíndola. In: ROSA, M. G. S; MENEGAZZO, M. A; RODRIGUES, I. N. D. **Memória da Arte em MS: histórias de vida**. Campo Grande: UFMS/ CECITEC, 1992.

FIGUEIREDO, Aline. **A Propósito do Boi**. Cuiabá: UFMT, 1994.

FIGUEIREDO, Aline. **Arte Aqui é Mato**. Cuiabá: UFMT, 1990.

FIGUEIREDO, Aline. **Artes Plásticas no Cento-Oeste**. Cuiabá: UFMT/MACP, 1979.

HATOUM, Milton. **Relato de um Certo Oriente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRISTEVA, Julia. A Palavra, o Diálogo e o Romance. In:\_\_\_\_\_. **Introdução à Semanálise**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LOTMAN, Iuri. **A Estrutura do Texto Artístico**. Trad. Maria do Carmo V. Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Estampa, 1978. (Coleção Teoria, n. 41).

LOTMAN, Iuri. **La Semiosfera I: Semiótica de la Cultura y del Texto**. Valência (ESP): Ediciones Catedra, 1998.

LOTMAN, Iuri. **La Semiosfera II: Semiótica de la Cultura, del Texto, de la Conducta y del Espacio**. Valência (ESP): Ediciones Catedra, 1998.

LOTMAN, Iuri. O Fenômeno da Arte. In: VOLKOVA-AMÉRICO, Ekaterina. **Alguns Aspectos da Semiótica da Cultura de Iúri**

**Lotman.** 2012. 343f. Tese. (Doutorado em Literatura e Cultura Russa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012b.

LOTMAN, Iuri. O Problema do Texto. In: VOLKOVA-AMÉRICO, Ekaterina. **Alguns Aspectos da Semiótica da Cultura de Iúri Lotman.** 2012. 343f. Tese. (Doutorado em Literatura e Cultura Russa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a.

LOTMAN, Iuri; USPENSKI, Bóris. "Sobre o mecanismo Semiótico da Cultura". In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; IVANOV, V. **Ensaio de Semiótica Soviética.** Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

MACHADO, Irene (org). **Semiótica da Cultura e Semiosfera.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica:** a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2003.

MACHADO, Irene. Texto como Enunciação: a abordagem de Mikhail Bakhtin. **Língua e Literatura.** São Paulo, n. 22, p. 89-105, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/2PUkH1K>>. Acesso: nov-2019.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens:** uma história de amor e ódio. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Saraiva, 2002.

MENEGAZZO, Maria Adélia. **Alquimia do Verbo e das Tintas nas Poéticas de Vanguarda.** Campo Grande: UFMS/ CECITEC, 1991.

PÍCOLO, Sandra Regina; **Memória Textual em Formatos Midiáticos de Diferentes Épocas:** reconfiguração do conto "O enfermeiro", de Machado de Assis: da imprensa ao cinema e à história em quadrinhos. 2010. 241f. Tese (Doutorado em Ciências

da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo – ECA/ USP, São Paulo, 2010.

PLAZA, Julio. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ROSA, Maria da Glória Sá. Humberto Espíndola. In: PELLEGRINI, F; REINO, D. (orgs.). **Vozes das Artes Plásticas**. Campo Grande: FCMS, 2013.

ROSA, Maria da Glória Sá; DUNCAN, Idara; PENTEADO, Yara. **Artes Plásticas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Edição das Autoras, 2005.

SANTOS, Boaventura S. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SIGNIFICADOS. **Significado de Mandala**. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/39a6O7a>>. Acesso: dez-2019.

VIGOTSKI, Lev. S. **Psicologia da Arte**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

UM DIÁLOGO ENTRE A ANÁLISE DO DISCURSO E A  
TEORIA DO ROMANCE BAKHTINIANA:  
A AUTOCONSCIÊNCIA FEMININA, EM  
ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA, DE JOSÉ SARAMAGO

Tatiana Emediato Corrêa  
Gláucia Muniz Lara Proença  
Ida Lucia Machado

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, apresentamos um diálogo entre a Análise do Discurso de linha francesa e a Teoria Bakhtiniana do Romance, com relação à autoconsciência da personagem feminina na obra de José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira* (1995)<sup>1</sup>, passando também pelo conceito de dialogismo. Analisamos alguns dos discursos produzidos na e por essa obra literária, buscando os eventuais efeitos de sentido que eles podem provocar e, assim agindo, tentamos também desvelar os mecanismos de uma escritura que coloca em relevo imagens/representações femininas.

Em linhas gerais, o enredo do romance fala de uma epidemia que se alastra por todo um país: uma cegueira branca contagiosa que não tem explicação científica e que afeta todos os habitantes, menos um: a personagem/protagonista denominada *a mulher do médico*. As personagens do livro, como se vê, não são nomeadas; são supostamente anônimas (supostamente porque mesmo sem nomes próprios são individualizadas). Não há também uma precisão de onde acontece a epidemia, de onde se desenrola a

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é parte da pesquisa de mestrado intitulada *Discursos e representações da sobre a mulher em "Ensaio sobre a cegueira", de José Saramago*, que teve como objetivo estabelecer uma identificação e, ao mesmo tempo, uma discussão sobre os elementos discursivos que construíram as imagens femininas no referido romance.

história. Com referência a esses aspectos, podemos pensar que existe uma intenção da parte do autor de universalizar as pessoas e o ambiente. Saramago busca colocar em evidência o comportamento humano diante do caos e de nos fazer refletir sobre a insignificância da raça humana ao se deparar com a falta de um sentido tão importante para a vida como a visão (sua e do outro). No romance são despertados instintos selvagens nas pessoas, tais como violência, agressividade, prepotência e ira, sintomas que se mostram bastante evidentes no mundo de hoje.

Feita essa rápida introdução, passemos às questões teórico-metodológicas, antes de apresentar as análises.

## **PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DO DISCURSO E DOS ESTUDOS BAKHTINIANOS**

Para Maingueneau (1997), a análise do discurso (AD) traz sua contribuição às hermenêuticas contemporâneas e, como toda hermenêutica, supõe que um sentido deve ser encontrado, sentido esse que está oculto, inacessível sem uma técnica adequada. No entanto, a AD não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos, mas apenas construir procedimentos que exponham o olhar-leitor à ação estratégica de um sujeito. Mello (2003, p. 34) afirma que, após a teoria da enunciação, “[...] o sujeito re-toma seu lugar no ato da linguagem, assumindo seu papel, sua identidade, seu estatuto”, uma vez que o estruturalismo ocultou esse sujeito de múltiplas formas.

A AD busca, assim, construir interpretações sem jamais neutralizá-las num discurso sobre o discurso, tampouco tem pretensões universais. Ela estuda a linguagem onde esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais e em conjunturas históricas. Para os estudiosos em análise do discurso, a linguagem está marcada por uma dualidade radical: ela é atravessada por investimentos formais e por investimentos subjetivos e sociais. Não há discurso senão em decorrência de uma relação intrínseca entre um interior (as

categorias da língua) e um exterior (a dimensão propriamente social que interpela os sujeitos).

Maingueneau (1997, p. 13-14) propõe uma primeira definição para a AD como disciplina: ela consistiria num estudo que se apoia sobre os conceitos e métodos da linguística, mas vai além deles, considerando outras dimensões. No seu entender, a AD se ocupa de textos produzidos “no âmbito de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais etc.; que delimitam um espaço próprio no interior de um interdiscurso limitado”.

A AD, como afirma Maingueneau (1997), estaria ligada a arquivos, e não a exemplos de gramática, relacionando-se, pois, com a finitude ou a “raridade” do enunciado, tal como propunha Michel Foucault:

Esta raridade de enunciados, a forma lacunar e fragmentada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas podem ser ditas, explicam que os enunciados não são, como o ar que respiramos, de uma transparência infinita, mas coisas que se transmitem e se conservam, que têm um certo valor, e das quais buscamos nos apropriar (*apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 23).

Desse modo, não se trata de examinar um *corpus*, considerando-o como a produção de um dado sujeito, mas de tomar sua enunciação como correlata a uma certa posição sócio-histórica, na qual os enunciadores mostram-se substituíveis (MAINGUENEAU, 1997, p. 14).

Do ponto de vista de sua emergência, a AD dita de linha francesa, corrente iniciada por Pêcheux nos anos 1960, surgiu, como ressalta Maingueneau, da articulação entre uma dada conjuntura intelectual – aquela que, sob a égide do estruturalismo, envolveu um “diálogo” entre a linguística, o marxismo e psicanálise – e a prática da explicação dos textos em escolas da França. Em seu livro *Novas tendências em Análise do Discurso*, Maingueneau (1997, p. 10) introduz um breve comentário, atribuído a Culioli, sobre essa prática escolar: “a França é um país onde a literatura desempenha um grande papel, sendo possível

questionar se a análise do discurso não seria uma maneira de substituir a explicação de textos como forma de exercício escolar”.

No entanto, segundo Maingueneau (1997), a AD ultrapassa a prática de interpretação textual que lhe é anterior, buscando sempre, de uma forma mais profunda, a compreensão do texto como um objeto que transcende sua materialidade linguística ou seu conteúdo explícito.

Essa corrente francesa espalhou-se por diversos centros de pesquisa e universidades do mundo e hoje podemos afirmar que muitos de seus adeptos trabalham não somente no campo dos estudos da linguagem, mas também no campo da sociologia, no da antropologia, no da história, no do direito entre outros (o que atesta o caráter interdisciplinar da AD). Diversas perspectivas teóricas seguiram-se à de Pêcheux e assim, na atualidade, o mundo da AD mostra-se cada vez mais diversificado, permitindo-nos, inclusive, falar em ADs (no plural).

Isso aponta para a dimensão que a noção de discurso já abarca em suas origens. Assim, o texto, em que esse discurso se manifesta (se materializa), surge como um objeto-sintoma que deve ser relacionado com algo que lhe é exterior, porém, constitutivo de sua própria materialidade interna. O discurso é, pois, fundamentalmente heterogêneo. Ele é marcado em superfície pela alteridade, mas também em outro nível (mais amplo), a alteridade é constitutiva de todo discurso.

A questão da heterogeneidade enunciativa remete a Bakhtin (1993). Com efeito, foi ele quem primeiro pôs em dúvida a unicidade do sujeito falante, propondo a noção de dialogismo, que se manifesta de diversas formas no discurso romanesco que ele, particularmente, estudou. O autor vê a pluralidade de vozes em diferentes dimensões:

- pela representação da multiplicidade de idioletos: dialetos regionais, jargões profissionais, gírias diversas etc.;
- pela dimensão intertextual, ou seja, pela capacidade de um discurso se associar a outros discursos sobre o mesmo tema;

- pela dimensão interpretativa, ou seja, pelo fato de a compreensão ser dialética, implicando a resposta que ele condiciona;

- pela dimensão produtiva, através dos diferentes modos do discurso relatado.

Baseando-nos no que foi dito, podemos compreender que o autor do livro *Ensaio sobre a cegueira*, mesmo quando não coloca em cena uma personagem específica enunciando um ponto de vista correlato ao seu próprio ou à sua própria intencionalidade (por exemplo, a de propor uma moral para a história), deixa isso implícito por meio da dimensão interpretativa, ou seja, por aquilo que implica uma compreensão dialética prevista como uma possibilidade na relação que o leitor manterá com o texto durante a leitura e das conclusões que ele tirará da história assim constituída.

## **ANÁLISE DO DISCURSO E LITERATURA**

A AD pode nos conduzir a uma apreensão bem mais profunda do sentido dos textos literários, relacionando-os com as condições que possibilitam sua emergência, com as regulações que agem e normatizam a prática discursiva, com as representações de que o texto se faz suporte, enfim, com a problemática que envolve sujeitos diversos numa relação intersubjetiva. Faz-se necessário captar um sentido implícito do texto, mais ou menos codificado, pois a configuração textual, o seu lado “interno”, remete-nos sempre a uma exterioridade que também o constitui como sua condição de possibilidade.

O discurso literário pode ser visto como uma prática na qual se interpela o leitor a realizar uma reflexão sobre o tema proposto no enredo de uma dada narrativa. Num romance, por exemplo, podemos encontrar diversas formações discursivas que nos permitem analisar os sujeitos enunciadores ali presentes, bem como os caminhos que eles tomam para, de certa forma, apresentar seus posicionamentos e ideologias. A teia interdiscursiva permite desvelar os diversos discursos e a



memória discursiva que se imbricam na/com a narrativa. O romance não se restringe, pois, ao ato de contar uma história. Ele transmite imaginários existentes na sociedade e revela representações dos sujeitos que nela se inserem. Logo, nesse mundo interdiscursivo podemos traçar identidades que, por sua vez, podem revelar esses diversos discursos e memórias.

Nosso embasamento teórico, via AD, sobre a relação entre literatura e discurso passa, naturalmente, como já foi mostrado antes, pelos estudos de Bakhtin (2005). Nesses estudos, o autor afirma que a língua não é algo somente de ordem estrutural; que é através da língua(gem) que o indivíduo se comunica com alguma intenção de interpelar o outro. A partir daí (2005), o mestre russo inicia suas reflexões sobre o dialogismo – e a noção correlata de polifonia<sup>2</sup> – e analisa as personagens de Dostoievsky para demonstrar que, no discurso literário, há a presença de uma consciência construída por meio dos discursos e dos imaginários de uma dada sociedade. A enunciação seria, pois, no viés bakhtiniano, o produto da interação entre indivíduos socialmente organizados, entre o eu e o outro, sendo, pois, esse “outro” imprescindível para a própria concepção de sujeito nessa teoria. Logo, para o autor russo, “a vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo, interrogar, escutar, responder, concordar etc.” (BAKHTIN, 1963, *apud* CLARK; HOLQUIST, 1998, p. 13).

Portanto, a linguagem incorpora o social e, por meio dessa incorporação, revela traços da interação entre os sujeitos. O ato comunicacional se constitui pela presença de um discurso que se

---

<sup>2</sup> Em consonância com a posição de Barros (2003, p. 5-6), entendemos que “dialogismo” e “polifonia” se aproximam, na medida em que, se o primeiro faz referência à alteridade constitutiva do sujeito, que se constrói no seu “diálogo” com o outro (seja esse outro tomado como o(s) interlocutor(es) ou outros discursos), o segundo se refere a textos em que esse “diálogo” se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, em que essas vozes se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz. No entanto, a própria autora reconhece que os dois termos são muitas vezes utilizados como sinônimos.

liga a outros discursos e ao “outro”. Essa multiplicidade de vozes, que se perpetua de discurso a discurso, constitui o dialogismo da/na linguagem.

## **AMPLIANDO O DIALOGISMO EM BAKHTIN**

Tendo em vista que a noção de dialogismo é fundamental para a AD, julgamos importante aprofundar a discussão desse conceito. Para Bakhtin (2003), existem dois princípios dialógicos: o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos. Logo, a linguagem não se dá individualmente. Ele separa essas duas concepções para assinalar o papel de cada uma dentro do discurso (e – acrescentamos – do texto que materializa esse discurso).

O diálogo entre os interlocutores só se dá pela interação entre indivíduos socialmente organizados. Sem ela não é possível conceber o processo da linguagem. O texto, bem como suas unidades, depende da relação entre os sujeitos do ato de linguagem: daquele que o produz e daquele que o interpreta. Vemos, então, nessa primeira concepção, o dialogismo como um processo fundamentalmente interacional. O diálogo entre discursos, por sua vez, se dá na relação entre discursos que circulam numa dada conjuntura sócio-histórica-ideológica. Para tanto, faz-se necessário observar as relações que o discurso mantém com o contexto.

Ao abordar o dialogismo bakhtiniano, Barros (2013) afirma que é necessário esclarecer alguns pontos relevantes sobre a teoria. Primeiramente, é preciso observar que as relações do discurso com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com o outro são, para Bakhtin, relações entre discursos-enunciados; em segundo lugar, o dialogismo, assim concebido, define o texto como um tecido de muitas vozes – ou de muitos discursos – que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto; a terceira e última observação é sobre o caráter ideológico dos discursos assim definidos (BARROS, 2013, p. 33).

Portanto, o dialogismo se caracteriza pelo conjunto de vozes, ou seja, pelos discursos que se misturam e “dialogam” (polemizam, harmonizam-se etc.) no interior do texto. Essa constatação remete, como se vê, ao segundo princípio dialógico citado anteriormente: o diálogo entre discursos.

Após ter abordado, de forma panorâmica, as teorias e os conceitos que nos serviram de base para a construção deste artigo, passemos à sua interpretação. Nesse sentido, lembramos que se trata de uma interpretação entre tantas, ou, nas palavras de Charaudeau (1983, p. 46), algo que reflete apenas “um possível interpretativo” da obra em pauta.

## **ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA E A QUESTÃO DA AUTOCONSCIÊNCIA NA TEORIA BAKHTINIANA DO ROMANCE**

Um discurso nasce de algo já dito e se enuncia sempre a partir de uma dada posição; constrói-se novamente a partir dos arquivos e interpela seu destinatário a ocupar também uma dada posição. Uma das preocupações centrais de Bakhtin é com a diversidade de discursos. O mestre russo estuda, assim, a obra literária sob o signo da pluralidade (BAKHTIN, 1993). Por essa razão, diversas linhas de pesquisa podem beneficiar-se dos trabalhos de Bakhtin. Um dos mais fiéis objetivos desse teórico era a compreensão dos fatores que tornam possível o diálogo e a interação entre os homens.

No âmbito da literatura especificamente, Bakhtin (2005), em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, procura definir o romance polifônico como aquele movido por diversas vozes (ideológicas). Percebe, nesse estudo, que as vozes das personagens são plenas de valor e interagem umas com as outras em posição de igualdade. No que tange ao herói dostoiévskiano, vemos que ele

[...] tem competência ideológica e independência, é interpretado como autor de sua concepção filosófica própria e plena e não como objeto da visão artística

final do autor. Para a consciência dos críticos, o valor direto e pleno das palavras do herói desfaz o plano monológico e provoca resposta imediata, como se o herói não fosse objeto da palavra do autor, mas veículo de sua própria palavra, dotado de valor e poder plenos (BAKHTIN, 2005, p. 3).

Em *Ensaio sobre a cegueira*, podemos perceber que as personagens não explicitam suas posições ideológicas de forma direta, não recebem comentários vindos do escritor, nem são por ele qualificadas ideologicamente, de forma explícita e precisa. No entanto, Saramago, com sua arte de dizer não dizendo, deixa perceber, ao longo do livro, suas “visões de mundo” ou suas “ideologias”. Elas transparecem nas vozes e nas ações das personagens.

No livro, a protagonista (dita *a mulher do médico*), a exemplo do herói de Dostoiévski, mantém um discurso que ocorre ao lado daquele do escritor. Melhor explicando: a voz da “heroína” é plena, já que composta e cindida de várias vozes (entre elas a do escritor/autor). Assim, curiosamente, ainda que mantendo um discurso polifônico, a voz da *mulher do médico* mostra a ilusão da autonomia, como se não dependesse da palavra autoral, mas brotasse dela mesma, sem interferência de outras vozes. A arte de Saramago como escritor consegue, dessa forma, dar à personagem uma grande coerência e consciência.

Essa proeza do escritor faz com que a heroína ocupe um lugar destacado no mundo feminino da obra. As outras personagens femininas se agrupam em torno dela, mas não são somente as femininas: as personagens masculinas acabam por ser, sobretudo no final da obra, comandadas pela voz desta que realmente sente e, sobretudo, vê – no sentido visual, mas também no sentido mais profundo, o da consciência – o caos do mundo à sua volta.

Lembramos que o discurso de Saramago, assim como outros discursos “tecidos” no âmbito da literatura contemporânea, evidencia um emaranhado de pensamentos fragmentados, pois retrata (quase sempre) um mundo dividido pela ambição, pela disputa do poder e pela exacerbação da individualidade. Segundo Gomes (1993, p. 85),

A consciência do autor, mediando as relações entre o mundo e o público leitor, testemunha um tempo que sofre mudanças contínuas e torna-se um intérprete dessas mesmas mudanças e um criador de possibilidades, para além daquilo que é meramente factual. O romance, portanto, acabará por manter relações extremamente ambíguas com a realidade: de certo ângulo, submete-se a ele, ao se transformar num espelho, num reflexo do histórico.

Quem escreve como Saramago confere às suas palavras um propósito determinado: ele tem um “objeto” de que faz uso em seus livros, por meio da elaboração de discursos outros, que ali são (re)contextualizados. Temos, pois, múltiplos discursos dentro de um discurso maior. A voz do autor interage com várias outras vozes.

Nessa perspectiva, as personagens são construídas e inseridas num texto para transmitir as diversas vozes presentes em discursos que circulam socialmente. Para Bakhtin (2005), a voz da personagem é independente, possui relativa liberdade e é formada pelos discursos de outrem. A personagem não é mais aquela sobre a qual podemos responder “quem ela é”, com traços tipicamente sociais e fisiológicos definidos, traços rígidos contidos numa imagem determinada, mas, sim, aquela que se interessa por si mesma e pelo mundo que a rodeia. Isso seria o princípio da autoconsciência da personagem. Bakhtin (2005) explica as personagens da seguinte forma:

Enquanto ponto de vista, enquanto concepção de mundo e de si mesma, a personagem requer métodos absolutamente específicos de revelação e de caracterização artística. Isto porque o que deve ser revelado e caracterizado não é o ser determinado da personagem, não é a sua imagem rígida, mas o resultado definitivo de sua consciência e autoconsciência, em suma. A última palavra da personagem sobre si mesma e sobre seu mundo (BAKHTIN, 2005, p. 46-47).

Ou seja, o que importa, de fato, é o que a personagem carrega em sua autoconsciência. Sua atitude dependerá, pois, dela própria e da sua relação com o mundo no qual está inserida. Complementando a citação anterior, diz Bakhtin (2005, p. 47): “não são os traços da realidade – da própria personagem e de sua

ambiência – que constituem aqueles elementos dos quais se forma a imagem da personagem, mas o valor de tais traços para ela mesma, para a sua autoconsciência”.

Tudo aquilo de que se serve o autor para criar o perfil de uma personagem transforma-se em objeto de reflexão para ela mesma. Ou seja, aquilo que nos permite responder quem é essa personagem deixa de ser seu princípio de criação; a personagem deve ser designada a partir de sua autoconsciência. Porém, é preciso ressaltar que, de acordo com Bakhtin (2005), se o autor reserva ao herói a última palavra, ele não o constrói com palavras que lhe seriam estranhas, mas com as próprias palavras do herói sobre si mesmo e sobre seu mundo.

A autoconsciência, enquanto dominante artístico da construção da personagem, não pode situar-se em concomitância com outros traços da sua imagem; ela absorve esses traços como matéria sua e os priva de qualquer força que determina e conclui a personagem (BAKHTIN, 2005, p. 49).

De modo mais geral, considerando o romance *Ensaio Sobre a Cegueira* como polifônico, admitimos que as vozes que o percorrem podem ser imputadas a diversos enunciadores, cada um com a “voz” que lhe é própria, resultando a construção do sentido do jogo que ali se instaura entre formações discursivas concorrentes. Destaque-se, porém, que, na obra em foco, Saramago leva em conta, sobretudo, as vozes das personagens femininas. São elas que ali assumem uma certa proeminência. O escritor português, ao dar ao seu *Ensaio* uma certa configuração, não deixa, assim, de nos propor uma determinada leitura do mundo. Ele conduz o leitor a um conjunto de reflexões pela forma como as organiza em seu discurso.

É por isso que acreditamos que, para entender o texto literário, o leitor não pode se ater a uma interpretação superficial, mas deve apreender as condições que permitiram que tal texto emergisse daquela forma e não de outra.

É importante observar que as personagens femininas de Saramago, em *Ensaio sobre a cegueira*, não falam de si explicitamente, mas reconhecemos o que são pelo que fazem e pelo que dizem acerca das situações que vivenciam. No entanto, elas têm, às vezes, suas ações e seus ditos qualificados, o que denota traços e representações (muitos deles estereotipados), como é o caso, por exemplo, de passagens como esta: “A mulher vinha a entrar, nervosa, transtornada...” (p. 20). Eis um traço passível de evocar o tão propalado (pela *vox populi* machista) componente histérico, como sendo algo natural do feminino. Mas essa é uma das muitas formas de ironizar escolhidas por Saramago.

A ironia procede por contrastes. E contrastes existem no livro. Por exemplo, à voz doce e sábia da *mulher do médico* contrapõe-se a voz do macho grosseiro que exige submissão da mulher ao seu poder:

*No dia seguinte, à hora do jantar, se uns míseros pedaços de pão duro e carne bafienta mereciam tal nome, apareceram à porta da camarata três cegos, vindos do outro lado, Quantas mulheres têm vocês aqui, perguntou um deles. Seis, respondeu a mulher do médico, com a boa intenção de deixar de fora a cega das insônias, mas ela emendou em voz apagada, Somos sete. Os cegos riram, Ó diabo, disse um, então vocês vão ter de trabalhar muito essa noite, e outro sugeriu, Talvez fosse melhor ir buscar reforço à camarata a seguir, Não vale a pena, disse o terceiro cego, que sabia aritmética, praticamente são três homens para cada mulher, elas aguentam, Riram todos outra vez, e o que tinha perguntado quantas mulheres havia deu a ordem, Quando acabarem vão ter conosco, e acrescentou, Isto é se quiserem comer amanhã e dar de mamar aos vossos homens.” (SARAMAGO, 1995, p. 173).*

A questão é: por que o escritor, de forma irônica ou cínica, joga diante de nossos olhos tais atitudes?

Ora, para discorrer sobre a autoconsciência feminina (BAKHTIN, 2005), em *Ensaio sobre a cegueira*, é preciso abordar o discurso ideológico do/sobre o feminino encontrado no romance de Saramago. O autor mobiliza e registra, amplamente, no discurso (e nos fazeres, atitudes e comportamentos) de suas personagens uma ideologia impregnada de valores (sociais,

econômicos e figurativos) existentes em nossa sociedade no que se refere ao papel da mulher.

O discurso das personagens femininas é construído a partir desses valores, possuindo traços que não apenas contribuem para formar a imagem das personagens, mas também lhes dão espaço para desenvolver seus próprios papéis, através de elementos retirados da sua própria realidade. Desse modo, tudo aquilo que representa uma personagem, ou seja, o conjunto de traços que constituem seu perfil é construído a partir de sua própria visão, transformando-se, então, em objeto de sua autoconsciência. Os traços de sua imagem, ou seja, traços de sua aparência externa, visão essa dada pelo autor (por meio da “voz” do narrador), são colocados em concomitância com a imagem enriquecedora construída através da sua autoconsciência. O autor parece agir de forma a obrigar a personagem a analisar sua figura e a encontrar sua verdadeira função através do seu próprio espelho.

A construção do discurso das personagens femininas – sobretudo o da heroína<sup>3</sup> – em *Ensaio sobre a cegueira* fundamenta-se, assim, na constatação da própria autoconsciência da personagem, observada pelo prisma do seu discurso ideológico. O autor não se limita à sua ótica pessoal para construir a personagem, mas, sim, permite que ela se introduza no campo da análise de si mesma e se autoafirme.

A protagonista de *Ensaio sobre a cegueira*, em todo o desenrolar do romance, sabe que seu papel é o de resolver os problemas de todos que ali tentam sobreviver em meio ao caos generalizado. Em outras palavras: *a mulher do médico* traz, em sua consciência, a responsabilidade de conduzir, da melhor maneira possível, a situação. Portanto, seu lugar no romance é o de mostrar um certo papel da mulher; é o de representar uma

---

<sup>3</sup> A autoconsciência da protagonista (*a mulher do médico*) é dominante em toda a narrativa. Ela se torna, assim, merecidamente independente e parece existir paralelamente ao modo de se comunicar do autor. O plano do autor é torná-la autônoma, mesmo sendo ele, de fato, o seu criador.



ideologia “feminina” (se se pode dizer assim); é o de conquistar o espaço feminino na sociedade. Ilustremos essas afirmações com uma passagem do romance em que a supracitada personagem passa informações ao marido sobre a chegada de um cego e se mostra consciente de sua função de “olhos do marido”:

*Baixinho, como de costume, para não descobrir o segredo de sua presença ali, a mulher do médico sussurrou ao ouvido do marido, Talvez tenha sido também teu doente, é um homem de idade, calvo, de cabelos brancos, e traz uma venda preta num dos olhos, lembro-me de que falaste dele, Que olho, o esquerdo, Deve ser ele (SARAMAGO, 1995, p. 119).*

Desse modo, a mulher do médico desempenha um papel fundamental no romance saramaguiano: paradoxalmente (dada a função *menor* atribuída à mulher em nossa sociedade), o de guiar os homens perante o caos, por meio do equilíbrio presente em sua (auto)consciência. Nesse momento, a personagem se torna livre, uma vez que suas ações são independentes,

[...] pois tudo aquilo que no plano do autor a tornara definida, por assim dizer, sentenciada, aquilo que a qualificara de uma vez por todas como imagem acabada da realidade, tudo isso passa agora a funcionar não como forma que conclui a personagem mas como material de sua autoconsciência (BAKHTIN, 2005, p. 51).

A principal personagem do romance tem, assim, a capacidade de tomar consciência de si, perante o mundo em que vive. Ora, para Bakhtin (2005), a autoconsciência, não podendo situar-se em concomitância com outros traços da imagem da personagem, absorve esses traços como matéria sua e os priva de qualquer força que determine e conclua a personagem.

Diante disso, percebemos que essa autoconsciência não é mais um traço que o autor conferiu à personagem e, sim, a representação dela como um todo, uma vez que tal traço por si só absorve todos os outros, sem que o autor necessite fazer uma descrição detalhada dessa figura feminina. Ela nunca deixa, pois, de ser o que realmente é, o que realmente o autor construiu para ela. Em última análise, o

autor a determina, a representa e a constrói ao conceder-lhe, tão bakhtinianamente, essa autoconsciência.

A personagem conserva sua personalidade, mas também seus desejos e suas limitações. Ela se indaga, muitas vezes, sobre suas próprias ações através de julgamentos pré-determinados na/pela sociedade. A passagem abaixo nos fornece um exemplo disso:

*Se tu pudesses ver o que eu sou obrigada a ver, quererias estar cego, Acredito, mas não preciso, cego já estou, Perdoa-me, meu querido, se tu soubesses, Sei, sei, levei a minha vida a olhar para dentro dos olhos das pessoas, é o único lugar do corpo onde talvez ainda existia alma, e se eles se perderam, Amanhã vou dizer-lhes que vejo, Oxalá não venhas a ter de arrepender-te, Amanhã lhes direi, fez uma pausa e acrescentou, Se não tiver eu finalmente entrado também neste mundo (SARAMAGO, 1995, p. 135).*

Vemos, assim, que a mulher do médico, em *Ensaio sobre a cegueira*, não possui uma imagem fixa, ou seja, ela não é determinada por traços rígidos, dados pelo autor. Ela possui uma autoconsciência pela qual passam suas atitudes e ações. Observemos o fragmento abaixo em que os cegos, ensandecidos dizem-se donos da comida e, por isso, querem vendê-la:

*[...] a comida precisa ser vendida, quem quiser comer, paga, Pagamos como, perguntou a mulher do médico, Eu disse que não queria que ninguém falasse, berrou o da pistola, agitando a arma à sua frente, Alguém terá de falar, precisamos saber como devemos proceder, aonde vamos buscar a comida, se vamos todos juntos ou um de cada vez, Esta está-se a armar em esperta, comentou um do grupo, se lhe deres um tiro é uma boca a menos a comer, Visse-a eu, e já tinha uma bala na barriga (SARAMAGO, 1995, p. 41).*

O objeto do discurso da protagonista está inserido no conjunto de suas ações. Seus comportamentos e falas estão ligados aos imaginários que circulam no contexto social, desembocando no que poderíamos chamar de “momentos discursivos”, influenciados pelos diversos posicionamentos que transitam e se misturam no discurso.

Pelas questões comentadas até aqui, vemos que Saramago tem como objeto a mulher formada, principalmente, por elementos

relevantes de seu posicionamento perante determinada(s) situação(ões). Ela pode tomar posições de acordo com a sua autoconsciência, estando essa autoconsciência voltada para a autoafirmação da mulher, construída por meio das personagens femininas de *Ensaio sobre a cegueira*. O eco de outras vozes, porém, está presente nos discursos dessas personagens e remete seja aos estereótipos do masculino, seja aos estereótipos do feminino que circulam na sociedade fictícia do mundo do cego – e que representam as marcas da nossa sociedade tal como ela é – e que também integram o romance (ainda que para serem questionados).

Nessa perspectiva, um dos traços que parecem recorrentes nas personagens femininas de *Ensaio sobre a cegueira* é o da mulher consoladora, que busca atenuar o drama da doença, mesmo em se tratando de um desconhecido. Essa atitude busca recusar a realidade que aflige o cego e levá-lo a vislumbrar melhores dias, como nesta primeira ação feminina no romance, diante da constatação da cegueira do primeiro cego, feita por uma transeunte: “Isso passa, vai ver que isso passa, às vezes são nervos, disse uma mulher” (SARAMAGO, 1995, p. 12).

Nota-se que o narrador cuida de designá-la de modo indeterminado, como exemplar de uma classe: “[...] disse uma mulher”. Essa atitude parece evocar uma figura feminina exemplar, extraída de uma classe e dela servindo de representante. Assim, a figura que surge – a da mulher que consola, que atenua o mal, carinhosa e otimista – espraia-se pela classe à qual pertence, propondo, numa dimensão interpretativa, considerá-la como imanente à categoria do feminino. “Coisa de mulher”, “atitude feminina”, eis todo um universo feminino a ser reconhecido pelo leitor e a desempenhar um papel evocador de um imaginário sobre a mulher e suas características supostamente intrínsecas (e positivas). Essas atitudes se repetem na obra, como em: “Pobrezinho, como foi que te aconteceu isso, perguntava compadecida, enquanto desfazia a improvisada atadura” (SARAMAGO, 1995, p.17).

Aqui, à atitude consoladora junta-se a atitude afetiva (“pobrezinho”), proposta como marca do feminino e liberada aos olhos do leitor como marca reconhecível, já que a dimensão interpretativa, sendo dialética, é marca do dialogismo para Bakhtin. Essa figura feminina solidária e afetiva também é desinteressada, como vemos em: “A mulher que falara de nervos foi de opinião que se devia chamar uma ambulância, transportar o pobrezinho ao hospital [...]” (SARAMAGO, 1995, p. 12).

Essa mulher que se compadece naturalmente, porque faz parte de um imaginário associado ao feminino, contrapõe-se a uma figura do masculino caracterizada, ao contrário, pelo interesse, como mostra o trecho abaixo, na interação entre o primeiro cego e o ladrão, também no início do romance: “[...] não sei como lhe hei-de agradecer, e o outro respondeu, Ora, não tem importância, hoje por si, amanhã por mim, não sabemos para o que estamos guardados [...]” (SARAMAGO, 1995, p. 13).

Ao consolo desinteressado da mulher no trecho anterior opõe-se, nesse último trecho, o auxílio interessado do homem, evocando duas figuras antinômicas que se definem pela interincompreensão<sup>4</sup>, que as marca como identidades distintas por uma diferença constitutiva.

Mulher nervosa, transtornada, que ralha ou, por outro lado, mulher carinhosa, consoladora, apaziguadora, são figuras estereotipadas de um feminino que não cessam de interpelar o reconhecimento do leitor e sua reflexão crítica sobre essas mesmas figuras. Ainda cabe notar aqui a presença da mulher que suspira, murmura, buscando, na modalização da voz, a calma, a paz, e, ao mesmo tempo, a expressão do pesar diante do sofrimento do outro: “Abanou a cabeça suspirando, a mulher tocou-lhe ao de leve na face,

---

<sup>4</sup> Por “interincompreensão”, devemos entender uma relação entre dois discursos (duas FDs) que se opõem no espaço interdiscursivo e, por essa razão, não se “entendem”, já que cada um(a) lê o discurso do(a) outro(a) segundo sua própria grelha semântica e, não, segundo as categorias desse(a) outro(a) (cf. MAINGUENEAU, 2008).

maneira de dizer Sossega, estou aqui, e ele deixou pender a cabeça para o ombro dela [...]” (SARAMAGO, 1995, p. 21).

Acreditamos que o ato de suspirar parece evocar, de imediato, uma atitude feminina, algo inerente à mulher, como se tanto o substantivo (suspiro), quanto o verbo (suspirar) tivessem sido criados para denotar o feminino, não sendo atribuíveis ao masculino. Ao suspiro, ao murmúrio junta-se o choro, expressão que, no imaginário, surge como marca do feminino e, no romance, repete-se em busca do reconhecimento: “Ela começou a chorar, agarrou-se a ele, Não é verdade, diz-me que não é verdade [...]” (SARAMAGO, 1995, p. 18).

Essas vozes que evocam representações estereotipadas – ou não – do feminino (e do masculino) em nossa sociedade, ainda que presentes, acabam sendo absorvidas pela autoconsciência da personagem principal, não por acaso uma mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Ensaio Sobre a Cegueira* é uma obra singular, única, que provoca o leitor a pensar e a se imaginar dentro uma questão inusitada: se, de repente não pudéssemos mais ver com os olhos? O que seria da sociedade? Sobreviveríamos sem a visão física das coisas? E mais ainda: como lidaríamos uns com os outros diante do caos? O escritor português José Saramago é detentor da capacidade de construir com precisão suas obras, recheando-as de detalhes que possibilitam ao leitor vivenciá-las de forma realista e até mesmo se incluir no texto narrado.

No que se refere à construção dos enunciados (a ressonância deles sendo dialógica e contínua), afirma Bakhtin que cada enunciado é cheio de ecos e reenvios a outros enunciados, aos quais ele se liga no interior de uma esfera comum de troca verbal. Para o autor, um enunciado deve ser tomado, antes de tudo, como uma resposta a enunciados anteriores, formulados no interior de um dado contexto, podendo recusá-los, confirmá-los, completá-los, neles apoiar-se, supor já conhecê-los, ou seja, conta com eles, de um modo

ou de outro. Nessa perspectiva, um enunciado não se volta apenas para seu objeto [seu propósito], mas também para o discurso do outro sobre esse mesmo objeto [ou propósito]. Logo, o enunciado é um elo na corrente que forma a troca verbal e não pode liberar-se dos elos anteriores que o determinam, tanto de dentro quando de fora, e que lhe suscitam reações/respostas imediatas e uma ressonância dialógica (BAKHTIN, 2003, p. 297-298).

As múltiplas visões de mundo interpelam o leitor do texto saramaguiano aqui analisado, fazendo-o mergulhar na vida das personagens, levando-o a criar hipóteses e a descobrir posicionamentos pertencentes aos imaginários que circulam em nossa sociedade, passando pela autoconsciência da heroína do romance.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

BARROS, D. L. P. de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 1-9.

BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013. p. 25-36.

CHARAUDEAU, P. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1983.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GOMES, A. C. **A voz itinerante**. São Paulo: Edusp, 1993.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MELLO, R. Os múltiplos sujeitos do discurso no texto literário. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2003. p. 33-50.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

## ELA(S) POR ELES, NÓS E BAKHTIN: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE *NOTAS SOBRE ELAS*

Natalia Aparecida Tiezzi Martins dos Santos  
Maria Leda Pinto

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 1992a, p. 348).

Os estudos sobre dialogismo e dialogicidade surgem no contexto das obras que constituíram o Círculo de Bakhtin, que teve seu ponto alto no período de 1919 a 1929. Eram pesquisadores com formação intelectual diversa, mas voltados a um objetivo comum: “uma paixão pela filosofia e pelo debate de ideias. Encontravam-se para as assim chamadas noites filosóficas. Era uma época de ‘chá forte e conversa até o amanhecer’.” (CLARK & HOLQUIST, 2008, p. 65). Dentre os estudiosos do Círculo, destacam-se, no Ocidente, Mikhail Bakhtin, Valentin N. Volóchinov e Pavel N. Medviédev pelas obras produzidas sobre a linguagem e filosofia da linguagem.

Neste capítulo vamos tratar do conceito de dialogismo e dialogicidade do discurso, desenvolvidos por esses estudiosos do círculo. O objetivo é realizar uma análise de duas obras literárias: *Notas sobre ela* de Zack Magiezi e *As Verdadeiras notas sobre ela* de Edimilson Filho, visto que a obra parodística de Filho traz uma personagem que se apropria não só do discurso da personagem magieziana, mas de muitos outros, ambas expõem assim os seus ‘eus’ e ‘outros eus’, de seus autores.



## PARÓDIA E NOTAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os estudos sobre os gêneros do discurso constituem-se de grande interesse nas discussões sobre o ensino e as pesquisas sobre a linguagem, de maneira mais intensa no século XIX, esclarecendo, no entanto, que essas discussões não são precursoras da concepção de gênero. Encontramos as reflexões sobre gênero em Aristóteles que se utiliza do termo na *Poética*, em uma discussão mais voltada à literatura.

No Brasil, vários pesquisadores têm ancorado seus estudos nos chamados gêneros discursivos e gêneros textuais, que têm Bakhtin e Marcuschi como uma das fontes teóricas de referência. No caso deste artigo, que tem como propósito teórico realizar uma análise com foco no dialogismo e na dialogicidade a partir das ideias do Círculo de Bakhtin, utilizaremos os fundamentos propostos por Bakhtin para os gêneros discursivos, como assim os define o autor:

A riqueza e a diversidade do discurso são infinitas porque soam inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade. (BAKHTIN, 2016, p. 12).

Por se tratar de textos literários, entendemos ser relevante apresentar os gêneros discursivos que serão analisados. Assim, desta introdução sobre os gêneros discursivos explicitamos os conceitos e as perspectivas relacionadas aos gêneros **notas** e **paródia** a serem desenvolvidos na análise.

A palavra paródia, do grego (*para- ode*), corresponde a uma ode que perverte o sentido de outra ode. Para Sant'Anna (2003), esse processo pode acontecer de três formas distintas: informal, formal e temática. A primeira ocorre quando se alteram palavras do texto; a segunda, quando há tom zombeteiro a respeito do estilo e efeitos técnicos utilizados por um autor; e a última, quando se caricaturiza a forma e o espírito de um autor.

A paródia é um efeito de linguagem que vem se tornando cada vez mais presente nas obras contemporâneas. A rigor, existe uma consonância entre paródia e modernidade. Desde que se iniciaram os movimentos renovadores da arte ocidental na segunda metade do séc. 19, e especialmente com os movimentos mais radicais do séc. 20, como o Futurismo (1909) e o Dadaísmo (1916), tem-se observado que a paródia é um efeito sintomático de algo que ocorre com a arte de nosso tempo. Ou seja: a frequência com que aparecem textos parodísticos testemunha que a arte contemporânea se compraz num exercício de linguagem onde a linguagem se dobra sobre si mesma num jogo de espelhos. (SANT'ANNA, 2003, p. 07).

Para Bakhtin (2010, p. 278), “nos ciclos paródicos e satíricos realiza-se uma luta contra [...] as más convenções, contra a mentira que impregnou todas as relações humanas”. Segundo ele, a paródia apresenta-se como a força reveladora, a inteligência lúcida, alegre e sagaz do enunciado. Ainda de acordo com filósofo russo, “a destruição da integridade e da perfeição do homem é facilitada pela atitude dialógica [...] face a si mesmo, que aparece na menipéia” (BAKHTIN, 2002, p. 117) e também na paródia.

Já as notas — como estão conhecidas hoje no Brasil — constituíram-se de uma variedade de nomações tais como Boletim, Comunicado, Informativo, Tópico e Nota-Suelto. Para a Estilística, a nota constitui-se em um gênero de informação rápida e breve, com parágrafos curtos, trazendo um tom irônico, cujos comentários e juízos de valor podem também provocar o chiste<sup>1</sup>. (COSTA, 2018).

Na Comunicação, corresponde a um breve texto jornalístico, uma nota ligeira de jornal, em geral de natureza política, composto por uma informação rápida seguida de comentários de

---

<sup>1</sup> Sm. 1 Dito espirituoso e engraçado, de humor fino e sutil; facécia, pilhéria: “[...] lá tive paciência em demasia contigo e agora não faço mais chistes como estive a fazer, falo sério” (JU). 2 Qualidade daquilo que é engraçado; comicidade, graça. 3 OBSOL Cantiga burlesca e obscena. 4 Poesia carregada de graça e espiritualidade. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=RZ xZ>>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

juízos de valor, de modo a se obter uma glosa<sup>2</sup> do fato. Para Beltrão (1980) as notas ou sueltos são a primeira das cinco classificações que possui o gênero editorial, em outras palavras, o gênero de que tratamos, está próximo do tipo de texto argumentativo. Ele afirma que a

[...] primeira tem como fundo a morfologia do texto, podendo ser um artigo de fundo, suelto ou nota. A segunda classificação embasa-se na topicalidade e aí pode situar o texto como preventivo, de ação e de consequência. Por outro lado, pode ainda ser classificado pelo conteúdo como informativo, normativo ou ilustrativo e, por último, com base no estilo que pode ser intelectual e emocional e, de natureza promocional, circunstancial e polêmico. (BELTRÃO, 1980 apud ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE COMUNICAÇÃO, 2010, p. 742).

Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) afirmam que na Literatura o suelto breve e penetrante equivale, na poesia, ao epigrama<sup>3</sup> e que às vezes, porém, aceita o tom lírico, como se fosse o esboço de uma crônica, possuindo assim justamente o caráter textual das obras de que tratará este texto e cujo título é o mesmo do gênero no qual ele foi escrito: notas. *Notas sobre Ela*, algumas escritas por Zack Magiezi e outras por Edimilson Filho.

---

<sup>2</sup> Sf. 1 Comentário feito entrelinhas ou na margem de um texto, para explicar palavras ou passagens obscuras ou difíceis de entender: *O orientador leu minha dissertação e fez algumas glosas em relação a trechos que preciso rever*. 2 POR EXT Comentário explicativo; anotação: *Encontrei um livro de José de Alencar lido por minha mãe quando jovem, com várias glosas a respeito de algumas passagens*. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=glosa>>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

<sup>3</sup> Sm. 1 Na Grécia antiga, qualquer inscrição, em prosa ou verso, colocada em monumentos, estátuas etc. 2 LIT, ANT Pequena composição em verso. 3 LIT Pequena poesia satírica finalizada por um pensamento conceituoso ou dito picante. 4 Alusão crítica e cruel. 5 Zombaria ou palavra mordaz, que se insere na conversação ou numa composição em prosa ou verso. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=oRwq>>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

## QUEM SÃO ELES?

Zack Magiezi é um paulista, paradoxal, leitor de Gabriel García Márquez, Valter Hugo Mãe, José Saramago, Machado de Assis, Bukowski, Leminski, Manoel de Barros, Poe, Baudelaire e seu favorito, Júlio Cortázar. O artista tornou-se notório nas redes sociais, desde que criou a página *Estranherismo* no Facebook<sup>4</sup> para divulgar suas impressões da vida de forma poética, em 2014. Formado em Letras, escreveu seu primeiro livro digitalmente, pelo Instagram<sup>5</sup>, cujo título é o mesmo da página do Face e foi publicado impresso em 2016.

Contudo, em *Notas sobre Ela* (2017), ele torna conhecido o estranho universo dela, ao escrever sobre um 'Eu' cuja essência é feminina e tão simples quanto seu autor, que se autodefine como "um cara comum, que senta no banco mais alto do ônibus, que curte feijão por baixo do arroz e falar sobre as coisas de dentro"<sup>6</sup>.

Edimilson Filho é cearense, e ao contrário de Magiezi, brinca com as palavras e faz delas um motivo para sorrir, rir e gargalhar, ele é comediante. Lutador de artes marciais desde pequeno, abandonou o enfrentamento das lutas e foi rir da vida. Também é ator, participando de longas nacionais como *Cine Holliúdy*, o qual lhe conferiu o título de melhor ator com o "Prêmio Quem 2013", além desse, fez outros 10 trabalhos, dentre eles, *Made In Ceará*. Atuou também no teatro, em mais de 300 peças<sup>7</sup>.

Escreveu também notas sobre ela, as quais segundo ele, são *As Verdadeiras*<sup>8</sup>. Posteriormente, as notas de Filho viraram um longa de 79 min. que foi lançado com o nome de *Edmilson Filho*:

---

<sup>4</sup> Cf. em: <https://www.facebook.com/zackmagiezi/>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

<sup>5</sup> Cf. em: <https://www.instagram.com/zackmagiezi/?hl=pt-br>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://eoh.com.br/autor/zmagiezi/>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

<sup>7</sup> Biografia disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Edmilson\\_Filho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Edmilson_Filho). Acesso em 10 de outubro de 2017.

<sup>8</sup> Cf. em: [https://pt-br.facebook.com/hashtag/asverdadeirasnotassobreela?source=feed\\_text&epa=HASHTAG&\\_tn\\_=\\*NK-R](https://pt-br.facebook.com/hashtag/asverdadeirasnotassobreela?source=feed_text&epa=HASHTAG&_tn_=*NK-R). Acesso em 10 de outubro de 2017.

*Notas uma comédia de relacionamentos*, em março de 2018. No filme, o comediante imerge o público em uma viagem que expõe as diversas facetas dos relacionamentos modernos, destacando as diferenças entre homens e mulheres, assim como os desafios que envolvem essa relação.

De forma muito bem-humorada, interage discursivamente com Magiezi, e renova a mulher retratada em *Estranheirismo*, revivendo-a em um outro lugar, em um outro tempo, sendo um outro Eu.

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, em seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada. Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo (BAKHTIN, 1992b, p. 410).

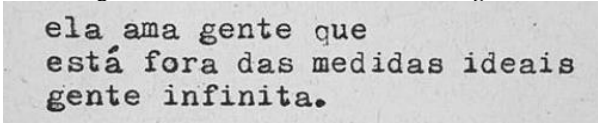
Os autores Magiezi e Filho enunciam, por meio das obras literárias: *Notas sobre ela* e *As Verdadeiras notas sobre ela*, a dialogicidade da linguagem, em uma perspectiva bakhtiniana, que propõe um “nós” — sujeito social que se constitui na pluralidade — tendo em vista que para Bakhtin (1986) todo enunciado leva em conta o Outro, dirige-se a esse Outro. Para o autor, a essência da linguagem está nessa dialogicidade entre um Eu e um Outro socialmente constituídos que se presentificam nas duas obras de maneira paródica no jogo lúdico e alegre que se estabelece na responsividade muitas vezes sagaz, de uma nota em relação a outra.

## QUEM SÃO ELA(S)?

Na concepção bakhtiniana de linguagem, um discurso nunca é vazio, está e é sempre em relação a outro discurso, outro enunciado, outro Eu. Nas notas abaixo explicitam-se essas noções de contato com outras vozes, outros mundos, Outros Eus. Esses enunciados evidenciam as palavras e contrapalavras nas interações contrárias que vemos nas figuras 6 e 7, em que a

mulher mageziana ama gente e a outra odeia. Contudo esses 'Eus' enunciados têm em comum o gosto por quem não vive de aparências, quem é gente de verdade, quem vive a vida sem modismos, máscaras, carapaça.

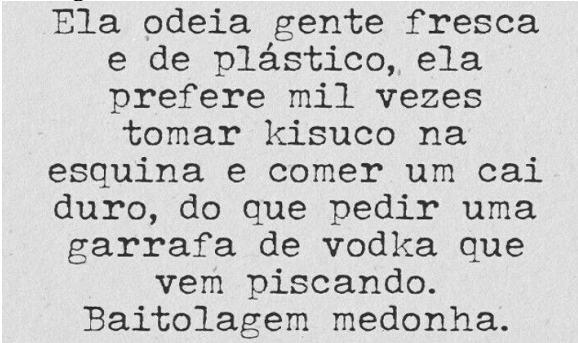
**Figura 6:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.



ela ama gente que  
está fora das medidas ideais  
gente infinita.

Fonte: <<https://bit.ly/2YQw6UD>>. Acesso: out-2017.

**Figura 7:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.

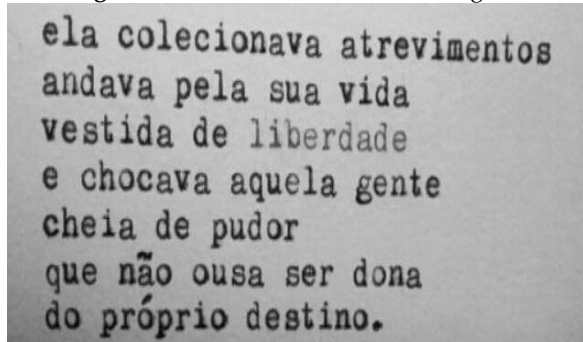


Ela odeia gente fresca  
e de plástico, ela  
prefere mil vezes  
tomar kisuco na  
esquina e comer um cai  
duro, do que pedir uma  
garrafa de vodka que  
vem piscando.  
Baitolagem medonha.

Fonte: <<https://bit.ly/2NMks6Z>>. Acesso: out-2017

Há nessas notas uma dialogicidade, uma responsividade de Um em relação ao Outro discurso, tendo em vista que, de acordo com os estudos bakhtinianos, o princípio dialógico se constitui entre os discursos que lhe dão sentido, isto é, o discurso está sempre em relação “ao *Outro*, tomado como posição discursiva: paródia, alusões, estilizações, citações, ressonâncias, repetições, reproduções de modelos, de situações narrativas, de personagens, variantes linguísticas, lugares comuns etc. (FIORIN, 2006, p. 167).

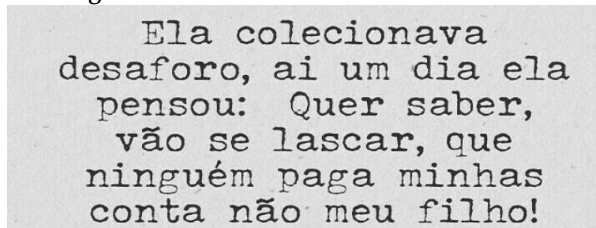
**Figura 8:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.



ela colecionava atrevimentos  
andava pela sua vida  
vestida de liberdade  
e chocava aquela gente  
cheia de pudor  
que não ousa ser dona  
do próprio destino.

Fonte: <<https://bit.ly/38kriKp>>. Acesso: out-2017

**Figura 9:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.



Ela colecionava  
desaforo, ai um dia ela  
pensou: Quer saber,  
vão se lascar, que  
ninguém paga minhas  
conta não meu filho!

Fonte: <<https://bit.ly/2C1gxjO>>. Acesso: out-2017

Além da intenção parodística de Filho, nestas notas evidenciamos a dialogicidade da palavra na perspectiva bakhtiniana, as personagens, colecionadoras por essência, como todo e qualquer ser humano, pagam o preço por serem o que são, uma pela ousadia de ser dona de si e a outra pela ousadia de dispensar quem lhe atreve ousadia.

Essa forma análoga, que constitui os discursos dessas mulheres, deixa claro como as “palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais.” (BAKHTIN, 1992b, p. 169).

A sedução bakhtiniana pelo enunciado constituído historicamente e, portanto, dialógico, revela um viver em relação a um Outro, tomado de sentido e materialidade. Como encerra Bakhtin, o “homem entra no diálogo como voz integral. Participa

dele não só com seus pensamentos, mas também com seu destino, com toda a sua individualidade". (BAKHTIN, 2003, p. 349). O que seduz é que cada ser, cada Outro, mesmo vivendo essa dialogicidade, também é individual, como ilustram as notas das figuras 10 e 11:

**Figura 10:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.

para ela  
não existe  
nada mais sedutor  
que um cérebro  
perfumado com inteligência

Fonte: <<https://bit.ly/2YRYfuh>>. Acesso: out-2017

**Figura 11:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.

Pra ela não existe  
nada mais sedutor, que  
um cabra pontual, sem  
baitolagem, que não é  
bruto, e deixa ela se  
achado o vento que  
espaia o cabelo da  
Beyoncé.

Fonte: <<https://bit.ly/2Zwvx1b>>. Acesso: out-2017

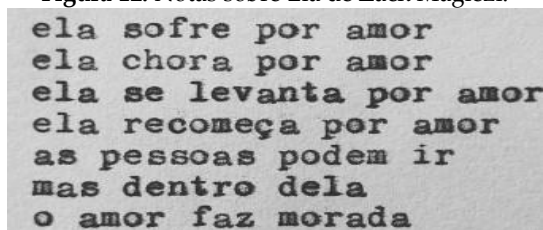
Na individualidade das ações de cada uma *Delas*, no ato em si de ter por sedutor algo que valorizam em um outro, cuja essência é masculina, elas agem, discursam ...vivem. Assim "viver é agir e agir em relação ao que não é o eu, isto é, o outro. Eu e o outro constituem dois universos de valores ativos, que são constitutivos de todos os nossos atos. As ações concretas realizam-se na contraposição de valores". (FIORIN, 2016, p. 20).

As notas 12 e 13 evidenciam que elas se submetem a algo por amor. É um discurso citando Outro, que se presentifica quando essas personagens passam o que passam *por amor*, no entanto, há também uma dialogicidade com um discurso Outro circundante



que é social, que se constitui na visão da sociedade sobre o que seja o amor, o que seja senti-lo e vivenciá-lo. Assim “quando um discurso cita outro discurso, os textos que os veiculam não precisam necessariamente remeter um ao outro, mas quando um texto cita outro texto, os discursos veiculados por eles também cita”. (FIORIN, 1993, p. 47).

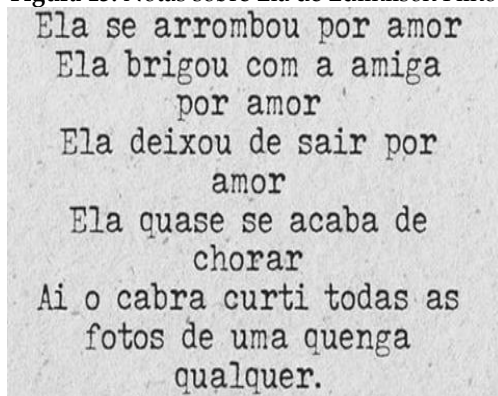
**Figura 12:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.



ela sofre por amor  
ela chora por amor  
ela se levanta por amor  
ela recomeça por amor  
as pessoas podem ir  
mas dentro dela  
o amor faz morada

Fonte: <<https://bit.ly/2BWRkak>>. Acesso: out-2017

**Figura 13:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.



Ela se arrombou por amor  
Ela brigou com a amiga  
por amor  
Ela deixou de sair por  
amor  
Ela quase se acaba de  
chorar  
Ai o cabra curti todas as  
fotos de uma quenga  
qualquer.

Fonte: <<https://bit.ly/2NPhOxc>>. Acesso: out-2017

Assim como *elas* são definidas no discurso, na língua, por meio da linguagem por serem elas mesmas, é por meio das palavras que definimo-nos

[...] em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se

sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 1992b, p. 332).

Um discurso sempre se encontra com o discurso de outro. Assim, o que se espera do outro é sempre um enunciado explícito ou implícito, mas a escolha em aderir e corresponder a essa enunciação é subjetiva, responsiva, ou seja, assim a absorção ou a impermeabilidade do discurso alheio dá visibilidade ao dialogismo, pois “todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado a realidade em si, mas para os discursos que a circundam”. (FIORIN, 2016, p. 22).

Nas notas abaixo, são perceptíveis as respostas destas mulheres a discursos que, ou exigem que elas sejam mais do que são, ou que as caracterizam como escrotas. É evidente que apesar dessas outras vozes, os autores enunciam que, responsivamente, elas tomaram a decisão de serem autênticas e únicas.

**Figura 14:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.

a cada dia  
ela é mais dela  
e menos o que esperam dela

Fonte: <<https://bit.ly/3e0BtFf>>. Acesso: out-2017

**Figura 15:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.

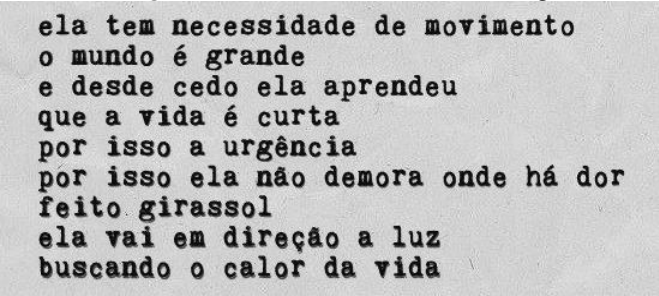
A cada dia que  
passa ela é mais  
escrota do que a  
negada acha que  
ela é.

Fonte: <<https://bit.ly/2YQaJTz>>. Acesso: out-2017

Nesse movimento contraditório de negar o discurso de outrem e ser aquilo que desejam, elas evidenciam que têm necessidade de locomoção, sobressalto, inquietação e vibração por questões pessoais e subjetivas procuram ou no calor da vida ou da rua, toda palpitação que um movimento pode causar. Essa é a

forma de manifestação de vida que encontraram na longa caminhada humana, é por meio do texto, que *Elas* são reveladas, apresentadas, pensadas e sentidas e assim fazem sentido na emoção do leitor, pois o texto “é uma unidade de manifestação: manifesta o pensamento, a emoção, o sentido, o significado”. (FIORIN, 2006, p. 179)

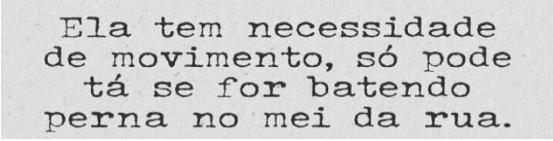
Figura 16: Notas sobre Ela de Zack Magiezi.

A rectangular grey box containing text in a typewriter font. The text is centered and reads: "ela tem necessidade de movimento o mundo é grande e desde cedo ela aprendeu que a vida é curta por isso a urgência por isso ela não demora onde há dor feito girassol ela vai em direção a luz buscando o calor da vida".

ela tem necessidade de movimento  
o mundo é grande  
e desde cedo ela aprendeu  
que a vida é curta  
por isso a urgência  
por isso ela não demora onde há dor  
feito girassol  
ela vai em direção a luz  
buscando o calor da vida

Fonte: <<https://bit.ly/38nLUkT>>. Acesso: out-2017

Figura 17: Notas sobre Ela de Edimilson Filho.

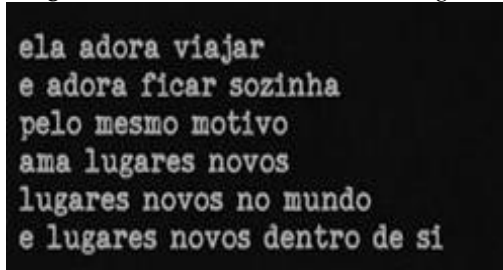
A rectangular grey box containing text in a typewriter font. The text is centered and reads: "Ela tem necessidade de movimento, só pode tá se for batendo perna no mei da rua.".

Ela tem necessidade  
de movimento, só pode  
tá se for batendo  
perna no mei da rua.

Fonte: <<https://bit.ly/2YQaV4Z>>. Acesso: out-2017

A atração pelo movimento é tal que estas mulheres, apraziam-se com o simples fato de que viajar pelo globo ou viajar para dentro de si mesmas, nessas relações espaciais que são também geográficas, elas constituem as suas individualidades, as quais mais do únicas, são subjetivas. É justamente esta característica que as aformoseia. “A subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito”. (FIORIN, 2016, p. 60), assim nessa dinâmica de movimento no(s) e pelo(s) mundo(s), criam-se outros mundos, relações e movimentos.

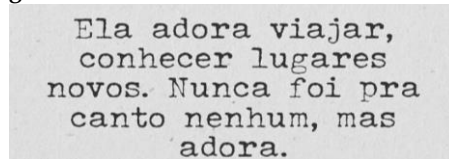
**Figura 18:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.



ela adora viajar  
e adora ficar sozinha  
pelo mesmo motivo  
ama lugares novos  
lugares novos no mundo  
e lugares novos dentro de si

Fonte: <<https://bit.ly/3dTJoDZ>>. Acesso: out-2017

**Figura 19:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.



Ela adora viajar,  
conhecer lugares  
novos. Nunca foi pra  
canto nenhum, mas  
adora.

Fonte: <<https://bit.ly/3dQW1Q7>>. Acesso: out-2017

Viajar exige sair do Eu e encontrar o Outro, nem que seja para voltar si como a personagem magieziana e ainda que este ato seja um mero desejo como com a segunda personagem, essas situações exigem um (des)encismemar-se, um libertar-se, (re) descobrir-se, um processo marcado pela tempo e espaço, por sujeitos que historicamente e durante muito tempo, tinham por universo apenas o ambiente e atribuições domésticas, mas essas personagens negam essas circunstâncias limítrofes, assim

A historicidade dos enunciados é captada no próprio movimento linguístico de sua constituição. É na percepção das relações com o discurso do outro que se compreende a História que perpassa o discurso. Com a concepção dialógica, a análise histórica dos textos deixa de ser a descrição de uma época, a narrativa da vida de um autor, para transforma-se numa fina e sutil análise semântica, que vai mostrando aprovações ou reprovações, adesões, ou recusas, polêmicas e contratos, deslizamentos de sentido, a apagamentos, etc. (FIORIN, 2016. p. 65).

Estes mundo(s) precisam ser eternizados, expressos e rememorados e *Elas* assim o fazem nas redes sociais, uma é

demasiadamente livre, tanto que apesar dos discursos que a julgam, segue sendo feliz e mostrando isso ao mundo. A outra, evita postar tristezas, uma vez que há discursos que se incumbem de julgá-la, condená-la e assim ameaçar a liberdade que elas tanto prezam.

Além disso, Fiorin (2016, p. 64) argumenta que os discursos delas revelam uma ação responsiva aos discursos exteriores, este processo ocorre porque “os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas”.

**Figura 20:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.

```
ela posta algo
eles a julgam
ela sorri
eles fecham a cara
ela registra deslumbramentos
eles dizem: "falsa"
ela tenta ser feliz todos os dias
eles dizem: "impossível"
ela segue a felicidade
eles seguem as dores
a liberdade dela é insuportável
para alguns seguidores
```

Fonte: <<https://bit.ly/3ir3Jnw>>. Acesso: out-2017

**Figura 21:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.

```
Ela posta as
alegrias, mas as vezes
ela chora tb, ela não
anda postando
tristeza pq a negada
gosta de ver é a
desgraça dos zoto. Ai
ela não dá o gosto.
```

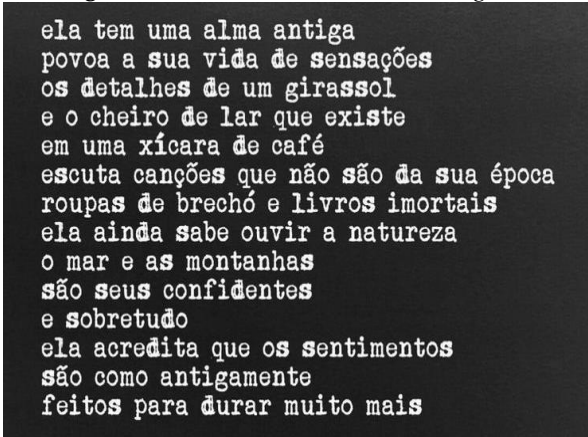
Fonte: <<https://bit.ly/2VCxDLO>>. Acesso: out-2017

Seres de “alma antiga”, essas moças, têm um estilo próprio e irreverente, como nota-se nos excertos abaixo, um estilo que “é resultante de uma visão de mundo” (FIORIN, 2016, p. 52), uma delas não tem muita paciência com pessoas folgadas ou que a ignoram, evita a sensação de *desamor*, a ponto de “mandá-las procurar-lhe na esquina”. A outra, em contrapartida, goza com

roupas de brechó, livros antigos, povoa a vida de sensações e crê na durabilidade dos sentimentos.

Com essas posturas, apresentam-se, exteriorizam-se, denunciam-se, compondo e constituindo seus estilos, que acabam por sintetizar a forma como veem, pensam e agem no mundo. De acordo com Fiorin (2016, p. 55), essas ações assim se constituem porque “para o filósofo russo, o estilo define-se dialogicamente, o que quer dizer que ele depende dos parceiros da comunicação verbal, dos discursos Outro. O estilo constitui-se em oposição a outros estilos”.

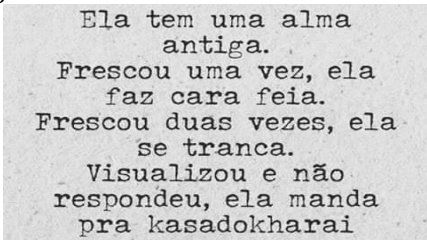
**Figura 22:** Notas sobre Ela de Zack Magiezi.



ela tem uma alma antiga  
povoa a sua vida de sensações  
os detalhes de um girassol  
e o cheiro de lar que existe  
em uma xícara de café  
escuta canções que não são da sua época  
roupas de brechó e livros imortais  
ela ainda sabe ouvir a natureza  
o mar e as montanhas  
são seus confidentes  
e sobretudo  
ela acredita que os sentimentos  
são como antigamente  
feitos para durar muito mais

Fonte: <<https://bit.ly/3eT6vjB>>. Acesso: out-2017

**Figura 23:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.



Ela tem uma alma  
antiga.  
Frescou uma vez, ela  
faz cara feia.  
Frescou duas vezes, ela  
se tranca.  
Visualizou e não  
respondeu, ela manda  
pra kasadokharai

Fonte: <<https://bit.ly/2Bn1BwL>>. Acesso: out-2017

Quando analisamos as notas supracitadas — valendo-nos de Bakhtin (2002) — é visível a “vida às avessas” ou “mundo

invertido” destas mulheres. Existe uma grande aproximação entre o sagrado e o profano, uma é paciente, polida, esperançosa, a outra é o oposto, fala palavrão, não sabe esperar, chegando a ser ultrajante no falar e no agir, apresentando-se carnavalesca, no sentido de que o carnaval é caracterizado pela inversão das normas frequentemente sociais, uma vez que derruba barreiras das hierarquias sociais, ideológicas, de gênero e de idade.

Bakhtin define a carnavalização como a transposição das antigas tradições de carnaval para a literatura, assim as particularidades do carnaval, como a libertação das proibições e das restrições tradicionais, adaptam-se para a linguagem literária, com o objetivo de provocar o riso, já que é o elemento distintivo das festividades realizadas pela Igreja e pelo Estado Feudal, nas quais rir poderia ser tomado como deboche, sarcasmo e até mesmo sinal de possessão demoníaca.

O linguajar e o proceder da personagem de Filho são eminentemente um movimento de carnavalização, na medida em que procedem a uma inversão das expectativas sociais do papel da mulher, fazendo a superposição do sacro e do profano, do velho e do novo, ultrapassando as barreiras da interdição em diversos níveis e desta forma a paródia e carnavalização são duas facetas de uma mesma estratégia linguística, que é sempre inauguradora de um novo paradigma. Esse movimento de desconstrução e negação sob o qual repousam contrários, emergem vários Eus e Outros que se aproximam para poderem se distanciar.

## ELES, ELA(S), NÓS E BAKHTIN...

**Figura 24:** Notas sobre Ela de Edimilson Filho.

Alguém escreveu notas que dizem que ela é intensa, ou é romântica, carrega cicatrizes, aprendeu a voar, mergulhou em um mar de amor, matou o dragão, entre outras coisas fantásticas. Mas ela quer mesmo é pagar as contas.

Fonte: <<https://bit.ly/2VESyOG>>. Acesso: out-2017

Há várias formas de incorporação de vozes em um enunciado. Uma delas é quando o discurso do outro é abertamente citado, como ocorre na nota acima, em que Filho enuncia “Alguém escreveu notas que dizem que ela é intensa...”, fazendo referência às notas publicadas no livro de Magiezi, estranho mesmo é que ela, apesar de tudo que fez, vive e sofreu, no começo do mês, como todos os humanos mortais, precisa pagar as contas. Como se observa:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (BAKHTIN, 1992b, p. 98)

É nítida a intenção parodística de Filho, não somente pelo fato de ser ele um comediante, mas pela forma como retoma o discurso de Magiezi, tornando-o um enunciado com novo sentido, primeiro pela intenção com que o produz e segundo, pela forma como o executa, pois, “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN, 1992b, p. 147).

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva.



Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. (BAKHTIN, 2010, p. 297).

Há assim um interdiscurso, isto é, uma relação de sentido, dialógica, não somente entre Magiezi e Filho, como também em outros autores que poetizaram sobre *Ela*, como Amaury Caíque em *Moça Intensa*, Jey Leonardo, Um poeta louco, etc.

**Figura 25:** Notas sobre Ela de Amaury Caíque.  
Sobre ela?

```
Explosivamente calma,  
gênio altamente forte,  
grosseiramente fofa,  
sinceramente pura.
```

Fonte: <<https://bit.ly/2D48MKD>>. Acesso: out-2017

**Figura 26:** Notas sobre Ela de Jey Leonardo.

```
Em toda a sua  
complexidade,  
ela é  
simplesmente  
linda,  
do jeitinho  
que é.  
  
Jey Leonardo
```

Fonte: <<https://bit.ly/31CfuBH>>. Acesso: out-2017

**Figura 27:** Notas sobre Ela de Um Poeta Louco.

```
ela é linda  
mas é louca  
muda de vontades  
como muda de roupa
```

Fonte: <<https://bit.ly/3eUijSB>>. Acesso: out-2017

Os locutores destas notas levam os leitores ao encontro do novo quando propõem a construção de novos sentidos a partir de vozes já conhecidas. Isso acontece porque, para Bakhtin, a paródia é bivocal: “o autor fala da linguagem do outro [...] como diametralmente oposta à orientação do outro. O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes” (FIORIN, 2016, p. 42). O enunciador pretende, assim, na paródia, fazer uma denúncia das relações desiguais entre os “seres”. O seu objetivo é apresentar “as vontades de verdade de um tempo em que é preciso mudar padrões de comportamento” (OLIVEIRA; PINHEIRO-MARIZ, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a compreensão de que a análise apresentada sobre o conceito de dialogismo e dialogicidade nas obras literárias *Notas sobre ela* de Zack Magiezi e *As Verdadeiras notas sobre ela* de Edimilson Filho não se esgota neste capítulo, consideramos que essas *Notas* evidenciam o caráter dialógico da linguagem, de acordo com a teoria dos estudiosos do Círculo de Bakhtin, tendo em vista que são discursos que mostram claramente a inter-relação entre um Eu e um Outro.

Essa evidência se presentifica no fio do sentido dessas *Notas* de maneira paródica, no jogo lúdico de uma dialogicidade muitas vezes irônica e sagaz que se estabelece por meio das palavras e contrapalavras materializadas na analogia das vivências das mulheres nas obras, em análise, pelos autores e que nos reportam a Bakhtin quando afirma que as “palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais.” (BAKHTIN, 1992b, p. 169).

Há, portanto, um interdiscurso nessas obras porque há sujeitos constituídos historicamente, há vivências que constituem a história de cada uma das personagens das *Notas*, que ao mesmo tempo que são individuais dialogam entre si, evidenciando, por

meio de um discurso Outro, essa dialogicidade que se constitui pelo individual e pelo social ao mesmo tempo, pois, de acordo com Bakhtin, “Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade” (BAKHTIN, 1992b, p. 113).

Dessa perspectiva, a análise das *Notas sobre Elas* de Magiezi e Filho nos possibilita construir sentidos na interação discursiva que se estabelece por meio das réplicas responsivas que situam os enunciados dos autores em uma inter-relação com outros enunciados social e historicamente constituídos, evidenciando o dialogismo e a dialogicidade dessas obras literárias que nos respaldam a afirmar com Bakhtin que a linguagem é essencialmente dialógica.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Fornoni Bernardini [et.al.]. São Paulo: Editora Hucitec/Annablume, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1992a.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992b.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de Gêneros Textuais**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

**ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE COMUNICAÇÃO**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 161 – 193.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 3. ed. São Paulo: Ática. 1993.

SANT'ANNA, Afonso R. **Paráfrase, Paródia & Cia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios).

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. Summus Editorial: São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Maria Angélica de; PINHEIRO-MARIZ, Josilene. A Cinderela Mudou de Ideia na Ordem do Dialogismo. In: XIII Encontro da ABRALIC, 13, 2012, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2012. p. 01-08.



# **DISCURSO E MÍDIAS**



## O DIALOGISMO: DA RECEPÇÃO DO CONCEITO A SUA APROPRIAÇÃO NA ANÁLISE DO DISCURSO<sup>1</sup>

Sophie Moirand

Tradução: Aline Saddi Chaves

Interrogamo-nos aqui sobre a recepção do “dialogismo” no espaço francófono europeu e sobre as condições dessa recepção, em particular na França, na época em que as linguísticas funcional, estrutural e transformacional ainda impedem a emergência de uma análise do discurso marcada por sua ancoragem nas ciências humanas (por volta dos anos 1970), posteriormente quando a sociolinguística, a análise das conversações e das interações, a pragmática, por sua vez, são importadas e reivindicadas por pesquisas sobre a língua francesa (anos 1980-1990). Trata-se de mostrar, enfim, em que medida a descontextualização do conceito, com a condição de levarmos em conta sua dimensão de teorização e de submetê-lo à prova da experimentação de dados discursivos construídos, permite reconfigurar teorias existentes, conferindo ao dialogismo uma força renovada.

Tratarei inicialmente da recepção do dialogismo no espaço dos linguistas francófonos europeus. Quando surgem, na França, as primeiras traduções de Bakhtin, Medvedev e Volochínov (doravante B/M/V) nos anos 1970, as pesquisas sobre o discurso demoram a emergir, em um campo dominado pelo

---

<sup>1</sup> Este texto foi originalmente publicado no periódico francês *Cahiers de Praxématique*, e gentilmente cedido pela autora para integrar a presente obra. Referências da publicação original: « Le dialogisme : de la réception du concept à son appropriation en analyse du discours », *Cahiers de praxématique* [En ligne], 57 | 2011, document 3, mis en ligne le 01 janvier 2013. Link : <http://journals.openedition.org/praxematique/1757>.



estruturalismo, o funcionalismo e o gerativismo. Existe, entretanto, uma tradição francesa de estudo das palavras em seus usos sociais, em particular do vocabulário da política, bem como do vocabulário científico e técnico: a tese de Jean Dubois sobre o vocabulário da Comuna de Paris (1962) é um bom exemplo disso, assim como a de Greimas sobre a moda (1948), ou a de Guilbert sobre a astronáutica (1965), teses que se apoiam em *corpus*, e na imprensa. Aliás, foi Dubois quem coordenou com Sumpf o primeiro número da revista *Langages*, dedicada ao discurso.

Estamos em 1969. Mas, sob quais auspícios nasce esse número 13? De modo paradoxal, sob os de Harris, cujo texto de 1952 (*Discourse Analysis*) está aqui traduzido e apresentado no prefácio (meus grifos): “a sequência de frases constitui o *enunciado* que se torna *discurso* quando é possível formular *regras de encadeamento* das sequências de frases” (p. 3). Mas, por outro lado, como também diz o prefácio, se falamos do “*sentido* de um texto”, situamo-nos *no* modelo de comunicação” (p. 4). E, em particular, o modelo em que se consideram “certos elementos do texto como *nós* particularmente significativos” (p. 4). Esses “*nós*” são os embreadores, o aspecto, o tempo, a modalização, etc. A análise do discurso parece repousar, então, sobre uma abordagem do enunciado seguido (as regras de encadeamentos das sequências de frases), e sobre uma abordagem da enunciação, a respeito da qual Dubois destaca, no mesmo número da revista, o caráter “descontínuo” (MOIRAND, 2006).

Finalmente, como lembrariam mais tarde Normand e Sitri (1996, prefácio), se, em seu início, a análise do discurso sofreu grande influência de dois teóricos do discurso, Harris e Benveniste, o que permaneceu prototípico dos estudos do discurso na França foi a *enunciação indicial*, pois, “em análise do discurso, é de *semântica* que se trata” (p. V). Foi o que havia conduzido Benveniste a desenvolver uma “*semântica*”, que ele opõe a uma *semiótica*, às vezes chamada por ele de “*linguística do discurso*”. É o que conduz Pêcheux a teorizar o que ele chama de “*semântica discursiva*”, que articula uma *linguística da enunciação* (Culioli) com os “*exteriores do discurso*”

(história social, filosofia, psicanálise...), mas uma semântica discursiva que se interroga sobre a ideologia (como já havia feito Volochínov), e que confere importância aos dados, inclusive a seu tratamento automático.

São esses fragmentos de uma história recente que me permitem abrir uma discussão em torno da recepção do dialogismo e de seu lugar na análise do discurso, a partir das seguintes questões:

- de um lado, as relações entre enunciado e enunciação, em suas relações ao dialogismo, evocando alguns fatos que revelam o nomadismo do conceito e sua banalização;
- de outro lado, pesquisas que partem da observação de dados empíricos, coletados para fins de atualização de configurações discursivas (organização dos textos e das interações), e com visadas científicas diversificadas, segundo o modo como se estabelece uma relação com a língua ou o languageiro, e segundo o modo como se tenta, ou não, ligá-los aos “exteriores” do discurso.

Isso me conduz a reintroduzir a questão da experimentação na análise do discurso. Observaremos trechos de dados empíricos, para nos interrogarmos sobre a utilidade ou a pertinência de se recorrer ao conceito de dialogismo segundo as visadas científicas adotadas, como, por exemplo, a busca das “razões” internas ou externas dos funcionamentos discursivos. É isso que condiciona as interpretações que fazemos do dialogismo, e o lugar que lhe atribuímos. Pois, se os conceitos são feitos para “migrar” de uma disciplina ou de uma ciência para outra, de uma cultura para outra, isso implica que eles sejam “re-trabalhados”, isto é, discutidos, argumentados e associados a outros, logo, “experimentados”, como lembra o subtítulo da obra de Guilhaumou, Maldié, Robin (1994). Sob pena de ver-se instituir, como se inquieta Paveau (2010), “a norma dialógica”, que consistiria em proteger-se por trás do termo dialogismo, como se ele fosse transparente; ou em fazê-lo funcionar como “um sinal exterior de riqueza”, como diria Bourdieu, e não como um lugar de questionamento sobre a construção do sentido.

## **O DIALOGISMO À PROVA DO DISCURSO, OU COMO O DIALOGISMO CHEGOU AOS LINGUISTAS FRANCESES**

Salvo algumas exceções (MARCELLESI & GARDIN 1974; PEYTARD, desde 1968 — MOIRAND, 2012b), foi preciso esperar a tradução francesa da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (1977) para percebermos o interesse da reflexão proposta para a linguística francesa. Mas, como diz Jakobson no prefácio, é a “parte final do livro”: “Para uma história das formas da enunciação nas construções sintáticas. Tentativa de aplicação do método sociológico aos problemas sintáticos”, que “chama, sobretudo, a atenção”. Com efeito, estávamos em terreno conhecido, em particular para os linguistas: o da gramática, da sintaxe, da enunciação e até mesmo da comparação de línguas...

O termo “dialogismo”, no entanto, é pouco atestado (mesmo nas traduções do grupo B/M/V) no início dos anos 1970, inclusive nos dicionários de linguística ou de ciências da linguagem, e é o título da obra de Todorov que consagra o termo “dialógico” em 1981, até fazer dele “um princípio”. Mais ainda, é o artigo de Authier-Revuz, datado de 1982 (seu trabalho mais citado segundo scholar.google.fr, consultado em agosto de 2010), que explica o sucesso do termo. Dedicando ao dialogismo uma parte de sua reflexão sobre o “outro no discurso”, a autora serve involuntariamente de caução, e apesar das precauções que toma já na introdução (p. 91): “eu me detenho em 2. [o dialogismo do Círculo de Bakhtin] e 3. [a psicanálise] a respeito do que, entretanto, não representa para mim um fim em si, *mas somente um esclarecimento exterior*” – meus grifos.

### **“O discurso”, antes da chegada do dialogismo**

À época das primeiras divulgações e traduções do grupo B/M/V, as noções de enunciado, discurso, enunciação, texto, estão longe de serem estabilizadas. Se *discurso* é, às vezes, preferido a *fala* (*parole*), em oposição à língua, traduzida por uma barra

oblíqua, *língua/fala* → *língua/discurso*, é sempre com e por meio de categorias enunciativas que o texto se torna objeto de práticas descritivas. Talvez em razão da posição dos professores de linguística francesa, literatos e/ou gramáticos, em sua maioria formadores de professores, comprometidos em estudar objetos distintos da literatura. Mas, em meados dos anos 1970, a linguística textual (dita “gramática de textos”) começa a ser divulgada na França (em particular pela revista *Pratiques*); ainda não se fala em “gêneros” (exceto na literatura), e entre “texto” e “discurso”, os pesquisadores hesitam frequentemente. As categorias enunciativas são, portanto, as mais empregadas, em particular a partir do artigo de Benveniste, publicado na revista *Langages* 17 em 1970: “O aparelho formal da enunciação”.

Todorov, que coordena esse número sobre “A enunciação”, longe de se limitar a uma divisão das tarefas (aos linguistas, cabe descrever os observáveis do enunciado, a outros, o ato de enunciação e os “exteriores” do enunciado), indica três direções possíveis de pesquisas, reunindo, além do artigo de Benveniste (citado *supra*), textos de Strawson, Fillmore, Ducrot, Irigaray, assim como pesquisas sobre os apelativos e os performativos (estamos em 1970):

- A primeira direção é “a linguagem como ação”, apreendida a partir de Malinowski, Searle e Austin: os atos de linguagem se situam então na fronteira da linguística e da antropologia (p. 4-5);
- A terceira direção é “o domínio da análise do discurso, ou da linguística textual”, daquilo que antes se chamava, diz Todorov, “a retórica”, citando escritos de Volochínov sobre “a citação”, de Weinrich sobre o tempo, e de Bakhtin, que “funda sua teoria do romance sobre os conceitos de monólogo e de diálogo” (p. 8-9). A palavra *dialogismo* não aparece.
- Mas é a segunda direção, a que estuda, segundo Todorov, citando aqui Benveniste, “uma classe de elementos” cujo papel é “fornecer o instrumento de uma conversão, que se pode chamar a conversão da linguagem [sic] em discurso” (p. 7), que adquire mais sucesso entre os linguistas, contentes de ali encontrar categorias descritivas.

Dez anos mais tarde, quando é publicada a obra de Todorov sobre Bakhtin, Fuchs (1981), em uma apresentação que “*se pretende histórica e crítica*” das *problemáticas enunciativas*, vê apenas duas correntes “*disputarem entre si o campo enunciativo*”:

- uma corrente que se esforça em partir das formas da língua, de inspiração neo-estruturalista, diz Fuchs, citando Bally, Benveniste, Guillaume e Culioli (p. 42-45);
- uma corrente dita pragmática, que parte dos conceitos lógico-linguísticos, que trabalha sobre a linguagem “*em atos*” e “*os mecanismos conversacionais*”, citando Austin, Searle, Strawson, “*alguns trabalhos de semântica gerativa*” [Fillmore], os da equipe de Ducrot, Anscombe, assim como Grice e Gordon-Lakoff (p. 45-46). Não aparece nenhum indício de B/M/V, nem dos termos *dialogismo* ou *polifonia*. Em contrapartida, encontram-se observações sobre uma questão essencial para o discurso, a do *sujeito*: como “*pensar*” a distinção entre sujeito linguístico e sujeito extralinguístico, ou seja, para Fuchs, a articulação entre “*as teorias linguísticas da enunciação*” e tudo o que ela remete às “*teorias não linguísticas da linguagem, por exemplo, teorias do discurso, das ideologias, psicolinguística, socio-linguística, psicanálise, etc.*” (p. 51-52). Aos poucos, essa clivagem se revelou propícia à apropriação, pelas ciências da linguagem, do dialogismo.

Paralelamente, vemos surgir uma produção massiva de pesquisas de descrição sobre novos objetos empíricos (textos de imprensa, propagandas, diálogos de filmes, etc.), que se baseiam essencialmente nas categorias indiciais da enunciação. A obra de Kerbrat-Orecchioni, *A enunciação* (1980), divulga e estimula essas práticas taxonômicas: observam-se, classificam-se, categorizam-se formas “*observáveis*”. A obra, mais conhecida dos linguistas anglicistas ou germanistas, *La langue au ras du texte* (1984, editado por Lebrave e Grésillon), contribui para popularizar as operações enunciativas de Culioli, em particular o artigo de J. Simonin: “*Les repérages énonciatifs dans les textes de presse*”. Mas, se, por um lado, essas pesquisas parecem respeitar as duas primeiras etapas do método proposto por Benveniste, assim resumido por Normand (1996: 229): nunca separar “*forma e sentido*”; buscar “*apreender o papel da significação na língua*”, por outro, poucas são aquelas que levam em conta a terceira etapa: “*ampliar essas observações para uma teoria do sentido e do sujeito*” e às relações entre *referência* e

*enunciação*, que, para Benveniste, são indissociáveis. Nessas condições, qual recepção deve-se atribuir ao dialogismo?

### **Uma noção que vem de outro lugar...**

O dialogismo, ao adentar o espaço dos linguistas francófonos, vem “de outro lugar”, em dois sentidos: de um contexto científico diferente da enunciação indicial (mais francófona) e da pragmática linguística (mais anglo-saxã), mas também de contextos disciplinares distintos da linguística francesa: teoria da literatura, filosofia, sociologia no sentido de Volochínov, como indica o subtítulo da tradução de 1977.

É no último quarto do século XX que a palavra *dialogismo* invade o espaço francófono europeu (falarei pouco de sua irmã gêmea, a polifonia, da qual se encontram indícios *infra* e na bibliografia – Bres *et al.* (org.), 2005, Colas Blaise *et al.* (org.), 2010, por exemplo). Importado, primeiramente, pelos teóricos da literatura, o dialogismo se difunde por toda parte, nas ciências humanas e sociais, nas artes do espetáculo, e finalmente estreia nos discursos das mídias, onde se “banaliza”. Pois, se toda “citação” torna-se dialógica (a retomada do detalhe de uma tela em um cartaz ou uma charge, a lembrança de um filme em uma história em quadrinhos, um elemento de arquitetura em uma nova construção, as entonações nas interações entre gatos e humanos, etc.), o conceito perde seu interesse, tornando-se único, uma simples caracterização, um quase-sinônimo da retomada, da reformulação ou da citação (como em Popelard e Wall 2005, por exemplo).

Digitar “dialogismo” ou “dialógico” em um site de buscas é um verdadeiro desafio para quem se interessa pelo conceito! Encontramo-nos diante de um número impressionante de ocorrências, inscritas no fio do texto, às vezes acompanhadas do derivado do nome de seus supostos pais (“dialogismo bakhtiniano”; “volochínoviano” é mais raro...), tornando-se uma caracterização (“esse procedimento fundamentalmente dialógico”, “um rumor dialógico”), acompanhado ou não de uma avaliação

laudativa (“como tão bem mostrou Bakhtin”), o que evita “dizer” o que ele fez, ou de uma formulação de conviência: “sob o signo do dialogismo”, “[...] dialógico, no sentido de Bakhtin [...]”. Mas, o que se entende por *dialogismo*?

Voltamos, então, à leitura dos textos de B/M/V, em geral pelas traduções francesas, inglesas ou de outras línguas (salvo algumas exceções, como Nowakowska 2005, que estuda os textos originais), ou pela exegese mais fiel dos enunciados, a exemplo de Grillo (BOUQUET & GRILLO, 2007) e a equipe da Universidade de São Paulo, assim como a nova revista brasileira *Bakhtiniana*. Ou então, discute-se a atribuição dos textos a um ou outro dos membros do Círculo, debate que eu não retomarei aqui (ver BOTA e BRONCKART em BOUQUET & GRILLO, 2007).

Tomo, a título de exemplo de uma recepção diferente das empregadas nas ciências da linguagem e no campo francófono, a de uma pesquisadora em psicologia social. Tentada pelo título da obra de Marková, publicada em Cambridge em 2003 e traduzida em 2007, *Dialogicité et représentations sociales*, eu imaginava encontrar nessa obra uma ponte entre as representações discursivas que se tenta identificar em análise do discurso e seus “exteriores”, que escapam às ciências da linguagem. No entanto, a leitura que faz Marková das concepções de Bakhtin mostra-se muito diferente das concepções dos linguistas: ali onde vemos, talvez erroneamente, locutores ou enunciadores, ela “enxerga” seres humanos, por exemplo, quando Volochínov diz que “o ‘eu’ não pode se realizar no discurso a não ser apoiando-se em um ‘nós’”; o que a faz deslizar para a noção de alteridade, em uma acepção bem distante daquela empregada pelos linguistas (por ex. BRES *et al.*, 2001, em *L’autre en discours*):

Bakhtin insiste no fato de que o ser humano [...] encontra-se sempre na fronteira dos territórios dos outros. Quando ele olha ao redor de si mesmo, é sempre *nos olhos de um outro ou pelos olhos de um outro* que ele olha. (MARKOVA, 2007: 129)

O que a autora chama de “dialogismo” ou “dialogicidade” (*dialogicality* em inglês), emprestado de Bakhtin, torna-se, para ela, uma aptidão do espírito humano para se comunicar a respeito das realidades sociais em termos de *alteridade*, o que lhe permite elaborar uma epistemologia da cognição por meio da comunicação humana. Trata-se de um dialogismo do pensamento, como destaca Paveau (2010), e encontramos-nos diante de uma interpretação científica totalmente diferente da que propõe Authier-Revuz (2000: 229), para quem “o elo entre a discursividade como espaço de realização de um dizer e o do inacabamento do sentido” constitui “a plena dimensão de teorização do dialogismo, ao mesmo tempo histórica e subjetiva do fato do sentido”.

Desse modo, não sendo possível determinar as metamorfoses do “dialogismo” no tempo e no espaço, parece-me mais razoável indagar-se sobre o que fazemos deste conceito nas ciências da linguagem, quando o submetemos à prova do discurso:

- Se não o relegamos às teorias não linguísticas da enunciação (a exemplo de Fuchs, 1981), é possível, mesmo assim, torná-lo uma categoria da língua, a exemplo dos embreadores e das modalidades (por exemplo), o que fazem pensar Bres e Mellet (2009)? Além de me parecer que isso contradiz o que diz Volochínov sobre a “orientação social” do enunciado, e o que diz Bakhtin sobre a necessidade de construir, ao lado da linguística, uma outra disciplina (*meta* ou *translinguística*), o dialogismo, para mim, é como a enunciação, que não pode ser estudada a não ser por meio de categorias “observáveis” no enunciado: a enunciação enunciada, de que falam Todorov, Coquet, Culioli... Assim, o dialogismo, para mim, é como a enunciação: um conceito operatório, que permite construir uma outra corrente enunciativa, a partir de uma outra concepção da situação, que não é mais o aqui/agora do enunciado, mas que integra a interdiscursividade (MOIRAND, 2004).
- É possível fazer do dialogismo uma categoria descritiva do “enunciado seguido”, ou seja, da organização dos textos e das conversações, e depreender, a partir disso, seus diferentes modos de atualização (como eu fiz durante um tempo, com o objetivo de



descrever as texturas enunciativas dos textos ou dos gêneros – MOIRAND, 2010b)?

Fazer do dialogismo uma categoria descritiva ameaça o conceito do mesmo modo como o *ato de linguagem* dos filósofos de mesmo nome, que se tornou, na análise dos diálogos e das interações, uma “unidade mínima de comunicação”, ou, “a menor unidade de uma intervenção”, ou seja, uma categoria descritiva. Assim, o ato de linguagem perdeu sua função primeira de teorização, em Austin, e ainda mais em Searle, para “pensar” justamente a intencionalidade da linguagem, os valores de verdade e a sinceridade e, mais recentemente, “a intencionalidade coletiva” na construção dos objetos sociais pela linguagem (MOIRAND, 2010a).

Submeter o dialogismo à prova do discurso significa, primeiramente, “retrabalhá-lo” em suas dimensões de teorização, com os outros conceitos do grupo B/M/V, “repensados” à luz do que aconteceu nas ciências da linguagem... desde 1926/1929. Mas, também, em função do que propunha Volochínov em 1929, ao introduzir sua terceira parte: pensar “a elucidação dos problemas da sintaxe [...] na base da comunicação verbal”, conferir novamente “uma orientação sociológica [...] ao fenômeno de transmissão da fala de outrem” (BAKHTINE, 1977: 159, 160). São, portanto, dados empíricos (os “*corpora*” construídos) que se colocam à prova do dialogismo.

## A ANÁLISE DO DISCURSO E DAS INTERAÇÕES À PROVA DO DIALOGISMO

Darei alguns exemplos de utilização da noção em análises de dados empíricos, isto é, de *corpora* construídos, e não listas de ocorrências reunidas a partir de uma única categoria (a negação, o condicional, a concessão, a tematização, etc.). Como essas análises submeteram à prova do “dialogismo” dados orais ou escritos, de que o grupo B/M/V não dispunha em sua época? Quais usos do “dialogismo” emergem dessas análises?

## Da diversidade dos usos

Em 1980, enquanto Barthes e Berthet declaram, na revista *Communications*, que “a conversação é um desses objetos que trazem um desafio discreto à ciência, porque são assistemáticos e tiram seu valor, digamos, de sua fraqueza verbal” (p. 4), Roulet enfrenta esse desafio à sua maneira, ao propor o primeiro modelo de análise de conversações do espaço francófono europeu, construído a partir de gravações realizadas em livrarias. Esse modelo, dito “hierárquico”, permite estudar os constituintes da interação partindo do “todo” da unidade discursiva: a unidade se decompõe em trocas (unidades dialogais), subdivididas em intervenções (unidades monologais), constituídas por um ou mais atos de fala (diretivos e/ou subordinados). Este modelo foi rapidamente difundido, utilizado, adaptado ao estudo da polêmica e da refutação pela equipe de Genebra (a de Roulet), em duas publicações: *Cahiers de linguistique française* 1 (1980), *Études de linguistique appliquée* 44 (1981). Ocorre que esse modelo, inspirado em correntes britânicas e estadunidenses (a pragmática, a etnografia da comunicação, a psicologia social dos pequenos grupos), também foi rapidamente “fisgado” pelo dialogismo, a partir da publicação do livro de Todorov (1981), e, tão logo integrado ao modelo, o dialogismo foi aplicado ao monólogo pelo próprio Roulet, em um artigo publicado no Québec em 1982: “Da estrutura [*sic*] dialógica do discurso monológico”.

Assim que essas pesquisas foram divulgadas (nas quais eu muito me inspirei nessa época), eu me interroguei sobre a interpretação que se fazia do conceito. O que eu então contestava no modelo era o fato de ele fazer do dialogismo uma ferramenta suplementar de descrição na “bagagem” do analista, e, referindo-me à obra traduzida em 1977 [1929], eu me permitia lembrar a seus promotores, na ocasião de um colóquio em Bolonha em 1983 (MOIRAND, 1985), que “o enunciado não é somente o produto das interações entre interlocutores”, mas também “o produto de toda interação social na qual ele surgiu”. O que eu denuncio é a tendência

dessas análises em “desculturar” os conceitos emprestados, tanto o de “território”, de Goffman, quanto o de “dialogismo”.

Retomando o exemplo do editorial na obra de 1985, sob sua direção, Roulet refina suas categorias, conservando dialogal e monologal, mas qualificando de dialógico “*um discurso com estrutura de troca, cujos constituintes imediatos são ligados por funções ilocutórias iniciativa e reativa*” (p. 60); o que não altera em nada o debate, que pode ser prolongado hoje com a leitura de trabalhos que se multiplicaram desde então. Propondo, mais tarde, um novo modelo, de vários níveis, e deixando um pouco de lado o termo dialogismo, Roulet faz da “*organização polifônica*” um dos níveis da “*descrição da organização dos textos*”, o que lhe permite articular “*a organização enunciativa*” e “*a organização interacional*”. Em sua obra de 1999, ele o aplica a nove tipos de textos “isolados” (não a *corpora* que reuniriam textos ou gêneros por critérios de semelhança): um diálogo em uma livraria, um pedido de encontro por telefone, um diálogo de filmes, uma carta, etc. Ele distingue, então, dois tipos de organização: são *diafônicas* “*as representações do discurso do interlocutor*”, enquanto “*as dos discursos de outras fontes*” são *polifônicas*, sejam elas potenciais ou efetivas (p. 120), o que faz da carta “*um caso exemplar de discurso monológico escrito, que não pode ser descrito sem referência a um modelo de discurso dialógico*” (p. 182).

Essa versão “fraca” ou “minimalista” do dialogismo (ou da polifonia), categorias que servem a objetivos estritamente descritivos e taxonômicos, é corajosamente contestada por Moeschler durante o Colóquio “Dialogismo e Polifonia”, realizado na Suíça em 1985, e posteriormente confirmada em sua obra *Argumentation et Conversation*, inclusive no glossário proposto. Moeschler admite, com efeito, que ele faz uma apresentação de Bakhtin “*voluntariamente incompleta e orientada*” (p. 9), em nome “*dos interesses da pragmática linguística contemporânea*” (p. 7), o que lhe permite deixar de lado o que lhe parece, em Bakhtin, “*dizer mais respeito à sociologia da linguagem*” (1985a, 10, em Tranel 9).

Essa passagem em revista de alguns trabalhos de destaque no espaço francófono dos anos 1980 abre espaço para algumas questões:

▪ Esse efeito taxonômico de uma terminologia emprestada ao grupo B/M/V (dialogismo ou polifonia) traria alguma novidade para a reflexão sobre o funcionamento do discurso e das interações? Seria indispensável rebatizar de “dialógico” o que fora anteriormente descrito em termos de retomada, reformulação, alteração, paráfrase, eco, *frayage*, etc.? As noções de “discursos representados” ou de “planos de enunciação”, que se depreende (entre outros) da identificação das transferências de pessoas ou das formas do discurso relatado, das rupturas temporais, de certas formas de concessão ou das mudanças de tom e entonação, não seriam suficientes, quando se trata de “descrever” as texturas enunciativas dos textos e das interações? Assim, algumas pesquisas, por exemplo em argumentação, não necessariamente sentem a necessidade de se referirem ao “dialogismo” para descrever a função argumentativa do discurso relatado em trocas conversacionais ordinárias (DOURY, 2003). Nem por isso as análises propostas não são bem-sucedidas!

▪ Se, por outro lado, para além da descrição, coloca-se a questão da interpretação pelos interactantes, e até mesmo da intercompreensão nas trocas, o *dialogismo* não parece ser o conceito mais pertinente, mas as reflexões trazidas pelo grupo B/M/V sobre a *compreensão* (por exemplo Voloshinov, 1929), em sua articulação com os outros conceitos-chave do grupo: o dialogismo, é verdade, mas também e tanto quanto, a *situação*, a *avaliação* da situação, a noção de *sobredestinatário*. Compreender o enunciado do outro, ou compreender como X compreende o enunciado de Y, quando se analisa o discurso em interação, implica considerar, para além dos índices de contextualização presentes na situação *hic* e *nunc*, aqueles que conduzem aos universos de referência mais ou menos compartilhados pelos interactantes, pela avaliação que eles fazem do *horizonte* mais ou menos *comum* dessa situação, por meio dos fios, os *milhares de fios* (diria Volochínov 1926 e 1930 em Todorov, 1981), que interligam justamente o enunciado a seus contextos situacionais e sócio-históricos (2007b, 2010b). Isso permite seguir, no fio das intervenções sucessivas dos interactantes de um debate, as pistas de um discurso que não se “mostra” e que, no entanto, está ali, discurso inscrito nas palavras, nas construções sintáticas, nos enunciados, e que remete ao discurso de um grupo social (por exemplo, um partido político), de uma época, de uma cultura “outra”.

É possível, finalmente, tomar emprestado o conceito de dialogismo, ou o de polifonia, independentemente das teorias que os elaboraram? Eu retomo, para concluir, a discussão iniciada por Fiala no Colóquio *Dialogismo e polifonia* mencionado anteriormente (1986: 16, 17): a respeito do que Bakhtin denominou *metalinguística*, “é necessário, de nossa parte, reivindicá-la como fundamento dos métodos atuais de análise do discurso em sociolinguística? “, questionamento que o leva à seguinte conclusão:

Se entendemos por análise do discurso um conjunto eclético de receitas empíricas, linguísticas, lógicas, pragmáticas, etc. utilizadas para comentar ou interpretar um texto [...], não encontraremos na metalinguística bakhtiniana esse tipo de metodologia envolvida. [...]. Mas, se considerarmos a análise do discurso como setor da descrição linguística, no qual, a partir de dados textuais estabelecidos para fins comparativos, hipóteses linguísticas são confrontadas a hipóteses sociolinguísticas, históricas, estéticas, encontraremos em Bakhtin uma quantidade considerável de propostas que articulam a reflexão e o próprio método. (FIALA, 1986, p. 16-17)<sup>2</sup>

E, na análise que ele propõe de um *corpus* de editoriais da imprensa (de direita), são os “traços dialógicos” do gênero que lhe permitem evidenciar “a importância do fundo de referência ao outro”, sobre o qual se desenvolve a argumentação.

Fiala fala em “análise do discurso em sociolinguística”, o que não parece ser a preocupação central de Roulet e de Moeschler na mesma época. É que outras correntes de pesquisa surgiram desde o tempo em que a análise do discurso se constituía na França em torno dos antigos doutores ou colegas de J. Dubois, em particular na Universidade de Nanterre e na Universidade de Rouen, e em relação (ou em debate) com outros (na Universidade de Paris 5 (F. François), na Universidade de Montpellier, na École Normale Supérieure de Saint-Cloud (M. Tournier)... Alguns não haviam esperado Roulet, nem Todorov, para ler Volochínov (em inglês) e/ou Bakhtin, assim como Bernstein, Labov, Bourdieu, e

---

<sup>2</sup> N.T.: Tradução nossa.

começavam a se interrogar sobre a integração do conceito em teorias já existentes sobre o sentido no discurso, ou o sentido do discurso e suas implicações sociais.

### **Como integrar o dialogismo nas teorias do discurso?**

Enquanto a obra de Bachman, Lindelfeld e Simonin, *Langages et communications sociales* (nesse mesmo ano de 1981, do qual se nota sua produtividade e diversidade), contribui para difundir na França as pesquisas norte-americanas que atribuem menos importância à língua (no sentido saussuriano), em prol da cultura e do social, a análise do discurso francesa dos anos 1970 concede um espaço a várias correntes que se posicionam sob um duplo selo: “Língua” e “Sociedade”. Hesita-se entre duas denominações: sociolinguística (em uma ou duas palavras), linguística social, análise do/de/dos discursos... Assim, o Colóquio de Rouen de 1978, intitulado *Théories et pratiques de la sociolinguistique*, e publicado em 1980 sob o título *Socio-linguistique: approches, théories, pratiques*, parece-me reunir toda sorte de “desejos recalçados” de fazerem-se encontrar o fato linguístico e o fato social: vemos, então, como as análises de discursos políticos cederam lugar aos estudos sobre a diglossia, a norma, a variação, o plurilinguismo, etc. Mas é aí que também encontramos as pistas de uma interrogação que ainda perdura no espaço francófono, a de “repensar” o quadro teórico de certas práticas discursivas, confrontando-as às dimensões de teorização do conceito de dialogismo e/ou às teorias do grupo B/M/V. Três exemplos dos anos 1980 parecem-me, ao mesmo tempo, precursores e reveladores dessa *démarche*.

### **Entre linguística social e sociolinguística**

É a posição adotada por Gardin (em sua tese de doutorado *Langage et travail: études sociolinguistiques des ouvriers en France*, cuja

introdução é publicada em Gardin, 2005a), que relaciona o dialogismo à *alteridade*, interpretando-o por meio:

- do funcionamento dos pronomes, quando eles se tornam indícios de exclusão e de diferenciação (*eles/lhes*, opondo-se a *nós/eu*),

- do discurso relatado (dialogismo “mostrado”, emprestado de Authier),

- da noção de “interdependência dos discursos” (emprestado de Marcellesi),

- do interdiscurso (emprestado de Pêcheux).

Mais ainda, é Volochínov quem lhe permite relacionar, diz ele, os estudos variacionistas, que descrevem a língua em sua heterogeneidade estruturada, e os estudos voltados para a descrição dos contextos de emprego das formas discursivas (análise conversacional, etnometodologia), posição que encontramos no grupo *Langage et Travail* (C.N.R.S.), do qual Gardin faz parte. Isso o conduz a uma linguística de campo, o estudo das *práticas discursivas*, sempre com uma interrogação sobre o lugar do discurso dos outros, as falas dos outros (não aqueles que estão materialmente presentes em face a face, mas aqueles que surgem explicitamente ou clandestinamente no fio dos enunciados), em toda tomada de fala (*Paroles d'ouvriers et d'ouvrières*, 2005b e infra em 3.2, p. 88).

Para além de uma postura militante, Gardin ainda pratica um retorno crítico a suas próprias pesquisas. Um dos primeiros a ter citado Volochínov, lido na tradução inglesa (GARDIN E MARCELLESI, 1978; MOIRAND, 2010b), e o primeiro a ter defendido a tese que o designa como autor da obra de 1929, frequentemente atribuída a Bakhtin (GARDIN, 1978), Gardin nunca deixou de relê-la, a ponto de nela se inspirar para suas últimas proposições sobre as *Morales langagières* (2008), e tentar articular o dialogismo à análise sociolinguística e às relações entre língua e sociedade.

## O dialogismo, no centro do ato de nomear

Ultrapassar o caráter estático do signo saussuriano, recusar a ruptura entre língua e discurso, posições que haviam impedido, a meu ver, os trabalhos sobre o uso de palavras de Dubois, Guilbet e outros, nos anos 1960-1970, é o que, entre outras coisas, a praxemática traz para o debate. Destaco um dos desenvolvimentos que ela propiciou, em particular o que permitiu, com sucesso, a integração do dialogismo a uma semântica pós-estruturalista “que não tem mais medo do real”, como diz P. Siblot, autor e iniciador de inúmeros trabalhos sobre a *nomeação*, “entendida como um ato de fala do sujeito em situação de comunicação” (SIBLOT, 1997; 2001).

Mas, se a “palavra” de Bakhtin, a palavra portadora das vozes dos outros, devia ser relacionada a uma reflexão sobre o dialogismo da nomeação, faltava, ainda, mostrá-lo em fatos linguageiros, ou seja, experimentá-los. É nesse ponto que a análise semântica se torna “*inseparável da análise do discurso, já que é somente em corpora construídos que se podem observar os indícios dessa atividade de nomeação*”, como lembra Branca-Rosoff no prefácio de um dos Colóquios da Rede de jovens pesquisadores sobre a nomeação (2007: 14). Assim, como poderemos entrever *infra*, inscrever o dialogismo no centro do ato de nomear é o que promove a passagem da análise da palavra para a análise das redes discursivas que, ao mesmo tempo, o informam (semanticamente) e o dispersam (discursivamente).

Desse modo, coloca-se para os linguistas a questão dos “observáveis”, quando o discurso de outrem (como diz, após Bakhtin, Todorov 1981: 113), “não é atestável por nenhum indício material, e mesmo assim encontra-se evocado”, porque “disponível na memória coletiva de um dado grupo social”. O conceito de dialogismo se depara, então, com o conceito de *interdiscurso*, no sentido que lhe havia dado Pêcheux, e que re-dinamizam, hoje, os jovens pesquisadores nesse início de século



XXI (por exemplo, em *Langage & Société* 140, 2012, assim como Hailon 2009, Née 2012, etc. — cf. Moirand 2011, 2012a).

### **O risco do interdiscurso**

Conceito de Pêcheux, teórico do que se chamou ADF, o interdiscurso só pode funcionar na relação com outros conceitos, a formação discursiva, o pré-construído, o intradiscurso, como explica Malidier (1993), e em relação com uma concepção particular do discurso, concebido como um objeto teórico e definido por sua dupla ancoragem: na língua e na história.

É esse interdiscurso que Courtine (1981), após uma releitura de Foucault, de quem toma emprestada a noção de “domínios de memória”, propõe “re-trabalhar” na “memória discursiva”, e até “interdiscursiva” para outros atualmente, com uma atitude mais nuançada, que já não nega a importância da memória coletiva (HALBWACHS, 1997 [1950]), nem da memória cognitiva (MOIRAND, 2007; PAVEAU, 2006). É esse interdiscurso que os trabalhos de Authier-Revuz pré-dispõem a aproximar do dialogismo, por meio da noção de heterogeneidade constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1982, 2000). Mas o que Courtine e outros, em seguida, vão “repensar”, são os lugares de inscrição desse discurso que não se “mostra”, mas cuja presença pode ser revelada em certas construções sintáticas, o que, atualmente, conduz aqueles que desde então se apropriaram do “dialogismo” a trabalharem sobre várias outras formas de sua atualização, além do discurso relatado, por exemplo, o ato de nomear, assim como os cotextos sintáticos das nomeações e a construção das interações (*Langage & Société* 140). Quanto à metáfora emprestada da ADF dos anos 1980, a do fio horizontal do discurso (a ordem do texto ou da interação), que seria atravessado pelos fios verticais dos discursos transversos, ela ainda alimenta alguns desses trabalhos, que se inspiram no pré-construído (ilustrado pelo enunciado proposto por Pêcheux, que desafia a lógica: “Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca

existiu”), esforçando-se em apreender as formas menos evidentes de “discursos representados”.

Assim, o problema da identificação dos indícios do dialogismo na análise do discurso e das interações (e até mesmo em pesquisas sobre os gestos ou as entonações) persegue todos aqueles que tentam “se apropriar” do conceito, mais do que nas outras ciências humanas, ao ponto de colocar à prova do dialogismo *corpora* cada vez “maiores”, graças ao desenvolvimento de *softwares ad hoc*. Mas, se os arquivos *on-line* facilitam, hoje, essa “narrativa em abismo”<sup>3</sup> dos textos e dos diálogos, que substitui uma leitura horizontal dos textos por um sistema vertical da memória, o dialogismo continua sendo um risco, como já era o interdiscurso, para quem pretende não somente descrever as formas de representação dos discursos, mas sobretudo explicar, buscar as razões dessas representações, ou seja, para quem pretende submeter o conceito à prova da experimentação.

## A PROVA DA EXPERIMENTAÇÃO

“Trabalhar” uma noção oriunda de outros contextos, a partir de dados que são coletados, e *corpora* que são construídos, é algo que faz parte das práticas da análise do discurso. Assim é com o “dialogismo”, quer se conceba o discurso como equivalente da “enunciação enunciada”, quer como um objeto teórico que “não se confunde com sua evidência empírica” (MALDIDIER, 1990, introdução à obra *A inquietude do discurso*). Mas, entre esses dois polos, existe um amplo leque de maneiras de experimentar “o dialogismo”. Isso conduz a se interrogar sobre as práticas, os objetivos, os métodos e as visadas científicas conferidas às descrições/análises que se pratica. Isso leva cada um a uma análise crítica *a posteriori*, no sentido de Jeanneret no prefácio do número 40 da revista *Tranel* (2004), e não no sentido crítico sistemático *a priori*,

---

<sup>3</sup> N.T.: no original, “mise en abîme”.

tal como concebido pela Análise do Discurso Crítica. Destacarei algumas práticas sobre as quais cada um poderá se interrogar.

### **Palavras e fórmulas no fio do discurso**

O tema da insegurança ressurgiu na França no verão de 2010, adquirindo um tom diferente, em uma associação à palavra "ROMS". Como essa designação "não é transparente", podemos fixar o objetivo de estudar a origem dessa palavra, suas definições nos dicionários de língua, as relações semânticas que ela entretém com designações próximas (*ciganos, boêmios, gente de viagem...*). Limitar-se a uma descrição lexical dessas palavras é possível, mas a escuta e a leitura "no ar" das notícias, das declarações, dos discursos produzidos em torno desse acontecimento, que o discurso constrói, pré-dispõem a analisá-lo de uma maneira diferente.

A palavra *Roms* funciona, com efeito, como uma "palavra acontecimento" (MOIRAND, 2007a), não mais designando somente pessoas, após apagamento de uma base verbo-afixal que designa um tipo de acontecimento. Assim, nominalizações como *a extradição dos Roms para seu país, a expulsão dos Roms*, rapidamente dão lugar, na imprensa, a manchetes com dois pontos, nas quais a palavra *Roms* aparece antes dos dois pontos:

Roms: o Palácio do Eliseu persiste e assina

Roms: a ONU acusa a França

Roms: quando a Europa se indigna

Roms, imigração: Fillon tenta acalmar a maioria

Mas, o que se apaga é justamente o que não se quer dizer, o que não se pode dizer, o que não se ousa dizer... Uma pista se abre, aqui, à experimentação do dialogismo: o que a palavra *Roms* transporta consigo? Qual é o sentido de *Roms* nessas manchetes? A não ser o de designar, justamente, um problema, uma questão da atualidade, um acontecimento (a expulsão, a extradição), e não somente pessoas. Ou ainda, como mostra Siblot, ilustrar essa tripla relação ao real do ato de nomear: o real do mundo, que é

categorizado para lhe dar sentido, o real do sujeito, que expressa a relação que ele estabelece com esse mundo e a posição que ele assume a seu respeito, e o real do sujeito aos outros, com os quais, necessariamente, ele entra em diálogo (MOIRAND, 2011).

Outra possibilidade é interrogar-se sobre os trajetos da palavra no fio do texto (o intratexto). Assim, a título de ilustração, a partir dos trechos de um artigo do jornal *Libération* (25/08/2010), vemos como representações sobre os Roms, bem como do acontecimento, são construídas no fio das falas reportadas, logo, das caracterizações e designações emprestadas de diferentes mundos sociais (meus grifos):

“perseguidos pela polícia” “estigmatizados pela opinião” (Secours catholique)

“a orquestração da desconfiança, do medo, do controle” de que são vítimas  
“os Roms, pessoas de viagem e as famílias pobres” (Movimento ATD Quart-monde)

“uma das populações europeias mais desfavorecidas” (Federação Protestante da França)

*Essa sequela securitária* suscitou a preocupação de deputados europeus (autor do artigo)

“Tolerar essas *práticas discriminatórias* levaria a abrir uma caixa de Pandora...” insurgiu-se a holandesa Sophie In’t Veld.

Aqui, como mostra Veniard (2007) em sua tese, a respeito de outros acontecimentos,

... o interesse da noção de dialogismo [ que ela “experimentou” em um *corpus* de 4000 artigos dos jornais *Le Monde* e *Le Figaro*] repousa na ideia de diálogo entre os diferentes elementos heterogêneos e o discurso citante, diálogo que se manifesta nas cadeias correferenciais pertencentes a falas proferidas por locutores diferentes. (VENIARD, 2007, p. 197)

Uma última pista consiste em continuar o trabalho já realizado sobre o tema da insegurança, aqui associado a *Roms*, e

capturado “no ar” pelas declarações dos ministros, nesse verão de 2010. Assim, despertada na segunda-feira do dia 23 de agosto pela voz do ministro da Imigração e da Identidade nacional no rádio:

“Quando falamos em segurança... a primeira das liberdades”,

eu reconheci a fórmula “experimentada” por Née (em sua tese *Sûreté, sécurité, insécurité*, 2012), a partir de um *corpus* do jornal *Le Monde*, coletado durante as eleições presidenciais de 2002, completando outros *corpora* anteriores, e que retomava, aqui, sem anunciá-lo, a fórmula inscrita na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (“*A segurança é a primeira das liberdades*”), deixando à mostra esse fragmento de interdiscurso já presente no discurso de J. Chirac à época do lançamento das eleições presidenciais de 2002, e de seu tema de campanha, a insegurança (podemos observar a estrutura sintática que o revela):

“É necessário que a segurança/ que é a primeira das liberdades/ seja garantida a todos os franceses [...]”

Assim, remontando ao tempo longo das discursividades e das interdiscursividades por meio das palavras *certeza, segurança, insegurança*, Née mostrou como “segurança”, um empréstimo do inglês, acabou substituindo “certeza”, mas também como, inserida em outro sistema linguístico, a palavra não funciona de modo idêntico, o que permite rastrear o uso que dela fazem diferentes mundos sociais, assim como os diferentes domínios de memória aos quais ela remete. Vemos, então, como o *dialogismo* pode “explicar” certas associações semânticas reveladas por *softwares* de textometria (neste caso, Lexico 3).

Com outro objetivo, e outro tipo de experimentação, por meio das categorias de Authier-Revuz sobre a autonomia, Hailon (2009) mostrou como, por meio da associação imigração/ insegurança, tema favorito do Front National, a ideologia do partido de extrema direita acabou penetrando na imprensa nacional diária e na imprensa regional, sem que nos déssemos

conta. E é recorrendo a um conceito emprestado da filosofia analítica e da sociologia, a *deferência epistêmica*, que Calabrese identifica uma particularidade das mídias, ao mostrar como nós mesmos, cidadãos comuns, “*deferimos* aos jornalistas a tarefa de identificar, de descrever e de nomear os acontecimentos que ocorrem no espaço público” (2012: 32).

Vemos, nessas pesquisas, o que as palavras significam em seus contextos sintáticos e enunciativos, mas também como o dialogismo permite “repensar” o funcionamento dessas palavras, quando o relacionamos ao trabalho da memória e da história. Vemos, então, como as ciências sociais e as ciências políticas contribuem com esclarecimentos necessários para compreender e explicar o uso das palavras em contexto, a constituição das associações e a construção dos referentes no fio do tempo, o que concorre para identificar novos lugares de emergência de discursos transversos.

### **O discurso em interação**

Se, como lembra Peytard (1995: 36), “dizer ‘interação verbal’ é não apenas levar em conta o que, no face a face entre *um* indivíduo e *um outro* indivíduo, em um diálogo, psicologicamente, logicamente e linguisticamente se produz por concatenação”, então, “a espessura dialógica” do discurso em interação permite submeter à experimentação, não a ordem horizontal da interação, mas o eixo vertical de cada um dos interactantes, o que parece sugerir Bres (2008), o que demonstrou Sitri em sua tese sobre as interações plurilogais (SITRI, 2004), o que Peytard (ibid.) reivindica em nome de uma *interação sócio-discursiva*.

A esse respeito, cito um primeiro exemplo, no artigo de Gardin sobre “*As implicações sociais das reformulações*” (retomado em GARDIN, 2005b). Desvendar essa implicação social requer a observação dos indícios de um discurso “outro”, aqui, o do patronado, em “grupos de expressão direta” entre o dono de uma oficina de fotografia e operárias de fábrica (p. 367):

[...]

C: *então, estão falando da gente!*

*o nylon não é tão quente quanto o algodão [ruídos paralelos]*

F: *o algodão é mais saudável do que o nylon [ruídos paralelos]*

C: *o nylon não solta fiapo*

F: *Ah! pois é, a questão é o pó! pois é [ruído paralelos]*

*é bem isso mesmo, eles só olham para os negócios deles*

C: *Não, eles estão interessados no trabalho! é mais*

F: *Sim, eles não estão nem aí se a gente transpira, o que conta é se não tem pó*

Neste exemplo, C desempenha o papel de mediador, e F designa a intervenção de uma operária, em uma reunião que deve trazer uma resposta a uma questão feita na sessão anterior: as operárias queriam mudar o uniforme, para o algodão. C traz um primeiro argumento para manter os uniformes em nylon, argumento aceito (o conforto). Uma operária opõe um contra-argumento (o algodão é mais saudável). C produz, então, um novo argumento (o nylon não solta fiapo). As operárias, que até então tinham aceitado os diferentes argumentos, se revoltam (ruídos paralelos) porque identificaram o discurso do patrão, obcecado pelo pó (trata-se de uma oficina de fotografia). Assim, elas questionam os argumentos de C (mas, não C), e, sobretudo, o discurso do patrão, que elas identificaram no discurso de C: *eles, os negócios deles, eles não estão nem aí*. As operárias não discutem mais com C, mas com o discurso de um outro: o patrão, que se torna “sobredestinatório” deste diálogo.

Na mesma ordem de ideias, falta “experimental” o dialogismo (com suas noções associadas: a enunciação, a avaliação da situação, o sobredestinatório...) nas declarações de porta-vozes, onde várias “espessuras” dialógicas se entrecrocaram, ou nos discursos de mediação (no tribunal, no banco, nas situações de conflito em uma empresa ou instituição), ou ainda nas interações profissionais, em que o empregado desempenha um papel meramente intermediário (a *Caisse d’allocations familiales*, o *Pôle emploi...*), ali onde o mediador tende, de um modo geral, a retomar os argumentos daquele que o designou, e onde o

reclamante, usuário ou cliente, que não se dirige exatamente à pessoa que está a sua frente, mas a um sobredestinatário imaginado, tende a enriquecer suas intervenções com experiências de interações anteriores, na maioria das vezes com outros interlocutores. Experimentar o dialogismo ilustra, desse modo, as astúcias da comunicação em face a face, em particular nos casos de interações profissionais, frequentes, atualmente, nos centros de atendimento ao cliente, onde o empregado se vê obrigado a seguir um roteiro que lhe é imposto para “gerir o cliente”: quando surge uma questão não prevista no roteiro, a comunicação entra em colapso (não há “cooperação”), até o momento em que o dispositivo técnico o interrompe, sob pretexto de que a interação está muito longa...

Parece, portanto, que é necessário ultrapassar a interpretação restrita do dialogismo como debate, polêmica, paródia, que são as formas mais evidentes, segundo Todorov, ao citar Bakhtin (1981: 114), bem como as “mais grosseiras...” (*ibid.*), a fim de identificar formas de interação nas quais a história conversacional de cada um dos interactantes manifesta outras atualizações do dialogismo, e nas quais a história das relações de trabalho e da relação ao trabalho permite, por exemplo, explicar fatos linguageiros observados, em particular entre línguas e/ou culturas diferentes.

Se definimos o enunciado dialógico como “um enunciado que deixa passar através dos sons, das palavras, das construções, da exterioridade ou da alteridade discursiva” (MOIRAND, 2010b), se “pensamos”, por outro lado, o dialogismo como um “conceito para pensar com”, isto é, como uma espécie de rede que, lançada nos discursos circulantes, “capta” ou “captura” elementos necessários à compreensão do sentido da linguagem (parafraseio aqui a definição do “conceito” proposta em Benoist, 2010), e que decorrem das relações entre língua, discurso e sociedade, então é em direção de uma abordagem dialógica do discurso que nos orientamos.



## Do enunciado dialógico ao dialogismo constitutivo da construção dos acontecimentos

Deixaremos de lado as pesquisas que se voltam para a descrição de uma única forma de enunciados dialógicos a partir de um *corpus* de exemplos, para nos interrogarmos sobre a combinação e a distribuição dessas diferentes formas de abordagem no fio do texto, em seguida, no fio de um acontecimento, contribuindo, desse modo, para construir uma representação do referente do texto ou do acontecimento (MOIRAND, 2010a, 2012c).

*“Não, os gregos não são preguiçosos”*

Esta manchete introduzia um artigo de Thomas Piketty, professor na École d'Économie de Paris, no momento em que a crise econômica na Grécia se tornava “um problema” para a Europa (*Libération*, 23 de março de 2010):

*Assim sendo, os gregos seriam preguiçosos que gastam mais do que produzem. E que, além disso, elegem governos corruptos que manipulam as contas públicas para consolá-los em sua ilusão. E se o seu vizinho ou seu irmão passa o tempo gastando mais do que ganha, continuar lhe emprestando dinheiro é uma forma de ajudá-lo?*

Se é manifesto que o início do texto retoma os discursos proferidos na época sobre os gregos e a Grécia, uma abordagem dialógica do discurso não pode se contentar em fazer o levantamento das diferentes formas da inscrição desses dizeres. Evidentemente, a negação, o condicional, a interrogação são formas que concorrem para denunciar o que o próprio autor designa, no parágrafo seguinte do texto, como um exemplo de “retórica reacionária”. Mais adiante, podemos observar, no fio do texto, como o autor inscreve contra-discursos que participam desse “debate sobre o mérito”: “Objetaremos que... Certamente. Da mesma forma como...”. Mas essas formas, que o dialogismo permite “capturar em sua rede”, só se tornam pertinentes se as

relacionamos ao debate entre economistas liberais e aqueles que tentam, hoje, pensar de modo diferente, e é esse debate e a História da Grécia, lembrada por Piketty, que entram em relação dialógica com os enunciados do texto, não aquele que é “mostrado” por meio das formas explícitas de acordo ou desacordo, de concessão ou refutação.

Detectar os enunciados dialógicos que se inscrevem e se respondem no fio da argumentação permite encontrar os domínios de memórias a curto prazo (a crise grega), a médio e a longo prazo (“a Grécia faz parte desses países que sempre foram possuídos em parte por outros países”), e tentar estabelecer elos entre o sentido linguístico dos enunciados dialógicos e o sentido social de um acontecimento político (a crise grega no espaço europeu).

### **A mediação de uma crise sanitária**

As pesquisas realizadas pelo grupo de Jacky Simonin, na Universidade da Reunião, sobre a mediação de uma crise sanitária, o chikungunya, vão ainda mais longe: elas mostram como o dialogismo permite agrupar dados de natureza diferente, não apenas os discursos das mídias, mas também entrevistas junto a diferentes atores do acontecimento, incluindo-se aí “cidadãos” comuns nas feiras livres e os sketches de humoristas, o que implica fazer entrecruzar a análise do discurso e a etnografia da comunicação, em torno do conceito de dialogismo.

Porque existe uma *memória discursiva comunitária* que serve de filtro, de esquema de leitura para interpretar o acontecimento (o que conduz a propor a noção de “comunidade interpretativa”- Simonin e Wolff 2009, por ex.), vemos se confrontar, em um programa de televisão encomendado para informar a população local “ChickAction”, duas formas de certeza:

O discurso científico “mediatizado” (o dos médicos e das outras autoridades sanitárias).

As etno-categorizações locais produzidas pelo senso comum.

Assim, o médico encarregado de transmitir a mensagem didática do programa se vê obrigado a associar tematizações que refutam os discursos circulantes na população sobre a origem da doença:

*CB: então vamos lembrar que é importante que é o mosquito mesmo/ se vocês concordam/ é o mosquito que transmite o chikungunya e nada mais/ a mensagem é clara não é Doutor Gäüzer.*

*Dr G: sem dúvida nenhuma/ é o mosquito o mosquito que foi encontrado portador do vírus/ não é o barco não é o ar ruim não é a água [enumeração com os dedos]/ é o mosquito mesmo que vive em torno de nossas casas o mosquito preto e branco que transmite a doença/ não há dúvidas sobre esse assunto/ se não acreditamos que o mosquito é responsável pela doença, então não nos protegemos e ficamos mais doentes.*

Ao passo que, na abertura do programa, a reportagem nas ruas (depoimentos em língua crioula) reproduz “uma fala profana que ressalta ‘o que não se deve pensar’ e justifica a iniciativa de se fazer um programa como este”, Simonin e Ledegen (2008) mostram, com base nos fios interdiscursivos das crenças locais, das certezas científicas e das decisões das autoridades sanitárias, que o programa é marcado pela heterogeneidade interdiscursiva de sua construção (plurilocal, plurissemiótica), e como ele “constrói uma memória discursiva que propõe uma forma de história oficial da crise à qual o público é fortemente convidado a aderir”.

Ainda que se tenha como ponto de partida as formas da língua que parecem inscrever um discurso outro, quer se trate de crenças locais ou de certezas médicas, o que está em questão é o papel da linguagem na construção dos acontecimentos sociais, por meio de noções como alteridade ou interdiscursividade, que podem ser associadas ao conceito de dialogismo (MOIRAND, 2012a). Nessa perspectiva, uma abordagem dialógica em análise do discurso visa a desvendar o modo como as palavras, as construções, os enunciados “dialogam” e “interagem”, e cuja circulação contribui para construir o referente do acontecimento (MOIRAND, 2010a, 2012c). O que traz implicações metodológicas em diferentes graus (construção do *corpus*, questionários e entrevistas junto aos diferentes atores sociais, constituição de

categorias descritivas que atualizem o conceito de dialogismo na materialidade discursiva e semiótica, trabalho sobre noções e conceitos vizinhos e associados, referência a outras ciências humanas na interpretação dos dados, etc.), implicações que decorrem das diferentes maneiras de se “trabalhar” o dialogismo.

Desse modo, experimentar o conceito de dialogismo significa colocá-lo à prova dos dados empíricos, sem abandonar sua dimensão de teorização, que explica sua força, e que permite pensar de um modo diferente o funcionamento dos discursos em sua materialidade. Este não era exatamente o objetivo do grupo B/M/V, mas é uma consequência da recepção que fizemos do conceito em outro contexto, cultural, histórico e cientificamente diferente.

Para um especialista das ciências da linguagem, isso significa tentar relacioná-lo a formas linguageiras observáveis, que são indícios de uma alteridade, de uma cultura ou de uma representação discursiva, ou ainda, os vestígios de uma memória interdiscursiva e/ou coletiva, inclusive as de uma comunidade interpretativa (Simonin), sem jamais omitir suas dimensões sociais, históricas, filosóficas, ideológicas. É um percurso obrigatório recorrer ao dialogismo? Certamente que não! Mas, se as correntes francesas o evocaram fortemente, por vezes o banalizaram, quase sempre “re-trabalhado”, isso aconteceu porque, como observou Jakobson no prefácio da tradução de 1977 na França, encontrava-se ali a possibilidade de atribuir uma “orientação social” às formas da língua “em uso”, e até mesmo de construir uma corrente próxima de uma meta- ou de uma translinguística...

Isso me incita a terminar este texto com uma reflexão de F. Cusset, a respeito da influência da *French Theory* (Foucault, Derrida, Deleuze & Cia) sobre as mutações da vida intelectual nos Estados Unidos, e que podemos aplicar aos empréstimos feitos, na França, do grupo B/M/V:

No final das contas, trata-se das virtudes da descontextualização, ou do que Bourdieu chamava “a des-nacionalização” dos textos. Se, ao deixarem seu contexto de origem, elas perdem uma parte de sua força política que

motivara sua irrupção, essas “teorias viajantes” (segundo a expressão de Edward Said) também podem ganhar uma nova força no contexto de chegada. Essa força está relacionada aos desbloqueios que as teorias recompostas autorizam, ao enigma de distâncias intelectuais fecundas entre os campos de origem e de chegada, que raramente são homológicos. (CUSSET, 2005: 210-22)

## REFERÊNCIAS

ACTES DU COLLOQUE DIALOGISME ET POLYPHONIE. 1985, 1986, **Tranel 9** et **Travaux du Centre de Recherches sémiologiques 50** (Grize et Rubattel éd.).

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité énonciative : éléments pour une approche de l’autre dans le discours. **DRLAV 26**, 91-151, 1982.

AUTHIER-REVUZ, J. Aux risques de l’allusion. In: **L’allusion dans la littérature**. Paris: Presses universitaires de Paris-Sorbonne, 209-235, 2000.

BACHMANN, C., LINDEFELD, J. & SIMONIN, J. **Langage et communications sociales**. Paris: Didier, 1981.

BAKHTINE, M. **Le marxisme et la philosophie du langage**. Essai d’application de la méthode sociologique en linguistique. Traduction [1929], Paris: Minuit, 1977.

BAKHTINE, M. **Esthétique et théorie du roman**. Traduction. Paris: Gallimard, 1978.

BAKHTINE, M. **Esthétique de la création verbale**. Traduction. Paris: Gallimard, 1984.

BARTHES, R. & BERTHET, F. La conversation, préface. **Communications** 30, 1980.

BENOIST, J. **Concepts**. Paris: Cerf, 2010.

BOUQUET S. & GRILLO S. (éd.). Linguistique des genres. Le programme de Bakhtine et ses perspectives contemporaines. **LINX** n. 56. 2007.

BRANCA-ROSOFF S. Approche discursive de la nomination/dénomination. In: **L'acte de nommer**. Une dynamique entre langue et discours, CISLARU et al. (éd.). Paris: Presses Sorbonne nouvelle, 13-22, 2007.

BRES, J., DELAMOTTE-LEGRAND, R., MADRAY-LESIGNE, F. & SIBLOT, P. (éd.). **L'autre en discours**. Université de Rouen/ Université Montpellier 3, 2001.

BRES, J., HAILLET, P., MELLET, S., HENNING, N. & ROSIER, L. (éd.). **Dialogisme et polyphonie**. Approches linguistiques. Bruxelles: De Boeck-Duculot, 2005.

BRES, J. De l'épaisseur du discours : horizontalement, verticalement... et dans tous les sens , Paris, **Congrès mondial de linguistique française**, 2008. URL: [www.linguistiquefrancaise.org](http://www.linguistiquefrancaise.org).

BRES, J. & MELLET, S. (éd.). Dialogisme et marqueurs grammaticaux. **Langue Française**, n. 163, 2009.

CALABRESE, L. L'acte de nommer : nouvelles perspectives pour le discours médiatique. **Langage & Société**, n. 140, 29-40, 2012.

COLAS-BLAISE, M., KARA, M., PERRIN, L. & PETITJEAN, A. (éd.). **La question polyphonique ou dialogique en sciences du**

**langage**, coll. Recherches linguistiques 31. Metz: Université Paul-Verlaine, 2010.

COURTINE J.-J. Analyse du discours politique. **Langages**, n. 62, préface de M. Pêcheux, 1981.

CUSSET, F. **French Theory**. Foucault, Deleuze & Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis. Paris: La Découverte/Poche, 2005 [2003].

DELAMOTTE-LEGRAND, R. & CAITUCOLI, C. (éd.). **Morales langagières**. Autour de propositions de Bernard Gardin. Publications des universités de Rouen et du Havre, 2008.

DOURY, M. La fonction argumentative des discours rapportés. In: LopEZ MUÑOZ, MARNETTE, ROSIER (éd.). **Le discours rapporté dans tous ses états**. Paris: l'Harmattan, 254-264, 2004.

DUBOIS, J. **Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872**. Paris: Larousse, 1962.

DUBOIS, J. & SUMPFF, J. (éd.). L'analyse du discours. **Langages**, 13, 1969.

DUFOUR, F. & ROSIER, L. (éd.), 2012, « Analyse du discours à la française : continuités et configurations », **Langage & Société** 140.

FIALA, P. Polyphonie et stabilisation de la référence : l'altérité dans le texte politique. In: Dialogisme et polyphonie, **Travaux du Centre de Recherches sémiologiques** 50, 15-46, 1986.

FUCHS, C. Les problématiques énonciatives : esquisse d'une présentation critique et théorique. **DRLAV** 25, 35-60, 1981.

GARDIN, B. Volochínov ou Bakhtine. **La Pensée**. 197, 87-100, 1978.

GARDIN, B.; MARCELLESI, J. -B. & GRECO ROUEN (éd.). **Sociolinguistique**. Approches, théories, pratiques. Paris: PUF et Publications de l'Université de Rouen, 1980.

GARDIN, B. **Langage et luttes sociales**, textes édités par N. Gardin et F. François, Limoges, Lambert-Lucas, 2005a.

GARDIN, B. **Paroles d'ouvriers et d'ouvrières**, textes édités par N. Gardin et J. Boutet, Limoges, Lambert-Lucas., 2005b.

GREIMAS, A., **La mode en 1830**. Essai de description du vocabulaire vestimentaire d'après les journaux de mode de l'époque, thèse de l'université de Paris, 1948.

GUILBERT, L. **Vocabulaire de l'aéronautique**. Enquête linguistique à travers la presse d'information à l'occasion de 5 exploits de cosmonautes, Paris, Larousse, 1965.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, R; ROBIN, R. **Discours et archive**. Expérimentations en analyse du discours, Liège, Mardaga, 1994

HAILON, F. **Idéologie par voix/e de presse**. Paris: l'Harmattan, 2009.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1997.

JEANNERET, T. (Ed.). Approche critique des discours: constitution des corpus et construction des observables. **Tranel 40**. 2004.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation**. De la subjectivité dans le langage. Paris: A. Colin, 1980.

LEBRAVE, J. L; GRÉSILLON, A. (Ed.). **La Langue au ras du texte**. Lille: Presses universitaires de Lille 3, 1984.



MALDIDIER, D. L'inquiétude du discours. Un trajet dans l'histoire de l'analyse du discours: le travail de Michel Pêcheux. **Semen**, 8, 105-120, 1993.

MARCELLESI, J. B; GARDIN, B. **Introduction à la sociolinguistique**. La linguistique sociale. Paris: Larousse, 1974.

MARKOVÁ I. **Dialogicality and Social Representations**. The Dynamics of Mind, Cambridge University Press, trad. fr., *Dialogicité et représentations sociales*, Paris, PUF, 2003.

MOESCHLER, J. **Argumentation et conversation**. Éléments pour une pragmatique du discours, Paris: Didier, 1985.

MOIRAND, S. Pour une approche des stratégies interactionnelles à la lumière du principe dialogique de Bakhtine-Volochinov. **L'enseignement du français dans l'aire méditerranéenne européenne**, Università degli studi di Bologna, 105-115. 1985.

MOIRAND, S. Le dialogisme, entre problématiques énonciatives et théories discursives. **Cahiers de praxématique**, 43, 189-220. 2004.

MOIRAND, S. Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne. **Semen**, 22, 45-59. 2006.

MOIRAND, S. **Les discours de la presse quotidienne**. Observer, analyser, comprendre, Paris: PUF, 2007a.

MOIRAND, S. Le modèle du Cercle de Bakhtine à l'épreuve des genres de la presse. **LINX**, 56, 91-108, 2007b.

MOIRAND, S. Le choc des discours dans la presse française : l'exemple des violences urbaines (automne 2005) et des manifestations étudiantes (hiver 2006). In: FORNASIERO, J;

MROWA-HOPKINS C. (éd.). **Explorations and Encounters in French**, Université d'Adelaïde, Australie, 35-76. 2010a.

MOIRAND, S. Retour sur une approche dialogique du discours. **Approches dialogiques et polyphoniques en langue et en discours**, 375-378. 2010b.

MOIRAND, S. Du sens tel qu'il s'inscrit dans l'acte de nommer. In: DAHLET, V. B. (Coord.). **Ciências da linguagem e didática das línguas**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2011.

MOIRAND, S. Préface. In: IDELSON, B; LEDEGEN, G. (Éd.). **Chikungunya: la médiatisation d'une crise**. Presse, humour, communication politique. Belgique: Éditions EME, 2012a.

MOIRAND, S. Entre altération et reformulation, quelle place faire au dialogisme de Bakhtine dans les travaux de Jean Peytard ? **Conférence de clôture du colloque en hommage à Jean Peytard, précurseur du champ de la linguistique du discours**. Universités d'Ouro-Preto et de Mariana, Brésil, mars 2012b.

MOIRAND, S. La médiatisation des événements. Une analyse du discours entre langue, mémoire et communication. **Conférence plénière aux 2es Journées internationales des études de discours**. Université de Maringá, Brésil, mars 2012c.

NÉE, E. **L'Insécurité en campagne électorale**. Paris: Champion, 2012.

NORMAND, C; SITRI, F. (Éd.). Du dire et du discours. **LINX**, en hommage à Denise Maldidier, 1996.

NOWAKOWSKA, A. (éd.), 2004, « Aspects du dialogisme », **Cahiers de praxématique** 43.

NOWAKOWSKA, A., 2005, « Dialogisme, polyphonie : des textes russes de Bakhtine à la linguistique contemporaine », in Bres et al, **Dialogisme et polyphonie**. Approches linguistiques, 19-32.

PAVEAU, M.-A., 2006, **Les prédiscours**. Sens, mémoire, cognition, Paris, Presses Sorbonne nouvelle.

PAVEAU, M.-A., 2010, « La norme dialogique. Propositions critiques en philosophie du discours », **Semen** 29, 141-159.

PÊCHEUX, M., 1990, **L'inquiétude du discours**, textes choisis et commentés par D. Maldidier, Paris, Éditions des Cendres.

PEYTARD, J., 1995, **Mikhaïl Bakhtine**. Dialogisme et analyse du discours, Paris, Bertrand-Lacoste.

POPELAR, M.-D. & WALL, A. (éd.), 2005, **Citer l'autre**, Paris, Presses Sorbonne nouvelle.

ROULET, E. (éd.), 1980, « Actes de langage et structures de la conversation », **Cahiers de linguistique française** 1.

ROULET, E. (éd.), 1981, « L'analyse de conversations authentiques », **Études de linguistique appliquée** 44.

ROULET, E., 1982, « De la structure dialogique du discours monologal », **Langues et linguistique** 8-1, Québec, 65-84.

ROULET, E. (éd.), 1985, **L'articulation du discours en français contemporain**, Berne, Peter Lang.

ROULET, E., 1999, **La description de l'organisation du discours**. Paris, Didier.

SIBLOT, P., 1997, « Nomination et production du sens : le praxème », **Langages** 127, 38-55.

SIBLOT, P., 2001, « De la dénomination à la nomination. Les dynamiques de la signifiante nominale et le propre du nom », **Cahiers de praxématique** 36, 189-214.

SIMONIN, J. & LEDEGEN, G., 2008, « Quand des journalistes entrent en communication. Une étude de cas à la Réunion, l'émission ChikAction », in Idelson B. (éd.), **Journalismes dans l'océan Indien, espaces publics en question**, Paris, l'Harmattan, 56-66.

SIMONIN, J. & WOLFF, E., 2009, « Communauté interprétative et analyse de discours. Pour une anthropologie empirique de la mondialisation », in Albertini F. et Pélmisier N. (éd.), **Les sciences de l'information et de la communication à la rencontre des Cultural Studies**, Paris, l'Harmattan, 215-230.

SITRI, F., 2004, « Dialogisme et analyse du discours : éléments de réflexion pour une approche de l'autre en discours », **Cahiers de praxématique** 43, 165-188.

TODOROV, T. (éd.), 1970, « L'énonciation », **Langages** 17.

TODOROV, T., 1981, **Mikhaïl Bakhtine**, le principe dialogique suivi des Écrits du cercle de Bakhtine, Paris, Seuil.

VENIARD, M. **La nomination d'un événement dans la presse quotidienne nationale**. Une étude sémantique et discursive : la guerre en Afghanistan et le conflit des intermittents dans Le Monde et Le Figaro. Thèse en sciences du langage, Université Sorbonne Nouvelle — Paris 3, Cediscor-Syled, 2007.

VOLOCHINOV, V. N., 1981, « Le discours dans la vie et le discours dans la poésie », « La structure de l'énoncé », in Todorov T., **Mikhaïl Bakhtine**, le principe dialogique, Paris, Gallimard, 181-215 et 287-316.



## POLIFONIA E PONTO DE VISTA NA NOTÍCIA: UMA ABORDAGEM DIALÓGICA DO DISCURSO DA IMPRENSA

Marcelo Eduardo da Silva  
Aline Saddi Chaves

“O segredo da Verdade é o seguinte: não existem  
fatos, só existem histórias”  
João Ubaldo Ribeiro

Um episódio do cotidiano torna-se um acontecimento discursivo quando os dizeres a seu respeito adquirem ampla repercussão na sociedade e geram efeitos de sentido que o relacionam à memória de outros acontecimentos. Essa realidade é tanto mais verdade na medida em que o acontecimento é narrado pela voz das mídias, extrapolando a esfera privada dos indivíduos e tornando-se objeto de debate público.

Assumindo uma abordagem dialógica do discurso (MOIRAND, 2018), interessa-nos analisar a representação discursiva de um episódio que ganhou destaque na imprensa durante a campanha presidencial de 2018: a denúncia de agressão sofrida por uma jovem, cuja barriga teria sido marcada a canivete pelo símbolo da suástica nazista. Aproximadamente quinze dias após a denúncia da jovem junto à delegacia de polícia de Porto Alegre (RS), as investigações concluíram que os ferimentos poderiam ter sido provocados ou consentidos pela própria “vítima”.

Para analisar de que modo a narração de um episódio derivou para um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2015), entrelaçando o *aqui-agora* dos textos a sentidos e posicionamentos historicamente marcados, reconstituímos a cronologia do acontecimento em dois “momentos discursivos” (MOIRAND, 2004): (i) a denúncia de agressão por parte da jovem; (ii) a apuração do fato após a

investigação policial, que concluiu, por meio de laudo técnico, a falsidade da denúncia. Para tanto, constituímos um arquivo do acontecimento em dois veículos da imprensa: as versões digitais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *El País*.

De posse dos dados fornecidos por esse resgate do acontecimento, enfocamos os efeitos de sentido a ele associados, o que implica relacionar os dizeres, veiculados em construções linguísticas, às condições históricas de produção do discurso em uma dada esfera de atividade humana, qual seja, o discurso da imprensa, direta ou indiretamente relacionado ao discurso político. Tal ponto de vista implica associar um episódio relacionado a situações de agressão e violência, que não raro se produzem em centros urbanos brasileiros, a um acontecimento que extrapola a esfera individual e adentra o espaço público, mais especificamente a polêmica em torno da polarização de posicionamentos político-ideológicos em pauta na sociedade brasileira.

A partir desse *cas de figure*, emitimos a hipótese de que a ampla repercussão obtida por esse acontecimento no discurso midiático explica-se por sua associação à conjuntura da época, que apresentou, como um de seus elementos, a amálgama ao discurso de ódio, materializado no símbolo/signo histórico do regime nazista.

Pela ótica do fazer jornalístico, chamam a atenção, nesse acontecimento, os desdobramentos imprevistos, revelando serem as práticas sociais, também, um espaço de contradições: do episódio noticiado ao episódio desmentido, no curto período de duas semanas. Esse estado de coisas interroga a legitimidade de uma instância (re)produtora de discursos historicamente constituída em torno dos ideais de objetividade e verdade.

Como resultado, manifesta-se a (ir)responsabilidade enunciativa, em particular pelo modo como a imprensa gere as falas alheias, estabelecendo um jogo polifônico que concorre para a “superdramatização” (CHARAUDEAU, 2010) do acontecimento no espaço público.

As análises apresentadas mobilizam as noções de dialogismo e polifonia, no quadro do pensamento e obra do Círculo de

Bakhtin, em articulação com a análise do discurso francesa e as perspectivas enunciativas que permitem operacionalizar o tratamento do *corpus*, em particular as formas da heterogeneidade discursiva e a teoria do ponto de vista.

## VALORES CONSTITUTIVOS DO DISCURSO DA IMPRENSA

Abordar o discurso da imprensa em um país democrático como o Brasil é ocupar-se em identificar valores que embasam as ações dos profissionais da área. Dentre eles, destacam-se a imparcialidade, a objetividade, a busca pela verdade e a defesa do direito à informação.

Imparcialidade seria não tomar posição, nem contra nem a favor, em relação a um relato ou acontecimento. Para Bahia (2010, p. 204), “*deriva da justa apreciação das versões*”. O mesmo autor defende que objetividade pode ser definida como o ato de “*apurar corretamente e transmitir honestamente; ser fidedigno; registrar as diferentes versões; guardar a veracidade do factual [...]*” (BAHIA, 2010, p. 263). Acontece que tanto uma quanto a outra são, à vista do analista do discurso, simulacros de imparcialidade e de objetividade, em outras palavras, são impressões de imparcialidade e de objetividade, como explica Fiorin:

*Objetividade é uma palavra polissêmica, pode significar tanto neutralidade quanto justeza, isto é, adequação a um referente. Na linguagem, na verdade, não há nem uma nem outra. O que há são efeitos de sentido produzidos, no primeiro caso, por um apagamento das marcas da enunciação no enunciado e, no segundo, por um controle dos termos mais nitidamente avaliativos. (FIORIN, 1996, p. 99-100, grifos do autor)*

Esses dois valores estão imbricados ao de verdade. Mas, de que verdade está-se falando? O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, documento norteador desses profissionais, apregoa que seu ofício deve se pautar pelo ideal de fidedignidade das informações transmitidas: “*O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu*



trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação” (FENAJ, 2007, Art. 4º). No mesmo Código, afirma-se, ainda, que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela **veracidade** dos fatos e ter por finalidade o interesse público” (FENAJ, 2007, Art. 2º, grifo nosso). Portanto, a verdade do jornalismo é uma verdade não absoluta, mas calcada em checagem; é o que Bahia (2010) chamou de *veracidade*, ou seja, a “**verdade** apurada, esmiuçada, questionada, portanto, confiável e publicável” (BAHIA, 2010, p. 387, grifo do autor). É possível inferir, pois, que “nem sempre a informação verdadeira é a **verdade**, assim como a última verdade noticiada pode ser meramente a última **notícia**, até que outra verdade apareça, sobrepondo uma notícia a outra” (BAHIA, 2010, p. 387, grifos do autor).

A explicação de Bahia traduz com exatidão o acontecimento discursivo que é objeto de estudo neste capítulo. *O Estado de S. Paulo* e *El País* informaram sobre uma jovem de Porto Alegre que se dirigiu a uma delegacia de polícia para formalizar boletim de ocorrência, alegando ter sido agredida na barriga com cortes que cunhavam desenho assemelhado ao símbolo da suástica nazista. Entretanto, dias depois, os mesmos veículos expuseram outra versão, após laudo pericial que concluiu serem as marcas incompatíveis com a agressão denunciada pela suposta vítima.

Lembremos que o momento em que o episódio narrado transfigurou-se em acontecimento discursivo era de disputa eleitoral no Brasil, em um cenário político de fortes discordâncias entre dois eixos ideológicos, um tido como conservador, e o outro como progressista; ou seja, as condições de produção a que foi submetido o acontecimento no instante de sua irrupção colaboraram para os efeitos de sentido que se manifestaram na notícia.

Essas condições de produção, quando emergem em um ambiente de pluralidade de opiniões, são características de sociedades democráticas. Pela ótica do fazer jornalístico, buscar a verdade (pautada em correta apuração) é caráter determinante de uma nação democrática. Se tomarmos por princípio que, em um Estado Democrático de Direito, a população deve ter livre acesso

às informações que derivam dos acontecimentos ocorridos nos mais variados âmbitos – políticos, econômicos, etc. –, o jornalista possui o dever de bem informar. Nesse sentido, podemos conferir mais um valor para a profissão, salientado em seu Código de Ética: o preceito de tomar “como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação” (FENAJ, 2007, Art. 1º).

Mas, se por um lado, a deontologia do jornalismo preconiza o dever de informar, com base nos valores citados, por outro lado, os estudiosos do discurso puseram a nu a relação íntima que entretêm os signos de uma língua e as condições de produção do discurso, que são históricas e ideológicas. Na análise do discurso francesa, disciplina inaugurada por Michel Pêcheux, é forte a tese da determinação da língua pela ideologia, resumida nesta citação de Orlandi (2002, p. 17): “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. No contexto russo do Círculo de Bakhtin, Volóchinov (2017, p. 93) desenvolve a ideia de que “onde há signo há também ideologia”, concluindo que “um signo só pode surgir em um *território interindividual*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 96, grifos do autor).

Nesse sentido, a noção de “verdade” reaparece como “ajuste do discurso à realidade”, nos dizeres de Paveau (2015, p. 287). Em um longo ensaio sobre a relação entre linguagem e moral, a autora percorre o tema na filosofia, desde a Antiguidade, e destaca o silêncio dos linguistas a esse respeito: “a questão da moralidade das palavras ou do discurso não pertence ao programa da linguística” (PAVEAU, 2015, p. 18).

Essa reflexão é objeto de preocupação da autora no âmbito dos discursos científicos, mas ela também evoca a mesma problemática com relação ao discurso midiático, ao exemplificar um caso de “incompatibilidade entre a busca do furo jornalístico e a deontologia da profissão” (PAVEAU, 2015, p. 286). Essencialmente, notícias divulgadas como verdadeiras, mas que provocaram fortes reações dos leitores franceses, donde a

discussão sobre a dimensão moral da linguagem, que coloca em risco a própria deontologia jornalística.

Essa discussão vem ao encontro de nossa preocupação, e será amadurecida nas análises. Afinal, é possível dizer tudo? Quais são os limites éticos e morais dos discursos? Assim como a autora, preconizamos o “retorno do axiológico” (PAVEAU, 2015, p. 20), a partir do momento em que nosso *corpus* de estudo apresenta o impasse vivenciado pela imprensa entre dois de seus deveres. O dever de “buscar provas que fundamentem as informações de interesse público” (FENAJ, 2007, Art. 12), aparentemente tratado sem a devida observação na veiculação do momento discursivo 1, e o dever de “promover a retificação das informações que se revelem falsas ou inexatas [...]” (FENAJ, 2007, Art. 12), quando, menos de 15 dias após a denúncia da jovem, um laudo técnico concluiu a inveracidade da “agressão”, termo devidamente ressignificado pelo delegado de polícia como “autolesão”.

Observa-se, então, um jogo de vozes dissonantes, desarmônicas, para retomar a metáfora da polifonia em Bakhtin (2005). A título introdutório, no trecho a seguir, da notícia publicada n’*O Estado de S. Paulo*, destacamos a polêmica de vozes, na reformulação do termo “ocorrência” – proferido pelo delegado – pelo termo “agressão”, pela voz do jornalista, que se vale do mecanismo do discurso indireto, que não permite ao leitor ter acesso à fala original.

Jardim afirmou que “a falta de vontade” da vítima em querer dar prosseguimento ao caso também levantou suspeitas sobre a **agressão**. “Ela não queria prestar depoimento e nem registrar a **ocorrência**, só fez porque uma amiga dela precisava colocar uma matéria no Facebook. Isso nos causou algumas surpresas”. (OESP, 24/10/2018, grifos nossos)

Esse jogo de vozes discordantes contribui para instalar a polêmica, colocando em risco o princípio do “direito à informação”. Para Charaudeau (2010), quando o objetivo de informar é omitido pela necessidade de captar o leitor, está-se diante de “desinformação”, mais do que manipulação. Nesse

sentido, a ética jornalística mostra-se sob ameaça, e os valores de objetividade e neutralidade funcionam, na realidade, como “efeitos de sentido que favorecem a não assunção da responsabilidade enunciativa” (SILVA, 2017, p. 7).

Seja ao relatar a versão inicial do acontecimento em tela, seja ao reformular a notícia com base em uma nova informação – o resultado do laudo pericial –, a busca pela verdade fez o jornalista gerenciar diversas vozes. A seguir, expomos os princípios da abordagem dialógica do discurso que será mobilizada para descrever e analisar o acontecimento em pauta.

## UMA ABORDAGEM DIALÓGICA DO DISCURSO

Desde as últimas décadas, o dialogismo tornou-se uma noção “coringa”, acomodando-se sem maiores dificuldades às mais diversas abordagens teóricas, legitimando, desse modo, pesquisas em teoria literária, análise do discurso, sociolinguística, linguística aplicada, entre outros campos. O sucesso da noção se deve, com efeito, a sua produtividade teórica, embora não se trate de uma noção operatória, mas de um princípio da linguagem. Cautelosa a esse respeito, Paveau (2010) menciona o caráter normativo adquirido pela noção; a analista do discurso fala em “norma dialógica” e “fortuna epistêmica”.

Assim, pensar o dialogismo em articulação com a tradição francesa da análise do discurso não é tarefa das mais simples. Em artigo publicado em 2011 no periódico francês *Cahiers de Praxématique*<sup>1</sup>, Sophie Moirand (2011) retraça o percurso da noção que desembarcou na Europa em meados dos anos 1970 para se estabelecer de forma duradoura, mas não sem encontrar resistências e frequentes deslocamentos.

Passando em revista os diferentes contextos científicos que abrigaram o dialogismo, Moirand (2011) chega à análise do discurso, evocando os conceitos basilares desta disciplina, que

---

<sup>1</sup> Disponível pela primeira vez em língua portuguesa na presente obra.

preparam terreno para a perspectiva dialógica do discurso: formação discursiva, interdiscurso, pré-construído, memória (inter)discursiva.

Se, nos estágios iniciais da AD, a concepção de língua, um de seus pilares, serviu à tese da sobredeterminação dos discursos pela ideologia, o dialogismo aparece na fase madura, permitindo avançar na tese do primado do interdiscurso, notadamente pelos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz (1998; 2008) sobre a alteridade discursiva. Nesse tocante, o dialogismo permite, sobretudo, articular a teoria sobre o sentido (semântica discursiva) às problemáticas da enunciação. Em outro artigo, Moirand (2006) aborda justamente esse ponto:

Trata-se, pois, com o quadro dialógico, de pensar a enunciação em sua articulação com uma semântica discursiva, que dê conta do sentido das palavras e das construções em seus contextos e do que eles inscrevem em si mesmos dos discursos "outros". Assim, somos conduzidos a ressituar o enunciado (a palavra, a frase, o texto, a interação...), não em seu contexto situacional visível, mas em sua história interlocutiva, intertextual e interdiscursiva. O enunciado não é apenas co-construído pelos interlocutores (inclusive a construção entre um escritor e um leitor que seria "modelo"), mas é o produto da situação social na qual ele surgiu: o objeto de que falamos sempre foi "pensado" antes, por outros, e as palavras são sempre "habitadas" pelos sentidos que já encontraram. (MOIRAND, 2006, p. 41, tradução nossa<sup>2</sup>)

Em 1995, a versão em livro da tese de estado de Jacqueline Authier-Revuz, *Ces mots qui ne vont pas de soi. Boucles réflexives et*

---

<sup>2</sup> Citação original: Il s'agit donc, avec le cadre dialogique, de penser l'énonciation dans son articulation avec une sémantique discursive, qui tienne compte du sens des mots et des constructions dans leurs contextes et de ce qu'ils inscrivent en eux-mêmes des discours "autres". On est donc conduit à replacer l'énoncé (le mot, la phrase, le texte, l'interaction...) non pas dans son seul contexte situationnel visible mais dans son histoire interlocutive, intertextuelle et interdiscursive: l'énoncé n'est pas seulement co-construit par les interlocuteurs (y compris la construction entre un scripteur et un lecteur qui serait "modèle") mais il est le produit de la situation sociale dans laquelle il a surgi; l'objet dont on parle a toujours été "pensé" avant par d'autres et les mots sont toujours "habités" des sens qu'ils ont déjà rencontrés.

*non-coïncidences du dire* (2 tomos), inaugura o dialogismo na análise do discurso. A herança bakhtiniana, por assim dizer, se traduz nos trabalhos da pesquisadora francesa pelo princípio alargado de dialogismo: a *heterogeneidade constitutiva*, que a autora assim introduz:

A teoria bakhtiniana do “dialogismo”, colocada como lei do discurso humano, é, nesse caso, essencial: nenhuma palavra é nova, nem neutra, mas “carregada” de um “já-dito”, o dos contextos em que “viveu sua vida de palavra”. Nesse sentido, falar é entrar em relação dialógica com esses discursos outros que habitam as palavras e é, nesse processo – que escuta, acolhe, com ou sem reticência, cada palavra, em função daquilo que ressoa nela de vozes estrangeiras –, que o discurso toma corpo. (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 117)

Authier-Revuz articula o dialogismo (Círculo de Bakhtin) à análise do discurso com seu princípio da interdiscursividade (Pêcheux, Courtine), e ainda, à teoria da enunciação (Benveniste, Culioli) e ao sujeito da psicanálise (Lacan), situando a língua/ linguagem sob o signo da heterogeneidade, isto é, a “presença fundadora, em todo discurso, de uma exterioridade discursiva que o ‘constitui’” (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 107). Essa heterogeneidade é fundadora dos discursos, mas pode se “mostrar” por meio de um conjunto de categorias: sinais de pontuação (itálicos, aspas), glosas, ironia, discurso relatado, modalizadores, entre outras formas de alteridade linguística. A *heterogeneidade mostrada* permite ao analista desvendar os discursos transversos. Assim fazendo, Authier-Revuz oferece à teoria do discurso justamente os métodos que pareciam faltar a esta última.

Nas análises do *corpus*, exploramos um tipo particular de heterogeneidade mostrada, em que há representação explícita da fala alheia: as modalidades do discurso relatado: direto, indireto, a modalização em discurso segundo e a ilha textual (AUTHIER-REVUZ, 1998). Por meio desses mecanismos, o enunciador do texto jornalístico (o autor, para Bakhtin) gere, à sua maneira, as vozes dos atores sociais convocados. Esse diálogo simultâneo de

vozes confere um caráter polifônico aos gêneros do discurso da imprensa, uma vez que, como explica Grillo (2005, p. 1165), há “convivência de perspectivas diversas [...], a relação de diálogo entre elas”. Mas a autora adverte: “Não basta que haja diversas vozes, antes é preciso que elas se constituam, por meio do diálogo, em pontos de vista contraditórios”. Encontramos, nesse ponto, a polifonia.

É importante frisar que, diferentemente do dialogismo, a polifonia é uma noção que não se acomoda a qualquer situação discursiva. Na obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (PPD), publicada em 1929, Bakhtin desenvolve um estudo aprofundado dos romances de seu conterrâneo, percebendo aí um modo singular de autoria, em que o autor representa, estilisticamente, as vozes das personagens, independentes e contraditórias entre si. Afirma Bakhtin:

*A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenevalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade. (BAKHTIN, 2005, p. 4, grifos do autor)*

Segundo Bakhtin, a peculiaridade do romance de Dostoiévski, “a autêntica polifonia de vozes”, encontra raízes em dois gêneros do discurso da antiguidade grega: o diálogo socrático (sério) e a sátira menipeia (cômico). Aquele, um método racional de investigação filosófica; esta, um exercício também filosófico, mas dotado de elementos fantásticos e simbólicos, e relacionada ao folclore carnavalesco. Outra influência de que pouco se ouve falar é o jornalismo, pois Dostoiévski não somente atuou como jornalista, como fundou o jornal *Tempo* e a revista *Época*. Sobre a percepção estética de Dostoiévski, Bakhtin afirma:

[...] achamos que sua propensão pelo jornalismo e seu amor pelo jornal, a compreensão profunda e sutil da página de jornal como reflexo vivo das contradições da atualidade social no corte de um dia, onde se desenvolvem extensivamente, em contiguidade e conflito, as matérias mais diversas e mais contraditórias, devem-se precisamente à particularidade fundamental da sua visão artística. (BAKHTIN, 2005, p. 30)

A polifonia foi pensada no contexto do discurso artístico, mas sua apropriação na análise do discurso da imprensa revela-se especialmente produtiva. Em primeiro lugar, porque, como disse Bakhtin, Dostoiévski enxerga nas páginas do jornal um “reflexo vivo das contradições da atualidade social”, uma relação que é de “conflito”. Em segundo lugar, porque, nos gêneros jornalísticos por excelência, como a notícia e a reportagem, as vozes dos atores sociais convocados a tomar a palavra entram, frequentemente, em relação de conflito e contradição. Mas há, ainda, outra característica do discurso da imprensa que nos autoriza a mobilizar a polifonia. Trata-se da teoria do ponto de vista (PDV), trabalhada por Alain Rabatel (2016).

Em uma perspectiva enunciativa da linguagem, Rabatel (2016) afirma que o *ponto de vista* é determinante para se perceber a presença de uma subjetividade no texto. Acompanhando Authier-Revuz (1998, 2008), esse autor entende que todo texto, materialização do discurso, é essencialmente heterogêneo, portanto, capaz de apresentar uma profusão de vozes diversas (uma polifonia). No caso da imprensa, o enunciadador-jornalista precisa gerir essas diversas vozes. Dessa forma, ele tenderia, ainda que implicitamente, a assumir determinado ponto de vista, concordando ou não com a posição defendida por qualquer uma dessas vozes em particular. Sendo assim, para Rabatel:

O narrador pode, à sua escolha, privilegiar a perspectiva de um personagem, mas pode também escolher seguir, com a mesma equanimidade, personagens antagonistas. E, sobretudo, quer queira quer não, *pelo próprio fato de que conte a história prendendo-se a tal personagem* – protagonista (sujeito ou antissujeito), secundário (adjuvante ou oponente) – ele é mais ou menos *obrigado* a considerar os acontecimentos a partir do



ponto de vista deles, sem necessariamente, compartilhá-los. (RABATEL, 2016, p. 23, grifos do autor)

Essa afirmação vai ao encontro da perspectiva bakhtiniana do autor polifônico: aquele que atribui à personagem um “*ponto de vista específico sobre o mundo e sobre si mesma*, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante” (BAKHTIN, 2005, p. 46, grifos do autor). Vejamos, então, como se constrói o ponto de vista no gênero notícia.

## O GÊNERO NOTÍCIA: PONTO DE VISTA NA NARRAÇÃO

Em meio à diversidade de gêneros do discurso que ocupam as páginas dos jornais, a notícia faz parte dos gêneros informativos, em oposição aos gêneros opinativos, a exemplo do editorial, do artigo de opinião, da coluna e da charge. Essa distinção aparece na definição de “notícia” proposta pelo *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001):

*Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia. Não use desses expedientes. (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 88)*

A notícia é o gênero jornalístico por excelência, o que significa que sua configuração prototípica – expressa no tema, no estilo e na organização textual, entre outros – reflete as condições específicas da esfera jornalística, legitimadas na deontologia da profissão: resumidamente, o dever de informar e o direito à informação. Sendo os gêneros discursivos um elemento de garantia da comunicação verbal, na notícia, o lide (*lead*) assegura em grande parte essa função, logo nas linhas iniciais do texto, informando “*quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê*” (LAGE, 2004, p. 27). Vejamos o lide desta notícia publicada n’*O Estado de S. Paulo*, correspondente ao momento discursivo 1, isto é, a primeira versão do acontecimento.

PORTO ALEGRE - Uma jovem de 19 anos diz ter sido atacada por três homens e teve a barriga marcada com traços semelhantes aos de uma suástica - símbolo do nazismo - na noite de segunda-feira, 8, no bairro Cidade Baixa, na região Central de Porto Alegre. Segundo o delegado responsável pelo caso e a advogada da jovem, ela teria sido vítima de homofobia em razão de um adesivo com a bandeira do arco-íris na mochila que usava quando foi atacada e pelos xingamentos proferidos pelos agressores durante a ação. O caso ganhou repercussão nas redes sociais nesta quarta-feira, 10. (OESP, 10/10/2018, grifos do autor)

Nesse primeiro parágrafo do texto, o lide informa: *quem* (“uma jovem de 19 anos”), *o quê/como* (“diz ter sido atacada por três homens e teve a barriga marcada com traços semelhantes aos de uma suástica – símbolo do nazismo”), *quando* (“na noite de segunda-feira, 8”), *onde* (“no bairro Cidade Baixa, na região Central de Porto Alegre”) e *o porquê* (“segundo o delegado responsável pelo caso e a advogada da jovem, ela teria sido vítima de homofobia em razão de um adesivo com bandeira do arco-íris na mochila que usava quando foi atacada e pelos xingamentos proferidos pelos agressores durante a ação”).

Mais comumente identificada à tipologia textual expositiva, a notícia desenvolve, frequentemente, outras tipologias, com enfoque para a narração. Pois, ainda que a finalidade pragmática predominante da notícia seja a de informar, o ponto de partida da informação é o relato (“registro”) de um fato. Um resumo do fato noticiado, objeto de nossas análises, permite resgatar os elementos prototípicos de uma narração: segundo Adam (2019), uma sucessão de acontecimentos, uma unidade temática, predicados transformados, unidade de um processo, causalidade e avaliação final.

Assim, no domingo, 7 de outubro de 2018, foi realizado o primeiro turno das eleições presidenciais. Em 9 de outubro, terça-feira, uma jovem de 19 anos dirigiu-se a uma Delegacia de Porto Alegre para registrar boletim de ocorrência, informando que, na noite do dia anterior (8), fora agredida por três homens. Sua barriga apresentava cortes, aparentemente ocasionados por canivete, configurando um desenho que se assemelhava à suástica nazista. O ocorrido causou comoção e foi repercutido pela imprensa a partir do

dia 10 de outubro, quarta-feira. Mas, passadas cerca de duas semanas, em 24 de outubro, o caso sofreu uma reviravolta, quando o laudo pericial sobre as marcas na barriga da jovem apontaram incompatibilidade com atos de agressores.

De um ponto de vista jornalístico, a narração parece não oferecer riscos às normas de objetividade da notícia, visto que o relato corresponderia a uma reapresentação ou mimetismo dos fatos (RABATEL, 2016). Entretanto, a tese do *ponto de vista enunciativo* coloca em questão a aparente objetividade da narração no gênero notícia, algo que é advertido pelo *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001, p. 31): “É preciso evitar a tendência, muito comum, de transformar a análise da notícia em artigo ou comentário”.

Definindo o PDV como “os meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar, quer o sujeito seja singular ou coletivo” (RABATEL, 2016, p. 41), o linguista propõe um estudo das formas de subjetividade na narração. Nesse ponto, a perspectiva dialógica encontra a teoria do PDV<sup>3</sup>. O autor lança um olhar antropológico sobre o ponto de vista na enunciação narrativa, ao contrapor uma visão estruturalista, lógica, monológica, nos dizeres do autor, a uma dimensão interacionista e pragmática da narrativa. Rabatel (2016, p. 41) afirma: “Incontestavelmente, a narrativa influi em nossas maneiras de ver, ainda mais eficazmente porque ela propõe, sem impor. Essa força persuasiva da narrativa convida-nos a precisar a natureza das relações entre argumentação e narrativa”. A esse respeito, Fiorin (2015) explica:

Muitas vezes, os fatos são bastante eloquentes para servir de argumento. Por exemplo, se se quer argumentar contra a tortura basta narrá-la em toda a sua brutalidade. O ideal, para produzir maior impacto, é que a narração seja feita em terceira pessoa, pois, nesse modo de contar uma história, o narrador oculta-se e os fatos parecem narrarem-se a si mesmos. (FIORIN, 2015, p. 161)

---

<sup>3</sup> É no terceiro volume de sua obra sobre a teoria do ponto de vista que Rabatel trabalha a dimensão dialógica da narrativa. O volume é intitulado *Polifonia e dialogismo na narrativa: pontos de vista representados*. A obra não está disponível em língua portuguesa.

É a partir da noção de responsabilidade enunciativa (RABATEL, 2016), que podemos articular o ponto de vista enunciativo à dimensão dialógica e polifônica dos gêneros do discurso da imprensa, em particular na notícia. Com efeito, na narrativa jornalística, as vozes convocadas contribuem para contar o fato, mas o modo de gerir essas falas não está isento de um *ponto de vista*.

## O JOGO DE VOZES POLIFÔNICAS NA NOTÍCIA

Considerando-se, a partir de Benveniste, que todo enunciado é assumido por um enunciador, ou, que “todo PDV é assumido, seja diretamente, por um locutor/enunciador primeiro, seja indiretamente, por um locutor/enunciador segundo (intratextual), seja, ainda, por um enunciador segundo não locutor” (RABATEL, 2016, p. 82), concluímos que não há enunciado sem enunciador.

Na notícia, desenvolve-se um jogo de vozes que entram em diálogo de acordo com uma metodologia. Assim, o jornalista é o *enunciador* pressuposto pela cena enunciativa do gênero, ou cena genérica (MAINGUENEAU, 2012), e os atores sociais convocados para se pronunciarem sobre os fatos noticiados são os *locutores*, que têm suas falas projetadas no texto, compondo a cenografia (MAINGUENEAU, 2012). Mas, se os locutores são as instâncias enunciativas que assumem a responsabilidade enunciativa (RE), a citação dessas vozes está subordinada, digamos assim, à instância do enunciador (jornalista). Vejamos, então, como se configura a polifonia de vozes nas notícias em análise.

Lembremos que a narrativa desdobrou-se em dois momentos discursivos, noção emprestada de Moirand (2004, p. 73) em referência ao “surgimento nas mídias de uma produção discursiva intensa e diversificada a respeito de um mesmo fato”. Na tabela 1, transcrevemos os títulos e subtítulos do episódio noticiado nos dois veículos analisados:

**Tabela 1:** Cronologia das publicações analisadas

<b>Momento discursivo 1: denúncia de agressão a jovem marcada com símbolo da suástica</b>			
Referências das notícias	Data e hora da publicação	Veículo	Notícia (Título e subtítulo)
1 M1/OESP	10/10/2018 22h03	O Estado de S. Paulo	<b>Polícia diz que jovem marcada com suástica foi vítima de homofobia</b> Vítima de 19 anos relata agressão feita por três homens por usar uma bandeira do arco-íris com os dizeres “Ele Não”
2 M1/EP	12/10/2018 14h30	El País	<b>Polícia investiga denúncia de agressão com canivete a jovem com camisa “ele não”</b> Vítima, de 19 anos, também levava uma bandeira LGBT na mochila e foi atacada por três homens
<b>Momento discursivo 2: conclusão de falsa comunicação de crime após laudo técnico</b>			
3 M2/OESP	24/10/2018 10h49	O Estado de S. Paulo	<b>Jovem marcada com suástica no RS será indiciada por falsa comunicação de crime</b> Para Polícia Civil, há indícios de autolesão ou de que as marcas tenham sido feitas de forma consentida
4 M2/EP	24/10/2018 17h13	El País	<b>Polícia indiciará jovem marcada com suástica por suspeita de falso testemunho</b> Investigação diz que cortes são automutilação ou foram provocados com consentimento da vítima. Defesa insiste que houve ataque e diz que laudo confirma que a jovem não reagiu à agressão

Fonte: os autores

Como se observa pelos títulos e subtítulos transcritos na quarta coluna da tabela, os episódios noticiados seguiram uma cronologia, em torno de dois momentos discursivos: o M1, em que os noticiários enfocaram a versão da denúncia de agressão sofrida por uma “jovem marcada com suástica” (M1/OESP); e o M2, em que os veículos de imprensa noticiaram o resultado do laudo

pericial, que contestava a versão de agressão e concluía a autolesão, por exemplo, em M2/OESP: “Para Polícia Civil, há indícios de autolesão ou de que as marcas tenham sido feitas de forma consentida”.

De acordo com Moirand (2004), o *corpus* constituído com base na noção de momento discursivo apresenta uma heterogeneidade nos níveis semiótico, textual e enunciativo. Eis um dos motivos pelos quais optamos por analisar o mesmo fato/acidente em dois veículos da chamada grande mídia. Ainda de acordo com Moirand (2004, p. 73, tradução nossa<sup>4</sup>), são textos apenas aparentemente monológicos, “ou exibindo, ao contrário, sua dialogicidade por meio dos discursos relatados, emprestados ou imaginados e produzidos por diferentes atores ou diferentes comunidades linguageiras envolvidas no acontecimento”.

Desse modo, nas quatro notícias analisadas, observamos a presença de quatro modalidades do discurso relatado: o discurso direto, o discurso indireto, a modalização em discurso segundo e a ilha textual. A seguir, analisamos o modo de gestão das vozes alheias nos dois veículos, seguindo a cronologia das publicações.

Na notícia veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, referente ao M1, as personagens da narrativa são: a vítima, a polícia (delegado) e a advogada. A escolha dos meios linguísticos empregados pelo enunciativador-jornalista seguem um padrão. Assim, os elementos básicos da narração – *o quê, quem, quando, onde, como, por quê* – são preferencialmente introduzidos pelo discurso indireto e pela modalização em discurso segundo, ou seja, são narrados pelo jornalista, instância pressuposta da enunciação. Por seu caráter de homogeneidade (AUTHIER-

---

<sup>4</sup> Citação do original: Les corpus ainsi constitués se caractérisent par une hétérogénéité multiforme: sémiotique (dans la composition des émissions ou dans l’aire de la page), textuelle (présence de genres différents et de modes discursifs différenciés, tels le conseil, la description, l’explication, le récit) et énonciative (textes apparemment monologiques ou exhibant au contraire leur dialogicité au travers de dires rapportés, empruntés ou imaginés et produits par différents acteurs ou différentes communautés langagières impliqués dans l’événement).

REVUZ, 1998), esse modo de enunciar confere aos textos um efeito de sentido de legitimidade da denúncia. Por outro lado, o apelo à citação original das falas dos locutores convocados, por meio do discurso direto e da ilha textual, é responsável por instalar a polêmica na notícia, em virtude do caráter heterogêneo (AUTHIER-REVUZ, 1998) desses modos de citação. Começemos por este trecho:

*A vítima, que não teve o nome revelado, relatou em depoimento que voltava do curso pré-vestibular na segunda-feira à noite quando, após descer do ônibus, foi seguida por três homens. Segundo o delegado, ao verem a bandeira do arco-íris com a inscrição “Ele Não” - em referência ao movimento de mulheres contra Jair Bolsonaro, candidato do PSL à Presidência da República - os agressores passaram a xingá-la com “palavras homofóbicas”. Ao responder, ela teria sido agredida com socos e segurada por dois deles, enquanto outro marcava o símbolo em sua barriga com um objeto perfuro-cortante. (OESP, 10/10/2018, grifos do autor)*

Ao integrar o discurso citado no discurso citante, o que implica alterações lexicais e sintáticas, o discurso indireto introduz o ponto de vista do enunciador-jornalista. Primeiramente, pelo modo de nomear o referente, “vítima”, sem a presença de modalizadores (“a vítima presumida”, por exemplo). A nomeação do referente constitui, pois, um indício de ponto de vista, tanto mais porque, no M2, o leitor fica sabendo que se tratou de “lesões autoinfligidas”, conforme resultado do exame realizado pelo Departamento Médico-Legal, relatado n’O *Estado de S. Paulo* (M2/OESP):

*A suspeita da polícia foi confirmada pelo exame realizado pelo Departamento Médico-Legal (DML). “Baseado na bibliografia nacional e internacional, se assemelha muito a lesões autoinfligidas. Pelas características, não só por ser uma lesão leve, mas de ter sido muito simétrica, de ter 23 a 26 traços, sem profundidade”, afirmou Luciano Hass, diretor do DML. (OESP, 24/10/2018)*

O referente “vítima” é, então, ressignificado no título da notícia do M2/OESP, conforme nosso grifo: “**Jovem** marcada com suástica no RS será indiciada por falsa comunicação de crime” (M2/OESP). O termo “jovem”, entretanto, permanece genérico,

não permitindo ao leitor conhecer maiores detalhes sobre a autora da denúncia e provavelmente da autolesão. Embora, assim como no título de M2/OESP, no título de M1/OESP o termo “jovem” também seja empregado para se referir à suposta vítima (“Polícia diz que jovem marcada com suástica foi vítima de homofobia”), neste caso a correlação jovem-vítima é direta; já em M2/OESP a correspondência é implícita. Poderíamos falar, nesse sentido, de um apagamento enunciativo em M2/OESP.

Por se tratar de “apenas uma modalidade de enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 151), o discurso indireto possibilita que o enunciador efetue escolhas – cortes, supressões, ou, ao contrário, citações integrais. Desse modo, por meio do discurso indireto, o enunciador-jornalista fornece ao leitor um programa de leitura do fato. Não tendo acesso à fala integral do locutor, restam ao leitor algumas pistas de subjetividade para interpretar a representação da fala citada, sendo uma delas o verbo *dicendi*, a exemplo do verbo “relatar”, grifado a seguir: “A vítima, que não teve o nome revelado, **relatou** em depoimento que voltava [...]”.

A respeito das formas do discurso relatado, direto e indireto, Authier-Revuz (1998, p. 145, grifos da autora) explica: “[...] o que um DR relata não é uma frase ou um enunciado, é um *ato de enunciação* [...]”. Em outros termos, ao relatar uma fala no discurso indireto, o jornalista não remete o leitor ao conteúdo do dizer, ao seu significado, mas representa uma enunciação, valendo-se das premissas de verdade e objetividade. A autora complementa:

Ora, o que caracteriza todo DR (DD ou DI) é que a situação de enunciação e na qual e através da qual a mensagem *m* de *e* ganha sentido não é um dado de fato, como em um ato de fala ordinário, mas está presente apenas pela descrição que L faz dela em M. Disso podemos concluir ([1]):

1) Que nenhum DR, por mais longa e minuciosa que seja a descrição da situação de enunciação dada por L (quem fala, para quem, quando, onde, em que circunstâncias, que atmosfera, em que tom, com que gestos etc.?) no sintagma introdutor, pode ser considerado como restituição “completa”, fiel, de outro ato de enunciação que ele tenha como objeto”. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 148, grifos da autora)



Seguindo a mesma lógica, no trecho destacado em M1/OESP, aparece na sequência uma modalização em discurso segundo, introduzida pelo advérbio grifado: “**Segundo** o delegado, ao verem a bandeira do arco-íris com a inscrição ‘Ele Não’ – em referência ao movimento de mulheres contra Jair Bolsonaro, candidato do PSL à Presidência da República [...]”. A fala reportada é imputada ao delegado, mas o que aparece em seguida não pode ser atribuído a esta autoridade. Assim, o aposto explicativo “em referência ao movimento de mulheres contra Jair Bolsonaro, candidato [...]” não provém de uma fala autorizada, mas é introduzida pelo enunciador-jornalista, sob a justificativa aparente de fornecer ao leitor elementos de compreensão da notícia.

Complementa esse relato a ilha textual “palavras homofóbicas”, que corresponde a uma inserção, no discurso citante (enunciador-jornalista), de trechos (palavras, sintagmas curtos) do discurso citado, qual seja, a fala do delegado de polícia. Novamente, observam-se indícios de ponto de vista, pela representação discursiva de um dos temas mais evocados na polarização político-partidária que marcou as eleições presidenciais de 2018: a homofobia. Por se tratar de um assunto polêmico e revelador dos extremismos, o enunciador recorre a um trecho da fala direta do delegado.

Assim sendo, esse modo de gestão e representação do discurso alheio manifesta a subjetividade expressa no ponto de vista do enunciador, e promove o efeito de sentido de associação entre o ato presumido e o pano de fundo político das eleições presidenciais de 2018.

Com relação ao M1 no jornal digital *El País*, as personagens da narrativa são: a vítima, a polícia (delegado, Secretaria de Segurança Pública e boletim de ocorrência), a primeira jornalista que relatou o episódio (em sua página no *Facebook*) e os presidenciáveis Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. O jogo polifônico segue o mesmo padrão, como neste segundo parágrafo da notícia:

*A vítima denunciou o ocorrido na noite da terça-feira (09/10) e passou por um exame de corpo de delito. Ela declarou na 2ª D.P. que descia de um ônibus, a caminho de casa, quando foi abordada pelo trio e questionada sobre o uso da camiseta. Os homens, então, agrediram-na com socos e um deles usou um canivete para marcar a lateral de sua barriga com um símbolo parecido a uma suástica. “Ela foi agredida, humilhada no meio da rua (...) Dois homens seguraram seus braços, enquanto o terceiro cravava uma suástica na sua costela”, relatou a jornalista Ady Ferrer no Facebook, onde o caso ganhou grande repercussão — foram mais de 10.000 compartilhamentos em três horas. De Ferrer afirma que a jovem encontra-se muito abalada, não quer falar com a imprensa e está tomando calmantes. (EP, 12/10/2018)*

Assim como em M1/OESP, no *El País*, os elementos da narrativa são relatados em discurso indireto, havendo referência à “vítima” como declarante da denúncia. Embora, nesse caso, a fonte seja o boletim de ocorrência – “ao qual o EL PAÍS teve acesso”, como informa o jornalista no primeiro parágrafo da notícia –, não há menção à fala literal da declarante. Além de um efeito de verdade, o discurso indireto também introduz o ponto de vista da “vítima” na narrativa, o que ocorre em ambos os veículos. E, tal como na notícia d’*O Estado de S. Paulo*, o referente “vítima” é conservado na narrativa, mesmo após as conclusões do laudo técnico, como se observa no subtítulo da notícia:

*Polícia indiciará **jovem** marcada com suástica por suspeita de falso testemunho  
Investigação diz que cortes são automutilação ou foram provocados com consentimento da **vítima**. Defesa insiste que houve ataque e diz que laudo confirma que a **jovem** não reagiu à agressão (EP, 24/10/2018, grifos nossos)*

Manifesta-se, assim, ao mesmo tempo, o *ponto de vista* (RABATEL, 2016) e a (ir)responsabilidade enunciativa, pelo modo como as vozes convocadas são orquestradas pelo enunciadór-jornalista, dando origem a uma metafórica sinfonia polifônica, isto é, um diálogo de vozes dissonantes. A nomeação, nesse e em outros trechos das publicações, dão pistas de que o fato noticiado derivou para um acontecimento discursivo, resultando naquilo que Charaudeau (2010) chama de “superdramatização” do acontecimento nas mídias:

É normal que o discurso jornalístico, que consiste em relatar acontecimentos e em lhes fornecer explicações, busque captar seu público, pelas razões que já expusemos, logo, que ele se preste a uma certa dramatização. Mas, podemos falar em excesso quando essa dramatização torna-se uma “superdramatização”. Basta percorrer algumas manchetes de jornais: “A França pedófila”; “A França doente de suas periferias”; “A França em chamas”; “Obesidade: 1 a cada 6 crianças considerada em sobrepeso” (sobrepeso é obesidade?). Assim, vemos as mídias se prestando à encenação de uma *good story* em torno da tríade vítima/agressor/salvador. Daí os três tipos de discursos que produzem essa superdramatização: de *vitimização*, de *retrato do inimigo*, de *heroização*, tudo isso obtido por um procedimento de amálgama. (CHARAUDEAU, 2010, p. 11, grifos do autor)<sup>5</sup>

Complementando esse quadro polêmico, o discurso direto irrompe, no M1/EP, após o relato da declarante, pela voz da jornalista que, segundo o *El País*, compartilhou o ocorrido no Facebook. O sucesso obtido pela publicação – dez mil compartilhamentos no curto tempo de três horas – é indicativo de que esse relato pode ser analisado, com base em Charaudeau (2010), como um exemplo do tipo de discurso de *vitimização* produtor de *superdramatização* de um episódio narrado. Assim, os elementos que normalmente estão ausentes no discurso indireto – como a entonação e os registros de linguagem – podem ser percebidos na fala diretamente reportada da jornalista: “agredida”, “humilhada”, “no meio da rua”, “cravava”, “suástica”. Sobre o discurso direto no romance polifônico, Bakhtin afirma:

---

<sup>5</sup> Citação do original: Il est normal que le discours journalistique, qui consiste à rapporter des événements et à en proposer des explications, cherche à capter son public, pour les raisons que l’on a dites plus haut, et donc qu’il se livre à une certaine dramatisation. Mais on peut parler de dérive lorsque cette dramatisation devient une « surdramatisation ». Il suffit de parcourir certains titres de journaux : « La France pédophile » ; « La France malade de ses banlieues » ; « La France brûle » ; « Obésité : 1 enfant sur 6 considéré en surpoids » (le surpoids, est-ce de l’obésité ?). Aussi voit-on les médias se livrer à la mise en scène d’une *good story* autour de la triade victime/agresseur/sauveur. D’où les trois types de discours qui produisent cette surdramatisation : de *victimisation*, de *portrait de l’ennemi*, d’*heroisation*, le tout obtenu par un procédé d’amalgame.

Sempre que no contexto do autor há um discurso direto, o de um herói, por exemplo, verificamos nos limites de um contexto dois centros do discurso e duas unidades do discurso: a unidade da enunciação do autor e a unidade da enunciação do herói. Mas a segunda unidade não é autônoma, subordina-se à primeira e dela faz parte como um de seus momentos. O tratamento estilístico de ambas é variado. O discurso da personagem é elaborado precisamente como o discurso do outro, como o discurso de uma personagem caracterológica ou tipicamente determinada, ou seja, é elaborado como objeto de intenção do autor e nunca do ponto de vista da própria orientação dessa personagem centrada no referente. O discurso do autor, ao contrário, é elaborado estilisticamente no sentido de sua significação diretamente referencial. (BAKHTIN, 2005, p. 187)

O autor explica que, a partir do momento em que a fala do outro (herói/personagem) é transposta na fala do autor (enunciador), passa a ser objeto e intenção deste último, perdendo sua autonomia e referencialidade. Vemos, assim, que o ponto de vista do enunciador constitui o centro da enunciação na notícia, orientando o sentido do enunciado.

A estratégia de delegar voz aos locutores autorizados reaparece no final da notícia (M1/EP), por meio do discurso direto e da ilha textual. Nesse ponto, a narrativa do *El País* assume um tom político, sendo as personagens convocadas os candidatos Jair Bolsonaro (PSL), da direita, e Fernando Haddad (PT), representante da esquerda.

### **Reações**

*Questionado por jornalistas, Bolsonaro afirmou, na noite de terça-feira, lamentar episódios de violência como esse e espera que não voltem a acontecer. Ainda assim, o presidenciável considera que o clima “não está tão bélico assim” e que os casos ocorridos até agora são isolados.*

*Seu adversário político, Fernando Haddad (PT), utilizou as redes sociais nesta quarta-feira para condenar a agressão sofrida pela jovem gaúcha. “Essa escalada de violência tem que ter fim. Estamos recebendo denúncia de atos violentos em todo o país”, escreveu ele. (EP, 10/10/2018)*

A polifonia como diálogo de vozes dissonantes faz todo seu sentido nesse trecho da notícia. Os dois representantes dos eixos da polarização que dividia o país à época da campanha eleitoral

são convocados a se pronunciarem sobre o caso da jovem. O confronto coloca lado a lado as reações dos candidatos ao ocorrido. De um lado, a fala do candidato Bolsonaro é relatada por meio da ilha textual “não está tão bélico assim”, em referência ao clima de violência evocado pelo enunciador. Tratando-se de um trecho destacado de uma fala integral, a ilha textual é um modo de citação parcial. Em consulta ao *site* da *Agência Brasil*, do Governo Federal, tem-se acesso a um trecho mais completo da declaração de Bolsonaro, tal como segue:

*O candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, pediu hoje (10) para que seus apoiadores e simpatizantes não pratiquem atos de violência e agressão. Em sua conta do Twitter, a partir de uma entrevista concedida pelo candidato, ele reiterou que não tem controle sobre as pessoas e disse que é “a prova viva” da intolerância.*

*“Esta pergunta não deveria ser invertida? Quem levou a facada foi eu. Um cara lá, que tem uma camisa minha, comete um excesso, o que eu tenho a ver com isso? Eu lamento. Peço ao pessoal que não pratique isso, mas eu não tenho controle sobre milhões de pessoas que me apoiam. Agora, a violência vem do outro lado, e eu sou uma prova viva disso”, disse o candidato.*

*Bolsonaro negou que há um clima bélico na campanha, acirrando ânimos e provocando episódios de violência. “Não está tão bélico assim, está um clima acirrado, de disputa, mas são casos isolados, que a gente lamenta e espera que não ocorram.” (AGÊNCIA BRASIL, 10/10/2018)*

Comparando-se a representação da fala do candidato da direita no *El País* e na *Agência Brasil*, observa-se, neste veículo, que a citação direta “Não está tão bélico assim” acompanhou-se de outros trechos, como “está um clima acirrado, de disputa, mas são casos isolados, que a gente lamenta e espera que não ocorram”. No *El País*, a mesma declaração sofreu um recorte, abrindo espaço para o ponto de vista enunciativo na notícia. Além disso, é possível observar a orientação argumentativa divergente entre os dois veículos, pelo modo de representar a declaração. Na notícia do *El País*, primeiramente é dito que o candidato lamenta o episódio, mas, na sequência, o conectivo “ainda assim” introduz o efeito de sentido de amenização do episódio. Assim, a orientação argumentativa da notícia segue o esquema [lamentar o episódio, *ainda assim...*]. Esse modo de

representar a declaração do candidato cria um efeito de sentido de amenização da gravidade do caso, abalando o ethos do político solidário (CHARAUDEAU, 2013).

Na *Agência Brasil*, ao contrário, o enunciador-jornalista inicia o relato pelo discurso indireto, como que preparando o leitor para a declaração. Nessa notícia, a operação argumentativa de concessão é reorientada segundo o esquema [não está tão bélico assim, *mas...*]. Esse modo de representar a declaração do candidato cria um efeito de sentido de sensibilidade perante a situação, construindo o ethos do político solidário (CHARAUDEAU, 2013, p. 164), aquele que “terá interesse em mostrar-se consciente das responsabilidades que cabem a ele próprio e a seu governo”, em particular no enunciado “Eu lamento. Peço ao pessoal que não pratique isso, mas eu não tenho controle sobre milhões de pessoas que me apoiam”.

Do outro lado, a fala do “adversário”, Haddad, é relatada no discurso direto, o que permite resgatar os dizeres literais do candidato da esquerda, ao se pronunciar sobre o episódio de violência relatado pela jovem. O verbo introdutor “condenar” e os termos “escalada de violência”, em particular, contribuem para inflamar o debate.

O confronto de ideias, inerente ao debate público, é coordenado pelo modo como as vozes são geridas pelo enunciador-jornalista, em particular, aquilo que escolhe dizer, aquilo que se omite de dizer.

Como tentamos mostrar, as formas do discurso relatado situam-se entre os modos de representação da fala alheia que permitem ao analista observar a construção do ponto de vista nas notícias. Esses mecanismos concorrem, ao lado de outros não menos influentes, para transformar o fato social em acontecimento histórico e discursivo, pela mobilização de uma memória interdiscursiva.

## DO FATO AO ACONTECIMENTO: A MEMÓRIA DOS OUTROS DISCURSOS

A noção de acontecimento é principalmente trabalhada nas ciências humanas e sociais, mais especificamente na história e na sociologia. O interesse crescente pela noção nas ciências da linguagem situa-se a partir da teoria da enunciação de Benveniste, e desenvolve-se com maior propriedade nas abordagens discursivas (CALABRESE, 2013).

Como explica Moirand (2018), os acontecimentos noticiados na imprensa são de diferentes naturezas. Pode se tratar de acontecimentos institucionalizados (a Copa do Mundo de futebol); inesperados (o 11 de Setembro); físicos (pandemia); ou humanos e sociais (crise financeira). O episódio que é objeto de nosso interesse neste capítulo configurou-se, à primeira vista, como um acontecimento inesperado, com ingredientes típicos de um *fait divers*: um fato inusitado, mas sem maiores consequências para a vida da população. Nesse sentido, estaria relacionado a mais um episódio de violência que assola as cidades brasileiras, como se pode observar pela escolha da seção em que o fato foi alocado no *site* de notícias GaúchaZH<sup>6</sup>, pertencente ao grupo RBS, afiliado da Rede Globo no Rio Grande do Sul. A seção intitula-se “Segurança”. No *site* de notícias da Record (R7)<sup>7</sup>, a notícia foi veiculada na seção “Cidades”. Essa referida notícia foi reproduzida do *site* Correio do Povo<sup>8</sup> (de Porto Alegre), integrante do Grupo Record RS, na editoria “Polícia”.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/10/nao-e-uma-suastica-diz-delegado-sobre-corte-em-corpo-de-jovem-.html>>. Acesso: 13 ago. 2019.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://noticias.r7.com/cidades/correio-do-povo/policia-investiga-caso-de-jovem-que-teve-suastica-marcada-na-pele-na-cidade-baixa-10102018>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%Adcias/pol%C3%Adcia/pol%C3%Adcia-investiga-caso-de-jovem-que-teve-su%C3%A1stica-marcada-na-pele-na-cidade-baixa-1.278918>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

Em outros veículos, entretanto, o fato foi associado à conjuntura política da época, derivando para um acontecimento discursivo, “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 16). No jornal digital do *El País*, a notícia foi publicada na seção “Eleições Brasil 2018”; n’*O Estado de S. Paulo*, na seção “Política”, dentre outros exemplos similares, que podem ser facilmente consultados no motor de buscas Google. Assim, no que se refere à cena genérica das notícias, isto é, sua localização na página do jornal, é possível detectar indícios de um ponto de vista, antes mesmo da leitura dos textos. Como explica Rabatel (2016, p. 30), o PDV pode ser expresso tanto diretamente, quanto indiretamente, “pelos escolhas de seleção, de combinação, de atualização do material linguístico”.

Os fatos noticiados também apresentam indícios de um ponto de vista em razão de sua associação a outros episódios de violência no contexto das eleições presidenciais de 2018. O acontecimento em tela relaciona o caso da jovem gaúcha a uma “família de acontecimentos” (MOIRAND, 2006, p. 47), anunciada nesta notícia do jornal *El País* (M1/EP), com nossos grifos: “**O clima de ódio que tem marcado o período eleitoral** fez mais uma vítima, desta vez em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de acordo com informações da polícia”. O enunciado em questão remete, pela estrutura de *hiperlink*, a outra notícia, publicada no mesmo veículo, intitulada “Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais” (EP, 10/10/2018).

Não obstante a confirmação da falsidade da denúncia, mediante laudo técnico da polícia, o jornal retoma, em M2/EP, o tema dos episódios de agressão por motivações políticas, recorrendo a duas fontes: o *Open Knowledge Brasil* e a *Agência Brasil*. Esta modalização em discurso segundo estabelece uma comparação em números dos casos de agressão no período, de acordo com a posição ideológica dos agressores:

*Muitos crimes e agressões com motivações políticas vêm sendo denunciados desde o primeiro turno das eleições. Em 10 dias, pelo menos duas pessoas foram*



*assassinadas e outras 70 sofreram agressões por conta de seus posicionamentos políticos, de acordo com levantamento do Open Knowledge Brasil e da Agência Pública. Os dados mostram que em seis dos casos as vítimas foram apoiadores de Bolsonaro; as demais foram agredidas por pessoas favoráveis a ele. (EP, 24/10/2018, grifos do autor)*

Essa família de acontecimentos inscreve, no fio do texto, uma memória de curto prazo, relacionada aos episódios ocorridos durante a campanha eleitoral de 2018, em termos como “agressão”, “clima de ódio”, “morte”, “ameaça”, “medo”. O caso da jovem também evoca o ataque sofrido pelo candidato da direita, Jair Bolsonaro, aproximadamente um mês antes do M1.

A longo prazo, o acontecimento inscreve, no fio do discurso, uma memória interdiscursiva (MOIRAND, 2006), que relaciona os dizeres à história. Conceber de tal maneira a memória implica considerar a língua como um lugar privilegiado da circulação de sentidos produzidos antes, em outro lugar. Para Moirand (2006, p. 48), a “memória das palavras” pode estar localizada em sons, semas, formulações e nas próprias palavras. Nessa perspectiva, o símbolo da suástica nazista, elemento transfigurado na pele da jovem de Porto Alegre e desencadeador da polêmica, constitui o lugar de inscrição de uma memória histórica e discursiva. Histórica, porque remete ao regime político chefiado por Adolf Hitler, que dizimou milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Discursiva, porque esse acontecimento histórico continua a ecoar seus sentidos, passados quase oitenta anos do ocorrido. A simples evocação do tema é suficiente para fazer despertar uma série de designações: suástica remete a nazismo, Holocausto, Shoá, judeus, Hitler, dentre várias outras unidades lexicais portadoras de um sentido histórico.

A construção do ponto de vista enunciativo sobre o acontecimento histórico do nazismo também é objeto de uma polifonia de vozes, a exemplo dos trechos destacados a seguir, com nossos grifos:

[Enunciador]: *Uma jovem de 19 anos diz ter sido atacada por três homens e teve a barriga marcada com **traços semelhantes aos de uma suástica - símbolo do nazismo***. (M1/OESP)

[Enunciador]: *Os homens, então, agrediram-na com socos e um deles usou um canivete para marcar a lateral de sua barriga com um **símbolo parecido a uma suástica***. (M1/EP)

[Jornalista entrevistada]: *“Ela foi agredida, humilhada no meio da rua (...) Dois homens seguraram seus braços, enquanto o terceiro **cravava uma suástica na sua costela**”, relatou a jornalista Ady Ferrer [...]*. (M1/EP)

[Enunciador]: *Jovem **marcada com suástica** no RS será indiciada por falsa comunicação de crime*. (M2/OESP)

[Delegado]: *Responsável pelo caso, o delegado Paulo César Jardim, considerado **especialista em investigações de células neonazistas** no Rio Grande do Sul, disse não reconhecer uma suástica no ferimento no corpo da vítima. “**Eu não vi uma suástica. Ali, o que tem é um símbolo antigo, milenar, budista, que foi historicamente corrompido**”, disse*. (M1/OESP)

[Delegado]: *Jardim não acredita que o crime tenha sido cometido por indivíduos vinculados a **grupos neonazistas**, já que a **suástica foi feita ao contrário***. (M1/EP)

[Laudo da Polícia]: *O laudo técnico da Polícia Civil concluiu que “pode se afirmar com convicção que as lesões produzidas na vítima **não são compatíveis com as que seriam esperadas**, na hipótese de ter havido efetiva resistência da parte dela à ação de um agente agressor”*. (M2/OESP)

As referências ao ferimento sofrido ou autoinfligido pela jovem constituem objeto de controvérsia. Ora o símbolo da suástica é modalizado (“semelhantes”, “parecido”), ora confirmado (“cravava uma suástica”, “marcada com suástica”), ora negado (“eu não vi uma suástica”, “a suástica foi feita ao contrário”, “não são compatíveis com as que seriam esperadas”).

Essa representação polêmica das vozes convocadas mostra a que ponto a história é constitutiva dos sentidos. À exceção de uma notícia (“símbolo do nazismo”, em M1/OESP), não há menção nos textos ao acontecimento histórico do nazismo. Mas, nas quatro notícias, persiste a imagem da suástica, caracterizada pelo desenho de uma cruz gamada, símbolo histórico/signo ideológico (VOLÓCHINOV, 2017) de uma página não esquecida da História.

**Figura 01:** Imagem publicada no Jornal *El País*, referente ao momento discursivo 1, sob a legenda “Imagem do ferimento feito no corpo da vítima”



Fonte: Jornal *El País*, 12/10/2018

Desse modo, as diferentes (re)formulações da suástica, nos veículos analisados, dão conta de uma memória que ultrapassa o sentido das palavras. As “palavras-acontecimentos”, segundo Moirand (2007, p. 9), “veiculam representações, inclusive emoções, ligadas a conhecimentos, a fatos e a saberes, mais do que a dizeres”<sup>9</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como em toda narrativa, a sanção também está presente no caso da jovem de Porto Alegre. Uma notícia publicada em 28 de fevereiro de 2019, na seção “Cotidiano” do portal de notícias da UOL<sup>10</sup> (2019), dá conta que a jovem aceitou a proposta do Ministério Público de prestar serviços comunitários, como forma de acordo

---

<sup>9</sup> Citação do original: Les mots-événements ont des effets de mémoire qui dépassent en effet le sens des mots: ils véhiculent des représentations, voire des émotions, liées à des connaissances, à des faits et à des savoirs plutôt qu’à des dire.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/28/jovem-que-marcou-suastica-no-corpo-prestara-servico-comunitario-diz-mp.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

para encerrar o processo. A advogada da indiciada explica, porém, que “o acerto não é uma admissão de culpa da jovem, mas sim uma conclusão antes mesmo do julgamento do mérito do caso”.

Essa notícia obteve pouca repercussão na imprensa, pelo que pudemos constatar em pesquisas efetuadas no meio digital.<sup>11</sup> Nos arquivos digitais do *El País* e *d’O Estado de S. Paulo*, não foram encontradas referências ao desfecho da história, o que conduz a inúmeras hipóteses, como a perda de interesse pelo assunto, a obsolescência da notícia ao término de uma campanha eleitoral desgastante, dentre outras especulações.

Esse desdobramento final é revelador do esforço empreendido neste capítulo. O tratamento conferido ao objeto das análises teve por finalidade maior fornecer pistas de reflexão sobre a difícil tarefa que compete aos profissionais do jornalismo: observar as normas técnicas e éticas da profissão, sem, no entanto, assumir a responsabilidade por seus dizeres. Pois, por um lado, tomar a palavra para relatar um fato consiste, entre outras coisas, em “efetuar atos de categorização através de operações de nomeação, designação e caracterização do acontecimento, assim como dos atores deste acontecimento” (MOIRAND, 2007, p. 6). Por outro lado, como explica Bourdieu (1996), o jornalista é pouco livre para exercer a virtude:

De um modo geral, como o universo jornalístico é relativamente pouco autônomo, toda ação que vise a instaurar as condições favoráveis à virtude, encontrará menos sustentação na lógica interna do meio: as censuras externas são muito mais potentes nesse meio (em graus diferentes, segundo a posição do campo) do que as censuras internas, impostas pelo respeito às regras e aos valores envolvidos no ideal da autonomia. (BOURDIEU, 1996)<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> A exemplo desta notícia publicada no *site* da GaúchaZH, em 27 de fevereiro de 2019, às 12h44: Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/02/jovem-que-teria-marcado-o-corpo-com-suastica-vai-prestar-servicos-a-comunidade-em-porto-alegre-cjsne4rzb001q01lh08i292md.html>>. Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>12</sup> Citação do original: De façon générale, l’univers journalistique étant relativement peu autonome, toute action visant à instaurer les conditions favorables à la vertu

Desse modo, o desdobramento de um fato, de um episódio cotidiano, em acontecimento não pode ser inteiramente imputado à imprensa, na medida em que este discurso também é um reflexo dos mecanismos sociais. Como nos alerta Bahia:

Daí, nada mais discutível que a “verdade dos fatos”, pois os fatos são apresentados pelos **veículos** de comunicação de massa com todos os componentes da **verdade** e, por isso, tornados verdadeiros, mas nem sempre são a **verdade** (BAHIA, p. 387, grifos do autor)

É, portanto, o fazer jornalístico que constitui a imprensa também alicerçado: em um sentido de alerta para que o jornalista consiga distinguir e entender uma ocorrência capaz de gerar notícia; em uma observação atenta, para que possa relacionar essa notícia à conjuntura social em que está imerso; e em um dever de apuração responsável para que o que veicule seja verídico.

Concordamos com Bourdieu (1996) que “o avanço do conhecimento das limitações que pesam sobre os jornalistas e a divulgação desse conhecimento fariam progredir a liberdade dos jornalistas”<sup>13</sup>. Foi nesse sentido que buscamos contribuir para este debate, propondo uma abordagem dialógica do discurso da imprensa, articulando o princípio do dialogismo, constitutivo das relações humanas mediadas pela linguagem, e as categorias linguísticas e discursivas da enunciação.

---

trouvera moins qu'ailleurs des appuis dans la logique interne du milieu : les censures externes y sont beaucoup plus puissantes (à des degrés différents selon la position dans le champ) que les censures internes, imposées par le respect des règles et des valeurs impliquées dans l'idéal de l'autonomie.

<sup>13</sup> Citação do original: Je pense en effet que le progrès de la connaissance des contraintes qui pèsent sur les journalistes et la diffusion de cette connaissance ne pourraient que faire progresser la liberté des journalistes, c'est-à-dire leur volonté et surtout leur capacité de résister réellement aux mécanismes qui déterminent leur pratique professionnelle.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **Textos**: tipos e protótipos. Trad. de Mônica Magalhães Cavalcante ... [et al.]. São Paulo: Contexto, 2019.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Vários tradutores, revisão técnica de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A representação do discurso do outro: um campo multiplamente heterogêneo. Tradução de Daniel Costa da Silva. Revisão da tradução de Marlene Teixeira. **Calidoscópico**, v. 6, n. 2, mai/ago 2008. p. 107-119.

BAHIA, Benedito Juarez. **Dicionário de Jornalismo**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1929].

BOURDIEU, Pierre. Journalisme et éthique. Actes du colloque fondateur du centre de recherche de l'École Supérieure de Journalisme (Lille). **Les cahiers du journalisme**, Juin 1996.

CALABRESE, Laura. **L'événement en discours**: presse et mémoire sociale. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Une éthique du discours médiatique est-elle possible?. **Communication** [En ligne], Vol. 27/2 | 2010, mis en ligne le 14 août 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/communication/3066>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: 2007. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros-1.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf)>. Acesso em: 12 maio 2019.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Publifolha, 2001.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. 5. ed. 5. impr. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução e organização de textos de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Parábola, 2012.

MOIRAND, Sophie. L'impossible clôtüre des corpus médiatiques. La mise au jour des observables entre catégorisation et contextualisation. **Tranel**, n. 40, «Approche critique des discours», Université de Neuchâtel (Suisse), juin 2004. p. 71-92.

MOIRAND, Sophie. Entre discours et mémoire: le dialogisme à l'épreuve de la presse ordinaire. **Tranel** n. 44, «Interdiscours et intertextualité dans les médias», Université de Neuchâtel (Suisse), 2006. p. 39-55.

MOIRAND, Sophie. Discours, mémoires et contextes : à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. **Corela** [En ligne], HS-6 | 2007, mis en ligne le 01 novembre 2007. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/corela/1567>>. Acesso em: 1 maio 2019.

MOIRAND, Sophie. Le dialogisme: de la réception du concept à son appropriation en analyse du discours. **Cahiers de praxématique**, n. 57, «Le dialogisme: de l'histoire d'un concept à ses applications», 2011. p. 69-100.

MOIRAND, Sophie. A mediação dos acontecimentos: uma análise do discurso entre língua, memória e comunicação. In: NAVARRO, Pedro; BARONAS, Roberto Leiser (Orgs.). **Sujeito, texto e imagem em discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. La norme dialogique. Propositions critiques en philosophie du discours. **Semen**, n. 29, 2010. Disponível em: <<http://semen.revues.org/8793>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral**. Uma ética das virtudes discursivas. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

RABATEL, Alain. **Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa**. Pontos de vista e lógica da narração teoria e análise. Trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Marcelo Eduardo da. **A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como estratégia de não assunção da responsabilidade enunciativa: a cobertura jornalística do caso Bernal**. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.



VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

## REFERÊNCIAS DAS NOTÍCIAS

POLÍCIA investiga caso de jovem que teve “suástica” marcada na pele na Cidade Baixa. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 out. 2018. Polícia. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%Adcias/pol%C3%Adcia/pol%C3%Adcia-investiga-caso-de-jovem-que-teve-su%C3%A1stica-marcada-na-pele-na-cidade-baixa-1.278918>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

JUCÁ, Beatriz. Polícia indiciará jovem marcada com suástica por suspeita de falso testemunho. **El País**, São Paulo, 24 de out. de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540403913\\_043615.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540403913_043615.html)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

LIMA, Beá; OLIVEIRA, Joana; BETIM, Felipe. Morte, ameaças e intimidação: o discurso de Bolsonaro inflama radicais. **El País**. São Paulo/Rio de Janeiro, 10 de out. de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288\\_960840.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html)>. Acesso em: 15 set. 2019.

MARTINS, Cid. Jovem que teria marcado o corpo com suástica vai prestar serviços à comunidade em Porto Alegre. **Gáucha ZH**. Porto Alegre, 27 fev. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/02/jovem-que-teria-marca-do-o-corpo-com-suastica-vai-prestar-servicos-a-comunidade-em-porto-alegre-cjsne4rzb001q01lh08i292md.html>>. Acesso em: 14 maio 2020.

NAGEL, Luciano. Jovem que supostamente marcou suástica no corpo fará serviço comunitário. **UOL**. Porto Alegre, 28 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/28/jovem-que-marcou-suastica-no-corpo-prestara-servico-comunitario-diz-mp.htm>>. Acesso em: 13 set. 2019.

OLIVEIRA, Joana de. Polícia investiga denúncia de agressão com canivete a jovem com camisa “ele não”. **El País**, São Paulo, 12 de out. de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/politica/1539198525\\_209118.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/politica/1539198525_209118.html)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PLATONOW, Vladimir. Bolsonaro diz que não tem controle sobre atos violentos de apoiadores. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 10 de out. de 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-diz-que-nao-tem-controle-sobre-atos-violentos-de-apoiadores>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

STRAZZER, Filipe. Polícia diz que jovem marcada com suástica foi vítima de homofobia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 de out. de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,policia-diz-que-jovem-marcada-com-suastica-foi-vitima-de-homofobia,70002542914>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

STRAZZER, Filipe. Jovem marcada com suástica no RS será indiciada por falsa comunicação de crime. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 de out. de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,jovem-marcada-com-suastica-no-rs-sera-indiciada-por-falso-testemunho,70002561424>>. Acesso em: 25 ago. 2019.



# UMA ANÁLISE DO DISCURSO CITADO EM TEXTOS DE CIRCULAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA ENUNCIATIVA BAKHTINIANA

Natália Schausst Lima  
Clemilton Pereira dos Santos  
Geraldo José da Silva

## INTRODUÇÃO

Direitos e deveres devem reger as relações dos sujeitos em suas instâncias de atuação social. A não observância de normas e leis por parte dos cidadãos e também do Estado pode deixar espaços para que a violência se instale em uma dada comunidade. O vazio de poder e a omissão dos órgãos competentes em todas as esferas da administração pública contribuem para a instalação da insegurança social e isso pode refletir, de forma negativa, sobre a população. Tem-se presenciado ultimamente o aumento da violência em todo o mundo. No Brasil, o estado do Rio de Janeiro tem sido palco em que se pode realizar esta constatação com mais evidência nos últimos anos, e essa situação tem preocupado a todos. As notícias a respeito deste assunto são recorrentes e tiveram maior visibilidade no ano de 2018, quando as autoridades governamentais e militares decidem por fazer uma intervenção militar que duraria por um ano.

No bojo dos acontecimentos, entra em cena a imprensa para registrar os fatos e transmiti-los à sociedade. Em se tratando de linguagem jornalística, cabe ressaltar que, na construção do texto jornalístico, vários recursos linguístico-discursivos são utilizados pelo locutor/repórter para elaborar as notícias e reportagens. Recursos como verbos *dicendi*, discurso citado e uso de aspas são de suma importância na elaboração das matérias. O locutor/repórter lança mão desses recursos linguístico-discursivos

com a intenção de imprimir grau de verdade sobre o conteúdo veiculado na mídia. Além disso, esses recursos podem servir de pressuposto de isenção do locutor/repórter, quando, em situação discursiva, utiliza o dito alheio de forma direta e/ou indireta na narrativa jornalística com o intuito de ter a adesão do leitor/interlocutor. Nesta perspectiva, vale lembrar que o jornal só tem razão de ser se for lido.

Levando em conta que os nossos discursos são sempre impregnados de outros discursos e que a enunciação jornalística comporta a incorporação de vozes sociais representando pontos de vista distintos sobre acontecimentos/temas ocorridos na sociedade, fazer uma leitura que considere os efeitos de sentido que o uso do discurso citado no enunciado midiático pode produzir no leitor/interlocutor justifica a análise realizada. Sabe-se que a literatura e os manuais de redação jornalística priorizam a análise de aspectos estruturantes balizados no lide de textos de cunho informativo como é o caso de nota, notícias e reportagens. Diante disso, o viés analítico adotado, neste trabalho, não descarta a estrutura do gênero textual narrativo, *a priori*, mas leva em conta a perspectiva enunciativa e as condições de produção sócio-historicamente situadas.

Isto posto, este capítulo tem como objetivos verificar o uso do discurso direto e do uso de verbos de elocução em notícias e reportagens sobre a questão da intervenção militar instalada no estado do Rio de Janeiro no início do ano de 2018 e analisar os efeitos de sentido que este recurso linguístico-discursivo pode produzir no leitor/interlocutor. Pela abrangência e alcance do público leitor, são eleitos dois portadores, a saber: *Revista Veja* e *Revista Isto é online*, para delas extrair textos (notícias e reportagens) que apresentam em suas materialidades linguísticas os pontos de vista favoráveis e contrários sobre a questão mencionada. A opção por estas revistas justifica-se pela abrangência que estes portadores possuem em relação a conteúdos, interatividade entre usuários e recursos, velocidade de acesso e segurança, em que se situam no contexto midiático

regional e nacional. Vale mencionar que o propósito de análise é estritamente linguístico-discursivo, visto que não se tem a pretensão de discutir parcialidade ou imparcialidade da mídia no trato da questão posta.

Para atingir os objetivos almejados, fez-se necessário um percurso metodológico envolvendo a busca por notícias e reportagens que tratam da intervenção militar no Rio em 2018. Dentre tantos portadores importantes no país, elegemos as revistas *online Veja e Isto é*, justamente pela abrangência e historicidade nacional na área da informação. Para análise ilustrativa neste capítulo, foi escolhida uma reportagem de cada portador. Como critérios avaliativos, tem-se a análise do discurso citado, em especial do discurso direto, na arquitetura das reportagens escolhidas, destacando os efeitos de sentido que este recurso linguístico-discursivo pode produzir no leitor.

Para subsidiar a discussão e a análise, adotamos como aporte teórico a perspectiva da Linguística enunciativa sob a ótica dos estudos bakhtinianos. Em Bakhtin/Volochínov (2004, p. 147), encontra-se que todo discurso é composto de outros discursos. Para os autores, “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. Como se vê, o uso do discurso citado é constitutivo na enunciação e pode produzir efeitos de sentidos no leitor com o pressuposto de instalação de veracidade ao que é expresso.

Os resultados mostram que o gênero narrativo jornalístico, principalmente notícias e reportagens, comporta em sua elaboração a inclusão do discurso alheio agregado ao todo textual por meio do discurso citado, discurso indireto e discurso direto, para a representação de pontos de vista de atores sociais sobre questões de ordem individual ou coletiva. O uso deste recurso linguístico-discursivo permite ao locutor/repórter imprimir grau de verdade e, além disso, procurar manter a isenção que pressupõe a escrita jornalística frente ao que é dito/escrito na mídia.

## LÍNGUA, LINGUAGEM E ENUNCIÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Falar de língua, de linguagem e de enunciação não é uma tarefa fácil, principalmente quando se tem a baliza teórica centrada em Bakhtin. Em se tratando de comunicação, seja oral ou escrita, língua, linguagem e enunciação não se excluem, mas sim se especificam conforme a interação dos interlocutores. Vale registrar que há outras concepções dos elementos mencionados de igual valor epistêmico, no entanto, para a análise feita no presente capítulo, tomamos como subsídio teórico a abordagem bakhtiniana. Isso se deve ao fato de que o *corpus* analisado comporta a perspectiva dos estudos enunciativos do teórico russo. Em Bakhtin ([ECV] 2010, p. 265), encontramos que: “ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”.

Ainda em se tratando de língua, Bakhtin/Volochínov (2004, p. 124) argumentam que a língua vive e evolui por meio da comunicação verbal. Na visão dos autores, para estudar a língua é preciso levar em consideração as formas e os tipos de interação verbal, em contextos enunciativos distintos, examinando as possibilidades interpretativas que o uso da língua permite pragmaticamente e coerentemente. Os autores alertam que a língua está em constantes mudanças. Neste sentido, apontam que:

É nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua: as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 124)

Nota-se que os estudos bakhtinianos sobre a língua e a linguagem consideram-nas como elemento comunicacional em uso efetivo, ou seja, na enunciação. Assim, a interação verbal

passa a ser a razão do uso da língua e a relação entre os interlocutores corrobora a função desta mesma língua.

Os estudos enunciativos, sob a ótica bakhtiniana, apontam que a palavra pode representar uma arena de conflitos e, na enunciação oral e escrita, assume e desempenha papéis ideológico-discursivos. Nesta linha de reflexão, “toda enunciação, fazendo parte de um processo de comunicação ininterrupto, é um elemento do diálogo [...]” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 15). Como se vê, a língua se efetiva concretamente na linguagem em uso, isto é, na enunciação. Vale ressaltar ainda que a palavra não é neutra e sim carregada de um juízo de valor considerando-se as condições de produção contextuais.

Levando em conta o exposto, podemos afirmar que a linguagem permeia as variadas situações de interação verbal em que se encontram dois indivíduos (locutor e interlocutor) em uma mesma comunidade linguística. Neste sentido, Bakhtin/Volochínov (2004, p. 70-71) argumentam que: “a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala possa tornar-se um fato de linguagem”.

Os estudos bakhtinianos sobre língua/linguagem postulam que as palavras isoladas não têm efeitos expressivos de comunicação. As palavras só produzem sentidos em um dado contexto, visto que todo dizer procede de alguém e é dirigido para outro alguém sócio-historicamente situados.

Encontramos em Bakhtin (2010) que os nossos discursos não são monológicos, *a priori*, e sim são resultados de outros discursos. A esse respeito convém destacar o que o teórico russo assevera:

As palavras do outro, introduzidas em nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais. A única que pode diferenciar-se é a relação de reciprocidade entre essas duas vozes. A transmissão da afirmação do outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a afirmação do outro. O nosso



discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas. (BAKHTIN, 2010 [PPD]b, p. 223)

Na esteira valorativa da palavra, sob a ótica bakhtiniana, entende-se que as palavras podem representar pontos de vista ideológicos, trazendo consigo juízo de valor em circunstâncias de uso. Sobre a dimensão valorativa da palavra em Bakhtin, Flores et al destacam que:

a palavra, segundo Bakhtin, existe para o falante sob três aspectos: (a) “palavra da língua”, não pertence a ninguém, (b) “palavra alheia”, que é dos outros, cheia de ecos de outros enunciados, e (c) “minha palavra”, porque, uma vez que se opera com ela em uma situação determinada, com um projeto discursivo determinado, ela se impregna da expressividade do locutor (FLORES et al, 2009, p. 182).

Segundo Bakhtin/Volochínov (2004, p. 113), “a palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”. Ainda referenciando os autores, podemos dizer que a palavra é produto da interação entre dois indivíduos. Neste sentido, os teóricos afirmam que:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 113).

A linguagem jornalística apresenta características específicas, levando em consideração seu caráter informativo. Com o objetivo de transmitir informações, o locutor/repórter utiliza recursos linguístico-discursivos para despertar o interesse do leitor/interlocutor sobre os fatos relatados, para isso usufrui de seu domínio de linguagem.

Do ponto de vista bakhtiniano, a linguagem se efetiva no processo enunciativo. A respeito da enunciação, Bakhtin/Volochínov (2004, p. 112) afirmam que “a enunciação é produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”. Neste sentido, vale destacar o que Bakhtin/Volochínov argumentam:

O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo [...] enunciação enquanto tal é um produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 121).

Os autores destacam ainda que: “enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal (isto é, as outras enunciações)”. *Os estudos enunciativos, a partir de Bakhtin, nos permite inferir que a enunciação é tida como um processo e os enunciados constituem um fim, envolvendo um eu + tu+ aqui+agora* (grifo nosso).

Bakhtin, em *Estética da Criação Verbal* (2010, p. 261-262), argumenta que o enunciado é um tipo de gênero discursivo e pode ser escrito ou oral. O enunciado é composto por três elementos que são: “conteúdo temático, estilo e construção composicional”. Ainda sobre enunciado, em Bakhtin ([ECV] 2010, p. 275), temos que: “O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro.”

Vale ressaltar que, nos pressupostos bakhtinianos, todo enunciado é composto pela interação social e possui um objetivo específico, seja ele escrito ou oral. A esse respeito, o locutor utiliza-se do enunciado do outro para transmitir seu próprio enunciado. Dessa forma, o teórico russo afirma que:

O enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele [...] O enunciado é um elo na cadeia de comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas (BAKHTIN [ECV] 2010, p. 300).

Considerando o exposto, podemos dizer que a narrativa jornalística<sup>1</sup> apresenta características constitutivas que comportam aspectos dialógicos bakhtinianos, permitindo a possibilidade de manifestação de pontos de vista distintos sobre determinado tema/assunto. Nesta perspectiva, o signo, a palavra representam as lutas de classe. Vale ressaltar que, para Bakhtin, a enunciação é de natureza social e faz parte da realidade da linguagem. Já o enunciado é produto da interação social, sendo produzido por alguém e dirigido a outro alguém implicando a interação verbal entre locutor e interlocutor.

## DISCURSO CITADO E VERBOS DE ELOCUÇÃO NA ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA

Considerando a construção do enunciado jornalístico e que, por característica constitutiva, abriga os discursos direto e

---

<sup>1</sup> A narrativa jornalística apresenta características específicas, principalmente, quando se trata de textos de cunho informativo (notas/notícias/reportagens). Vale ressaltar o locutor, sendo um sujeito sócio-historicamente situado, de alguma forma pode deixar transparecer juízo de valor sobre a enunciação da qual ele é responsável. Na busca por mentes (leitores), o locutor/repórter lança mão de recursos linguístico-discursivos que a língua portuguesa oferece para a construção de enunciados que prendam a atenção do leitor. Um dos recursos de maior frequência e importância na articulação das matérias é o uso do discurso citado. Outros recursos também entram no processo constitutivo da enunciação jornalística como é o caso dos verbos *dicendi* e do uso de aspas. O texto jornalístico é um veículo de comunicação e informação, presente em nossa sociedade, seja impresso ou virtual, e sua razão de ser só tem sentido quando é lido. A esse respeito, Lage (1997, p. 7) argumenta que “O texto impresso só ganha sentido quando lido”. Assim, a narrativa jornalística existe em função do leitor/interlocutor que a tem como fonte de informação. Nesta perspectiva, assumimos o ônus de considerar o gênero narrativo jornalístico como uma enunciação, uma vez que este meio de comunicação social provém de alguém e é destinado a outro alguém.

indireto, ressalta-se que o discurso direto ocupa-se em içar para a notícia o discurso alheio com o intuito de trazê-lo tal qual foi dito. Já o discurso indireto apresenta-se como se fosse uma tradução do dito alheio. Acrescentamos também que, para destacar o discurso de outrem, o locutor/repórter lança mão dos verbos de elocução e também do uso de aspas. A título de lembrete, vale registrar que o locutor/repórter é o responsável pelos enunciados. Dessa forma, quando se estuda o enunciado é perceptível os ecos discursivos nele existentes em situação de comunicação, seja escrita ou oral. A esse respeito, Bakhtin (2010) argumenta que:

O discurso do outro, desse modo, tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a alheia, e a expressão do enunciado que acolheu esse discurso. [...] é citado textualmente e destacado com nitidez (entre aspas): os ecos da alternância dos sujeitos do discurso e das suas múltiplas relações dialógicas aqui se ouvem nitidamente (BAKHTIN, [ECV]a 2010, p. 299).

Ainda no que se refere ao discurso direto, Savioli; Fiorin (1997) argumentam que este tipo de discurso possui certa influência sobre o leitor, pois pode representar a integridade do discurso citado. Nesta linha de pensamento, os autores asseveram que “o discurso direto é uma espécie de teatralização da fala dos outros. Por isso, produz um efeito de verdade” (SAVIOLI; FIORIN, 1997, p. 48).

Bakhtin/Volochínov (2004, p. 147), ao tratar de discurso citado, afirmam que “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”. Para os autores, “a língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação”. Como se vê, o uso do discurso citado é constitutivo na enunciação seja jornalística ou literária e pode produzir efeitos de sentidos no leitor com o pressuposto de instalação de veracidade ao que é expresso.

Em Bakhtin/Volochínov encontramos que:

O discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 147).

Como o discurso é materializado no texto, tanto oral quanto escrito, tem-se que o texto é um todo organizado devendo observar aspectos de conteúdo e forma. Nesta perspectiva, fazemos coro aos autores Koch; Travaglia (1990, p. 10) quando definem texto como sendo “uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão e audição), que é tomado pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa reconhecível e reconhecida independentemente de sua extensão”.

É sabido que o gênero narrativo jornalístico apresenta uma linguagem definida pela informação escrita direta, porém, é possível indagar, descrever, explicar, relatar, interpretar e comparar, como é o caso das reportagens. Vale lembrar que na linguagem jornalística a notícia não é o próprio evento, isso porque, ao recontar um fato, o jornalista o faz de maneira particular e sob a sua ótica. Para a elaboração das matérias, o locutor/repórter utiliza o discurso citado e também os verbos de elocução para introduzir o discurso de outrem, seja de forma direta ou de forma indireta com a pretensão de produzir crédito junto ao leitor. Em relação ao discurso direto vale destacar o que apresenta Moura Neves

No discurso direto, o falante tem uma responsabilidade muito menor sobre a oração completiva, que é uma citação direta, ficando o controle das expressões correferenciais e dêiticas (de referência à situação) circunscrito à própria oração citada, e, portanto, independente de referência ao falante (MOURA NEVES, 2000, p. 47).

Em Bakhtin/Volochínov (2004, p.159-160), tem-se que o discurso indireto é carregado de enunciados de outrem. Neste sentido, os autores argumentam que:

O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado [...] A enunciação de outrem pode ser apreendida como uma tomada de posição com conteúdo semântico preciso por parte do falante, e nesse caso, através da construção indireta, transpõe-se de maneira analítica sua composição objetiva exata (o que disse o falante) (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2004, p. 159-160).

Ainda sobre o discurso indireto, Bakhtin/Volochínov (2004, p.161-162) acrescentam que o discurso indireto pode ser dividido em duas variantes: uma que analisa o conteúdo e outra que analisa a expressão. Para os autores, “a variante analisadora do conteúdo abre grandes possibilidades às tendências à réplica e ao comentário no contexto narrativo”. A segunda variante analisadora da expressão, “integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão.” Para a introdução do discurso citado, seja de forma direta ou de forma indireta, utiliza-se os verbos de elocução (*dicendi*). Os verbos de elocução (*dicendi*) são verbos essencialmente introdutórios de discurso. Garcia (1992, p. 130) destaca que esses verbos, no discurso direto, assumem a função de indicar o interlocutor e, no discurso indireto, constituem o núcleo do predicado. Levando em conta o aspecto referente a esse tipo de verbo, o autor adiciona que:

No discurso direto, o narrador “emerge do quadro da história, visualizando e representando o que aconteceu no passado, como se tivesse diante de si”. [...] o discurso direto permite melhor caracterização das personagens, como reproduzir-lhes, de maneira mais viva, os matizes da linguagem afetiva, as possibilidades de expressão (gíria, modismos fraseológicos, etc.). No discurso indireto, o narrador incorpora na sua linguagem a fala das personagens, transmitindo-nos apenas a essência do pensamento a elas atribuído.

Em relação à função sintático-semântica dos verbos de elocução (*dicendi*), por uma questão didática, destacamos as nove

áreas semânticas apresentadas por Garcia (1992, p.131) levando em consideração que são pertinentes para nossa análise, a saber:

- a) de dizer (afirmar, declarar);
- b) de perguntar (indagar, interrogar);
- c) de responder (retrucar, replicar);
- d) de contestar (negar, objetar);
- e) de concordar (assentir, anuir);
- f) de exclamar (gritar, bradar);
- g) de pedir (solicitar, rogar);
- h) de exortar (animar, aconselhar);
- i) de ordenar (mandar, determinar).

Ainda sobre verbos de elocução (*dicendi*), Garcia (1992) aponta que a omissão dos verbos *dicendi* pode ocorrer nas falas curtas entre dois interlocutores, sendo representado para o leitor apenas por abertura de parágrafo ou travessão. Já nas falas longas os verbos *dicendi* aparecem apenas quando o narrador deseja realçar o estado emocional das personagens e/ou para auxiliar o leitor a identificar o interlocutor.

Nota-se que o uso dos verbos de elocução (*dicendi*) é fundamental para a arquitetura dos textos narrativos sejam literários ou jornalísticos e que esses verbos desempenham função sintático-semântica para melhor compreensão e interpretação dos fatos sejam reais ou fictícios.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo consiste na análise de duas reportagens, uma extraída da revista *Isto é online*, intitulada “Comando Militar prepara reivindicações para uso de tropas na intervenção do Rio”. A outra reportagem é extraída da revista *Veja online*, intitulada “Intervenção no Rio foi empurrada goela abaixo de Pezão”.

O tema polêmico, intervenção militar no estado do Rio de Janeiro, favorece as manifestações de pontos de vistas favoráveis e contrários à questão. Temos como portadores as revistas *online Isto é* e *Veja* e a escolha pelo gênero textual da narrativa jornalística

é centrada em reportagens que foram veiculadas no período de fevereiro a março de 2018. Para subsidiar as análises adotamos os estudos enunciativos sob a perspectiva bakhtiniana e verificamos os possíveis efeitos de sentido que o uso dos verbos de elocução (*dicendi*) e do discurso citado (discurso direto) podem produzir no leitor/interlocutor.

### **Análise específica de uma reportagem representativa da *Revista Isto é online***

A reportagem **“Comando Militar prepara reivindicações para uso de tropas na intervenção do Rio”**, do Estadão Conteúdo (23.02.18 - 20h07) -Mídia: *Revista Isto é online* é composta de 08 (oito) parágrafos e relata a respeito da entrega da lista de reivindicações que o Comando Militar do Leste devia fazer ao governo até o dia 26/02/2018, para que a intervenção não fracassasse. Esta lista de reivindicações permitiria que o governo e o Congresso discutissem medidas para que as Forças Armadas tivessem autoridade no processo de intervenção. A matéria trata também a respeito dos temas que poderiam ser prioridades neste processo, como a segurança jurídica aos militares. Vários órgãos governamentais participam dessa ação de reivindicações para garantir que a intervenção no estado continuasse e tivesse resultados positivos.

#### ***“Comando Militar prepara reivindicações para uso de tropas na intervenção do Rio”***

*Estadão Conteúdo (23.02.18 - 20h07) -Mídia: Revista Isto é online*

[1º§] O Comando Militar do Leste deve entregar até segunda-feira, 26, ao governo uma lista de reivindicações para que a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro não fracasse. A partir dessa lista, governo e Congresso vão discutir como atender às demandas para que as Forças Armadas tenham autoridade e força no processo de intervenção.

[2º§] Um dos temas que podem entrar no pacote de demandas é a questão da segurança jurídica aos militares. Há uma preocupação nas Forças Armadas e entre os



*parlamentares que militares sejam julgados pela justiça comum por atos cometidos durante a vigência da intervenção. A legislação em vigor não garante o foro privilegiado dos militares. “O assunto está sendo posto como demanda e como resposta a ser dada no espaço de garantia da segurança jurídica para as forças que estão indo para o Rio”, disse o deputado Lelo Coimbra (MDB-ES), líder da Maioria na Câmara.*

*[3º§] Na Câmara, há um projeto pronto para ser colocado em votação no plenário que muda os Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar que garante ao oficial o direito a ser julgado pela Justiça Militar em casos de crimes praticados no cumprimento de atribuições das Forças Armadas estabelecidas pela Presidência da República ou pelo Ministério da Defesa. A proposta vai além da garantia do foro em ações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), mas envolve todas as ações características de missão militar.*

*[4º§] O ponto polêmico do projeto em tramitação na Câmara é que ele submete o cidadão civil que atentar contra um militar também à Justiça Militar. “Se o bandido matar militar, vai para a Justiça Militar”, resumiu o relator do projeto, deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF). O deputado foi relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), quando o texto foi aprovado em maio de 2017, e contou que foi procurado nesta semana por interlocutores do Superior Tribunal Militar (STM) dispostos a retomar as discussões sobre a proposta. “O projeto dá mais segurança para os militares e não atende só a GLO”, emendou Fonseca.*

*[5º§] O projeto tem a simpatia da cúpula do Exército. Um general comentou, em condição de anonimato, que a proposição “é mais abrangente em relação a tipificação do Crime Militar e ampara o emprego em atividades militares em melhores condições”.*

*[6º§] O líder da Maioria na Câmara não descarta retomar a discussão do projeto diante da necessidade de se estender a garantia jurídica (que hoje é dada aos militares que atuam na GLO) que as Forças Armadas precisam para atuar no Rio. “Se já tem essa memória (do projeto pronto para votação), com certeza podemos trabalhá-la e trazê-la à tona semana que vem”, sugeriu.*

*[7º§] Antes de definir quais medidas podem ser votadas para atender às preocupações das Forças Armadas, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que é preciso aguardar os pedidos que chegarão dos militares e estudar o que pode ser feito no Parlamento. “O importante é entender a demanda do interventor e avaliar o que é possível (fazer)”, afirmou.*

*[8º§] Além das mudanças na legislação, é esperado que o governo divulgue na próxima semana as chamadas “regras de engajamento” para o emprego da tropa. A norma vai*

*definir o que o soldado pode e o que não pode fazer, para que todos estejam “calçados” juridicamente. Os militares lembram que existem problemas para interpretação de leis e, ao deixar as regras claras, evitarão interpretações divergentes.*

## **Análise do título**

O título “Comando militar prepara reivindicações para uso de tropas na intervenção do Rio”, é uma declaração que causa um impacto no leitor devido a carga semântica expressa já no título da reportagem. A expressão “uso de tropas”, sugere aos interlocutores que há insegurança, a tensão e a vulnerabilidade estão instaladas no estado do Rio. Posto isto, o enunciado “Comando militar prepara reivindicações” anuncia como se fosse um alerta ao interlocutor que os órgãos responsáveis por promover segurança pública estão em busca de meios/métodos que garantam este direito.

## **Análise macro-proposicional (por parágrafo)**

No primeiro parágrafo, tem-se o lide da reportagem. Nota-se que as questões nucleares de um lide se presentificam logo no início da reportagem. Quem? “ O Comando Militar do Leste”. O quê? “uma lista de reivindicações para que a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro não fracasse”, Por quê? “A partir dessa lista, governo e Congresso vão discutir como atender às demandas para que as Forças Armadas tenham autoridade e força no processo de intervenção”, Onde? No estado do “Rio de Janeiro”, Quando? “até segunda-feira, 26,” tempo cronológico da reportagem (fevereiro de 2018). O locutor/repórter situa o leitor/interlocutor sobre o assunto gerador da reportagem.

Já no segundo parágrafo, tem-se a voz do deputado Lelo Coimbra (MDB-ES), líder da Maioria na Câmara, com o uso do discurso direto marcado pelo uso de aspas e verbo *dicendi* “dizer”, destacando a importância do debate que o tema suscita. “O assunto está sendo posto como demanda e como resposta a ser

dada no espaço de garantia da segurança jurídica para as forças que estão indo para o Rio”. Percebe-se a manifestação de uma voz política que se apresenta favorável à medida de intervenção. Em relação ao discurso direto, Silva (2015, p.45) argumenta que: “No discurso direto, o locutor traz o dito alheio para a narrativa, seja literária ou jornalística, com o propósito de imprimir crédito ao que está sendo transmitido.” Vê-se que o fato da transposição do discurso de outrem para a enunciação jornalística demonstra a intenção do responsável pelos enunciados (locutor/repórter) em manter a adesão do interlocutor/leitor.

No terceiro parágrafo, o locutor/repórter continua a narração dos fatos, no trecho: “ Na Câmara, há um projeto pronto para ser colocado em votação no plenário que muda os Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar [...]” com o propósito de referenciar o que foi dito no parágrafo anterior, imprimindo grau de verdade ao fato mencionado e, ao mesmo tempo, preparando o interlocutor para a leitura do próximo parágrafo.

Tem-se, no quarto parágrafo, a voz do deputado Ronaldo Fonseca, com duas citações diretas: “Se o bandido matar militar, vai para a Justiça Militar”, resumiu o relator do projeto [...] e “O projeto dá mais segurança para os militares e não atende só a GLO”, emendou Fonseca. O uso do discurso direto é marcado pelo uso de aspas e verbos *dicendi*. O uso dos verbos *dicendi* “resumir” e “emendar” enfatiza o tom de justificativa do projeto. Esta estratégia articulatória com a utilização das formas verbais delocutivas sugere um reforçamento da defesa de garantias jurídicas aos militares.

No quinto parágrafo, o locutor/repórter ainda referindo-se ao projeto, traz a voz de um general, por meio do uso de discurso direto e uso de aspas: “é mais abrangente em relação a tipificação do Crime Militar e ampara o emprego em atividades militares em melhores condições”, para reafirmar que este projeto é algo benéfico, levando em consideração as condições que se encontra o Estado. O uso do verbo *dicendi* “comentar”, evidencia a emissão de juízo de valor e produz um efeito de sentido reforçativo da análise do que está exposto com a pretensão de convencer o leitor da veracidade dos fatos. Além

disso, o içamento da voz do general, via (discurso direto) e entre aspas mostra uma tentativa de isenção do locutor/repórter frente ao que é informado (quem diz isso é o outro não eu). Neste sentido, para Savioli; Fiorin (1997) “o discurso direto é uma espécie de teatralização da fala dos outros. Por isso, produz um efeito de verdade” (SAVIOLI; FIORIN, 1997, p. 48).

Já no sexto parágrafo, tem-se a voz do líder da Maioria na Câmara Lelo Coimbra, destacada pelo uso de aspas e discurso direto, “Se já tem essa memória (do projeto pronto para votação), com certeza podemos trabalhá-la e trazê-la à tona semana que vem, sugeri”. O uso do verbo *dicendi* “sugerir”, demonstra que o líder da Maioria na Câmara está ciente da tramitação deste projeto. A respeito de verbos *dicendi* e uso de aspas, Silva (2014, p.52) argumenta que: “[...] recursos linguísticos, como a ocorrência de verbos *dicendi*, *sentiendi* e uso de aspas, são usados para demarcarem os discursos de outrem na construção composicional da enunciação.” Na reportagem em análise, estes recursos linguístico-discursivos assumem papéis constitutivos na narrativa jornalística, visto que têm funções de informar e convencer o leitor/interlocutor de que a informação transmitida é simulacro da verdade.

No sétimo parágrafo, tem-se o uso do discurso direto e indireto trazendo a voz institucionalizada de Rodrigo Maia, demarcada pelo uso do discurso indireto. O uso do verbo *dicendi* “dizer” destaca a fala feita por Maia. Em seguida, o locutor/repórter traz novamente Rodrigo Maia, por meio do discurso direto marcado por aspas: “O importante é entender a demanda do interventor e avaliar o que é possível (fazer), afirmou”, para imprimir crédito às informações dispostas anteriormente. O uso do verbo *dicendi* “afirmar”, possui um valor semântico de comprovar/certificar, transmitindo ao interlocutor que a responsabilidade do discurso é daquele que afirma.

No oitavo parágrafo, o locutor repórter faz uma narração linear, sobre o que se espera que aconteça depois das mudanças na legislação e aprovação das novas normas dispostas nas reivindicações. Utilizando o recurso linguístico do discurso

indireto em duas ocorrências textuais nos trechos: “Além das mudanças na legislação, é esperado que o governo divulgue na próxima semana as chamadas “regras de engajamento” para o emprego da tropa [...]” e “Os militares lembram que existem problemas para interpretação de leis e, ao deixar as regras claras, evitarão interpretações divergentes”, finalizando a matéria. Nota-se que essa articulação textual na construção da reportagem, com o uso do verbo *dicendi* “lembrar” produz efeito de sentido de alerta, advertência e além disso, é utilizado como o fito de obter a adesão do leitor.

Em resumo, a presente reportagem manifesta o discurso citado com presença do discurso direto e indireto. Constatamos que o locutor/repórter utiliza esses recursos linguístico-discursivos com o propósito de imprimir grau de verdade às informações que são transmitidas ao leitor/interlocutor acerca da questão mencionada.

Dando prosseguimento a análise, apresentamos a reportagem **“Intervenção no Rio foi empurrada goela abaixo de Pezão”**//Pezão arregalou os olhos e ficou em silêncio//Por Ricardo Noblat (17-02-2019 - 08h00) Mídia: Revista *Veja online*.

### **Análise específica de uma reportagem representativa da *Revista Veja online***

A reportagem é composta por seis parágrafos e informa sobre a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. O locutor/repórter relata que o presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Secretária-Geral, Moreira Franco, conversaram a respeito da insegurança no Rio de Janeiro e decidiram colocar a ideia da intervenção federal em prática.

***“Intervenção no Rio foi empurrada goela abaixo de Pezão”***

*Pezão arregalou os olhos e ficou em silêncio, Por Ricardo Noblat (17-02-2019 - 08h00) Mídia: Revista *Veja online**

[1º§] *Quando o governador Luiz Fernando Pezão (MDB), na quarta-feira de cinzas, admitiu em entrevista à televisão que o esquema de segurança montado*

*para o carnaval no Rio de Janeiro havia falhado, ele forneceu sem querer a senha para que o presidente Michel Temer pusesse em marcha o processo de intervenção federal no Estado.*

*[2º§] Temer e Moreira Franco, ministro da Secretaria-Geral da presidência da República, haviam conversado a respeito pela primeira vez na tarde da terça-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília. Temer estava chocado com as cenas de violência que vira na televisão. À noite, Moreira consultou o ministro Raul Jungmann, da Defesa, que concordou com a ideia.*

*[3º§] Autorizados por Temer, os dois embarcaram para o Rio na manhã da quinta-feira e foram direto para o Palácio da Guanabara, sede do governo do Rio. A conversa com Pezão foi curta, franca e objetiva. Quando falaram da disposição de Temer em decretar intervenção na área da segurança pública do Estado, primeiro Pezão arregalou os olhos e ficou em silêncio.*

*[4º§] Depois, recuperado do susto e informado dos detalhes, rendeu-se aos argumentos dos dois sem oferecer maior resistência. Reconheceu que perdera o controle sobre o aparelho policial do Estado. Um dos ministros chegou a lembrar a Pezão que, no ano passado, ele recusara a sugestão de nomear um general para a Secretaria de Segurança Pública.*

*[5º§] Do palácio, os dois ministros e o governador foram para a Base Aérea do Galeão e voaram ao encontro de Temer em Brasília. À noite, no Palácio da Alvorada, diante de outros ministros do governo e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), Pezão comportou-se como um aliado de primeira hora da intervenção.*

*[6º§] “Façam como quiserem. Vocês já não decidiram? Como não fui consultado, não tenho outra saída a não ser concordar”, queixou-se em voz alta o presidente da Câmara, irritado. Em momento algum, Temer deu qualquer sinal de que recuaria da ideia. Foi Pezão que acalmou Maia: “Rodrigo, você sabe que precisamos disso... O Rio precisa”. Maia calou-se.*

## **Análise do título**

O título “Intervenção no Rio foi empurrada goela abaixo de Pezão” é uma declaração que causa um impacto no leitor, devido a carga semântica expressa nas palavras “empurrada”, “goela” e “Pezão”. A expressão “empurrada goela abaixo”, sugere aos interlocutores que a atitude do então Presidente Michel Temer foi

imposta ao governador do Estado, Luiz Fernando Pezão. O uso dessas lexias chamam a atenção do leitor/interlocutor pelo tensionamento que produzem sintático-semanticamente. Fica notório o jogo de forças entre os poderes representados. Percebe-se que o elemento macroestrutural 'título' cumpre a função de vocativo ao leitor/interlocutor para a leitura da reportagem.

### **Análise macro-proposicional (por parágrafos)**

No primeiro parágrafo, o locutor/repórter situa o leitor/interlocutor sobre o assunto gerador da reportagem, por meio do lide, a saber: Quem? “o governador Luiz Fernando Pezão (MDB)”. O quê? “admitiu em entrevista à televisão que o esquema de segurança montado para o carnaval no Rio de Janeiro havia falhado”. Por quê? “fornecido sem querer a senha para que o presidente Michel Temer pusesse em marcha o processo de intervenção federal no Estado”. Onde? No estado do “Rio de Janeiro”. Quando? “na quarta-feira de cinzas”. Além disso, o uso do verbo *dicendi* “admitir” possui valor semântico de aceitar como verdade/assumir a responsabilidade, assim, o locutor/repórter apropria-se do discurso de outrem, por meio do discurso indireto, para transmitir as informações aos interlocutores de forma contundente.

No segundo parágrafo, tem-se apenas a voz do locutor/repórter relatando sobre as impressões de Temer e Moreira sobre a insegurança no Estado, por meio do uso do discurso indireto, “Temer estava chocado com as cenas de violência que vira na televisão” o uso do adjetivo “chocado” sugere ao interlocutor que a situação da segurança no Estado é preocupante. Já o uso do verbo “consultar”, no pretérito perfeito do indicativo, mostra que Temer e Moreira buscam conselho/suporte de outro membro do governo, no caso Raul Jungmann ministro da Defesa (responsável pela segurança interna e defesa civil do estado). A respeito do uso do discurso indireto, os autores Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004, p.159) argumentam que: “O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele

integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado.”

Logo, no terceiro parágrafo, o locutor/repórter faz uma narrativa-descritiva sobre a viagem dos ministros Moreira Franco e Raul Jungmann para o Palácio da Guanabara e a conversa com o governador do estado Luiz Fernando Pezão. Tem-se o registro, de forma indireta, da voz de um terceiro locutor representado pela forma verbal “falaram” que pressupõe a indeterminação de um sujeito intencionalmente omitido na narrativa jornalística, conforme o trecho: “Quando falaram da disposição de Temer em decretar intervenção na área da segurança pública do Estado, primeiro Pezão arregalou os olhos e ficou em silêncio.”

Já no quarto parágrafo, o locutor/repórter relata sobre a reação de Pezão ao ser informado sobre as medidas que serão adotadas na segurança pública do Estado. Utilizando o recurso linguístico do discurso indireto: “reconheceu que perdera o controle sobre o aparelho policial do Estado” apresenta a voz institucionalizada do governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, que cede à pressão política do momento. Neste sentido, Bakhtin ([ECV]a 2010, p. 299) argumenta que: “O discurso do outro, desse modo, tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a alheia, e a expressão do enunciado que acolheu esse discurso.”

No quinto parágrafo, tem-se novamente apenas a voz do locutor/repórter, relatando os fatos que ocorreram durante esse processo, utilizando-se de uma narrativa linear.

O locutor/repórter inicia o sexto parágrafo com o uso do discurso direto, representado pelo uso de aspas: “Façam como quiserem. Vocês já não decidiram? Como não fui consultado, não tenho outra saída a não ser concordar”, queixou-se em voz alta o presidente da Câmara, irritado”. O uso do verbo *dicendi* “queixar” sugere que Rodrigo Maia (presidente da Câmara) lamenta a decisão que tenha sido tomada e seu descontentamento com o fato de não ter sido consultado, deixando para o executivo todas as consequências políticas da intervenção. O locutor/repórter utiliza também o discurso indireto para inserir uma nova informação ao



parágrafo, mostrando ao interlocutor que Temer não mudará de opinião, a saber: “Em momento algum, Temer deu qualquer sinal de que recuaria da ideia”. Sobre a inclusão do discurso de outrem na enunciação jornalística, vale buscar apoio em Bakhtin (2010, [PPD] b, p.223) ocasião em que o teórico russo argumenta que: “As palavras do outro, introduzidas em nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais”. Além disso, tem-se novamente o uso do discurso direto encerrando a notícia, “Rodrigo, você sabe que precisamos disso... O Rio precisa”. O uso do verbo “precisar” no presente do indicativo, transmite ao interlocutor a necessidade imediata da intervenção militar na segurança pública do estado.

Em resumo, a reportagem em análise, embora apresente um ponto de vista favorável à intervenção militar, representado por meio das vozes de: Luiz Fernando Pezão, Michel Temer, Moreira Franco, Raul Jungmann, no entanto, no todo da reportagem percebe-se o posicionamento desfavorável à intervenção por parte de Rodrigo Maia, por meio do uso de discurso direto e indireto. Como se vê, o tema é polêmico e, por esta natureza, apresenta dois pontos de vista sobre a questão da intervenção militar no Rio de Janeiro: um em defesa, explicitamente na materialidade linguística, e outro, elíptico, discursivamente velado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo foi possível desenvolver um trabalho de verificação e análise de textos informativos de cunho polêmico de circulação social, em especial, notícias e reportagens veiculados na mídia *online*. O aporte teórico utilizado para a pesquisa, balizado na perspectiva da linguística enunciativa de Bakhtin, proporcionou um aprofundamento de conhecimento em relação à análise do gênero textual (jornalístico), permitindo uma maior compreensão, interpretação e despertar crítico frente ao que é exposto nos relatos jornalísticos.

O exercício de ler, sob a ótica da Linguística enunciativa balizada nos estudos do teórico russo, mostra que é possível a leitura da narrativa jornalística indo além dos elementos estruturantes centrados no lide. Como todo discurso provém de outro discurso, o discurso jornalístico é um *lócus* em que outros discursos (atores sociais) podem se incorporar para produzirem efeitos de sentido intencionados pelo locutor, responsável pelos enunciados, para cumprirem funções preestabelecidas, levando-se em conta as condições de produção.

As reportagens analisadas foram produtivas permitindo a aplicação dos pressupostos teóricos adotados, seguindo a orientação epistêmica iluminada pela perspectiva enunciativa bakhtiniana. Os resultados sinalizam que o discurso citado, em especial o discurso direto e o discurso indireto, são constitutivos no gênero narrativo jornalístico e servem ao locutor como recurso linguístico-discursivos para imprimir crédito e tentativa de isenção em textos de circulação social, no caso, notícias e reportagem de cunho polêmico.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11 ed. Trad. M. Lahud e Y.E. Viera. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010a.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FLORES, Valdir do Nascimento [et. al.]. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar**. 15. ed. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1992.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 5 ed. São Paulo. 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura: **Gramática de Usos do Português**. São Paulo. Editora: UNESP.2000.

REVISTA VEJA *online*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/> acesso em 10/02/2018.

REVISTA ISTO É *online*. Disponível em: <https://istoe.com.br/> acesso em: 10/02/2018.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luís. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, Geraldo José da. **O discurso de outrem como marca de parcialidade no texto jornalístico informativo: uma abordagem enunciativa**. 2014. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Geraldo José da. O uso do discurso citado em reportagens sobre questões indígenas na mídia sul-mato-grossense: uma análise enunciativa sob a perspectiva teórica bakhtiniana. **Linguagem em (Re)vista**, ano 10, n. 20. Niterói Rj, jul/dez. 2015.

**DISCURSO E  
PRÁTICAS SOCIAIS**



## A LINGUAGEM SOB A PERSPECTIVA BAKHTINIANA

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros  
Nara Hiroko Takaki

A proposta deste capítulo consiste em, primeiramente, discorrer sobre alguns conceitos bakhtinianos básicos, a fim de, posteriormente, traçar diálogos desses com questões relevantes e atuais acerca da formação continuada de professores-pesquisadores e de desenhistas de currículos de línguas/linguagens.

Bakhtin é considerado um dos maiores pensadores do século XX e um marco teórico fundamental dos estudos da linguagem. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o autor expõe sua teoria do dialogismo, da alteridade e da polifonia, enfatizando a heterogeneidade da língua, diferentemente de Saussure e dos estruturalistas da sua época.

Opondo-se ao sistema dicotômico saussuriano baseado em língua x fala, sincronia x diacronia, Bakhtin também nega o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, alegando que esses constituem um obstáculo à apreensão totalizante da linguagem: o primeiro, ao reduzir a linguagem à enunciação monológica isolada; o segundo, ao reduzir a linguagem a um sistema abstrato, estável, imutável e normativo de formas linguísticas. “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema abstrato das formas na língua nem no psiquismo individual dos falantes (BAKHTIN, 2002a, p. 124)”.

Para Bakhtin, a língua está integrada à vida humana e deve ser compreendida como um fato social concreto, que se realiza por meio das necessidades de comunicação e está relacionada às condições presentes nas interações do “eu” com o “outro”.

O caráter interativo da linguagem é a base do arcabouço teórico bakhtiniano. A interação verbal é a realidade fundamental da língua; a verdadeira substância da língua é constituída pelo

fenômeno social da interação verbal efetuada por meio das enunciações que constituem o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, pois sua natureza é social.

Na sua concepção,

a enunciação enquanto tal é um produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições da vida de uma determinada comunidade linguística. (BAKHTIN, 2002a, p. 121)

Toda enunciação completa é constituída de significação e de sentido ou tema e a compreensão desses dois elementos só é possível na interação. A significação, ou seja, os conceitos que estão nos dicionários, é a parte geral e abstrata da palavra, responsável pela compreensão entre os falantes; já o sentido é concreto e construído na compreensão ativa e responsiva, estabelecendo a ligação entre os interlocutores. O sentido da enunciação não está no indivíduo, nem na palavra e nem nos interlocutores, pois é o efeito da interação entre o locutor e o receptor, produzido por meio de signos linguísticos.

O enunciado é sempre uma resposta a um enunciado anterior. O locutor mantém relação não só com o objeto da enunciação, mas também com os enunciados dos outros. Não há enunciado que não pressuponha uma atitude responsiva do interlocutor e não há comunicação se não houver um receptor ativo, já imaginado numa situação dialógica, quando o locutor faz escolhas em relação ao seu próprio enunciado.

A noção de compreensão proposta por Bakhtin ilustra o movimento dialógico da enunciação, a qual constitui o território comum do locutor e do interlocutor. Compreender não é um simples processo de identificação do signo, ou seja, não significa reconhecer o sinal ou a forma linguística, apenas. O que importa na comunicação é a interação dos significados das palavras e de seu conteúdo ideológico, não só do ponto de vista enunciativo, mas também das condições de produção e da interação locutor/receptor.

Nesse sentido, a palavra:

[...] é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2002a, p. 113)

Sendo assim, a comunicação não é um processo unilateral de emissor para receptor e os interlocutores não devem ser considerados isoladamente, pois são os elos do processo comunicativo, assim como seres sociais constituídos pelas interações sociais das quais participam.

Os estudos realizados por Bakhtin no começo do século XX apresentam como característica fundamental da linguagem a natureza dialógica, isto é, toda palavra está relacionada à outra de outro locutor, existindo assim uma interação entre um discurso atual e outros formulados anteriormente.

Como aponta Brait (2010), o dialogismo na teoria bakhtiniana pode ser interpretado como o elemento que instaura a natureza interdiscursiva da linguagem, pois diz respeito “ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, que existe entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade” (BRAIT, 2010, p. 78).

Para entender melhor o conceito bakhtiniano de dialogismo, é necessário entender o princípio da heterogeneidade da linguagem, segundo o qual todo discurso é construído a partir do discurso do “outro”, ou seja, o “já dito”. Assim, as palavras não são de um único enunciador, uma vez que já foram ditas em algum lugar da história e, por isso, estão impregnadas de valores ideológicos, tendo o sentido modificado em função do momento do uso.

Nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é produto da interação entre



falantes e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu.

Nessa perspectiva, a realidade da fala deve ser vista como um evento social, lugar de permanente interação verbal; o sujeito, considerado como aquele que dará expressão à palavra, refletindo a ideologia e o meio social em que vive; e a linguagem, compreendida a partir de sua natureza sócio-histórica. A palavra torna-se a revelação de um espaço no qual os valores de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam, transformando-se de acordo com o contexto em que surge, possibilitando diferentes significados e revelando os sujeitos e a ideologia. Já o discurso constitui-se do entrecruzamento de outros discursos, por vezes em oposição, negando-se e contradizendo-se.

De acordo com a concepção bakhtiniana, o discurso não é individual, pois se constrói entre pelo menos dois interlocutores e como um diálogo entre discursos. Segundo Bakhtin, utilizamos enunciados pré-existentes e apropriaremos da fala de outros, incorporando outros locutores ao nosso próprio enunciado. O discurso também não é neutro ou inocente, mas, sim, impregnado de intencionalidade, pois o sujeito o produz a partir de uma perspectiva ideológica, veiculando valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.

Para ele, a linguagem, entendida como processo de interação social, é constituída das ideologias dos grupos sociais que a usam em diferentes condições, determinando seu significado, e é entendida como um fenômeno ideológico por excelência, um campo de batalha social capaz de registrar todas as fases transitórias do processo social, inseparável da questão de poder. Conforme Sobral:

A interação nos termos do círculo é condicionada pela situação pessoal, social e histórica dos participantes e pelas condições materiais e institucionais – imediatas e mediatas – em que ocorre o intercâmbio verbal. Todos esses elementos condicionam o discurso, tanto por meio da interdiscursividade [...] como por meio da relação dialógica entre os sujeitos do discurso. (SOBRAL, 2009, p. 44)

Não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. O sujeito bakhtiniano é social, histórica e ideologicamente situado. A relação entre linguagem, mundo e torna-se possível porque a ideologia intervém com o seu modo de funcionamento imaginário e o indivíduo, norteadado pela ideologia, torna-se sujeito do seu próprio discurso. A linguagem, fundamentada no diálogo com o “outro”, só se realiza e faz sentido se inserida em um contexto social, histórico e cultural, que determinará a organização do discurso.

Para Bakhtin, o “outro” desempenha um papel crucial na concepção do sujeito. A alteridade marca o ser humano, pois esse “outro” é imprescindível para sua constituição. Segundo a perspectiva bakhtiniana, o sujeito se constitui à medida que vai ao encontro do “outro, na interação verbal. O “eu” para Bakhtin não é monádico e nem autônomo; ao contrário, existe a partir dos diálogos com os outros “eus”, necessitando da colaboração dos outros para poder definir-se e ser “autor” de si mesmo. Por isso, não se pode pensar o homem fora das suas relações.

Para o autor Bakhtin (2002a), a consciência individual não consegue explicar nada, já que, ao contrário, deve ser explicada a partir do meio ideológico e social. Dessa maneira, a consciência individual adquire existência a partir dos signos construídos no curso das relações e interações de grupos organizados socialmente e o diálogo é o produto da relação de alteridade entre duas consciências socialmente constituídas, uma vez que o auto-reconhecimento do sujeito ocorre através do reconhecimento do “outro”.

As práticas sociais de uso da linguagem, portanto, manifestam-se através da interação verbal entre os interlocutores. O dialogismo é a característica essencial da linguagem, princípio constitutivo de todo discurso e espaço interacional entre o “eu” e o “tu”, ou o “eu” e o “outro”, pois, toda palavra traz em si a perspectiva de outras vozes. Na interação verbal, os sujeitos, são constituídos por diferentes vozes sociais que fazem deles sujeitos históricos e ideológicos.

Baseado nesses pressupostos, Bakhtin elabora a sua teoria polifônica, afirmando a existência de uma pluralidade de vozes,

ou seja, “consciências” ou “personalidades” falantes presentes nos enunciados, as quais compõem um discurso, sem que uma delas se sobressaia às demais. O dialogismo, portanto, não deve ser confundido com polifonia, porque o primeiro é o princípio dialógico constitutivo da linguagem e o segundo caracteriza-se por vozes polêmicas em um discurso. A heteroglossia ou pluringuismo é um termo bakhtiniano que designa a multidão de vozes sociais que constituem o discurso. Polifonia é um universo em que todas as vozes são equipolentes (FARACO, 2003).

O livro sobre Dostoiévski é o ponto essencial para o conceito bakhtiniano de polifonia. O filósofo da linguagem observa que as personagens do romancista têm voz própria e sofrem o mínimo de interferência por parte do autor. É o chamado gênero polifônico, porque apresenta muitos pontos de vista e diferentes vozes.

Para Bakhtin, o texto é tecido polifonicamente por fios dialógicos de vozes que se completam, se respondem e contradizem umas aos outros no interior do texto. Está relacionado aos diálogos que se estabelecem entre discursos no interior dos textos produzidos pelos interlocutores, isto é, vozes que se entrecruzam e polemizam entre si. Esse cruzamento de vozes constitui a polifonia e, nela, a alteridade é necessariamente atestada pela presença do interdiscurso, cuja fonte é explicitamente mencionada no texto (BARROS, 2003).

Assim, o texto torna-se duplamente dialógico, uma vez que apresenta uma relação dialógica entre os interlocutores e entre os outros textos. O discurso também é fruto de uma relação dialógica, pois se constrói por meio do diálogo entre sujeitos falantes – dialogismo - e através do diálogo com outros discursos – intertextualidade (BARROS, 2003).

Um texto não existe por si mesmo, mas se constitui em uma resposta aos textos que o antecedem e, ao mesmo tempo, será responsável pelo surgimento de outros. O que importa é a intertextualidade e não o texto ou a mensagem. Há gêneros dialógicos monofônicos - uma voz que domina as outras vozes - e gêneros dialógicos polifônicos - vozes polêmicas. Nos textos

polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver ou entrever; nos textos monofônicos eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz.

Por fim, ressaltamos a importância de Bakhtin pela sua grande contribuição para os estudos de todas as formas de comunicação e interação entre sujeitos falantes. De acordo com a noção de heterogeneidade, não há apenas um locutor no processo de comunicação, mas vários, e o enunciado não é apenas uma frase ou uma oração.

Por meio do conceito de polifonia, Bakhtin mostra que o fundamento do processo comunicativo está no dialogismo e na alteridade, isto é, na relação com o outro. O sujeito constrói sua identidade à medida que se relaciona com o outro e através da atitude responsiva às diversas vozes sociais, com diferentes e até contraditórias valorações.

## **DIALOGISMO BAKHTINIANO, FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES-PESQUISADORES E DE DESENHISTAS DE CURRÍCULOS DE LÍNGUAS/LINGUAGENS**

O que uma revisão do papel do professor-pesquisador e do desenhista de currículos de línguas/linguagens<sup>2</sup> requer? Essa é uma pergunta que se mostra importante de tempos em tempos e antecipa para os leitores deste capítulo a premissa de que tanto suas formações quanto as dos professores e pesquisadores são de mudanças incessantes nos paradigmas teórico-práticos. Isso quer dizer que qualquer que seja a formação do cidadão geral, ela deveria se dispor a reexaminar suas próprias bases e produções e as alheias numa relação dialógica (BAKHTIN, 1999), palavra central neste capítulo.

---

<sup>2</sup> Embora Bakhtin tenha optado pela palavra linguagem e não língua, nesta parte, propositadamente, registramos uma não polarização da seguinte forma: língua/linguagem.

Ao admitir que a formação é, nesse sentido, um exercício educacional, a questão aqui passa a ser como interpretar Bakhtin se ele próprio nos deu essa oportunidade, revitalizando nosso papel de protagonista de cenas sociais quase nada imunes às transculturalidades. Assim sendo, os deslocamentos culturais são orientados pelo dialogismo constantemente metamorfoseado por recuperação de memórias, narrativas e performatividades de trajetórias de vida que entram na avaliação, discussão e reformulação das mediações sociais.

Por exercício educacional, referimos ao modo de compreender a língua/linguagem, como ela opera e quais implicações seus usos trazem do ponto de vista da trama cultural, sociológica e política. Como a língua/linguagem deveria ser entendida potencializando o capital das vozes e olhares?

Reconhecer que há duas forças agonísticas no funcionamento da língua/linguagem representa uma contribuição significativa na visão de Bakhtin e de seus coautores. Essas forças compreendem as centrípetas e as centrífugas (BAKHTIN, 2002b, p. 270-273). O citado autor buscou um lugar, chamado de filosofia da linguagem, em resposta à ditadura de Stalin na Rússia. Para essa ditadura, o que contava como conhecimento já vinha pré-estabelecido para ser reproduzido como forma de controle social. Nessa visão de linguagem e sociedade grassava uma logofilia ocidental delineando uma verdade soberana, sob a qual uma história monocultural se construiria (FOUCAULT, 2012). Essa construção de verdade como um monumento dado como preponderante impedia a emergência da pluralidade de sentidos e de ações configurando o que o referido filósofo denominou logofobia, ou seja, o medo da proliferação de enunciados e sentidos outros como se o significante exercesse a plenitude de poder.

Ao engendrar uma consciência crítica conjugou as duas forças: centrípetas e centrífugas. As forças centrípetas são aquelas responsáveis por “processos históricos de unificação e centralização linguísticas” (BAKHTIN, 2002b, p. 270) que lutam para que a língua/linguagem seja como pólen que voa para se

transformar e florescer em outros contextos sendo avessa ao colonialismo. Este produz uma língua/linguagem unitária e normativa que faz o pensamento verbal-ideológico convergir para um centro autoritário, como por exemplo, o do estado-nação em vários países, conforme a história pondera. O sistema de normas linguísticas atua de modo a favorecer a processos e aos grupos sociais que unificam valores sociopolíticos e culturais. A consequência desse sistema na educação é a geração de um ensino e formação de professores e pesquisadores que se orientam por vertentes de projetos de unificação e centralização das línguas europeias, conforme Bakhtin acentua:

A vitória de uma língua (dialeto) sobre outras, a suplantação de línguas, seus escravagismos, o processo de iluminação das mesmas com a Palavra Verdade, a incorporação dos bárbaros e da esfera social baixa na língua unitária de cultura e verdade, a canonização de sistemas ideológicos, a filologia com seus métodos de estudo e ensino de línguas mortas, línguas que eram unidades, a linguística Indo-Europeias com seu foco, se distanciaram da pluralidade das línguas em direção a uma única protolíngua.<sup>3</sup> (BAKHTIN, 2002b, p. 271)

A citação aponta os trabalhos literários e artísticos cânones e uma forma de conhecimento voltada para uma concepção fechada de estilo, enunciação e, portanto, de construção de sentido sob a égide das forças centrípetas. Pensando ser um sistema autônomo, autossuficiente e autoritário, com o imperativo da palavra verdade, o cânone acabou configurando uma prática de leitura por um único contexto de partida e de chegada a que o leitor deveria se sucumbir. A palavra verdade emanava de um sistema

---

<sup>3</sup> Nossa tradução do original: The victory over one reigning language (dialect) over the others, the supplanting of languages, their enslavement, the process of illuminating them with True Word, the incorporation of barbarians and lower social strata into a unitary language of culture and truth, the canonization of ideological systems, philology with its methods of studying and teaching dead languages, languages that were by that very fact unities, Indo-European linguistics with its focus of attention, directed away from language plurality to a single proto-language.

mono-semiótico que levava à valorização de obras clássicas e representantes legitimados do conhecimento e da cultura estritamente hierárquicos.

Nessa tradição, foram deixadas de lado muitas atividades da esfera humana que compreendiam prosas, anedotas, músicas de rua, linguagens dos monges e cavaleiros, segundo Bakhtin (2002b, p. 273). O que contava como língua/linguagem obedecia aos ditames de um sistema homogêneo e autoritário formando leitores, professores e pesquisadores nessa condição. Dessa enunciação hermética emergia uma ordem social que ignorava as intersubjetividades dos usuários da língua/linguagem e de outros modos de vida. O custo político deflagrou a seleção de línguas nacionais, práticas sociais, incluindo as escolares, como mantenedoras de um modelo que visava à reprodução de conhecimento e cultura.

Contudo, o potencial da língua/linguagem é mais vasto. Nem só de forças centrípetas a vida prossegue. Essas forças funcionam na dependência das centrífugas, ou seja, requerem uma relação de coexistência de línguas/linguagens e culturas e renegociações entre si que não são senão o princípio do dialogismo (BAKHTIN, 2002b). Centrifugar significa descentralizar sentidos que estão em estado hermético por meio de forças estratificadas que agem junto com as unificadoras, caracterizando a dinamicidade da língua/linguagem. Essa sofisticação pressiona a visão monocultural da língua/linguagem a reconhecer as pressões da heteroglossia, entendida como diferença conceitual política.

A heteroglossia impede que a língua/linguagem seja vista como “um sistema de categorias gramaticais, trata-se antes de uma língua/linguagem concebida como ideologicamente saturada, língua como uma visão de mundo.”<sup>4</sup> (BAKHTIN, 2002b, p. 271). Refinando o raciocínio, temos que “o enunciado não somente responde aos requisitos de sua própria língua/linguagem como uma

---

<sup>4</sup> Tradução nossa do original: a system of abstract grammatical categories, but rather language conceived as ideologically saturated, language as a world view.

corporificação individualizada de um ato de fala, mas também às demandas da heteroglossia” (BAKHTIN, 2002b, p. 273). É se comportando como sentido em meio a sentidos participativos que batalham por unificar e desintegrar palavras, valores, sotaques etc. em contextos específicos que a língua/linguagem não pode ser compreendida como um processo monocultural, estático, neutro, homogêneo e transparente.

É, conseqüentemente, em meio ao âmbito da coabitação de forças centrípetas e centrífugas que a língua/linguagem tem estatuto discursivo uma vez que se encontra num contexto historicizado com características que a mantém viva, ou seja, a situacionalidade da enunciação que prevê a não univocidade de sentidos. Nesse espaço, eu e outro são enunciadores ativos buscando a compreensão e a renegociação de suas intersubjetividades e significados transculturais sem modelo acabado e derradeiro. É nesse sentido que eu e outro se apresentam implicados e engajados com uma propriedade coletiva que os constitui: a língua/linguagem em funcionamento.

Assim como as forças centrípetas e centrífugas não são excludentes entre si, as línguas/linguagens também não o são. Vejamos:

A linguagem é heteroglóssica de cima a baixo: ela representa a coexistência de contradições socio-ideológicas entre o presente e passado, entre diferentes épocas do passado, entre diferentes grupos sócio-ideológicos no presente, entre tendências, escolas, círculos e assim por diante, todos como forma concreta. Essas linguagens da heteroglossia se intersectam entre si de várias maneiras, gerando novas línguas/linguagens socialmente tipificadas<sup>5</sup>. (BAKHTIN, 2002b, p. 291)

---

<sup>5</sup> Tradução nossa do original: Language is heteroglot from top to bottom: it represents the co-existence of socio-ideological contradictions between the present and the past, between differing epochs of the past, between different socio-ideological groups in the present, between tendencies, schools, circles and so forth, all given a bodily form. These languages of heteroglossia intersect each other in a variety of ways, forming new socially typifying languages.



O referido teórico salienta que esse comportamento é típico em romances por orquestrarem vozes, dimensões sociais da vida, saturações e objetivos sócio-ideológicos que se entrecruzam. Sugerimos transpor esse comportamento ao campo das línguas/linguagens em suas situacionalidades permeadas por epistemologias-ontologias-metodologias dinâmicas (TAKAKI, 2016).

Para além de negativo e positivo, as forças centrípetas e centrífugas atuam na relação eu-outro, cuja interação está vinculada a uma concepção heteroglóssica da compreensão do entorno social em que ambos são sujeitos com determinados interesses políticos. Desse modo:

... cada palavra saboreia o contexto e contextos nos quais viveu sua vida socialmente incumbida; todas as palavras e formas são povoadas de intenção [...] Metade de uma palavra numa língua é do outro. Ela se torna “de alguém” somente quando o falante a povoa com sua própria intenção, seu próprio sotaque, quando ele se apropria da palavra, adaptando-a para a sua intenção semântica e expressiva. <sup>6</sup>(BAKHTIN, 2002b, p. 293)

Essa citação traz pressupostos e vale a pena nos determos sobre ela. Inferimos que palavra remete ao texto/discurso e que o conceito de leitor é o de um sujeito ativo que participa de uma relação dialógica na qual busca entender de onde o autor enuncia/fala e como seu texto significa para o contexto do leitor e para contextos alheios. Isso quer dizer que o autor não está só e não completa seus significados de forma hermética como as forças centrípetas se propõem a fazer. O autor oferta sentidos que estão para serem coautorados (avaliados por diferentes leitores em diferentes contextos) cada vez que um leitor ou vários procede(m) à leitura de tal texto. Isso é possível graças ao trabalho das forças centrífugas que dissipam os significados (do autor) para serem

---

<sup>6</sup> Each word tastes of the context and contexts in which it has lived its socially charged life: all words and forms are populated by intentions [...] The word in language is half someone else’s. It becomes “one’s own” only when the speaker populates it with his own intention, his own accent, when he appropriates the word, adapting it to his semantic and expressive intentions.

constantemente reinterpretados pelo leitor com forças centrípetas. Na reinterpretação, os sentidos insurgentes dependem de seus contextos em que se ancoram e desancoram.

O leitor-participante não se deixa modelar por “realidades” dadas porque tanto autor, quanto leitor são dotados de ativismo que retroalimenta a reconstrução de sentidos vinculados ao movimento histórico, social, cultural e político da época em que um determinado texto/discurso é lido. O povoamento de visões vem com as vozes transculturais que se entrelaçam de forma responsiva no diálogo que está para ser construído entre ambos, autor e leitor passando pelo texto/discurso para que, num *continuum*, outros horizontes de ressignificação se abram tensionando conhecimento e poder. Conhecer o seu próprio implica conhecer o outro com o outro, conforme salienta Bezerra:

Eu me projeto no outro que também se projeta em mim, nossa comunicação dialógica requer que meu reflexo se projete nele e o dele em mim, que firmemos um para o outro a existência de duas multiplicidades de “eu”, de duas multiplicidades de infinitos que convivem e dialogam em pé de igualdade. (BEZERRA, 2005, p. 194)

O que não se costuma ser tematizado, todavia, é que administrar o coro de vozes nem sempre se dá em pé de igualdade. A desestabilização nas redes e dispositivos de poder, em face das invisibilidades, tornam as negociações complexas.

Vimos até aqui, que o referido filósofo antecipou o caráter transdisciplinar como sendo constitutivo da língua/linguagem como condição da redimensão do “igual”, do “mesmo” que reinstaura a insurgência de significados cada vez que há uma reocupação do espaço de interação pelos sujeitos (BRAIT, 2001, p. 69-71). Se há possibilidade de reatualização de sentidos é porque a linguagem é maleável e responsiva a um mundo que não pode ser outro a não ser ele próprio dialógico marcando singularidades situacionais.

Assim sendo, o ambiente social das revitalizações de sentidos é influenciado pelos contextos e valores dos sujeitos que participam do jogo interativo traduzido como língua/linguagem

(TAKAKI, 2017). Por ser historicizado, isto é, por sofrer mudanças sociais, esse jogo reposiciona escolhas e mobilizações de sentidos que se colidem interdiscursivamente. Isso acontece devido a noção de que cada sujeito pertence a várias comunidades sociais e se comporta de acordo com suas normas discursivas. Ao encontrar com outros sujeitos, é natural que haja diferenças inerentes às polifonias, isto é, ao conjunto de vozes conflituosas que reconstituem os enunciados, os discursos, sujeitos e comunidades em coerções sociais líquidas. A polifonia diz respeito à abordagem sociocultural em que as vozes ideológicas estão sujeitas a um contínuo movimento que possibilita problematizações, ou seja, desconstruções e reconstruções, tecendo a grande malha multidimensional de sentidos *online-offline*, por exemplo. O suporte digital das novas mídias, desafia o navegador a lidar com as não convencionalidades e velocidade da simultaneidade dos sentidos que precisam ser reinterpretados.

É graças as diferenças que o dialogismo vive e sobrevive na medida em que cada sujeito, cada comunidade tenta manter, transgredir extraoficialmente as regras discursivas. Essas regras são reinterpretadas por meio de intersubjetividades que são acionadas por interesses e relações de poder. Essa não inocência significa que o dialogismo é inerentemente ideológico e politicamente informado. Os interesses de cada sujeito e comunidade se inserem dentro de uma determinada época sócio-histórica, cultural, ideológica, estética, ética e que são constantemente ativados por movimentos que sinalizam como cada comunidade está compreendendo a dinamicidade do mundo e suas relações com ele.

Para construir sentidos, a intersubjetividade é, em si, interdiscursiva/intertextual/hipertextual e transita por outros discursos da sociedade para ouvi-los, interrogá-los, adequá-los e transformá-los de acordo com os objetivos de cada sujeito. Aquilo que aparentemente é monólogo passa a ser questionado quando o “DNA” é dialógico e híbrido em sua origem reconhecendo que a língua/linguagem é social, histórica e política

Uma das estratégias para mudar essa configuração autoritária (que pretendia/pretende normatizar a agência humana turvando a visão e deixando, portanto, de enxergar a coexistência de diferenças socioculturais dentro e fora das comunidades e, assim, manipulá-las) parte do princípio de que a língua/linguagem pode mudar os discursos e ações se entendida da forma Bakhtiniana. Não se trata, entretanto, de experiências vividas e encapsuladas, mas antes, de uma reconexão que entende o passado por outras perspectivas que ficaram silenciadas e que explica parcialmente o porquê do estado da arte do presente e como o futuro pode ser ressignificado considerando questões éticas em torno das desigualdades linguísticas, culturais, sociais, políticas e econômicas.

Promovendo o deslocamento de significados e cedendo oportunidades para que o leitor seja protagonista participando da reconstrução de textos/discursos, o comportamento do dialogismo reflete e refrata uma cultura que é desejável na formação do cidadão geral porque permite expor significados já conhecidos e os que ainda poderão ser produzidos, justificando, assim, o título deste capítulo.

No que toca ao papel do professor e pesquisador, o que se mostra relevante é interpretar e compreender politicamente seu tempo religando os eventos do passado, incluindo, conforme já aqui mencionado, as epistemologias-ontologias-metodologias (TAKAKI, 2016) com as situações do presente e suas novas demandas. É buscar ampliar as possibilidades de transformação no chão da escola, contanto cada vez mais com a autoria dos alunos com dimensões pessoais, comunitárias e locais-globais. Ou seja, retirar das notas de rodapé o potencial criativo, ético e crítico de tais alunos para abrir caminhos sem celebrar ou tomar o referido filósofo da linguagem como salvador do planeta, mas constantemente estabelecendo diálogos que remodelam os discursos e os modos de coexistências com as diferenças já aqui referenciadas. Nesses diálogos, o reconhecimento das estratégias de comunicação entre os interlocutores, das diferentes

movimentações de poder que orientam tais renegociações e a criatividade para se fazerem entendidos e se entenderem, permitem o transbordamento de tensões de significados.

Mais do que simplesmente concordar ou discordar, os processos dialógicos constituem-se de inovações que abrangem momentos mais obscuros de entendimento (que são “passados por cima”), resiliência para retomar a compreensão entre as partes envolvidas na interação, atenção multimodal (a valorização de gestos, imitações de sons, desenhos etc. em espacialidades temporais em fluxo daquilo que deseja expressar) para compensar as lacunas, lutas para redimensionar as performatividades, enfim, uma participação, cujo comportamento humano se mostra altamente dinâmico e complexo.

A qualidade, aparentemente, caótica da língua/linguagem mantém a heterogeneidade viva, algo invencível ao usuário. Este não tem poder de impor seus sentidos em virtude da reapropriação de tais sentidos pelo outro com o qual dialoga, fazendo emergir outros não previstos por ambos. Se o controle total de sentidos é inexistente às partes, isso significa que a heterogeneidade da língua/linguagem independe da vontade e do desejo de controle humano.

Há uma espécie de “faz de conta que a homogeneidade” entre as escolhas dos grupos elitistas para apagar as atribuições de outros sentidos dos demais grupos. Nessa órbita, Bakhtin seria o inimigo número um da tentativa de normatização social como o foi para o governo Staliniano e como o é em paisagens contemporâneas afins. Isso porque os significados ultrapassam a inerência meramente linguística. De outro modo, a heterogeneidade das práticas sociais requer entendimentos a partir de constantes traduções transculturais, um papel incumbido não somente aos professores-pesquisadores, desenhistas de currículos, autoridades, mas também aos cidadãos em geral. Se tomarmos os documentos curriculares oficiais, os programas da graduação e pós-graduação, os planos de aulas dos estágios obrigatórios e, assim por diante, como um texto/discurso,

poderá ser mais palatável compreender os conflitos epistemológicos-ontológicos-metodológicos (TAKAKI, 2016) que surgem e insurgem cada vez que eles são discutidos. Valores, princípios, visões, procedimentos de construção de sentidos, critérios de avaliação chegam num espaço para confrontos que levam ou deveriam levar o leitor a se perguntar como ele(a) vai se posicionar e não buscar as intenções do autor.

Ao ler esse texto, o leitor poderá se surpreender e passar a resistir, questionar e tentar modificar conceitos e modos de coexistir no mundo simplesmente porque seu contexto de atribuição de sentidos aqui é outro. As vivências entre autor e leitor são diferentes permitindo a colocação de conceitos, avaliações e posicionamentos em xeque. Essa possibilidade torna a leitura um gesto de agência dialógica. A leitura e interpretação funcionam como processos transgressores e estratégicos para dar lugar a outras significações ampliando o escopo democrático de se lidar com discursos. Sem ser celebratório ou salvacionista, o dialogismo pressupõe o encontro de diferenças que conflitam para serem enriquecidas e que não cessam de serem transformadas.

O dialogismo não tem preocupação com exclusividade de sentidos e não compactua com visões harmônicas e consensos estáticos e improdutivos. Ao contrário, permite que os cidadãos rebatem as verdades essencialistas e abram janelas que possam dinamizar as identificações e desidentificações que os engajem no mundo com *superávit* de significados e não um *déficit*. Nessa apreensão, o dialogismo favorece às vivências sociais mais democráticas, uma percepção Bakhtiniana adiante de seu tempo.

Seria, pois, o dialogismo uma estratégia de empoderamento de grupos não elitistas ou nem tanto? Num olhar mais detalhista, sim. Mas isso não significa que haveria uma mera troca de lugares entre a elite e a não-elite. A consciência crítica vai além dessa dicotomia e é favorável ao reconhecimento de relações mais complexas em que valores são construídos situadamente. Mesmo dentro da elite há convergências de divergências e assim em todas as comunidades porque o dialogismo não escolhe onde atuar, pois

pré-existe a qualquer interação e encontro linguístico, social, transcultural, político e econômico.

## CONSIDERAÇÕES EM DIÁLOGO

Vimos que, historicamente, grupos elitistas assumiram e impuseram uma visão de significado que se congela como se isso fosse natural, universal e incontestável. Para os tempos de velocidade (digital) e complexidade no ensino-aprendizagem de línguas, encontros transculturais e valores complexos como inclusão/exclusão social, retomar o conceito de língua/linguagem como sendo processos dialógicos que se refazem cada vez que há uma interação, mostra-se instigante justamente pelo fato de que essa visão Bakhtiniana é incompleta e geradora de questões relevantes para a formação continuada de professores e pesquisadores nesse âmbito e cidadania local-global, os quais estão sujeitos a outras reinterpretações.

Estimulando debates voltados para a pluriversidade e não universidade, é parte do nosso entendimento que os significados emergentes de práticas sociais propiciam oportunidades inovadoras e significativas para o campo das discussões das ciências humanas, das políticas públicas de ensino e pesquisa, das políticas linguísticas atualizadas, dos desenhos de currículos, da formação continuada de pesquisadores e professores de línguas/linguagens (reforçando o título deste capítulo) reconhecendo a espacialidade aberta para as não saturações de significados na visão de Bakhtin (2000a, 2000b, 2002a, 2002b, dentre outros).

Entretanto, nunca é demais relembrar que nem somente de atitude vive e revive o dialogismo. Além da apreensão a partir de um lugar identitário, discursivo, cultural, social, político e econômico, o qual prevê a inseparabilidade entre teoria e prática, usufruir do potencial transformador e criativo do dialogismo junto com as forças centrífugas e centrípetas mostra-se importante. Traduzir os estudos de línguas/linguagens transdisciplinarmente com a permanente articulação entre as

instituições nacionais e estrangeiras afiliadas ao ensino, pesquisa e sociedade de conhecimentos e poderes tem se revelado como ferramenta estratégica para um contexto brasileiro historicamente periférico, mas ao mesmo tempo central porque produtivo.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

BAKHTIN, M.M./V.N. Voloshinov. A interação verbal. In: \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10. ed. São Paulo, Hucitec, 2002a.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000b, p. 276-326.

BARROS, D. L. P. Dialogismo, Polifonia, Enunciação. In: \_\_\_\_\_. FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 1-9.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin**. Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 191-200.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo, Contexto, 2006, p. 9-31.

BRAIT, B. Estilo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010, p. 79- 102.

BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.



FARACO, C. A. A filosofia da linguagem. In: **Linguagem & diálogo as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, p. 99-157.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HOLQUIST, M. (Ed.) **The dialogic imagination by M. M. Bakhtin**. Translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 2002b.

HOLQUIST, M. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora UFPR, 2001, p. 69-92.

HOLQUIST, M. **Dialogism**. Bakhtin and his world. London, New York: Routledge, 2005.

SANTOS, B. de S. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de Saberes. **Novos Estudos**. n.79, p. 71-94, Nov. 2007

SOBRAL, A. Dialogismo e interação. In: **Do dialogismo ao gênero - as bases do pensamento do círculo de Bakhtin**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009, p. 21-46.

SOUZA, G. T. **Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Voloshinov/Medvedev**. São Paulo: Humanitas, 2002.

TAKAKI, N. H. Futebol, linguagens e sociedade. In: TAKAKI, N. H.; MACIEL, R. F. (Orgs.) **Letramentos em terra de Paulo Freire**. Campinas, SP: Pontes, 2017, p. 25-42.

TAKAKI, N. H. Epistemologia-ontologia-metodologia pela diferença: locus transfronteira em ironia multimodal. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 55, p. 1-26, 2016.



## A IMPORTÂNCIA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS PARA O PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

Marta Luzzi  
Maria Leda Pinto

Os trabalhos do Círculo de Bakhtin subsidiam estudos sobre gêneros discursivos, impulsionando mudança significativa no paradigma educacional. Os gêneros discursivos socialmente construídos, defendidos por Bakhtin na obra “Estética da Criação Verbal” (2010), evidenciam a ideia de um discurso polifônico, múltiplo de sentidos. Neste viés, retoma-se a natureza dos enunciados verbais, não como *réplica do diálogo*, mas com o fim de se destacar a relevância da *heterogeneidade* destes gêneros discursivos.

A diversidade dos gêneros discursivos em que aprendizes desenvolvem suas produções textuais integram a materialidade discursiva ao discurso, de modo que essa heterogeneidade oportuniza aos aprendizes o domínio gradativo de escrita em todas as esferas das atividades humanas.

O que se objetiva é interpretar a produção textual de aprendizes do Ensino Fundamental I num plano de perspectiva maior, em diálogo aberto, refletindo sobre a possibilidade de continuidade/acompanhamento desses autores/aprendizes em seu processo de aprendizagem nos anos seguintes.

Os gêneros discursivos que nascem na comunicação verbal cotidiana e os que são produzidos em convívio cultural mais elevado, são repletos de uma historicidade social, em que o sujeito, falante/autor de seu texto, está inserido. Assim, os estudos sobre gêneros discursivos no ambiente escolar são relevantes pois o ensino de Língua Portuguesa entrelaça-se a essas reflexões. Por seu caráter inovador, possibilitam a interação verbal nas relações humanas e no funcionamento da língua em práticas discursivas que se realizam dentro e fora da escola.

A visão bakhtiniana dos gêneros discursivos, com os princípios do dialogismo, possibilita o entendimento das relações sociais de um sujeito que enuncia, dialoga ativamente e de maneira valorativo-responsiva, com as muitas *vozes* que permeiam seu discurso. Possenti (2011) afirma que este sujeito que enuncia: *é autor de um texto, evidentemente, mas nenhum é autor exatamente como o outro*. Ao inverter-se os sentidos que as análises estruturais fazem em relação ao ensino de Língua Portuguesa e projetando os conceitos de sujeito, análise linguística e gênero discursivo, prioriza-se

[...] o pequeno, o quase desprezível indício, depois do estrondoso e suspeito sucesso das grandes análises estruturais. Uma sintonia certamente relevante dessa reviravolta é o retorno da narrativa na história, pois assim se põem em cena de novo exatamente os acontecimentos e os agentes, por oposição às estruturas. (POSSENTI, 2011, p. 96)

À luz destas ideias, parte-se para a análise de material produzido por aprendizes do 1º ano do Ensino Fundamental I da Escola Estadual Dr. Fernando Corrêa da Costa, no Município de Amambai, MS. Foram elencadas narrativas orais, tendo como fundamentação a literatura infantil. A literatura que compõe seus cadernos de produção textual contém clássicos literários, contos contemporâneos, receitas, tirinhas de gibi, carta, cartas enigmáticas e canções infantis. Os gêneros secundários complexos, que são produzidos nas condições culturais mais desenvolvidas e que requerem maior compreensão – como, por exemplo, as fábulas – quando introduzidos no ambiente escolar, são transformados pelo reconto oral e pela reestruturação textual/análise linguística em gêneros primários.

[...] No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formam nas condições da comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios: por exemplo, a réplica do diálogo cotidiano ou da carta no romance, ao manterem a sua forma e o significado cotidiano apenas no plano do conteúdo romanesco, integram a

realidade concreta apenas através do conjunto do romance, ou seja, como acontecimento artístico – literário e não da vida cotidiana. No seu conjunto o romance é um enunciado, como a réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas), mas a diferença deles é um enunciado secundário (complexo). (BAKHTIN, 2010, p. 263-264).

As práticas pedagógicas, possibilitam uma reflexão profunda sobre os gêneros discursivos no viés do dialogismo e não mais relacionados à tipologia textual na forma como é apresentada na escola. Em contrapartida, o sujeito, o aprendiz da escrita, falante de Língua Portuguesa, transforma/funde estes gêneros discursivos que constituem uma parte fundamental do processo de ensino/aprendizagem, logo nos primeiros anos de escolaridade.

Partindo-se para a análise dos textos/discursos, como produto da interação verbal, as individualidades recriam na linguagem o estilo de cada aprendiz, que selecionados tomam a forma de uma construção composicional. Em um segundo momento, o processo se amplia pelo uso favorável da literatura de ficção e das narrativas (orais e escritas), o que possibilita não só o desenvolvimento de atividade do conto, como o reconto e a ampliação de suas habilidades de escrita. Por conseguinte, o processo de escrita se evidencia a partir das atividades de conto e reconto oral, para que as etapas do processo façam sentido para o aprendiz, que é motivado a escrever. Já o terceiro momento elucida a convergência entre a escrita do texto – enunciado concreto – com a imagem/desenho, para que o conjunto semiótico (texto/desenho) seja composto. Além disso, existe uma nova ressignificação tanto para o texto, quanto para o desenho, pois os aprendizes constroem sentidos, que se relacionam com o seu próprio mundo.

A partir dos estudos bakhtinianos é possível uma mudança na trajetória sobre a produção de texto e a análise linguística, tendo-as como suporte para o ensino de Língua Portuguesa. Os textos produzidos pelos alunos no ambiente escolar proporcionam ao professor um vasto material para o estudo da Língua Portuguesa, em que os aprendizes falam, dialogam, se

comunicam e, principalmente, compreendem tudo que está ao seu redor, pelas relações axiológicas que estabelecem.

Mesmo os textos de um reconto oral ou de uma análise linguística coletiva mostram que os aprendizes compõem sua escrita e os seus desenhos, na troca recíproca, na interação com os seus interlocutores, que opinam nas cores, que negam outros lápis, para que o desenho não fique com as mesmas cores que os dele, que trocam de lápis e de cor a todo o momento, para que o desenho fique o mais colorido possível. No entanto, cada um escreve e desenha/colore à sua maneira, do seu jeito e conforme a sua escolha, atuando como *efeitos de uma inscrição* discursiva.

A escrita como material semiótico e os desenhos que compõem o texto são considerados elementos autorais, que se complementam para formar o todo no conjunto do texto. Sendo assim, os textos analisados evidenciam estes elementos que fazem parte da maioria dos textos encontrados no Ensino Fundamental. No entanto, alguns textos não trazem desenhos ou estes estão inseridos no corpo do exercício, o que demonstra a visão “controladora” que a escola ainda tem do texto. Isto posto, parte-se para a análise de exemplos da linguagem escrita, materializada pelos autores/aprendizes do 1º ano que explicitam elementos discursivos que ressaltam sua autoria.

No texto, o autor A nomeia a personagem como: “Era uma vez *uma menina linda* que se chamava Chapeuzinho Vermelho” (grifo nosso), mostrando-se conhecedor de uma história, em que uma das personagens era uma menina chamada “Chapeuzinho Vermelho” e que seguramente, agora, faz parte da sua narrativa. O autor deixa clara a influência das muitas *voces* que constituem seu discurso, vindas do reconto (oral/escrito), mas que agrega a esta personagem mais densidade, avaliação e principalmente uma tomada de posição do autor para que a construção de sua narrativa aconteça.

**Figura 2:** Produção individual, a partir do reconto da história Chapeuzinho Vermelho, autor A.

P.B. Urtequendo coriza da costa  
 Yambai - M.D., 02 de Outubro de 2012.  
 Hoje é terça-feira

Chapeuzinho Vermelho

Uma vez uma menina linda que se chamava Chapeuzinho Vermelho um dia a sua mãe falou para dar doces para sua vovozinha foi camiãodo cando um lobo apareceu e disse para ela pegue flores do jardim e da cozinha e o lobo foi coruindo para casa da vovó primeiro que ela pegou o vovó e tirou a maço e depois voltou a casa e colocou os olhos quando o Chapeuzinho Vermelho chegou e o Chapeuzinho falou que olho quando que voce tem e para tiver melhor vovó que osido grande que voce tem e para te dar melhor vovó que mais grande que voce e para te chegar melhor vovó que boca grande que voce tem e para te devolver a Chapeuzinho abriu a porta e saiu coruindo do gritando no vovó e depois chegou um grande boi puz pto de ir o grido da Chapeuzinho achou o lobo prendeu ele e levou para bem longe e aprouso a vovó aprouso a vovó e Chapeuzinho agradeceu e tambai chamou ele para comer o lobo com a sua vovó

Tina  
 1º B

Fonte: A autora

É observado que a personagem não tem um lugar definido – como na história original: em que os ambientes estão especificados o bosque e a floresta – mas sim um deslocamento de seu ambiente – sala de aula, escola – para um caminho em que a personagem deve percorrer até a casa da vovó. Ao fazer essa referência, nota-se a existência de um jardim com flores a serem colhidas pela Chapeuzinho, mas que é usado pelo lobo para desviar sua atenção e lhe dar mais tempo para chegar primeiro até a casa da vovó, como segue no trecho: “[...] foi camiãodo cando um lobo *apareceu e dice para*



*ela pegue flores la no jardim e ela aceitou e o lobo foi correndo para a casa da vovó prineiro que ela pegou a vovó e trancou la no armario[...]*” (Grifo nosso). É notado que o autor concebe *voz* aos outros enunciados que se misturam ao novo, como em:

*[...] vestio a ropa colocou os óculos quando a Chapeuzinho Vermelho chegou e a Chapeuzinho falou que olhos quandes que voce tem e pra tiver melor vovó que ouvidos grandes que voce tem e para te ouvi melhor vovó que boca grande que voce tem e pra te devorar a Chapeuzinho abrio a porta e saio corendo gritando socoro socoro [...].*

Desse modo, mesmo o autor tento dificuldades com a linguagem escrita padrão, a coesão e a coerência estão em evidência na construção discursiva do texto, pois ao longo da narrativa, nota-se que atribui ao quinto personagem – o caçador – a tarefa de salvar a história e as outras personagens (ela e a vovó), conforme o trecho “um casador la pur perto ouviu o grito da Chapeuzinho achou o lobo prendu ele e levou para bem longe e procurou a vovó axaram a vovó e Chapeuzinho agradeceu e tambai chamou ele para comer o bolo com a sua vó”.

Tal recorte possibilita visualização do uso da imaginação do aprendiz, desejando que o caçador prenda o lobo e o leve para bem longe da história, do lugar ou da proximidade emocional que o autor possua com as personagens. Alimenta, desta maneira, sua criatividade, sua imaginação, seu interdiscurso, para que aconteça o final da história em que a personagem principal, Chapeuzinho Vermelho, agradece ao caçador em uma atitude positiva e valorativa que o aproxima de sua própria família.

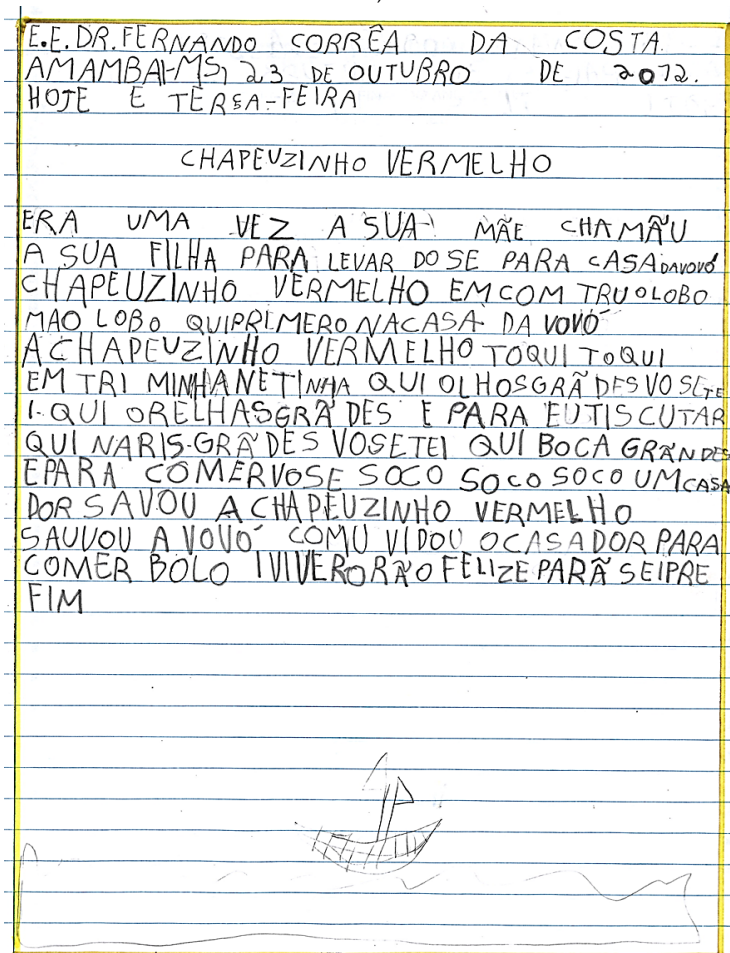
Nesta perspectiva é que se verifica, nas palavras de Bakhtin, a *réplica do diálogo*, pois a personagem provoca em seus leitores a retomada de uma atitude responsiva: “agradeceu e tambai chamou ele para comer bolo com a sua vó”.

A obra, como réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa *compreensão responsiva*, que pode assumir diferentes formas: *influencias educativas sobre os leitores*, sobre suas convicções, respostas criticas , *influências sobre seguidores e continuadores*; ela determina as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação

discursiva de um dado campo da cultura [...].(BAKHTIN, 2010, p. 279, grifo nosso).

Ressalta-se que o corpus estudado não possa ser intitulado de obra, contudo, os textos selecionados evidenciam réplica do diálogo real, no qual o autor compreende de forma singular sua posição como sujeito ativo, em meio às relações sociais. Avançando, chega-se ao texto escrito pelo autor B.

**Figura 3:** Produção individual, a partir do reconto da história Chapeuzinho Vermelho, autor B.



Fonte: A autora

Nota-se que esta produção conta com o acréscimo do uso das onomatopeias com a presença do “toqui toqui” quando a personagem Chapeuzinho Vermelho, bate a porta da casa da vovó. Na sequência da narrativa, o autor não escreve todos os pontos do texto, pois o som onomatopaico harmoniza, organiza e comunica – a seu ver – a chegada da personagem na casa da vovó, em uma continuidade da narrativa. O autor elabora todo este conhecimento dinâmica e discursivamente. A onomatopeia, além de harmonizar, evidencia o estilo de um autor que compõe seu texto, pela combinação, pela escolha do fenômeno linguístico que o seduz. Tal artimanha constrói seu texto com passagens/narrativas menores em cada etapa, não perdendo a coesão nem a coerência do texto, como observado no trecho “entri minha netinha qui olhos grãdes vose tei qui orelhas grãdes e para eu tiscutar qui naris grãdes vose tei qui boca grãdes e para comer vose soco soco soco [...]”.

Deste ponto em diante verifica-se que o emprego deste gênero discursivo possibilita ao autor certa liberdade para o uso das onomatopeias, pela proximidade com as histórias em quadrinhos. No entanto, cada enunciado resgatado pelo interdiscurso faz do autor um sujeito ativo, que usa o gênero discursivo para o emprego da língua.

Quanto melhor dominarmos os gêneros tanto mais livres os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação mais singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso. (BAKHTIN, 2010, p. 285).

A escrita deste autor/aprendiz apresenta, na concepção do “adulto”, certa inadequação ou até mesmo falta de atenção e incapacidade por parte da criança. No entanto, é interessante pontuar o modo como este sujeito recorta a sua escritura para marcar o conhecimento que já possui do convencional e adequar o fluxo do pensamento. Verifica-se, assim, que os aprendizes não gravam meramente fonemas e grafemas nem copiam ou repetem,

mas processam e elaboram sua escrita *de modo diferente em diferentes momentos de um mesmo texto*.

Constata-se que o aprendiz assume seu papel de autor do texto, quando desenvolve todas as etapas propostas pela professora para a produção textual. Ele inicia sua narrativa com a personagem da mãe que chama sua filha para levar doces para a casa da vovó, “Era uma vez a sua mãe chamãu a sua filha para levar dose para casa da vovó. Chapeuzinho Vermelho emcomtru o lobo Mao lobo qui primero na casa da vovó”. O discurso interno do autor se sobressai no texto, que resulta das relações sociais vividas em suas práticas dialógicas. Sua elaboração inter e intradiscursiva se apóia entre o *eu* e o *outro*, por meio de seus interlocutores que integram o processo de comunicação discursiva.

Cabe salientar que os aprendizes, estando em um processo de ensino são incentivados a escrever, pois a escrita, que foi seguramente construída na Educação Infantil, evidencia nas produções textuais uma quantidade significativa de detalhes mencionados no desenvolvimento da narrativa, de um envolvimento sentimental/próximo com os personagens da história e uma afinidade com o gênero textual. Neste sentido, parte-se ao texto do autor/aprendiz no texto do autor C.

**Figura 4:** Produção individual, a partir do reconto da história Chapeuzinho Vermelho, autor C.

E. E. DR. FERNANDO CORRÊA DA COSTA  
AMAMBÁ - MS, 23 DE OUTUBRO DE 2012  
HOJE É TERÇA-FEIRA

CHAPEUZINHO VERMELHO

ERA UMA MENINA QUE SI CHAMA MAVA CHAPEUZINHO VERMELHO  
A SUA MÃE PEDIU QUE VOSSE LOVACE UM BOLO E FLORES PARA  
A VOVÓ.

NO CAMINHO EM COPO CO O LOBO MAU LEVA A CHAPEUZINHO  
VERMELHO E O LOBO MAU PEGO UM CAMINHO E CHAGO NA CASA  
DA VOVÓ.

E REPETI, A VÓ DA CHAPEUZINHO VERMELHO E AVÓ ABRI  
E O LOBO EI SOLI A VOVÓ NA SUA BARCA E A  
CHAPEUZINHO VERMELHO CHEGO QVOBO TISE BODE E  
ERE E CHAPEUZINHO.

QUI OINOS GEDE VOVÓ EI PARA DE VEVE MELIVE  
NOSA VOVÓ NARI EI PARA GEDE DE CHA A MEHO NOSA VOVÓ  
MAI QUE ONINA GEDE ETRARA DE OVI MELICO NOSA VOVÓ  
MAI QUE BOCA GEDE EI PARA DE GOME COCOSOCOCO  
E A UM CABATO E MATO O LOBO MORE E SAVO  
A VOVÓ E CHAPEUZINHO E VIVE FEVISI PARA SEFE

Fonte: A autora

A produção deste aluno/aprendiz revela uma sequência da narrativa em quatro parágrafos. No primeiro, o autor C apresenta a personagem: “Era uma menina que si chamava chapeuzinho vermelho a sua mãe *pediu que vose lovace* um bolo e flores para a vovó” (Grifo nosso). Observa-se que o autor usa a segunda

pessoa, você, o que segundo Neves (2000) é “uma das funções básicas dos pronomes pessoais é a de constituir expressões referenciais que representam, na estrutura formal dos enunciados, os interlocutores que se alternam na enunciação”. Neste sentido, o autor dirige-se a Chapeuzinho pelos enunciados de sua mãe, mas fica evidente uma troca entre o discurso direto e o discurso indireto. Desse modo, cada enunciado se constitui pela *alternância dos sujeitos do discurso* (BAKHTIN, 2010), ora como narrador, ora autor que compreende ativamente os seus enunciados, criando limites de um diálogo real.

No segundo e no terceiro parágrafo, o autor desenvolve a narrativa afirmando que o lobo vai pelo caminho mais rápido para chegar primeiro na casa da vovó: “[...] o lobo mau pego um caminho e chago na casa da vovo”. No parágrafo seguinte observa-se “E repeti a voi da chapeuzinho vermelho e a vovo abriu e o lobo ei goli a vovo na sua barica”. O trecho evidencia que mesmo o autor não seguindo a sequência original da narrativa, ele constrói um sentido coerente para cada um dos seus enunciados e quando a vovó escuta a voz da chapeuzinho vermelho, que é imitada pelo lobo, abre a porta e acaba sendo engolida por ele. No último parágrafo, o autor evidencia seu discurso com as características do lobo:

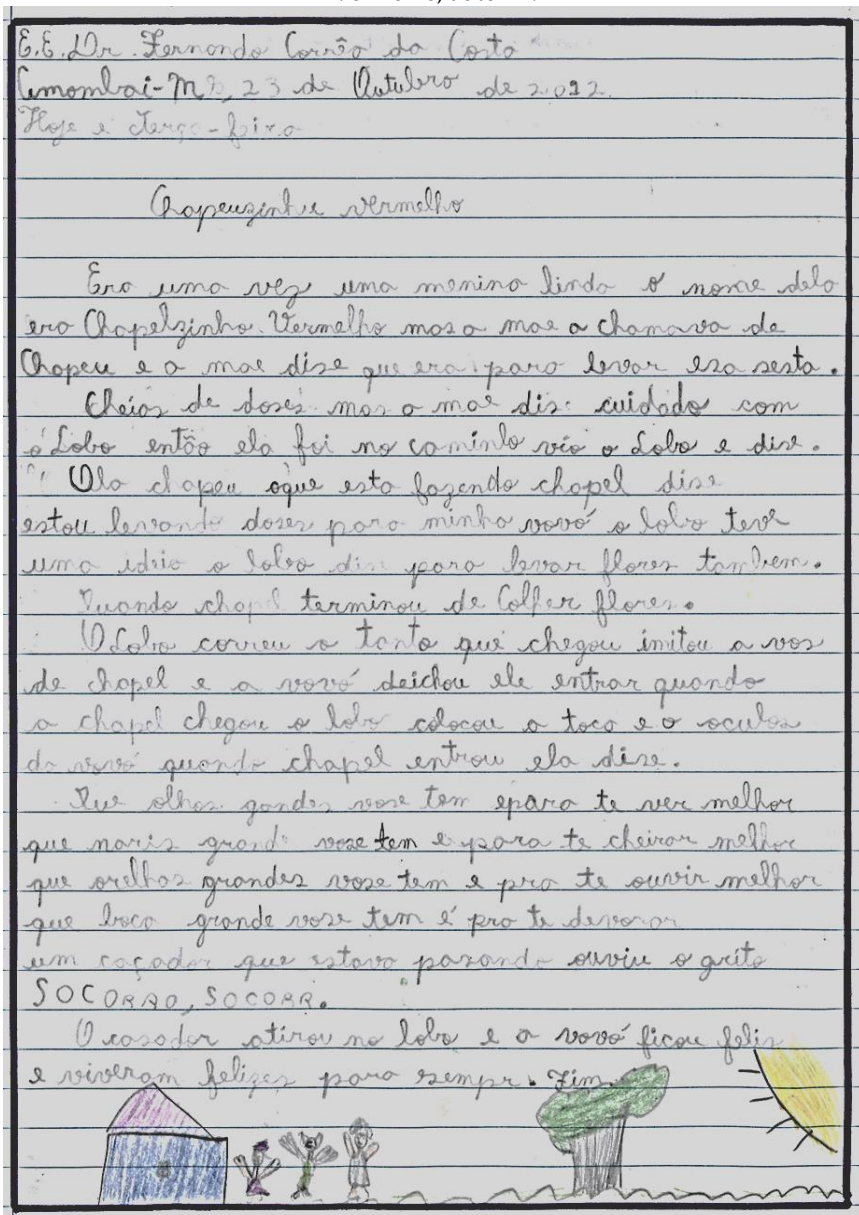
*Qui oinlos gedede vovo ei para de veue melile nosa vovo nari ei para gedede de chra melilo nosa vovo mai que onerva gedede ei para te ovi melilo nosa vovo mai que boca gedede eti para de gome soco soco soco e um casato e mato o lobo e savo a vovo e chapeuzinho e vive felisi para sepe. (Grifo nosso).*

Além da caracterização trazida pela memória e pelos outros discursos que permeiam o seu interdiscurso, o autor assume e toma uma posição para agregar a interjeição “nossa” ao seu discurso. Além do uso da interjeição para destacar o sentido do espanto, da surpresa e da proximidade emocional que o autor estabelece com a personagem da vovó, evidencia-se seu estilo, sua maneira de surpreender o leitor em uma atitude valorativo-responsiva. Cabe ressaltar que o discurso do autor está bem próximo de sua fala, ao seu cotidiano e representa

aspectos da sua atividade mental, do próprio discurso, bem como a relação que desenvolve com a sua própria escrita. A escrita não se traduz em uma linguagem linear, pois é na transformação e no uso que ela faz sentido.

Nesta perspectiva, as práticas discursivas vistas nos textos dos autores A, B e C compõem um processo de transformação, em que o aprendiz compreende o sentido da escrita. De maneira espontânea eles escrevem sem se preocupar com as correções, ou com as indagações da professora. Isto posto, avança-se ao texto do autor/aprendiz D, destacando-se pela quantidade e qualidade de escrita.

Figura 5: Produção individual, a partir do reconto da história Chapeuzinho Vermelho, autor D.



Fonte: A autora



Observa-se que no trecho inicial do autor/aprendiz D traz “Era uma vez uma menina linda o nome dela era Chapelzinho Vermelho mas a mãe a chamava de Chapeu e a mãe dise que era para levar esa sesta. Cheias de doses mas a mãe dis cuidado como Lobo”. O trecho evidencia proximidade entre o autor em suas personagens, que segue ao longo da narrativa, como a presença do tom de aconselhamento da mãe para a filha. Os enunciados escolhidos pelo autor estão conectados à linguagem materna que, de certa forma, também é vivida por ele em um plano real, que o constitui significativamente pelas línguas de *outrem*, que se reconfiguram nas vozes de cada personagem, como *uma prosa tridimensional, de um plurilinguismo profundo*.

Em “Ola chapeu oque esta fazendo chapel dise estou levando doses para minha vovó o lobo teve uma ideia o lobo dise para levar flores também” nota-se como a interação verbal se constrói e fundamenta o dialogismo nos enunciados entre o autor e as personagens da narrativa (autor, chapeuzinho e o lobo) que evidenciam um eu + você(s), presentes em uma comunicação discursiva. Evidencia-se assim a *correlação de subjetividade* entre o narrador, autor do texto e os personagens, que são resgatados pela memória do passado.

É possível constatar que o autor se posiciona quanto às falas de um dos personagens, quando, por exemplo, o lobo implicitamente pergunta para Chapeu “Ola chapeu oque esta fazendo chapel” e continua com a resposta da Chapeu “dise estou levando doses para minha vovó”. O trecho demonstra a maneira como autor se comunica interativamente com os personagens da narrativa, criando e possibilitando a troca de falas e de posições, bem marcadas pelo verbo dizer.

Ao final da narrativa, tem-se uma *correlação de subjetividade* mais explícita, visto em “O casador atirou no lobo e a vovó ficou feliz e *viveram* felizes para sempre”, ou seja, a dêixis enunciativa do verbo viver, admite o plural pelo fato de “*eles* viveram felizes para sempre” (Grifo nosso), estar fora das pessoas do “eu” e “tu”, sendo uma não-pessoa.

Quando saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é fora de mim, a única “pessoa imaginável”. Essas qualidades de interior e de transcendência pertencem ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face subjetiva que *eu* representa; e *essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não-pessoa” (=“ele”)*. (BENVENISTE, 2005, p. 255, grifo nosso).

Diante dessas considerações, é evidente que o autor D situa-se em planos diferentes dentro de sua narrativa, ora como autor que cria possibilidades para as mais diversas passagens do texto, relacionando-as ao seu interior, seu cotidiano e suas vontades, ora como “tu” relacionando-se com a história que foi contada. Neste caso, Chapeuzinho Vermelho representa a oposição com o seu mundo real, ou evidentemente, como não-pessoa que opõe, em um mesmo campo semântico interior e exterior. A não-pessoa transcende o eu/tu, pois coloca frente a frente as oposições, ou a posição que será tomada para que o texto/discurso tenha sentido.

Na sequência da narrativa, o autor cria a situação da personagem Chapeuzinho colhendo flores, para que o Lobo tenha o tempo necessário para chegar à casa da vovó. “Quando chapel terminou de colher flores. O Lobo correu o tanto que chegou imitou a vos de chapel e a vovó deichou ele entrar quando a chapel chegou colocou a toca e o oculos da vovó quando chapel entrou ela disse”. O trecho evidencia coesão e coerência entre o espaço – que não é determinado pelo narrador, mas segue implícito na narrativa – e o tempo, pois a Chapeuzinho, precisa terminar de colher as flores para ir à casa da vovó. Percebe-se assim que além de criar a situação necessária, o autor D usa conectivos de tempo (quando) e conjuga os verbos adequadamente no pretérito perfeito, característica evidente de um domínio verbal da sequência narrativa.

O que o autor em análise proporciona em seu texto está além do domínio verbal, na organização discursiva que favorece a coesão e a coerência em uma atividade interativa entre o seu inconsciente, seu texto (materialidade verbal exterior) e os outros, pois o ambiente em

que esse aprendiz está inserido, é a sala de aula, que compreende os colegas e a professora. Entretanto, a escrita não é interrompida pelo barulho ou pelas inquietações dos colegas, mas percebemos que é na troca interativa desse *acontecimento* que é a aula e no ambiente da sala de aula, que os processos inter e intrapessoais favorecem o ato discursivo da escrita.

Salienta-se que o professor assume de forma responsivo-valorativa seu papel como o coenunciador nesse processo de escrita, pois interage, colabora e encoraja seus alunos a escreverem o que para eles possui uma razão de dizer. Geraldi (2010) ressalta o trabalho do professor, que visa estratégias de dizer, não em seu sentido *in vácuo*, mas em seu sentido pleno, que resulta na compreensão e na produção de conhecimento:

[...] o professor somente ensina a escrever se assume os processos de escrever do aluno, tornando-se dele um co-enunciador, um leitor privilegiado e atento, um colaborador capaz de encorajar o outro a continuar buscando a melhor forma de dizer o que quer dizer para quem está dizendo pelas razões que o levam a dizer o que diz. (GERALDI, 2010, p. 98-99).

E completa:

[...] Estar atento aos acontecimentos é perceber estes momentos óbvios de avançar intuições e chegar a conhecimentos já sistematizados que podem, também eles, ajudar no processo de compreensão da ortografia da língua portuguesa no muito dela que não é idiossincrática como muitos imaginam. [...] Associar a consciência ortográfica com a formação de palavras seria aproveitar a oportunidade que o acontecimento da aula proporcionou. (GERALDI, 2010, p. 98-99).

A aula é uma oportunidade única de produção discursiva de textos, no entanto, o professor é fundamental para que esse processo aconteça e ao mesmo tempo possibilite a continuidade na reescrita/análise linguística. No caso da produção analisada, a professora não desenvolveu a reescrita, visto que o trabalho fundamental era de produção individual, mas salienta-se que é uma parte importante não só para a compreensão da ortografia, mas da produção de sentido. O trabalho com a escrita pode ser

construído a partir dos textos dos aprendizes da escrita. O autor que segue no processo de escritura, relaciona a quantidade – de olhos ou orelhas – com o adjetivo grande, desta forma é evidente que para o substantivo boca, o autor usa o adjetivo grande, em um processo analítico coerente.

Nota-se que o autor D levanta hipótese para o uso correto da língua, situando-se fora dela para reconhecer e compreender o uso na/pela linguagem, como posto em “Que olhos *gandes\_vose tem* e para te ver melhor que naris *grande vose tem* e para te cheirar melhor que orelhas *grandes vose tem* e pra te ouvir melhor que boca *grande vose tem* é pra te devorar um caçador que estava pasando ouviu o grito SOCORRO, SOCORRO” (Grifo nosso). Além de compreender os usos da língua, o que o leva a dizer o que já foi dito não é a mera repetição do trecho original, mas domínio da organização discursiva, tendo a repetição como estratégia.

Mais do que uma simples característica da língua falada, a repetição é uma das estratégias de formulação textual mais presentes na oralidade. Por ser uma estratégia de grande maleabilidade funcional, a repetição assume um variado conjunto de funções. *Contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a coerência de sequências mais compreensíveis; da continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas.* Disso tudo resulta uma textualidade menos densa e maior grau de envolvimento interpessoal, o que torna a repetição essencial numa gramática da textualização na língua falada. (MARCUSCHI, 1996, p. 105, grifo nosso).

A narrativa analisada segue os *conjuntos de funções* que compõem as estratégias de um texto que é conduzido de forma interativa pelo seu autor. A repetição é essencial para que o aprendiz compreenda e dê sequência à narrativa, que é escrita por ele.

Dentro deste panorama, a influência do conto original é evidente entre os autores/aprendizes A, B, C e D em que as características do lobo são exaltadas, em cada um dos trechos que representa uma singularidade evidenciada pelos autores. Entretanto, a repetição feita ressalta como a linguagem possibilita que o interdiscurso seja a todo momento reelaborado e ressignificado para a construção de sentido como materialidade

verbal. Ao ser escrito ou reescrito pelos aprendizes, mostra-se e estabelece-se um sentido novo, principalmente ao final das narrativas, onde um novo personagem aparece: o caçador e os personagens lobo, vovó e Chapeuzinho Vermelho se encontram:

*Autor A – “[...] um casador la pur perto ouviu o grito da Chapeuzinho achou o lobo prendu ele e levou para bem longe e procurou a vovó axaram a vovó e Chapeuzinho agradeceu e tambai chamou ele para comer o bolo com a sua vó”;*

*Autor B – “[...] um casador savou a chapeuzinho vermelho savvou a vovó comu vidou o casado para comer bolo iviverorão felizze parã seipre. Fim;*

*Autor C) – “[...] E a um casato e mato o lobo more e savo a vovó é chapeuzinho e vive felisi para sepe”;* *Autor D – “O casador atirou no lobo e a vovó ficou feliz e viveram felizes para sempr. Fim”.*

Neste conjunto tem-se que a história é outra, interativa, ampla, evidenciando as muitas vozes que permeiam o interdiscurso. A visão que o autor tem ao criar este ambiente evidencia seu domínio discursivo, sua autonomia e principalmente a compreensão global do texto que ele escreve. Trata-se de mais que um autor, mas sim um autor-criador, que escolhe, interage, se mostra de forma singular e ao mesmo tempo é constituído de outros discursos que lhe são atravessados. As evidências – ao contrário do que simplesmente é pensado acerca dos textos – denotam uma materialidade verbal complexa e densa, vista a partir dos enunciados carregados de sentido metaenunciativos, que ressaltam o dialogismo, o plurilinguismo e, principalmente, a posição ativa de um sujeito que aprende com a língua que fala.

Isto posto, reafirma-se o redimensionamento de todo o ensino de Língua Portuguesa, a partir da teoria da enunciação, tendo o texto como *produto de um trabalho de escrita* que

[...] não se faz seguindo regras determinadas. Todo texto pertence ao gênero que lhe fornece uma ossatura, mas o mero conhecimento da ossatura não leva à redação do texto em si. Aliás, o conhecimento explícito desta ossatura pode resultar da redação, e o conhecimento prévio pode ser o empecilho à redação. Escrever não é uma atividade que segue regras previstas, com resultados de

antemão antecipados. Escrever um texto exige sempre que o sujeito nele se exponha, porque ele resulta de uma criação. **Por isso cada texto difere do outro, apesar de tratar do mesmo tema e estar expresso na configuração do mesmo gênero. A escrita se caracteriza pela singularidade de seus gestos. A esta singularidade corresponde outra singularidade, a da leitura enquanto construção de sentido.** (GERALDI, 2010, p. 98, grifo nosso)

Estas reflexões ressaltam que o sujeito, o aprendiz da escrita, tem como produto de sentido o seu texto. A escrita vista de uma interlocução, de uma singularidade e ao mesmo tempo de um gênero discursivo escolhido, implica uma reconfiguração do processo ensino/ aprendizagem da escrita, na escola. O ensino de Língua Portuguesa, ao envolver a produção textual, como aqui evidenciado, caracteriza uma mudança significativa no processo de aprendizagem, assegurando a compreensão das multiplicidades de sentidos que o texto/discurso proporciona.

O material semiótico que compõe e ilustra os textos destaca o lugar singular da autoria, do estilo, das escolhas que equivalem a sensações e a inúmeras possibilidades que a relação entre a escrita e a ilustração permite. As sensações que a imaginação proporciona é fundamental, pois a cada texto e a cada desenho o autor é livre para criar, inovar, para que a compreensão esteja na relação entre o seu mundo imaginário dos contos de fadas e o seu mundo escolar, a sua sala de aula.

Assim, o aqui posto não se propõe a considerações fechadas, mas a um diálogo aberto, em um plano de perspectiva maior que impulse a reflexão acerca da possibilidade de acompanhamento dos autores/aprendizes em seu processo de aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma nova postura há de ser tomada diante do ensino de Língua Portuguesa não só para os primeiros anos escolares, mas em um processo contínuo de ensino/aprendizagem. As produções coletivas de texto se constituem no ponto que encaminha os

autores/aprendizes para a elaboração mais segura do texto ou das palavras produzidas individualmente.

É relevante mencionar que, nessas primeiras etapas do Ensino Fundamental I, o ambiente escolar é significativo para a formação do aprendiz como sujeito que vive socialmente sua língua falada. A escola está nas bases do ensinar e do aprender, e, para isso, estudos embasados nos gêneros discursivos evidenciam uma abertura mais significativa para as produções textuais e corroboram para o abandono de práticas contaminadas pelo engessamento da tipologia.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 5ª edição, 2010.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 5ª edição, 2005.

GERALDI, J. W. **A Aula como Acontecimento**. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.

MARCUSCHI, L. A. A Repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.). **Gramática do Português Falado** Volume VI: Desenvolvimentos. São Paulo: Editora UNICAMP, 1996, p. 95 - 129.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Editora Parábola. 1ª reimpressão, 2011.

# DIALOGISMOS NA REDE DE PRÁTICAS SOCIAIS: O CASO DA SESSÃO DE GRUPO SOCIOEDUCATIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Vanessa Arlésia de Souza Ferretti

A vida é dialógica por natureza.  
Bakhtin

## INTRODUÇÃO

As práticas sociais e as práticas discursivas se retroalimentam, de modo que a linguagem é tanto meio quanto resultado de processos sociais, discursivos e ideológicos mais amplos. Ainda, tais práticas não são entidades assépticas, mas emergem na e da inter-relação com outras práticas a partir de diferentes esferas de atividades. Assim, os discursos se constituem nas redes de práticas e, conseqüentemente, na cadeia interdiscursiva de gêneros, discursos e estilos.

Tal natureza dialógica da estruturação social implica sempre luta, disputa pelas diferentes formas de constituir discursivamente as práticas e agir, assim, nas redes das quais elas fazem parte. É sobre isso que trata o presente capítulo, isto é, busca de modo geral descrever como a prática de um grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher, a partir do gênero *sessão de grupo socioeducativo*, no âmbito da esfera sócio-assistencial, se relaciona interdiscursivamente com outras práticas, especialmente da instância judiciária – em termos de imputação de medidas em casos de violência contra a mulher.

Para tanto, na sequência do capítulo, i) abordo alguns preceitos teóricos pertinentes a esta proposta, a partir da Análise Crítica de Gênero, a qual – grosso modo – aproxima postulados bakhtinianos à perspectiva crítica de Fairclough; ii) apresento o



contexto de geração dos dados; iii) faço uma descrição de parte da rede de práticas da qual a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher participa, iv) discutindo em seguida os efeitos dessas relações na constituição de identidades dos participantes da sessão para, por fim, v) tecer algumas considerações acerca dos efeitos sociais dos fenômenos abordados para o problema da violência contra as mulheres.

## A NATUREZA DIALÓGICA DA REDE DE PRÁTICAS E A CONSTITUIÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21), as *práticas sociais* são “[...] maneiras habituais, vinculadas a tempos e espaços particulares, nas quais pessoas aplicam recursos – materiais e simbólicos – para agirem juntas no mundo.”. Elas são uma instância intermediária da realidade social, unindo *estruturas* (como potenciais) e *eventos* (como realizações concretas) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003).

Tal entendimento emerge das teorizações do Realismo Crítico, que subsidia a discussão em Análise Crítica de Discurso e em parte da Análise Crítica de Gêneros, teorias que sustentam o presente debate. Segundo tal compreensão, a realidade é um sistema aberto e estratificado, cujas instâncias mantêm uma relação de mútua constitutividade. Nessa concepção, a realidade é composta de três domínios: *real*<sup>1</sup>, *realizado* e *empírico* (RESENDE, 2009). O primeiro corresponde ao que existe, seja natural ou social, independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma compreensão adequada de sua natureza, sendo, portanto, uma estrutura potencial. O segundo se refere ao que acontece se e quando os poderes causais das estruturas, do que é

---

<sup>1</sup> Resende (2009) utiliza o termo “potencial”, ao invés de “real”, pois, segundo a autora, esse seria mais adequado ao sentido empregado pelo *Realismo Crítico*, ou seja, de que há estruturas que existem enquanto potenciais a serem ativadas. Assim, ao longo da explanação podem aparecer ambos os termos como sinônimos.

potencial, são ativados. O terceiro se refere às experiências particulares de eventos específicos (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2016; RESENDE, 2009).

Nessa abordagem, a linguagem, como sistema semiótico, pertence ao domínio das estruturas – do potencial – ao passo que os textos, como material concreto de cada evento discursivo, relacionam-se ao domínio do empírico. Já as práticas sociais se constituem na instância intermediária entre estruturas (*linguagem*) e eventos (*textos* ou *enunciados concretos*), compreendendo, assim, o domínio dos *gêneros discursivos*, ou seja, o que Bakhtin (2003) nomeia de enunciados relativamente estabilizados historicamente (FERRETTI, 2021, no prelo).

Na concepção de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), “cada prática está localizada dentro de uma rede de relacionamentos com outras práticas e essas relações ‘externas’ determinam sua constituição ‘interna’” (COULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22). Nesse viés, relacionadas às redes de práticas, tem-se, então, as cadeias de gêneros, isto é, os agrupamentos de “diferentes gêneros que se ligam regularmente, envolvendo transformações sistemáticas de gênero para gênero” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31) através das práticas que estes realizam no âmbito de uma ou de várias esferas de atividades. Nesse sentido, tanto a noção de rede de práticas quanto a noção de cadeia de gêneros pressupõem relações dialógicas que constituem a realidade social em seus diferentes níveis. Esse aspecto alcança também o nível concreto da realidade, ou seja, no eixo da linguagem, o nível do enunciado.

Segundo Bakhtin, as relações enunciativas são sempre dialógicas, no sentido de que nenhum enunciado existe sem sujeitos, sem outros enunciados ou num vácuo histórico e social; os enunciados existem em relação a outros enunciados, porque as relações são sempre entre sujeitos situados sócio-historicamente, engajados em práticas sociais por eles realizadas a partir dos recursos disponíveis na estruturação social (MEURER, 2004). Desse modo, as relações que se estabelecem entre os enunciados,

entre as práticas e entre os próprios sujeitos – já que Volochinov (2014, p. 33) também abordou a questão da consciência individual como que constituída das e nas relações sociais – são sempre dialógicas. Enunciados existem como resposta a outros enunciados. Práticas existem em articulação a outras práticas.

Sendo tipificados em termos de estrutura estilístico-composicional e horizonte temático, pelas/nas práticas sociais, os enunciados constituem os gêneros discursivos, cujas cadeias mantêm diversos tipos de relações dialógicas. Tal fato pode ser entendido a partir das discussões de Fairclough (2003) acerca das cadeias de gêneros. Segundo o autor,

[...] discursos que são retirados de um gênero (ex. uma reunião) podem ser filtrados na mudança para outro gênero (ex.: relatório); assim é que funciona uma cadeia de gêneros como estratégia de regulação para seleção e privilégio de alguns discursos em detrimento de outros. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 33).

Além disso, marcadas por essa possibilidade de “filtragem”, ou, em termos volochinovianos, por essa *expressividade* constitutiva e *reacentuação* trabalhada, as cadeias de gêneros são de uma importância peculiar, uma vez que também “contribuem para a possibilidade de ações que transcendem as diferenças no espaço e no tempo, interligando eventos sociais das diferentes práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31), o que tem implicações substanciais na disputa por determinadas formas de constituição do mundo social.

As relações estabelecidas numa cadeia de gêneros podem ser sistematizadas em dois tipos: i) aquilo que nomeio aqui de *dialogismo externo*, ou seja, o fato de um gênero responder sempre outro(s) e demandar resposta, portanto, implicar a emergência de um outro gênero e ii) o fato de que esses enunciados relativamente estáveis serem internamente constituídos por outros enunciados – *dialogismo interno*. Assim, o gênero é um elo de uma cadeia que se articula com outros elos (gêneros) de diferentes formas.

Embora bastante próximos, esses tipos de relações dialógicas são diferentes. As considerações derivadas do pensamento do próprio Bakhtin (2003) apontam para essas diferenças quando o autor afirma que há diferentes formas de dialogismo, conforme o excerto a seguir:

As relações dialógicas são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano do sentido (não como objeto e não como exemplo linguístico), acabam em relação dialógica. Mas essa é uma forma especial de dialogismo não intencional (por exemplo, a seleção de diferentes enunciados de cientistas vários ou sábios de diferentes épocas sobre uma questão). “Fome, frio!” – é um enunciado de sujeito do discurso. “Fome!”, “Frio!” – são dois enunciados confrontados de dois diferentes sujeitos; aí surgem relações dialógicas que não havia no primeiro exemplo (BAKHTIN, 2003, p. 323)

Em outras palavras, há um dialogismo no âmbito semântico que é intrínseco a todos os enunciados que reenunciam enunciados outros, como “[n]a seleção de diferentes enunciados de cientistas vários ou sábios de diferentes épocas sobre uma questão”, para usar o exemplo do autor. Nesse caso, o enunciado outro constitui o enunciado reenunciante como seu material – o que tenho chamado de dialogismo interno. Outro tipo de relação dialógica é a relação necessária, por exemplo, entre pergunta e resposta<sup>2</sup>, em que há “dois enunciados confrontados de dois diferentes sujeitos” que, diretamente, interagem entre si – o que tenho chamado de dialogismo externo. Nesse caso, ainda, poderíamos pensar que, nas esferas mais desenvolvidas, há tipos de dialogismo externo que não só demandam uma resposta, mas demandam uma resposta específica<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Pergunta e resposta, aqui, estão sendo entendidas de forma ampla e se aplicam, na verdade, em relações diversas: ordem/execução; Decisão judicial/Mandado de Intimação etc., que compreendem essa relação “externa” entre dois enunciados de dois sujeitos distintos que interagem diretamente.

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, o caso das relações entre uma prova e um boletim de desempenho escolar, por um lado, e uma reportagem sobre alimentação

Assim, conforme pontua Bakhtin, os enunciados são plenos de diferentes tonalidades dialógicas. Um dos efeitos disso é justamente o fato de que a vida, como um sistema aberto, dá-se numa grande teia, sendo tecida conjuntamente a partir de múltiplas “entradas”, que cedo ou tarde, de perto ou de longe, se afetam pelos elos que a linguagem como elemento constitutivo das práticas (FAIRCLOUGH, 2001; 2003), por exemplo, possibilita tecer. Os movimentos nessa/dessa constituição pressupõem, ainda, relações de poder e, portanto, de luta social, que permitem a reverberação de ações nas redes de práticas, cuja força e espraiamento possibilitam tanto a manutenção quanto a mudança de realidades sociais. Conforme pontuam Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 23):

Redes de práticas são mantidas no lugar por relações sociais de poder, e mudanças nas articulações de práticas dentro e através de redes estão ligadas à dinâmica do deslocamento de poder e lutas pelo poder. Neste sentido, as “permanências” [...] são um efeito de poder sobre redes de prática, e as tensões em eventos entre as permanências (limites) e os fluxos [de mudança] são lutas por poder. Estas relações de poder no nível de redes são relações de dominação e incluem não apenas as relações capitalistas entre as classes sociais, mas também as relações de gênero patriarcais, bem como as relações raciais e coloniais, que são difundidas através das diversas práticas de uma sociedade. (CHOULLIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999 p. 23, tradução nossa)

A partir dessa compreensão, então, a ação no âmbito de um enunciado tipificado específico, a partir de suas instâncias

---

saudável e um comentário qualquer em redes sociais também sobre alimentação saudável, por outro lado. Tanto um quanto o outro exemplo mantêm relações dialógicas. No entanto, a relação dialógica entre uma prova e um boletim escolar tem peculiaridades que a diferencia da relação dialógica entre a reportagem e a postagem na rede social. No primeiro caso, há uma relação regular, previsível e sistemática entre esses gêneros, gerada pela esfera de atividade, o que não ocorre com o segundo, uma vez que uma postagem sobre alimentação saudável nem sempre deriva necessariamente de uma reportagem sobre o tema, embora num nível amplo da cadeia dialógica (num nível semântico, como coloca Bakhtin) esses dois gêneros se ligam por aquilo que tomam como tema de seu enunciado.

constitutivas (estrutura estilístico-composicional e horizonte temático) implicam ação sobre a cadeia de gêneros e, conseqüentemente, sobre a rede de práticas sociais, conforme propõem Chouliaraki e Fairclough (1999), Meurer (2004) e conforme discuto em Ferretti (2021, no prelo). Além disso, essas relações interdiscursivas emergem das práticas e fazem emergir nas diferentes práticas disputas por formas de acabamento da realidade social em termos, por exemplo, de (auto)identidades – entendidas aqui como formas de narrar a si e ao(s) outro(s) (GIDDENS, 2002). Vejamos como essas relações podem ser percebidas no âmbito de uma sessão do grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher. Antes disso, porém, apresento o contexto de geração dos dados que exemplificam essas relações.

## O CONTEXTO DE GERAÇÃO DOS DADOS

A proposta apresentada neste capítulo é um recorte de uma pesquisa maior de doutoramento, realizada entre os anos de 2014 e 2018, e intitulada “-Mas tem gente que não entende assim’ // -‘É. É por isso que a gente tá aqui”: a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades. A pesquisa se vincula ao projeto “Análise crítica de gêneros e políticas de ensino de práticas de linguagem”, no âmbito de estudos do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada (NELA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e tem por objetivo investigar o modo como o gênero discursivo *sessão de grupo socioeducativo* opera na (re)configuração discursiva de masculinidades.

O estudo está sob o guarda-chuva das pesquisas em Linguística Aplicada que se debruçam sobre problemas socialmente relevantes que têm a linguagem como um aspecto central (MOITA LOPES, 2006), buscando intervir sobre tais problemas a partir da reflexão crítica, da pesquisa científica. Em termos mais estritos, a presente pesquisa assume a perspectiva

qualitativa (MASON, 1998) e agencia instrumentos etnográficos (ERICKSON, 1988) para a geração de dados (observação participante, gravações em áudio, notas e diário de campo), que são descritos e interpretados (FAICLOUGH, 2003) à luz das postulações teóricas assumidas.

Nesse sentido, o problema social relevante é a recorrência dos diversos tipos de violência contra a mulher e sua relação com os modos de dar sentido às relações de gênero (*gender*) a partir de padrões hegemônicos de masculinidades e feminilidades (centrados em diversos tipos de violência). A partir disso, a reflexão se debruça sobre as práticas sociais que buscam já intervir sobre o problema. Nesse caso, trata-se da prática do grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher, proposta como uma política pública fomentada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e realizada pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMUDES), numa cidade<sup>4</sup> do Sul do país.

Essa política funciona no município em questão desde 2004 e atende homens que tenham protagonizado situações de violência contra a mulher (especialmente no âmbito conjugal) e que acessam o SUAS, por suas diferentes frentes, especialmente pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Desde 2014, o grupo atende também homens encaminhados compulsoriamente pelo Sistema Judiciário, em cumprimento de pena ou de medida protetiva de urgência, aspecto importante para o recorte analítico apresentado neste capítulo.

Em termos organizacionais, o grupo é planejado a partir de um bloco de 12 sessões com cerca de 1h30min cada, que ocorrem a cada 15 dias e cujas temáticas compreendem desde a “Lei Maria da Penha”, passando por “Paternidade” até chegar a, mais explicitamente, “Questões de gênero (*gender*)”. Cada sessão se

---

<sup>4</sup> O nome da cidade não será divulgado devido ao acordo firmado com os participantes em Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE).

organiza pelos seguintes marcadores/momentos: i) abertura, ii) apresentação de si, iii) atividades: explicação e execução e iv) fechamento.

As sessões são planejadas para ocorrerem de maneira cíclica, de modo que os temas se repetem. No entanto, os dados apontam que, na prática, há replanejamento constante a depender dos acontecimentos internos ao grupo e do próprio contexto social mais amplo. O grupo em pauta foi acompanhado via observação participante durante 12 meses, período em que se realizou a gravação em áudio de um bloco de 12 sessões consecutivas, que foram posteriormente transcritas (conf. Quadro 1) e constituem os dados centrais da análise. São também parte dos dados de análise os documentos apresentados na Tabela 1, os quais compõem parte da cadeia de gêneros da sessão e contribuíram para traçar a rede de práticas do grupo socioeducativo, cujas relações dialógicas passo a discutir na seção seguinte.

**Quadro 01:** Convenções de transcrição

...	pausa não medida ou interrupção de fala
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente (pergunta)
,	pausa, entonação de continuidade
<u>palavra</u>	ênfase
MAIÚSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
<sup>o</sup> palavra <sup>o</sup>	palavra ou trecho em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
:: ou :::	alongamentos
[palavra]	falas sobrepostas
((incompreensível))	fala não compreendida
(palavra)	fala provável
(( ))	comentário do analista, descrição de
“palavra”	atividade não verbal
((risos))	fala relatada, reconstrução de um diálogo
((riso))	riso não discreto ou gargalhada
	riso discreto

Fonte: FERRETTI (2018)



**Tabela 01:** Documentos que compõem arquivo institucional por esfera de origem e por quantidade de exemplares consultados

<b>Número de ordem</b>	<b>Documento consultado</b>	<b>Esfera de origem</b>	<b>Quantidade de exemplares</b>
1	Ofício	Judiciário e Assistência Social	19
2	Plano de Acompanhamento Familiar	Assistência Social	19
3	Ficha de atendimento	Assistência Social	17
4	E-mail	Judiciário e Assistência Social	12
5	Decisão	Judiciário	13
6	Mandado de intimação e afastamento	Judiciário	10
7	Relatório	Assistência Social	4
8	Alvará de soltura	Judiciário	2
9	Audiência Admonitória - Pena restritiva de direitos	Judiciário	2
10	Ficha de evolução	Assistência Social	2
11	Termo de depoimento	Delegacia	2
12	Auto de Prisão em Flagrante	Judiciário	1
13	Boletim de ocorrência	Delegacia	1
14	Certidão (de tentativa de entregar Mandado de intimação)	Judiciário	1
15	Declaração	Instituição médica	1
16	Nota de culpa	Delegacia	1
17	Parte do processo	Judiciário	1
18	Termo de arbitramento de fiança	Delegacia	1
19	Termo de Audiência de Custódia	Judiciário	1
20	Termo de Declaração	Delegacia	1
21	Termo de interrogatório	Delegacia	1
<b>TOTAL</b>			<b>113</b>

Fonte: Ferretti (2018)

## **A REDE DE PRÁTICAS DO GRUPO SOCIOEDUCATIVO: (RE)TECENDO ALGUNS ELOS DESSA CADEIA**

Os dados gerados em campo apontam para o fato de que diferentes redes de práticas se relacionam com a prática do grupo socioeducativo de, pelos menos, duas formas: i) num nível externo, em que a sessão do grupo socioeducativo é um gênero integrante de uma cadeia de vários outros gêneros ou, nos termos bakhtinianos, um elo de uma cadeia dialógica e ii) num nível interno, ou seja, os aspectos tipificados de gêneros de uma esfera são transformados em temas ou dão formas aos temas<sup>5</sup> em outra esfera<sup>6</sup>. Nesse sentido, a prática estaria sempre sendo determinada de fora, a partir de outras práticas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Vejamos cada uma dessas duas laminações.

### **A sessão de grupo socioeducativo na rede de práticas**

A pesquisa de campo permitiu identificar, por meio da observação, de conversas com os facilitadores do grupo e da análise de documentos institucionais, que há cinco diferentes

---

<sup>5</sup> Nesse caso, haveria também uma cadeia, mas num sentido bastante amplo. Por exemplo, quando o discurso religioso, ou melhor, um tema dessa esfera, surge no grupo por meio de um dos participantes que foi encaminhado pelo Judiciário, não há nada no sistema de atividades interesfera que eu possa recuperar que justifique essa relação (CREAS-Religião), a não ser a experiência de vida do próprio participante nessas duas esferas. Nesse caso eu teria uma cadeia cujas relações entre gêneros são diretas e necessárias (Judiciário-CREAS) e teria também relações dialógicas em cadeias mais amplas (Religião-CREAS), sendo que esta última é que estaria emergindo na interação enquanto tema, por exemplo.

<sup>6</sup> Um exemplo seria como estruturas de conversação mais democráticas, típicas das esferas privadas do cotidiano, ingressam em gêneros que seriam tradicionalmente hierarquizados do ponto de vista dos interlocutores, por exemplo. Nesse caso, a forma típica dos gêneros de uma esfera está dando forma aos gêneros de outra sem que esses dois gêneros mantenham uma relação direta, em que um fizera necessariamente surgir o outro. Em resumo, em termos bakhtinianos, esses outros gêneros e discursos seriam material para a estruturação arquitetônica de um gênero específico.

instituições, relacionadas a diferentes esferas, mais diretamente envolvidas no funcionamento das sessões do grupo, principalmente porque dizem respeito ao encaminhamento dos participantes. São elas: i) o Centro de reabilitação para dependentes químicos, vinculado a uma igreja evangélica; ii) o Centro de referência em assistência social (CRAS), vinculado à Secretaria municipal de desenvolvimento social (Semudes) e ao Sistema único de assistência social; iii) a própria Semudes, no âmbito do Programa de prevenção e combate à violência doméstica e intrafamiliar, que é anterior ao CRAS; iv) o Conselho tutelar, vinculado ao Conselho municipal e ao Conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente (Conanda) e instituído pelo Estatuto da criança e adolescente (ECA) e v) o Juizado criminal, vinculado ao Poder judiciário.

Todas essas instâncias encaminham homens e mulheres para a frequência aos respectivos grupos socioeducativos quando são identificadas situações de violência doméstica ou intrafamiliar contra a mulher. Nesse caso, é possível localizar na situação de violência, principalmente no âmbito familiar e doméstico (contexto contemplado pela Lei 11.340/2006 e mobilizador da maioria desses encaminhamentos), as ações desencadeadoras de toda uma rede de práticas nas quais os sujeitos se envolvem quando aquela ação é confrontada por meio da denúncia, seja pela mulher que é violentada, seja por outros sujeitos que com esta mulher ou família tenham contato (parentes, vizinhos, colegas de trabalho, professores dos filhos etc.) e que denunciam o caso, direta (na delegacia) ou indiretamente (no Conselho tutelar, por exemplo, quando há crianças envolvidas etc.). O esquema apresentado na Figura 1 (abaixo) ilustra o percurso dos participantes do grupo sob escrutínio até chegarem ao CREAS<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Cabe esclarecer o fato de que outros caminhos de chegada ao grupo são possíveis, uma vez que este grupo é aberto, isto é, pressupõe também participação voluntária em qualquer momento. Além disso, no esquema, embora as setas sejam unidirecionais, é claro que há reverberações de uma esfera sobre a antecedente, tendo em vista o caráter dialógico da linguagem e das práticas humanas.

Considerando que o foco de atenção das políticas públicas em análise é a violência doméstica e intrafamiliar<sup>8</sup>, conforme seguimento da Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2010), as setas no esquema partem em primeiro lugar da esfera “Familiar”. Assim, o percurso “Família > Delegacia > Ministério Público > Juizado criminal > CREAS” compreende o trajeto dos casos em que houve uma comunicação do crime por parte da mulher na Delegacia, seguida de uma investigação e de uma decisão pela condenação do denunciado, implicando sua frequência compulsória ao grupo.

As setas que indicam o percurso “Família > Delegacia > Juizado criminal > CREAS” indicam os casos de imputação de medida protetiva por parte do Judiciário diante de um pedido da mulher na Delegacia no momento de registro de queixa. Nesse caso, também houve o encaminhamento compulsório ao grupo.

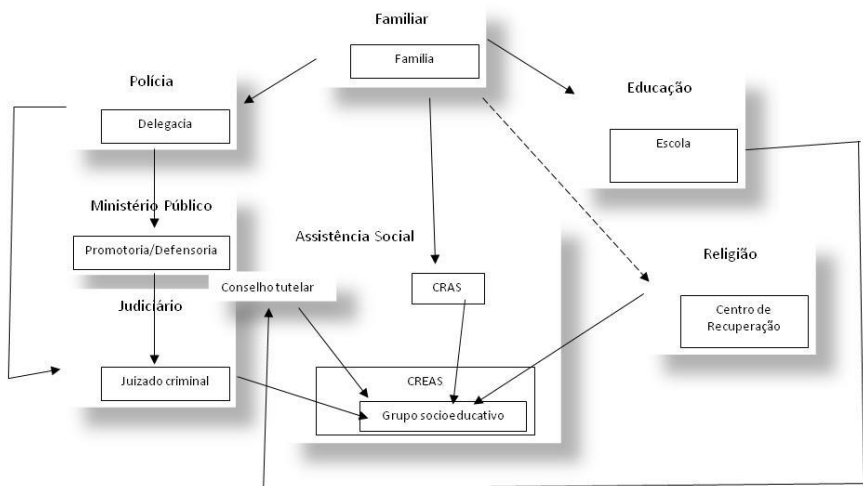
Já o caminho “Família > CRAS > CREAS” diz respeito aos casos em que a mulher ou o homem, ou ainda algum familiar ou conhecido desses, participava(m) das atividades realizadas no CRAS, que é uma instituição aberta à comunidade do bairro, e foi (foram) convidada/o(s) a participar do grupo, tendo em vista que os profissionais do CRAS identificaram situações de conflito familiar recorrente entre esses sujeitos. O percurso “Família > Religião > CREAS” indica os encaminhamentos pelo Centro de recuperação para dependentes químicos. Nesse caso, não foram (como nos outros casos) especificamente episódios de violência de

---

<sup>8</sup> Considerando as diversas nomenclaturas que giram em torno do assunto, cabe esclarecer aqui que: i) “violência de gênero” é uma categoria mais geral que trata da violência de homens contra mulheres e também de mulheres contra homens e homens contra homens, cujo gatilho sejam questões de gênero; ii) “violência familiar/intrafamiliar” é aquela que envolve os membros da mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade; iii) “violência doméstica” apresenta pontos de sobreposição com a familiar, mas inclui pessoas que não pertencem a família, como empregados domésticos; v) “violência contra a mulher” diz respeito à violência praticada especificamente contra a mulher, que geralmente é perpetrada por homens do convívio social desta (SAFFIOTI, 2004, p. 70 - 73). Veja-se que a Lei Maria da Penha usa o termo “violência doméstica e familiar contra a mulher”, buscando dar conta dessa especificidade.

gênero contra a mulher que desencadearam esse trajeto, mas inúmeras outras questões que orbitam a questão da dependência química<sup>9</sup>, motivo pelo qual mantive pontilhada a seta entre a esfera familiar e religiosa. Já da esfera religiosa para a assistencial, o encaminhamento se deu por convite aos que tinham interesse na discussão dos temas do grupo e/ou que vivenciaram situações de violência doméstica ou intrafamiliar.

**Figura 01:** Percurso de encaminhamento ao grupo socioeducativo por esferas e instituições envolvidas



Fonte: FERRETTI (2018, p. 195).

Por fim, o percurso “Família > Escola > Conselho tutelar > CREAS” compreende o caso em que, diante do comportamento agressivo de um menor na escola e suspeita de que este vivenciava/presenciava situações de violência em casa, a escola fez

<sup>9</sup> O trajeto apresentado para esses participantes não esgota a vivência deles. Muitos, segundo relatam, passaram por inúmeras outras instituições (Polícia, Judiciário etc.) até chegar ao Centro de recuperação e, em seguida, à Assistência social e, especificamente, ao CREAS. Como o escopo da pesquisa não é a análise exaustiva da trajetória desses sujeitos antes do estarem no grupo, mantive a representação do percurso que dá conta do sistema de atividades que orbita mais proximamente o grupo.

uma denúncia ao Conselho tutelar, que, por sua vez, averiguou o caso e encaminhou para atendimento especializado tanto a criança quanto os pais. O pai foi, assim, convidado a participar do grupo. A mãe também participa do grupo para mulheres.

Estreitando o foco para uma das cadeias de gêneros que constitui essa rede de práticas e atendendo aos limites deste capítulo, passo a discutir o percurso de encaminhamento via judiciário, esfera com a qual se relaciona a maior parte dos documentos disponíveis<sup>10</sup> e da qual também provém a maior parte dos participantes encaminhados ao grupo (19 de 31 casos). Nesse contexto, a cadeia de gêneros relativa à rede de práticas que vai da esfera familiar à esfera assistencial, passando pelo sistema judiciário, pode ser sistematizada no quadro 2 (adiante).

**Quadro 02:** Rede de práticas e cadeias de gêneros que compreendem a prática do grupo nos casos de encaminhamento pela esfera judiciária

<b>PRÁTICA SOCIAL</b>	<b>GÊNERO DISCURSIVO</b>	<b>ESFERA RELACIONADA</b>
1) Episódio de violência contra a mulher	•...	•FAMILIAR ...
2) Prisão em flagrante	•Autuação* •...	•POLICIAL
3A) Comunicação de crime	•Boletim de ocorrência •...	•POLICIAL
3B) Pedido de Medida Protetiva	•Boletim de ocorrência •...	•POLICIAL
3C) Levantamento de provas	•Inquérito Policial* •Boletim de ocorrência •Termo de Depoimento •Termo de Declaração •GUIA de corpo de delito •...	•POLICIAL
3D) Audiência de custódia	• Auto de Prisão em Flagrante	•JUDICIÁRIO

<sup>10</sup> Documentos apresentados na Tabela 1.

	•...	
3Bi) Julgamento do pedido de Medida Protetiva <sup>11</sup>	•Decisão	•JUDICIÁRIO
	•...	
3Bii) Comunicação aos envolvidos	•Mandado de intimação •Ofício ao CREAS •E-mail ao CREAS	•JUDICIÁRIO
	•...	
3Biii) Cumprimento da medida protetiva <sup>12</sup> (frequência ao grupo socioeducativo)	•Acolhimento •Ficha de Atendimento •Plano de acompanhamento familiar •Sessão de grupo socioeducativo •Ficha de presença	•ASSISTÊNCIA SOCIAL
	•...	
3Biv) Averiguação de cumprimento de medida	•Declaração de participação •Relatório de presença	•ASSISTÊNCIA SOCIAL •JUDICIÁRIO
	•...	
3Ci) Representação <sup>13</sup>	•Declaração oral de que deseja prosseguir com o inquérito policial e abrir um processo penal* •Audiência de ratificação*	•JUDICIÁRIO (continua)
	•...	

<sup>11</sup> Segundo a Lei 11.340/2006, o/a juiz/a tem o prazo de 48h para deferir ou indeferir o pedido de imputação de medidas protetivas de urgência.

<sup>12</sup> Após receberem o comunicado da medida protetiva, os acusados têm até 5 dias para se apresentarem no CREAS.

<sup>13</sup> Segundo Código penal, a/o denunciante tem até 6 meses para realizar a representação. Segundo explicam Lago, Ramos e Bragagnolo (2010), na comarca da capital do estado onde ocorre o grupo alvo dessa pesquisa, essa representação é realizada numa “audiência de ratificação”, com a declaração da mulher de que deseja a abertura do processo penal. No entanto, a necessidade dessa representação depende da interpretação de cada juiz. Alguns juízes, por exemplo, entendem que o crime de lesão corporal é incondicionado e não requer representação, já que a denúncia pode, inclusive, ser realizada por terceiros (vizinhos, parentes etc.). Outros juízes, porém, entendem que mesmo esse crime precisa de representação, sendo que a mulher pode, inclusive, nesse caso, retirar a denúncia (LAGO; RAMOS; BRAGAGNOLO, 2010, p. 37-8)

3Cii) Denúncia/Abertura de processo penal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo penal</li> <li>• ...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MINISTÉRIO PÚBLICO</li> <li>• JUDICIÁRIO</li> </ul>
3Ciii) Julgamento do caso (publicação da decisão final)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentença*</li> <li>• Audiência Admonitória</li> <li>• ...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• JUDICIÁRIO</li> </ul>
3Civ) Comunicação dos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mandado de Intimação</li> <li>• Ofício ao CREAS</li> <li>• E-mail ao CREAS</li> <li>• ...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• JUDICIÁRIO</li> </ul>
3Cv) Cumprimento da sentença (imputação de pena; participação do grupo socioeducativo)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acolhimento</li> <li>• Ficha de Atendimento</li> <li>• Plano de acompanhamento familiar</li> <li>• Sessão de grupo socioeducativo</li> <li>• Ficha de presença</li> <li>• ...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ASSISTÊNCIA SOCIAL</li> </ul>
3Cvi) Averiguação do cumprimento de sentença	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Declaração de participação</li> <li>• Relatório</li> <li>• ...</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ASSISTÊNCIA SOCIAL</li> <li>• JUDICIÁRIO</li> </ul>

Fonte: FERRETTI (2018, p. 197)

Além dos gêneros acima arrolados, essa cadeia funciona atravessada por gêneros reguladores, especialmente a Legislação. Nesse caso, esta aparecerá tanto regulando as práticas quanto os gêneros por meio dos quais estas são realizadas e aparecerá também como material de constituição dos gêneros que regula, uma vez que muitas vezes é chamada (citada) pelos interlocutores como, por exemplo, fundamentação do que se faz por meio desses gêneros.

Conforme o Quadro 2 propõe (acima), o grupo socioeducativo em que a pesquisa fora realizada participa, então, dessa rede de práticas relacionado ao cumprimento de i) medida protetiva e/ou de ii) pena restritiva derivada de sentença. Essa perspectiva é assumida pela esfera judiciária e, conseqüentemente, participa dos sentidos dados a tal prática também pelos sujeitos que são encaminhados ao grupo por essa esfera.



Ainda que não seja (apenas) o cumprimento de uma decisão judicial o objetivo do referido grupo socioeducativo no âmbito da Assistência Social, parece ser esse um nó com o qual essa esfera lida no âmbito das sessões, o que possibilita a emergência de diferentes (e contraditórias) formas de conceber discursivamente as realidades sobre as quais essa rede de prática age (a concepção de quem sejam esses sujeitos, a validade da medida judicial, a própria noção do que seja a violência contra a mulher, entre outros) e, principalmente, sobre os objetivos desse tipo de grupo socioeducativo, isto é, o de (re)significar práticas de masculinidades e feminilidades e combater a violência contra a mulher. É sobre esse(s) nó(s) que trata a seção seguinte, discutindo as relações dialógicas internas na relação entre sessão de grupo socioeducativo e esfera judiciária e seus efeitos para a constituição de identidades dos sujeitos participantes da sessão.

### **A rede de práticas na sessão de grupo socioeducativo: respondendo ao judiciário**

Os dados apontam que o Judiciário aparece reenunciado na sessão tanto por meio do planejamento dos facilitadores, quando esses trazem, por exemplo, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) como tema a ser discutido, quanto por meio da emergência não planejada de temas que remetem a essa esfera durante a discussão na sessão, principalmente a referida lei e as decisões judiciais sobre os crimes de violência contra a mulher.

Nesses casos, as diferentes concepções acerca do grupo, dos sujeitos que dele participam, da própria violência contra a mulher e das medidas de combate, por exemplo, reverberam na prática do grupo e emergem no interior da sessão de diversas formas, ilustrando múltiplos tipos de dialogismo interno. Vejamos a complexidade dessa emergência e seus efeitos para constituição de identidades sociais em termo, por exemplo, de masculinidades.

“[...] mas o meu erro não justifica o dos outros”

- (01)
- 1871 Ilma Aham::  
1872 Carlos Eu sou mestre de obra.  
1873 Ilma Sim.  
1874 Carlos Será que se acontecer qualquer cagada lá ele vai  
1875 assinar embaixo? Não vai .  
1876 Ilma Uhum::  
1877 Carlos Eu tenho que assinar... eu tenho que...  
1878 Ilma Sim::  
1879 Carlos batê no peito e assinar .  
1880 Vanessa Mas é... a gente tem que cuidar também pra não  
1881 responsabilizar sempre o outro por coisas que  
1882 acontecem com a gente ou que a gente fez pra que  
1883 acontecesse .  
1884 Ilma É.  
1885 Álvaro [Não, a gente fez mas também...]  
1886 Ilma [Aconteceu algo pra estarem aqui, né?]  
1887 Vanessa [por mais que o juiz tenha encaminhado...] antes de  
1888 ele ter encaminhado algo aconteceu pra ele ter  
1889 encaminhado.  
1890 Álvaro [Não, mas a gente não tá fugindo da raia ...  
1891 Ivan [Não, mas o meu erro não justifica o dos outros .]  
(Vários\_S10L1871-1891)

No excerto acima, Carlos – participante que foi encaminhado por medida protetiva de urgência e está em sua primeira sessão – expressa seu descontentamento diante da imputação judicial. Sua fala emerge quando o grupo discute, a partir de uma sugestão de Álvaro (participante encaminhado pelo Judiciário), a necessidade de haver conversas sobre relações de gênero social nos ambientes de trabalho e/ou a possibilidade de as empresas liberarem seus funcionários para participarem desse tipo de grupo sem que houvesse reposição de horas laborais. No formato em exercício, esses sujeitos afirmam precisar repor esse tempo ao empregador.

Diante disso, então, é que Carlos explicita o quanto, segundo ele, obedecer a medida judicial e estar no grupo pode trazer implicações negativas para sua vida profissional. Nesse caso, afirma que mesmo no horário em que estivesse ausente de seu campo de trabalho, teria que responder pelo que ocorre lá, uma

vez que supervisiona outros funcionários (*Eu sou mestre de obra / Será que se acontecer qualquer cagada lá ele vai assinar embaixo? Não vai. / Eu tenho que assinar... eu tenho que... / batê no peito e assinar.* – linhas 1872; 1974-5; 1877; 1879).

Ao fazer isso, Carlos dialoga com o Judiciário, criticando sua decisão a partir de uma esfera que não é a Jurídica, onde provavelmente não lhe seria permitido tal ato; já que naquele contexto o direito à fala em nome de um acusado é tradicionalmente dado a advogados/as. Em outras palavras, é pelas configurações típicas da esfera assistencial que Carlos pode falar. Veja-se, assim, como a relação dialógica entre essas redes de práticas sociais nas diferentes esferas está implicando a ação de umas sobre as outras, atravessada por relações de poder que são manejadas pelos sujeitos envolvidos, conforme discutido nas seções anteriores.

Esse movimento tem efeitos sobre o modo como se concebe o mundo e também as (auto)identidades e, no caso desta abordagem, as masculinidades. Nesse sentido é que, ao se enunciar, Carlos constrói uma autoidentidade positiva diante do grupo, aspecto que passa a ser disputado/co-construído com os/as outros/as participantes também por força das relações dialógicas que constituem essas práticas. Assim, Carlos vincula sua autoidentidade ao *ethos* de trabalhador responsável, articulada em grande medida a um modelo de masculinidade que se tornou hegemônico a partir do discurso da modernidade (conf. GIDDENS, 1993; NOLASCO, 1993; MISKOLCI, 2012; BESSE, 1999). Além disso, inscreve-se nesse modelo que (re)constrói os aspectos de heroísmo e coragem (BOURDIEU, 2010), de quem pode “batê no peito e assinar” (linha 1879).

Se por um lado, Carlos se responsabiliza pela violência cometida ao sustentar essa identidade, por outro lado é esse mesmo processo que discursivamente o distancia da responsabilidade pelo fato que motivou seu encaminhamento ao grupo, sendo também sua forma de contestar a ação judicial, de respondê-la, apontando para a contradição que haveria entre o “bom homem trabalhador”, “civilizado” (MISKOLCI, 2012; VIRGILI, 2013) e o “homem

violento”, “criminoso”, discursivizado pelo cumprimento da medida. Veja-se que ele opera com os dois polos discursivos: o “bom homem que cometeu um deslize” – sendo a ideia de “deslize” circundante na cadeia dialógica sobre ações de violência contra as mulheres praticadas por homens tidos como bons trabalhadores – e o “monstro violento”, criminoso, embora no caso de Carlos não haja (até o momento desse excerto) o reconhecimento explícito do “deslize”.

A concepção da violência contra a mulher ser um “deslize” é parte de um discurso circulante que minimiza esse tipo de ato e se sustenta pela nomeação que os próprios participantes das sessões comumente dão ao crime quando iniciam no grupo. Os excertos abaixo apontam para isso quando o crime é nomeado “besteira” pelos participantes. Essa eufemização da violência contra a mulher aparece também quando o sistema judiciário e as próprias mulheres muitas vezes concebem essas ações de violência como um ato isolado na história de vida desses sujeitos, alegando se tratar de um ato impulsivo, impensado, efetivado no “calor do momento”, conforme têm mostrado trabalhos como o de Scardueli (2015).

(02)

Meu nome é Ivan, tenho 43 anos [...] e::: tamo aí... tô aqui por causa de::: °besteira ° ... °besteira° se tivesse pensado não tava aqui. °Isso que aconteceu°. (Ivan\_S06L15-19)

(03)

Meu nome é Anderson, tenho 24 anos, trabalho numa danceteria ali na::: ((incompreensível)) danceteria da ((nome do lugar)) ali e::: primeira vez que tô participando, tenho três meses pra cumprir, também por::: °besteira° ((incompreensível)). (Anderson\_S06L33-37)

Na sequência do excerto 01, a partir da linha 1880, emerge o discurso que se opõe justamente a essa posição axiológica que minimiza a violência, sustentado por Carlos. Nesse sentido, como pesquisadora, mulher e participante próxima às práticas dos facilitadores da sessão, eu imputo a ele, e não ao juiz que o

encaminhou, a responsabilidade de ele estar no grupo e de, indiretamente, prejudicar seu próprio trabalho (*Mas é... a gente tem que cuidar também pra não responsabilizar sempre o outro por coisas que acontecem com a gente ou que a gente fez pra que acontecesse* – Linha 1880-1883). Nesse caso, há a legitimação da ação da esfera jurídica e, com ela, vem todo o discurso acerca de Carlos, principalmente sobre o teor criminal de seu feito.

Isso é construído de modo bastante modalizado, a partir de um movimento discursivo de simulação dos sujeitos aos quais se imputa responsabilidade. Assim, pelo uso de nominais (a gente/outro), que simulam os referentes indicialmente sustentados no contexto imediato da interação, é que se marcam as posições de Carlos e do juiz. Em outras palavras, uso o significado genérico de “a gente” e “outro” para modalizar uma crítica dirigida a um interlocutor diante do qual estou, face a face. A despeito do caráter eufêmico, a crítica ao discurso de hombridade de Carlos traz à tona o que motivou seu encaminhamento ao grupo e põe em xeque o *ethos* positivo construído por ele.

Essa ação é, então, reconhecida e respondida por Ilma (psicóloga facilitadora do grupo) e Álvaro. A primeira convergindo com meu posicionamento e o segundo divergindo de mim e se aproximando de Carlos. Entre os enunciados das linhas 1885 e 1891 a tensão entre esses posicionamentos é maior, o que pode ser percebido pela sobreposição das falas, desencadeando-se em movimentos de aproximação e distanciamento de posições axiológicas específicas acerca da ação judicial, mas também da própria identidade desses sujeitos.

Álvaro e Ivan (participante encaminhado pelo Judiciário), numa atitude típica de camaradagem masculina e manutenção da estima diante dos outros homens que ali estão sustentam o discurso de inadequação da medida imputada. Tal convergência parece emergir em parte pelo compartilhamento entre esses sujeitos da mesma posição discursiva derivada das relações dialógicas entre a prática do grupo socioeducativo, na Assistência Social, e a prática de julgamento e/ou imputação de pena, do

Judiciário – estão todos cumprindo medida judicial. Em resposta, Álvaro e Ivan não negam que tenham feito algo para receber a medida judicial (*Não, a gente fez, mas também... [...] Não, mas meu erro não justifica... Linhas 1885; 1891*), mas buscam argumentos para a não imputação da medida, conforme uso da adversativa introduzida por *mas* em suas falas.

Ilma e eu reiteramos, então, nos enunciados das linhas 1886 e 1887 (*Aconteceu algo pra estarem aqui, né? / por mais que o juiz tenha encaminhado... antes de ele ter encaminhado algo aconteceu pra ele ter encaminhado*), aquilo que já havia sido enunciado no início, apontando para a não validade do discurso de inadequação da medida imputada. Legitimamos, então (numa ação espreada sobre a rede de práticas), a ação judicial e, indiretamente, todo o discurso que esta implica aos participantes. Nesse caso, a resposta de Álvaro e Ivan não se dá ao que dissemos explicitamente, mas ao nosso posicionamento axiológico diante de Carlos. Em poucas palavras: legitimando a ação judicial, afirmamos indiretamente que Carlos estava tentando se desresponsabilizar pelo ato que cometera.

Nesse caso, a resposta de Álvaro parece apontar para um entendimento específico acerca de uma implicação discursiva diante dos outros homens derivada de nossa afirmação, qual seja, a de que ele estaria sendo covarde em não assumir seus atos, aspecto que iria de encontro à coragem expressada em “batê no peito e assinar”, ou seja, se responsabilizar por algo, conforme havia enunciado Carlos. Isso, portanto, entraria em conflito com o modelo hegemônico de masculinidade no qual esses sujeitos estão se inscrevendo discursivamente, do “corajoso bom trabalhador”.

Além disso, é imprescindível considerar os interlocutores que estão na sala e o fato de que, segundo Bourdieu (2010, p. 66), “o princípio de certas formas de coragem encontra-se – paradoxalmente – no medo de perder a estima e a consideração do grupo”. Nesse caso, a ênfase de Álvaro em afirmar sua coragem – e de todos os seus colegas homens – de “não fugir da raia” (linha 1890) responde aos enunciados anteriores no intuito de sustentar esse aspecto do modelo hegemônico de

masculinidade – a coragem – já apontada por Carlos. Isso se dá tanto com relação às mulheres que estão ali (Ilma, Silvia e eu), com quem diretamente dialogam, mas principalmente diante de outros homens que participam da sessão. A “coragem” é afirmada por Álvaro tanto pelo reconhecimento de que faz algo (*Não, a gente fez, mas...* – linha 1885) quanto, e principalmente, pela afirmação de que estaria enfrentando as consequências disso (*a gente não tá fugindo da raia* – linha 1890).

No que tange à responsabilidade sobre o feito que motivou o encaminhamento, no entanto, sua afirmação é paradoxal. Veja-se que Álvaro afirma e ao mesmo tempo nega a responsabilização pelo crime (ou a de uma identidade de “criminoso”) o que vem sendo tensamente negociado ao longo da sessão na medida em que se discursivizam (e legitimam) as práticas tanto da esfera judiciária (decisão judicial) quanto da esfera doméstica (o episódio de violência).

Se a manutenção da masculinidade hegemônica demanda a manutenção da estima e consideração dos outros homens (BOURDIEU, 2010; WELZER-LANG, 2001), como negociar o paradoxo entre o bom cidadão/não criminoso e o macho/criminoso? Esse conflito é acentuado se considerarmos ainda que as facilitadoras, o facilitador e a pesquisadora que participam da interação buscam tensionar tais contradições na medida em que legitimam a valoração negativa dos atos violentos e constroem uma valoração negativa do padrão de masculinidade que sustenta tais atos como legítimos.

O ponto de deslocamento maior, neste caso, parece ser a desvinculação entre aspectos que constituiriam um modelo de masculinidade em discussão (tanto a não violência e a valoração do trabalho quanto a dominação da mulher via violência de diversos tipos). O questionamento, nesse caso, como uma das características estilísticas da sessão de grupo enquanto gênero parece contribuir para a emergência desses pontos contraditórios no que tange às formas possíveis de masculinidade. Mais centralmente, as relações entre as diferentes esferas de atividades dessa rede de práticas fazem

com que esses embates gerativos encontrem na sessão um lócus para sua existência figurando movências nas relações de poder que constituem todas essas instâncias.

A resposta de Ivan (linha 1891), proferida ao mesmo tempo em que a de Álvaro, marca o modo como esses sujeitos manejam essas contradições. Ivan articula as duas posições axiológicas em embate até então: de um lado, que Carlos (por extensão todos o que estavam ali na mesma posição que ele, inclusive Ivan, que se inclui por meio do possessivo “meu erro”) havia de fato cometido um “erro” (parte da posição de Ilma e da minha posição) e, de outro lado, que o juiz também havia cometido um erro ao encaminhar Carlos ao grupo (convergente à posição de Carlos e Álvaro). Veja-se que, nesse caso, a escolha de nomear o crime como um “erro” dialoga com o modo de conceber a violência como uma “besteira”, conforme discurso que integra também a esfera do judiciário e a cadeia dialógica mais ampla dos discursos sobre a violência contra a mulher. Por outro lado, é também um modo eufêmico de nomear a ação do juiz sem dizer que esse tenha cometido uma injustiça, ou melhor, uma condenação equivocada, ou mesmo um crime, se considerar um paralelo com *crime* como *deslize/erro*, conforme tensamente se vem co-construindo aqui.

Note-se que Ivan articula esses horizontes axiológicos tecendo, como já mostrava Bakhtin, o seu próprio, que em última instância defende Carlos e os outros participantes que estão na mesma posição discursiva, cujo “erro não poderia justificar o erro do juiz”. Ivan, nesse caso, não apela explicitamente para a construção de si como um bom trabalhador ou um homem corajoso, como o faz Carlos em articulação com Álvaro, mas distancia-se da explicitação de um discurso de si, focalizando a atitude da Justiça, figurada pela ação do juiz. Nesse caso, ao mesmo tempo em que responde essa ação também a valora. Ivan joga, portanto, com seu posicionamento como alvo da justiça, lugar dado a ele pela rede de práticas especialmente do judiciário. Ivan constrói discursivamente a paridade entre a violência contra mulher e as ações da justiça diante disso: ambas, a seu ver, um



“erro”, um “deslize”, uma “besteira”. Ele faz isso utilizando a palavra “erro” e jogando com as diferentes perspectivas axiológicas em pauta.

Em resumo, são nítidos os movimentos de aproximação e distanciamento de posições axiológicas distintas e movimentos de simulação e revelação/construção dos sujeitos sobre os quais tais valorações são imputadas (a gente/Carlos/eu e o outro/o juiz/outros). Nesse caso, os participantes negam o lugar imputado a eles pela ação da justiça e ratificado por mim e por Ilma, ou seja, o de que haveriam cometido algum crime, e isso desencadearia a identidade de “criminoso”. A forma de fazerem isso é legitimando uma identidade positiva de si, articulada com um aspecto do modelo hegemônico de masculinidade (trabalhador, no caso de Carlos e Álvaro) e “cidadão injustamente atingido pela Lei” (caso de Ivan), ainda que marcada pela tensão da que lhes é imputada quando são responsabilizados (autor de um crime).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo, discuti as relações dialógicas que constituem a rede de práticas sociais no âmbito de um grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher, descrevendo aquilo que nomeei de *dialogismo interno* e *dialogismo externo*. Focalizei o debate das relações do referido grupo a partir da esfera da Assistência Social e da Justiça, mostrando como as relações de poder que, de certa forma, no Judiciário calam o homem autor de violência contra a mulher geram respostas desses homens no âmbito da Assistência Social, lugar em que essas identidades e os atos de violência contra a mulher são tensamente (re)negociados durante as sessões do grupo.

Essas questões se inserem no debate acerca da problemática desse tipo de violência na medida em que apontam para os desafios às políticas públicas com vistas à necessária transformação das relações de gênero social. Por um lado, conforme afirmam Lago, Ramos e Bragagnolo (2010), a via do

Judiciário, por exemplo, ao priorizar historicamente a punição, pode criar/naturalizar justamente um “sujeito agressor”, “o criminoso”, que tenta combater. Não é à toa que há um trabalho recorrente dos participantes encaminhados via Judiciário para se distanciar da identidade de criminoso imputada pelos discursos que circundam o tema a partir da Justiça, conforme os dados desse capítulo mostraram.

No entanto, por outro lado, historicamente é justamente essa ação via Poder Judiciário a que tem permitido à mulher o lugar de sujeito de direito diante da violência que sofre, reverberando em respostas sociais antes inexistentes (DEBERT; OLIVEIRA, 2007). Assim, por exemplo, a compreensão de que é necessária a maior reflexão social acerca da problemática – inclusive por parte de homens que protagonizam essas situações de violência – tem repercutido na rede de práticas sociais, culminando em propostas como as do grupo socioeducativo discutido nesse capítulo.

Nesse contexto, e partir do que a discussão no presente capítulo mostra, a disputa discursiva sobre os modos significar as identidades, as feminilidades e masculinidades e as ações de violência contra a mulher constitui e é constituída nas redes de práticas sociais para além de uma prática específica, justamente porque, conforme introduz a epígrafe deste capítulo, “a vida é dialógica por natureza”. Assim, as ações de resignificação de masculinidades que valoram o aspecto de domínio, de violência contra a mulher, devem se dar nas mais diversas instâncias, especialmente naquelas em que não estejam vinculadas com mero “punitivismo” ou com aspectos identitários dos quais os sujeitos buscam se afastar. As práticas sociais em contextos como o escolar, esportivo, profissional, midiático, político entre outros, devem encampar o trabalho de resignificação das relações de gênero, legitimando relações mais democráticas e intersubjetivamente mais responsáveis.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In:\_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BESSE, S. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, M. B. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. In: **Cadernos Pagu** (29), julho-dezembro de 2007, p. 305-337.

ERICKSON, F. Ethnographic Description. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. **Sociolinguistics**: an international Handbook of Science of Language and Society. Berlin-New York: Walter de Gruyter, 1988.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**; Izabel Magalhães, coordenadora de tradução, revisão técnica e posfácio. Brasília: Editora UnB, 2001[1992].

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Realismo Crítico e Semiose. Tradução de Gabriel Valdez Foschaches. **Revista Letra Capital**, v.1 n.1, jan./jun. 2016, p. 43-69.

FERRETTI SOARES, V. A. S. "- **Mas tem gente que não entende assim.**"// "- **É. É por isso que a gente tá aqui**": a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re) construção discursiva de masculinidades. 893f. 2018. Tese (Doutorado em Linguística. Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina – CCE/UFSC. Florianópolis, 2018.

FERRETTI, V. A. S. O gênero discursivo e a disputa pelas formas de (re)construção das práticas sociais. **Revista Bakhtiniana**. 2021 (no prelo).

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993 [1992].

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

LAGO, M. C. S.; RAMOS, M. E.; BRAGNOLO, R. I. Enfrentamento da violência doméstica e familiar na legislação brasileira: Lei Maria da Penha. In: TONELI, M. J. F. et al (orgs.) **Atendimento a homens autores de violência contra mulheres**: experiências latino-americanas. Florianópolis: UFSC CFH/NUPPE, 2010.

MASON, J. **Qualitative Researching**. London: SAGE Publications, 1998.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na Linguística sistêmico-funcional e na Análise crítica do discurso. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 4, n. especial, p. 133-157, 2004. Disponível em <<https://bit.ly/3fmWr5o>> Acesso: ago-2020.

MISKOLCI, R. **O desejo de nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MOITA-LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

NOLASCO, S. A. O trabalho como base para a identidade. In: **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

RESENDE, V. **Análise do Discurso Crítica e Realismo Crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SCARDUELI, M. C. N. **Lei Maria da Penha e Violência Conjugal**: análise discursiva de efeitos de sentidos nas instituições e nos sujeitos envolvidos. 177f. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2015.

VIRGILI, F. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELO, G. **História da virilidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Volume 3).

VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos feministas**. Florianópolis, a. 9, v. 46, 2.sem. p.461-482. 2001.

## SOBRE OS AUTORES

### **Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros**

e-mail: chaves.adri@hotmail.com

Doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Campo Grande), atuando na Graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Letras, nível acadêmico (PPGLEtras) e profissional (PROFLETRAS).

### **Alan Silus Silva**

e-mail: alan.silva@unigran.br

Mestre em Letras (Linguagem: língua e literatura) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/ Campo Grande), Doutorando em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/ Campus de Três Lagoas), Docente do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e da UFMS/ Campus de Três Lagoas. Pesquisador do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/UEMS/CNPq).

### **Aline Saddi Chaves**

e-mail:chaves.aline@gmail.com

Doutora em Letras (Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos do Francês) pela Universidade de São Paulo (USP), Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Campo Grande), atuando na Graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Letras, nível acadêmico (PPGLEtras) e profissional (PROFLETRAS). Líder do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/UEMS/CNPq).

**Clemilton Pereira dos Santos**

e-mail: clemilton.ps@uems.br

Doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Dourados), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras, nível profissional (PROFLETRAS).

**Geraldo José da Silva**

e-mail: Geraldo@uems.br

Doutor em Letras pela UFRGS, Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Dourados), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras, nível profissional (PROFLETRAS).

**Gicelma da Fonseca Chacarosqui-Torchi**

e-mail: gicelmatorchi@ufgd.edu.br

Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). É atriz, dramaturga e escritora.

**Gláucia Muniz Proença Lara**

e-mail: gmplara@gmail.com

Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela FFLCH-USP, Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/ UFMG), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN).

**Ida Lucia Machado**

e-mail: idalumachado@terra.com.br

Doutora em Letras pela Universidade de Toulouse II (França), Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/ UFMG), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

**Marcelo Eduardo da Silva**

e-mail: marceloedu2002@yahoo.com.br

Mestre em Letras – Linguagem: Língua e Literatura pela UEMS de Campo Grande e Jornalista graduado pela UFMS. Suas pesquisas recentes são voltadas para a análise do discurso midiático, em particular, da imprensa oficial. Possui publicações em revistas acadêmicas e anais de eventos. É pesquisador do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/CNPq).

**Maria Leda Pinto**

e-mail: marialedapinto25@gmail.com

Doutora em Letras (Filologia e Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (USP), Docente Sênior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), atuando na Graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Letras, nível acadêmico (PPGLEtras) e profissional (PROFLETRAS). É pesquisadora do Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade (CELM/UEMS), do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Diversidade (UEMS/CNPq) e Vice-líder do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/UEMS/CNPq).

**Marta Luzzi**

e-mail: martaluzzii@gmail.com

Mestre em Letras – Linguagem: Língua e Literatura pela UEMS de Campo Grande), Docente do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), Coordenadora do Núcleo de Animação e Roteiro (NuAR/IFMS). É pesquisadora do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/CNPq).

**Nara Hiroko Takaki**

e-mail: narahi08@gmail.com

Doutora em Estudos Linguísticos e Literários pela FFLCH-USP, Docente da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FAALC/ UFMS),



atuando na Graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Estudos de Linguagens (PPGEL).

**Natalia Aparecida Tiezzi Martins dos Santos**

e-mail: nataliatiezzi@gmail.com

Mestre em Letras – Linguagem: Língua e Literatura pela UEMS de Campo Grande, Professora da Educação Básica na Rede Privada de Mato Grosso do Sul. Atua nas áreas de Língua Portuguesa, Leitura, Produção de Textos, História e Ciências Sociais.

**Natália Schausst Lima**

e-mail: nataliaschausst@gmail.com

Licenciada em Letras, com habilitação em Português/Espanhol e suas respectivas Literaturas pela UEMS de Dourados. Mestranda em Letras – Linguagens e Discurso na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

**Sophie Moirand**

e-mail: sophie.moirand@univ-paris3.fr

Doutora em Linguística, Professora emérita da Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris 3, fundadora do CEDISCOR (Centre de Recherche sur les Discours Ordinaires et Spécialisés) e do periódico Les Carnets du Cediscor. É autora de várias obras, artigos e ensaios em Análise do Discurso e Didática de Línguas.

**Tatiana Emediato Corrêa**

e-mail: tatyemedcorrea@gmail.com


Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG, é pesquisadora do discurso sobre a mulher. Membro do Núcleo de Análise do Discurso (NAD) da Faculdade de Letras da UFMG.

**Vanessa Arlésia de Souza Ferretti**

e-mail: vanessa.arlesia@gmail.com

Doutora em Linguística pela UFSC, Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Campo Grande), atuando

na Graduação em Letras. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Diversidade (UEMS/CNPq) e do Núcleo de Estudos Bakhtinianos (NEBA/ UEMS/CNPq).



A obra *Diálogos sobre discurso: arte(s), mídias e práticas sociais* apresenta abordagens teóricas e analíticas direta ou indiretamente influenciadas pela análise dialógica do discurso, vertente dos estudos discursivos em plena expansão desde as últimas décadas, evidenciando a necessidade de se pensar o discurso para além de seus objetos, métodos e suportes habituais.

Disso resulta uma multiplicidade de olhares sobre os mais variados gêneros: pintura, romance, notas literárias, interações orais, gêneros jornalísticos do meio digital, produções de alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sessões de grupo socioeducativo para casos de violência contra a mulher. O objetivo maior é apresentar aos leitores estudos pertinentes às relações dialógicas dos discursos, ultrapassando os limites da linguística.

**Diálogos sobre Discurso arte(s), mídias e práticas sociais.**  
**São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.**



ISBN 978-65-5869-378-9

